



# pós-

revista  
do  
programa  
de  
pós-graduação  
em  
arquitetura  
e  
urbanismo  
da  
fauusp  
nº 4

dezembro 1993

**Universidade de São Paulo**

Reitor Prof. Dr. Roberto Leal Lobo e Silva

Vice-Reitor Prof. Dr. Ruy Laurenti

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

Diretora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gilda Collet Bruna

Vice-Diretor Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

**Comissão de Pós-Graduação**

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca – Presidente

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucrécia D'Alessio Ferrara – Vice-Presidente

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsany

Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

Daniel Julien Van Wilderode – Representante discente

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucrécia D'Alessio Ferrara

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsany

Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

**Comissão Editorial**

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lucrécia D'Alessio Ferrara

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

**Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

Rua Maranhão, 88

01240-000 – São Paulo – SP

Fones: 257.7837 e 257.7688

Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP é uma publicação semestral sob a responsabilidade da Comissão de Pós-Graduação do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

**Produção gráfica e impressão**

Laboratório de Programação Gráfica da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo

**Distribuição**

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Rua do Lago 876, Cidade Universitária

Butantã

05508-900 – São Paulo – SP

Fone: 818.4815



# Sumário

Apresentação	3
A Informatização na Secretaria do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP <i>José Luiz Caruso Ronca</i>	5
Inauguração da Sala de Conferências "Prof. Anhaia Mello" na FAUUSP Conferência e Seminário sobre o "Pensamento do Sociólogo e Antropólogo Roger Bastide" <i>José Luiz Caruso Ronca, Carlos Eduardo Zahn, Brenno Cyrino Nogueira, Charles Michel Marie Joseph Beylier</i>	15
Sobre o Espaço Natural e a Forma Urbana: À Guisa de Posfácio <i>Geraldo G. Serra</i>	39
Revitalização de Centros Urbanos: O Novo Paradigma de Desenvolvimento e seu Modelo Urbanístico <i>Vicente Del Rio</i>	53
A Atividade Comercial Recriando o seu Espaço <i>Heliana C. Vargas</i>	65
Casas de Orates <i>Hugo Segawa</i>	79
As Escolas Públicas Paulistas da Primeira República e seus Arquitetos <i>Silvia Ferreira Santos Wolff</i>	91
A Sintaxe da Janela <i>Luís Antônio Jorge</i>	107
O Desenho Cultural da Arquitetura Guarani <i>Carlos Roberto Zibel Costa</i>	113
O Projeto Integrado de Arquitetura: Algumas Considerações Metodológicas <i>Ricardo M. Naveiro</i>	131





## Apresentação

*Aliada à sua atividade científica básica que se finaliza na produção de mestres e doutores, a pós-graduação exige a organização de infra-estrutura ágil e eficiente para colaborar com aquela atividade fim. Para tanto, a moderna tecnologia eletrônica oferece condições excepcionais que o Programa de Pós Graduação da FAUUSP acaba de implantar. Este número da revista apresenta um amplo relato da sua experiência de informatização e de criação de um banco de dados para o cadastramento das atividades discentes e docentes de ensino e pesquisa.*

*Por outro lado, e dentro da mesma linha de divulgação das atividades mais amplas do curso, estão sendo publicados a conferência e o seminário apresentados pelo professor Charles Beylier sobre a obra do conhecido antropólogo francês Roger Bastide.*

*Além disso e continuando a publicação de artigos extraídos de dissertações e teses defendidas, este número apresenta trabalhos que se dividem entre os dois temas básicos estudados no curso: a Arquitetura e o Urbanismo.*

*A partir das transformações que a forma urbana introduz no espaço natural, enfoca-se a cidade que se adapta às atividades econômicas e sociais do mundo moderno até atingir a necessidade imperiosa de renovação com as contradições perceptivas entre o novo e o velho.*

*Por outro lado, o inventário da arquitetura se faz presente a partir da tentativa de estruturar os parâmetros metodológicos do projeto, expande-se pelo levantamento da história dos equipamentos urbanos até atingir a mudança da habitação, enquanto forma e soluções tecnológicas a construir significados relacionados com as necessidades ancestrais do homem a procura de abrigo para garantir sua subsistência.*

*Publicando os artigos resultantes de pesquisas desenvolvidas nos últimos semestres, este número da Revista Pós demonstra como a FAUUSP vem enfrentando o desafio de pesquisa proposto pelas suas linhas básicas de pesquisa: a Arquitetura e o Urbanismo.*

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucrécia D'Alessio Ferrara  
São Paulo, dezembro de 1993

# A Informatização na Secretaria do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP

**José Luiz Caruso Ronca**

*Professor Titular do Departamento de Projeto  
Presidente da Comissão de Pós-Graduação –  
FAUUSP (de abril de 1991 a fevereiro de 1994)*

## **Resumo**

Histórico do curso de pós-graduação da FAUUSP – A Secretaria de Pós-Graduação: a Secretaria de Alunos e Docentes, a Secretaria de Teses e Dissertações e a Secretaria da Comissão de Pós-Graduação. A informatização dos serviços da Secretaria. O Sistema de Gerenciamento de Pós-Graduação, (POSGRAD), o acompanhamento e controle da situação de todos os alunos, professores, departamentos, produção técnica e dados do curso. O Sistema de Controle de Circulação de Documentos da Secretaria (Protocolos). O Sistema de Cadastro de Decisões e Resoluções da Comissão de Pós-Graduação (ATAS). Situação e perspectivas.

## **Abstract**

Short history of the Graduate Course of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo – FAUUSP – at master's and doctorate's level. The Secretary of the Graduate Course: the Secretary of Students and Professors; the Secretary of Dissertations and Theses; and the Secretary of the Commission of Graduate Course. The information system ("software") of the management of the Graduate Course (POSGRAD): for storing, retrieving and controlling information about students, professors, departments, researches, dissertations, theses, scientific artistic and technical production and data of the course. The information system ("software") of control and follow-up of documents of the Secretary of the Graduate Course (Protocolos). The information system ("software") of the record of decisions and resolutions of the Commission of the Graduate Course (ATAS). Situation and perspectives.

## 1. Histórico do Curso de Pós-Graduação da FAUUSP

O curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a nível de mestrado foi criado em 1971, sendo a primeira turma admitida em 1973. Em 1980, foi iniciado o curso de pós-graduação a nível de doutorado, tendo sido nesse mesmo ano admitida a primeira turma.

Anualmente são abertas inscrições para novos alunos, com expressivo número de candidatos provenientes de diversas instituições universitárias nacionais e do exterior

Desde sua criação o curso tem crescido progressivamente tendo formado 232 mestres e 98 doutores até dezembro de 1993.

Na Tabela 1 mostramos a evolução do corpo docente, com número crescente de professores orientadores, para ministrar disciplinas e orientar trabalhos de mestrado e/ou doutorado.

Nestes totais estão incluídos os professores colaboradores, aposentados da própria Faculdade, e professores doutores de outras unidades da USP, que, por terem pesquisas em áreas afins as do curso, participam das atividades de pós-graduação.

A produção de dissertações e teses, nos últimos anos, está assim representada. (Vide Tabela 2)

Em 1993, o curso de pós-graduação mantém 402 alunos regulares e 79 professores orientadores em uma área interdepartamental – Estruturas Ambientais Urbanas.

## 2. Secretaria de Pós-Graduação

Com o desenvolvimento do curso, crescimento da demanda e a absorção de novos alunos, foi indispensável desenvolver um controle administrativo rigoroso. Para tanto, a estrutura administrativa da Secretaria foi reorganizada a partir de 1989, tendo sido dividida em três blocos:

- Secretaria de Alunos e Docentes,
- Secretaria de Teses e Dissertações, e
- Secretaria da CPG.

A Secretaria de Alunos e Docentes produz e mantém atualizados dados históricos dos alunos quanto às disciplinas cursadas, trabalhos programados desenvolvidos e apresentados, pesquisas em desenvolvimento e realização de exames de qualificação. Mantém também um arquivo de dados dos docentes com as disciplinas lecionadas, alunos orientados e em orientação e cadastro da produção científica e de pesquisa.

A Secretaria de Teses e Dissertações ocupa-se da implementação das Comissões Examinadoras das provas de qualificação e defesas de dissertações e teses dentro dos prazos e normas estabelecidas pelo regulamento do curso, além de ocupar-se dos elementos legais e administrativos para a expedição de certificados e títulos de mestre e doutor.

A Secretaria da CPG dá assistência a todas as atividades da Comissão de Pós-Graduação e ocupa-se de viabilizar, com agilidade, os contatos com as agências de fomento federais e estaduais e com a Pró-Reitoria de Pós-Gradua-

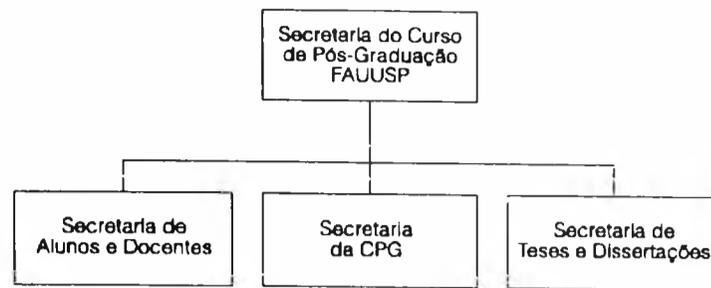
Tabela 1  
Corpo Docente

Ano	Qtd. Professores
1987	55
1988	64
1989	65
1990	66
1991	71
1992	75
1993	79

Tabela 2  
Produção de Dissertações e Teses

Ano	Dissertações de Mestrado	Teses de Doutorado
1987	13	11
1988	16	9
1989	25	15
1990	14	11
1991	27	12
1992	15	15
1993	12	17

ção da Universidade, além de proceder à coordenação geral dos dois blocos anteriores.



Estas funções são desenvolvidas por funcionários que se prepararam e, de certa forma, se especializaram nessas atividades.

Apesar dessa reorganização da estrutura administrativa da Secretaria da CPG, que se mantinha até 1990 basicamente a mesma dos anos 70, havia necessidade urgente de informatizar os trabalhos administrativos e renovar os seus equipamentos de escritório. Apenas em 1989, a Faculdade destinou à Secretaria os primeiros 2 microcomputadores PC-XT para iniciar o processo de informatização. Neste ano, 1989, o curso já atendia: 201 alunos regulares de mestrado, e 143 de doutorado.

Para aliviar essas deficiências, a CPG, a partir de 1990, tomou as seguintes medidas:

- 1) reforma e reorganização do espaço destinado à Secretaria da CPG e salas da Presidência e da CPG, com instalação de divisórias funcionais e móveis adequados às funções nele exercidas;
- 2) renovação do material de escritório da Secretaria da CPG;
- 3) informatização dos trabalhos administrativos.

Para renovação do material, com recursos oriundos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e Cultura, entre 1991 a 1994, foram adquiridas máquinas de escrever eletrônica, aparelho de FAX, seis microcomputadores – dois 486, três 386-SX e um AT-286, dos quais dois ligados em rede –, estabilizadores de voltagem, cinco impressoras, sendo três matriciais, uma laser e uma desk-jet, e uma copiadora reprográfica.

A informatização dos serviços iniciou-se em 1992, com a elaboração e implantação progressiva de sistemas de processamento de dados ("softwares"), visando facilitar o gerenciamento do curso de pós-graduação. Estes sistemas, montados e implantados pela presidência da CPG, com o auxílio de verbas da CAPES, abrangem basicamente:

- Sistema de Gerenciamento do Curso de Pós-Graduação – "POSGRAD";
- Sistema de Controle de Circulação de Documentos e Apoio à Secretaria – "PROTOCOLOS";
- Sistema de Cadastro de Decisões e Resoluções da Comissão de Pós-Graduação – "ATAS"

### **3. O Sistema POSGRAD**

O Sistema de Gerenciamento de Pós-Graduação, – "POSGRAD" desenvolvido através de assessoria com a "Pégasus Soluções" tem por objetivo suprir a Secretaria do curso de pós-graduação da FAUUSP com as melhores condi-

ções para efetuar o acompanhamento e controle da situação de todos seus alunos, professores, departamentos, da produção técnica e outros dados diretamente relacionados ao curso.

Devido às suas características muito particulares, o sistema POSGRAD foi desenvolvido "sob medida" para atender aos objetivos propostos, com uso da linguagem "Clipper" e em quatro etapas:

- a. Desenvolvimento do sistema de gerenciamento de dados do corpo discente, e controle de créditos;
- b. Desenvolvimento do sistema de gerenciamento de dados do corpo docente, e de produção;
- c. Implantação de ambos sistemas, com digitação de massa de dados e integração com o "EXECAPES";
- d. Treinamento do pessoal da secretaria.

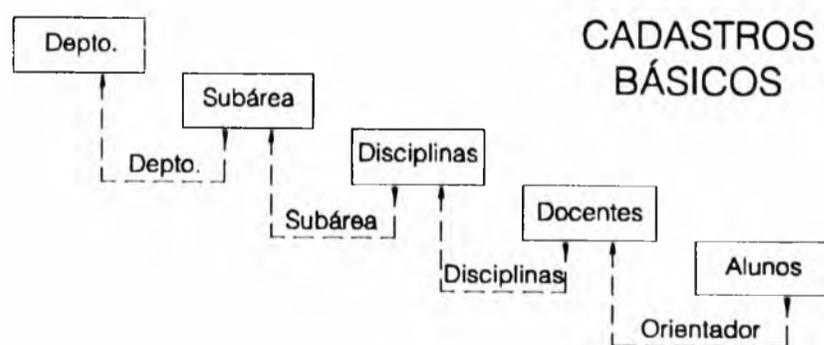
Ao longo de seu desenvolvimento e implantação, diversas melhorias foram introduzidas, com o objetivo de ampliar os produtos do sistema e otimizar sua operação.

O sistema "POSGRAD", subdivide-se nos seguintes módulos:

### 3.1. Módulo de cadastros básicos

Contém rotinas para cadastramento e manutenção de dados gerais que serão aplicados nos diversos processos de controle:

- Corpo Discente: ficha cadastral de dados de todos alunos (especiais ou regulares);
- Corpo Docente: cadastro de dados de todos professores (visitantes ou permanentes – exclusivos ou não);
- Subáreas/Opções de Estudo e Pesquisa: cadastro de dados de todas subáreas;
- Disciplinas: cadastro de todas disciplinas lecionadas;
- Departamentos: cadastro dos departamentos.

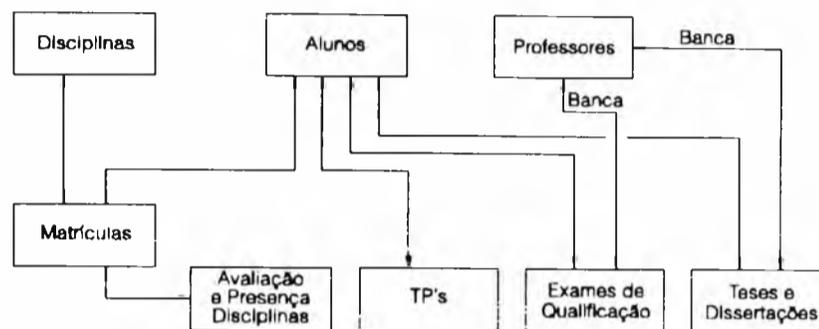


### 3.2. Módulo de controle curricular e produção

Abrange todos os dados necessários para o controle curricular e de produção relacionada à pós-graduação, incluindo:

- Inscrições para seleção: dados dos pretendentes ao curso de pós-graduação e que se inscreveram no processo de seleção;
- Exames de proficiência em língua estrangeira: dados sobre resultados dos exames;
- Matrículas (e outras operações): dados sobre os alunos matriculados no curso e em cada disciplina, trancamentos, abandono;

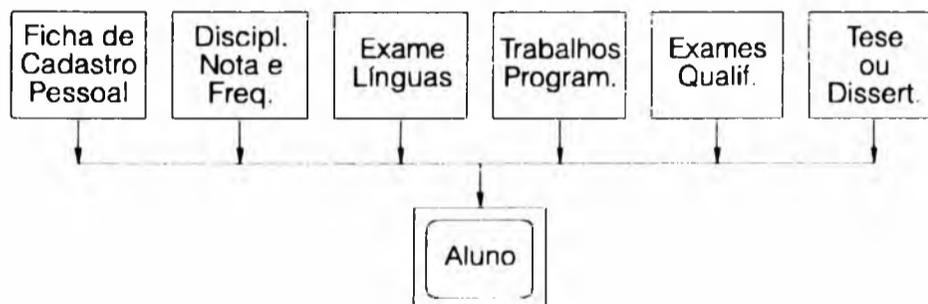
- Avaliações das disciplinas: registro das avaliações (notas) obtidas pelos alunos e indicação de aprovação;
- Controle de presenças: registro das presenças dos alunos e verificação do percentual de presença;
- TP's (Trabalhos Programados): cadastramento dos trabalhos programados com suas principais referências;
- Exames de Qualificação: resultados dos exames e a constituição de suas bancas;
- Teses e Dissertações: cadastramento das teses e dissertações com títulos, resumos e *abstracts* e bancas;
- Pesquisas e Publicações: cadastramento da produção científica do corpo docente e discente (módulo estanque, cuja cópia pode ser instalada no micro-computador da biblioteca).



### 3.3. Módulo de consultas

Permite consultas no monitor ou emissão de relatórios individuais sobre a situação de:

- Alunos – mostra sua situação: disciplinas cumpridas, créditos acumulados, TP's, exames, datas, etc.
- Professores – mostra sua situação: cadastramento, orientações, avaliações, produção, etc.



### 3.4. Módulo de estatísticas

Rotinas de processamento lógico com classificação das informações, gerando diversos tipos de relatórios gerenciais e estatísticos para auxílio à tomada de decisão.

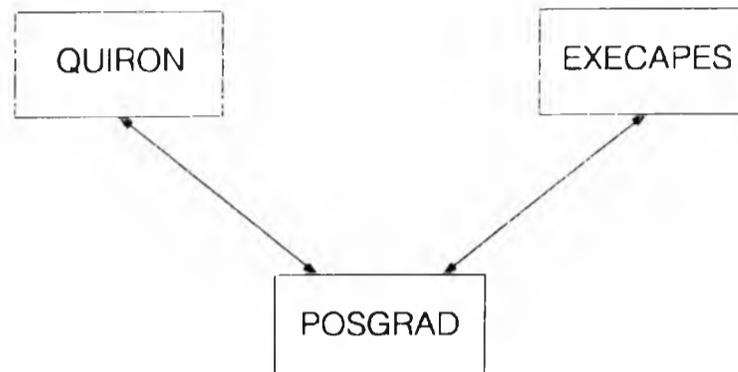
### 3.5. Outras características

O sistema conta ainda com um módulo secundário de utilitários que contém rotinas para auxílio ao usuário: cópia de segurança e recuperação de arquivos, reindexação de arquivos, exportação de dados para sistema EXECAPES.

O EXECAPES é um *software* da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação e Cultura, voltado para o cadastramento e avaliação de cursos de pós-graduação do país.

No desenvolvimento do POSGRAD foi estabelecida uma troca de dados (arquivos) com o sistema QUIRON da Reitoria da USP permitindo a atualização simultânea dos dois sistemas.

É importante observar que o sistema POSGRAD foi montado para permitir o processamento em rede, multiusuário. Assim, ele admite compartilhamento de arquivos e uso simultâneo por diferentes usuários.



### 3.6. Base de dados

Atualmente, o POSGRAD já acumula significativa massa de dados. (Vide Tabela 3)

Com a consolidação destes dados, inúmeros benefícios estão disponíveis para os usuários da Secretaria de Pós-Graduação FAUUSP:

- Matrículas de alunos.
- Emissão de relatório ou consulta em tela imediata, sobre a situação curricular ou produção científica.
- Emissão automática de atestados e históricos.
- Agilização no atendimento de balcão, eliminando necessidade de busca de dados em arquivos manuais.
- Agilidade na emissão de dados para órgãos controladores (CAPES, Reitoria, etc.)
- Rapidez na localização de históricos.

### 4. Sistema de Controle de Circulação de Documentos da Secretaria – (Protocolos)

Com assessoria da "Pégasus Soluções" este sistema foi programado em *Clipper* e teve por objetivo implantar um método automatizado para controle de toda circulação de documentos na Secretaria da CPG: entradas, saídas, distribuição, andamento e malotes. Além disso o sistema automatizou a emissão de protocolos e guias.

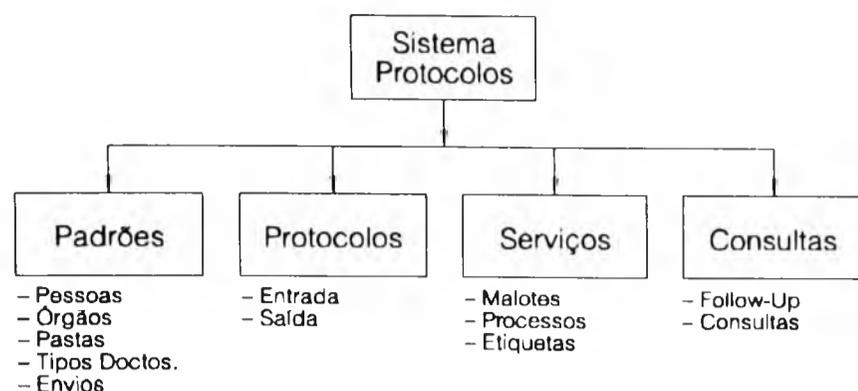
O sistema foi implantado em três etapas:

- a. Desenvolvimento do sistema:
- b. Digitação e transferência de dados de 1991 e 1992.
- c. Implantação e treinamento.

Tabela 3

Tipo de Ficha Cadastral	Qtde. de Registros
Alunos	771
Professores, Integr. Bancas, Pesquisadores	470
Teses e Dissertações	285
Publicações	773
Pesquisas	182

O sistema é subdividido nos seguintes módulos:



#### 4.1. Módulo de padrões de referências

Contém dados utilizados com frequência e que são utilizados sem necessidade de nova digitação, incluindo:

- Pessoas/órgãos: dados de pessoas ou órgãos com os quais a Secretaria mantém troca de correspondência;
- Pasta-Arquivo: índice das pastas do arquivo da Secretaria da CPG;
- Tipos de Documentos: códigos de classificação de tipos de documentos utilizados;
- Forma Envio: códigos das formas de envio da correspondência da CPG.

#### 4.2. Módulo de protocolos

Onde o usuário cadastrará os dados, emitindo os protocolos de recebimento ou expedição de documentos.

#### 4.3. Módulo de serviços

Executa tarefas básicas para a Secretaria:

- Malotes: preparação de relação de documentos enviados através do malote;
- Processos: controle de andamento dos processos da Reitoria;
- Etiquetas: impressão de etiquetas para correspondências.

#### 4.4. Módulo de consultas e de "follow-up"

Inclui rotinas de consulta no monitor ou impressão de relatórios de "agenda" ou "follow-up" (acompanhamento) em classificados por pessoa ou órgão, data, assunto ou palavra-chave.

#### 4.5. Módulo de utilitários

Auxilia o usuário em atividades básicas de operação do micro, dispensando quaisquer conhecimentos específicos para executar cópias de segurança, recuperação e reindexação de arquivos.

Os benefícios práticos do sistema para a Secretaria de Pós-Graduação são os seguintes:

- Agilização na busca e consulta de protocolos.
- Padronização na execução de atividades.
- Emissão automatizada de documentos.

## 5. Sistema de Atas

O sistema de Cadastro de Decisões e Resoluções da Comissão de Pós-Graduação, denominado "ATAS" foi desenvolvido com a assessoria da firma "NEWAY Sistemas e Informações" com o objetivo básico de dinamizar o acesso às informações contidas nas atas de reuniões da CPG da FAUUSP visto que a localização de um determinado tópico, num grande volume de texto e papel é sempre uma tarefa difícil.

Para que o sistema pudesse se tornar uma ferramenta útil, ele deveria aproximar-se ao máximo do método de pesquisa tradicional, sem que tivéssemos que introduzir códigos especiais para busca ou outros artifícios muito comuns em sistemas de computadores.

A melhor solução pensada foi a de classificar as informações como fazemos manualmente, isto é, fomos analisar como as informações são naturalmente organizadas e reproduzimos esse sistema no computador. Desta forma, a informação é classificada através de dois índices principais: o *tópico* e a *chave*.

O tópico refere-se ao assunto tratado por aquela informação, ou seja, se estivermos tratando de "Trancamento de Matrícula" esse é o tópico ao qual iremos relacionar a informação, pois normalmente essa é uma das formas pela qual essa informação será procurada.

Quando procuramos informações de algum tópico, por exemplo, "Trancamento de Matrícula" procuramos algum item específico e, desta forma, criamos uma *chave de consulta*, que consiste numa segunda classificação de um determinado tópico. Assim, o trancamento de matrícula do aluno MARIO DA SILVA, foi classificado com as seguintes características:

*Tópico:* TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

*Chave:* MARIO DA SILVA

Isto feito, um outro recurso surge naturalmente: a classificação das informações através de CHAVE e TÓPICO, o que possibilita que localizemos rapidamente qualquer informação sobre uma determinada CHAVE, independentemente do tópico. Temos então a possibilidade de relacionar facilmente todas as informações, como no exemplo:

*Chave:* MARIO DA SILVA

*Tópicos:* TRANCAMENTO DE MATRÍCULA  
BANCA DE EXAME  
PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

Temos então um sistema capaz de localizar rapidamente qualquer informação contida nas atas, utilizando uma dupla classificação dessa informação.

Atas

Tópicos

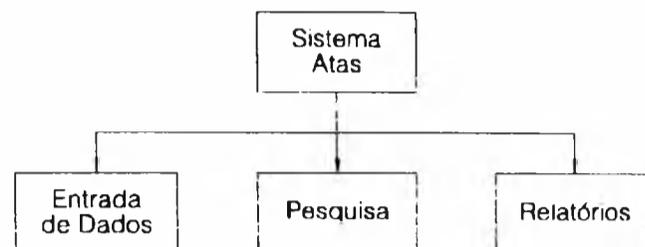
Chaves

Informações

Com essa estrutura foi possível elaborar um sistema que de forma bastante rápida pudesse localizar e exibir (ou imprimir) trechos de atas através de três classificações distintas: por ata, por tópico ou por chave, sempre de forma encadeada.

Tecnicamente, o sistema foi desenvolvido em linguagem Dataflex, versão 3.0, devido a sua grande capacidade de manipular dados com extrema rapidez e devido à sua portabilidade, isto é, esse mesmo sistema pode ser instalado desde em um simples PC-XT até em equipamentos HP ou AS-400 da IBM, passando pelas redes locais e supermicros, bastando apenas recompilá-lo.

Três módulos básicos formam o sistema: Entrada de Dados, Pesquisa e Relatórios.



O Módulo de Entrada de Dados constitui-se de uma tela para digitação dos dados (transcrição de textos de atas), onde as informações são classificadas, assinalando-se os tópicos, as palavras-chaves e identificadores do documento, tais como número e data da ata.

O Módulo de Pesquisa é o coração do sistema, consistindo de programas que, através do fornecimento do tópico, da palavra-chave ou do identificador do documento, traz o mesmo à tela ou indica sua ocorrência em um tipo de "índice remissivo"

O Módulo de Relatórios é uma decorrência direta do módulo de pesquisa, apresentando as informações em mídia impressa.

O sistema ATAS foi desenvolvido em três etapas:

- a. desenvolvimento do sistema enquanto "software";
- b. implantação do sistema, com digitação de dados referentes aos últimos cinco anos;
- c. treinamento do pessoal da Secretaria.

A implantação do sistema trouxe diversos benefícios à Secretaria de Pós-Graduação:

- Agilização na pesquisa e localização de informações das atas;
- Possibilidade de qualquer funcionário buscar estes dados, antes restritos apenas a um funcionário;
- Formação de banco de dados, extremamente útil para a administração e controle das ações determinadas nas atas.

## 6. Situação e Perspectivas

Atualmente prosseguem as atividades de ajustes, revisões e consolidação dos sistemas, treinamento ou reciclagem dos funcionários e testes em situações reais.

Ao mesmo tempo, a presidência da CPG já está elaborando planos para a ampliação do processo de informatização, prevendo:

- Aquisição de novos "softwares" (última geração).

- Treinamento.
- Ampliação das bases de dados (cadastramento de dados antigos que não foram digitados na 1ª etapa).
- Interligação entre sistemas, especialmente com o novo sistema de Informatização da pós-graduação da USP – sistema FÊNIX.

### **Colaboradores**

*Fábio Rendelucci*

- analista-senior, responsável pelo Sistema de Atas, gerente da NEWAY Sistemas e Informações SC Ltda.

*Irvando Luís Particelli*

- engenheiro e analista de sistemas, responsável pelos Sistemas Posgrad e Protocolos, gerente da Pégasus Soluções SC Ltda.

# Inauguração da Sala de Conferências "Professor Anhaia Mello" na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP

## Conferência e Seminário sobre o "Pensamento do Sociólogo e Antropólogo Roger Bastide"

**José Luiz Caruso Ronca**  
**Carlos Eduardo Zahn**  
**Brenno Cyrino Nogueira**  
**Charles Michel Marie Joseph Beylier**

*Organizadores*

*Expositor*

*Conferencista*

### **Resumo**

Inauguração da "Sala Professor Luiz Anhaia Mello" equipada com móveis e equipamentos de áudio compatíveis com uma sala de conferências e de defesa de Teses e Dissertações. Apresentação do Prof. Brenno Cyrino Nogueira a respeito da vida e obra do homenageado, Prof. Anhaia Mello, fundador da FAUUSP. Conferência do Prof. Charles Beylier sobre o pensamento do sociólogo e antropólogo Roger Bastide, destacando a interpenetração de culturas. Seminário sobre a conferência. A inauguração, a conferência e o seminário como homenagem tanto ao ilustre antropólogo francês, um dos fundadores da USP quanto aos sessenta anos desta universidade.

### **Abstract**

The inauguration of "The Professor Anhaia Mello Room" provided with suitable audio-visual equipment and furniture for conferences and defences of Dissertations and Theses by the students of the Graduate Course of the FAUUSP. Life and work of Prof. Anhaia Mello, founder of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo – FAUUSP presented by Prof. Brenno Cyrino Nogueira. Lecture of Prof. Charles Beylier about the thought of the sociologist and anthropologist Roger Bastide, calling the attention to the interpenetration of cultures. Seminar about the lecture. The inauguration, the lecture and the seminar as homage not only to the distinguished french anthropologist, one of the founders of the USP but also to the sixties years of this university.

## Apresentação

No dia 20 de maio de 1993, a disciplina AUP-717 – "As Cidades e seu papel na Organização do Espaço" – oferecida pelos professores Dr. José Luiz Caruso Ronca e Dr. Carlos Eduardo Zahn, no curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo desta Faculdade, teve a honra de contar com a colaboração do Prof. Dr. Charles Michel Marie Joseph Beylier da Universidade Federal do Ceará.

Esta colaboração traduziu-se em palestra ministrada pelo Prof. Beylier, de acordo com o tema: "Pensamento do sociólogo e antropólogo Roger Bastide"

Além da palestra, ocorreu um debate com alunos e com outros interessados.

É importante destacar que o Prof. Dr. Charles Beylier é profundo conhecedor da obra de Roger Bastide. Este sociólogo e antropólogo francês, sucessor de Levi Strauss, participou da fundação da USP em 1934, lecionou nesta Universidade até 1954, tendo publicado vasta obra relacionada com o Brasil.

O Prof. Beylier doutorou-se em Ciências Sociais do Desenvolvimento, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, em 1977 com a tese: "L'oeuvre Brésilienne de Roger Bastide" (2 vol., 615 p.)

O Prof. Beylier foi professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de 1979 a 1986, onde coordenou o mestrado em Sociologia, e foi também diretor da "Revista Raízes" de 1981 a 1985. Desde 1987, é professor de Antropologia e Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFCE). Atualmente, está também colaborando em pesquisas sobre Roger Bastide no Instituto de Estudos Brasileiros da USP

Com o convite feito ao Prof. Beylier, para ministrar palestra sobre Roger Bastide, pretendemos homenagear não só o ilustre antropólogo francês, que tanto colaborou com a Universidade de São Paulo, mas também a própria USP. De fato, em 1994, celebramos vinte anos da morte de Roger Bastide, ocorrida em 1974 na França, e sessenta anos da fundação da USP.

Com esta palestra, inaugurou-se a nova "Sala dos Espelhos". Esta sala foi equipada com móveis e equipamentos de áudio compatíveis com uma sala de conferências e de defesa de Teses e Dissertações.

A Congregação da FAUUSP aprovou que se denominasse "Sala Professor Dr. Luiz de Anhaia Mello" a "Sala dos Espelhos" da rua Maranhão. Com isto, prestou uma pequena homenagem a quem esta Faculdade deve a sua existência e a posse do edifício denominado "Vila Penteado": em suma, uma homenagem ao seu fundador.

A inauguração da "Sala Professor Anhaia Mello" com exposição do Prof. Brenno Cyrino Nogueira e com a conferência e seminário do Prof. Charles Beylier, foi gravada e posteriormente transcrita e digitada por Carla Cardoso Saddi, a quem ficam os nossos agradecimentos pelo cuidadoso serviço.

Tendo em vista o registro e divulgação desse rico material, organizamos e editamos as transcrições de maneira a transformá-las neste artigo, tendo procurado manter fidelidade às idéias expressas pelos autores que, evidentemente, consultados, são por elas responsáveis.

É importante notar que o Prof. Beylier elaborou notas adicionais à sua conferência, que organizamos e editamos de maneira integrada ao texto da conferência.

*José Luiz Caruso Ronca  
Carlos Eduardo Zahn  
São Paulo, dezembro de 1993.*

## Inauguração da Sala de Conferências "Professor Anhaia Mello" na FAUUSP

*Prof. José Luiz Caruso Ronca:*

Convido a Prof<sup>a</sup> Gilda Collet Bruna, Diretora desta escola, a participar da mesa da inauguração desta sala. Com a inauguração, vamos também ter a honra de ouvir o Prof. Charles Beylier, da Universidade Federal do Ceará, especialista em Roger Bastide, que se prontificou a vir à nossa faculdade oferecer uma conferência sobre o pensamento de Roger Bastide e sobre o desenvolvimento sustentado à luz da Antropologia e da Sociologia. Neste momento, convido o Prof. Charles Beylier a participar da mesa.

A reforma desta sala foi conseguida por meio de verbas da CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior do Ministério da Educação. Vai aqui meu agradecimento e minha homenagem à CAPES pelos esforços que tem demonstrado com o nosso curso, para mantê-lo ao nível de um dos melhores do país, o único a nível de doutorado.

Com esta inauguração queremos relembrar a figura do Prof. Anhaia Mello e, nesse sentido, eu gostaria de convidar, à mesa, duas pessoas que tiveram maior relacionamento com este professor: o Prof. Lauro Bastos Birkholz, que durante anos foi seu assistente e que neste momento nos honra com a sua presença; e o Prof. Brenno Cyrino Nogueira, que foi também seu assistente.

Não poderia deixar de convidar, também um colega. Prof. Carlos Eduardo Zahn, que junto comigo vem lecionando desde 1973 nesta Faculdade, sendo que nesta disciplina de pós-graduação, ligada à cidade e à organização do espaço, tomamos a iniciativa de convidar o Prof. Charles Beylier.

Nesse momento, em uma homenagem a quem tanto devemos, o Prof. Anhaia Mello, eu gostaria que o Prof. Brenno usasse da palavra e nos dissesse alguma coisa sobre sua obra, como ela frutificou e como foram seus esforços para conseguir este prédio para nossa Faculdade.

*Prof. Brenno Cyrino Nogueira:*

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar todos os componentes da mesa, especialmente o Prof. Charles Beylier e agradecer a presença de todos neste ato em que homenageamos o insígne professor fundador desta Faculdade.

Falar do Prof. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello é falar de uma notável e extraordinária figura humana que influenciou de modo marcante a vida intelectual de nosso Estado, e até mesmo de nosso país em boa parte deste século. É quase querer falar de um mito, por aquilo que ele representou nas idéias e no ensino de Arquitetura e Urbanismo.

Nasceu ele no final do século passado a vinte e três de agosto de mil e oitocentos e noventa e um (23/08/1891) na cidade de Itu e faleceu, com oitenta e três anos, no dia dezesseis de janeiro de mil novecentos e setenta e quatro (16/01/1974), nesta cidade de São Paulo.

Era filho do engenheiro Luis de Anhaia Mello, um dos cinco primeiros professores e fundadores da Escola Politécnica em 1893, marco do então espírito de modernização e inserção de nossa sociedade no propósito de industrialização que germinou e frutificou em São Paulo, mudando verdadeiramente, daí por diante, a face do país.

Seu pai foi ainda professor e vice-diretor da Escola Politécnica (1895-1899), sendo lembrado pela história como um dos pioneiros da industrialização em São Paulo, como foi também o Conde Antônio Álvares Penteado, que fez

Foto 1  
Sala Professor Dr. Luiz de Anhaia Mello

Foto de Jorge Maruta



Foto 2  
Sala Professor Dr. Luiz de Anhaia Mello

Foto de Jorge Maruta



construir o prédio onde ora nos achamos, mais tarde doado por seus filhos para a fundação desta Faculdade.

Professor, arquiteto e urbanista, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello iniciou sua formação intelectual no Colégio São Luis, de Itu, onde fez o curso secundário, de 1904 a 1908. Realizou, em seguida, o curso superior na Escola Politécnica de São Paulo, de 1909 a 1913, onde diplomou-se Engenheiro-Arquiteto, o único desta modalidade formado naquele ano. Foi aluno do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, nascido em 1851 e morto em 1928, o mais influente da época em São Paulo, de quem recebeu forte influência e com quem, mais tarde, trabalhou.

Em 1918, Anhaia Mello iniciou sua brilhante carreira de professor, à qual, sem dúvida dedicou parte significativa de sua vida, ingressando no corpo docente da Escola Politécnica.

Passou, em seguida, a Mestre Interino, em 1919, e a Professor catedrático, em 1926, tendo lecionado as matérias de Composição Arquitetônica, Estética e Urbanismo para os alunos dos cursos de Engenheiro-Arquiteto e Engenheiro Civil, este muito mais concorrido do que aquele.

Lecionou também, após fundada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, as matérias de Teoria da Arquitetura e Urbanismo. Incomparável conhecedor de Estética, fortemente embasada na Filosofia, não somente compreendeu os clássicos da História da Arquitetura, como foi também profundo conhecedor das obras dos arquitetos então modernos: Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Gropius e tantos outros mestres renovadores da Arquitetura em nosso século.

Distinguiu-se mormente, porém, como teórico e ideólogo do Urbanismo, modernizando e ampliando nossa cultura nesse campo. Sua vocação foi, sem dúvida, desde os inícios da atividade docente, a decifração do enigma urbanístico, antevendo os problemas com que, nesse aspecto, a humanidade se defrontaria.

Opôs-se, desde os anos 30, quando iniciou o ensino de Urbanismo na Escola Politécnica, sob uma ótica moderna, às tendências das Belas Artes, do Sanitarismo e da chamada "Engenharia Municipal de Serviços Públicos"

Era notável o conhecimento que possuía sobre as obras e as teorias dos mestres do Urbanismo e do Planejamento mundiais. Dono de uma vasta cultura técnica e humanista, fruindo o dom da palavra, influenciou, com suas brilhantes aulas, gerações de profissionais. ao mesmo tempo em que transferia para o meio social seus conhecimentos, principalmente por meio de sua incansável e fascinante atividade de conferencista.

Deixou também várias obras que marcaram a atividade prática no campo dos serviços públicos e no próprio planejamento de São Paulo. Aliou a tudo isso uma enorme experiência de vivência administrativa, sendo extensa a lista dos cargos de importância que ocupou. Primeiramente Vereador à Câmara Municipal de São Paulo (1920), Presidente do Instituto de Engenharia (1930), Diretor da Escola Politécnica (1930), Prefeito de São Paulo (1930-1931), Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado (1941), Diretor da Faculdade de Filosofia da USP (1941), Membro da Comissão de localização da Nova Capital da República (1947), Vice-Reitor da USP (1950), Membro da Comissão Orientadora do Plano do Município de São Paulo (1953-1961), Presidente da Comissão da Cidade Universitária da USP (1948), Vice-Reitor da USP (1950), Diretor do FUNDUSP (1957) e tantos outros encargos.

Mas sua maior obra foi, sem dúvida, a criação da FAUUSP da qual foi por diversas vezes Diretor: em 1948, quando da sua fundação e mais tarde de 1959 a 1961. Era a realização do que pregou durante toda a sua vida, que foi a ampliação do conhecimento de Arquitetura e Urbanismo e o aprofundamento do seu papel em nosso meio social, vislumbrando a contribuição que poderia dar para os destinos do país.

Aqui moldou ele os primeiros profissionais de Arquitetura formados fora das Escolas de Engenharia. Aqui, fundou ele o Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos – CPEU – que, sob a sua direção, de 1957 a 1960, tanto se esforçou para elevar o nível dos conhecimentos e da prática do Planejamento Urbano e Regional.

Aqui semeou a fé, a confiança no conhecimento e na cultura, como instrumentos de transformação do país. É a sua maior lição, que está também entranhada na própria idéia da Faculdade.

É por isso que estamos aqui reverenciando a sua memória, reavivando-a na esperança de que os valores de nossa cultura não sejam tragados pela voragem dos erros, das incompreensões e dos dogmatismos deste conturbado século.

Desejo, finalmente, prestar ainda nossa homenagem ao Prof. Lauro Bastos Birkholz que, tendo sido aluno, assistente e, posteriormente, professor da cadeira de Urbanismo regida pelo Prof. Anhaia Mello, vem como seu verdadeiro herdeiro, dando tudo de si para levar adiante essa difícil missão.

Quero também apresentar à Profª Gilda Collet Bruna, Diretora desta Faculdade, ao Prof. José Luiz Caruso Ronca, Presidente da Comissão de Pós-Graduação, à Comissão de Pós-Graduação e à Congregação desta Faculdade, os cumprimentos pela iniciativa de inauguração da Sala Professor Dr. Luiz de Anhaia Mello.

*Prof. José Luiz Caruso Ronca:*

Dou a palavra agora ao Prof. Lauro Bastos Birkholz para contar alguma coisa de sua experiência de vida com o Prof. Anhaia Mello.

*Prof. Lauro Bastos Birkholz:*

Minhas senhoras e meus senhores, para mim é um momento muito agradável estar sentado nesta mesa, em que estão também todos aqueles que trabalharam comigo a vida inteira. Aqueles que, hoje, carregam um estandarte que eu passei à sua mão, sendo que um é Presidente da Comissão de Pós-Graduação, outra é Diretora da Faculdade, mais dois são professores doutores que trabalham intensamente nesta Faculdade. Ninguém poderia estar tão satisfeito quanto eu vendo, ainda vivo, o resultado da minha obra.

Na mesma ordem de idéias, fico imensamente satisfeito de poder falar alguma coisa do Prof. Anhaia Mello. Ele foi o Diretor desta Escola e muito pouca gente sabe os problemas que teve que enfrentar.

Eu gostaria de citar fatos. Para poder formar uma faculdade, era preciso um local, o que geralmente não é muito fácil de se encontrar. Ele sabia que esta casa – do Conde Penteado – não estava sendo usada e conseguiu, com um esforço sobre-humano, convencer os herdeiros a doar este prédio à Universidade de São Paulo para que se pudesse fundar a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Mas haviam mais problemas graves que precisavam ser resolvidos.

*Foto 3*  
Sala Professor Dr. Luiz de Anhaia Mello

Foto de Jorge Maruta

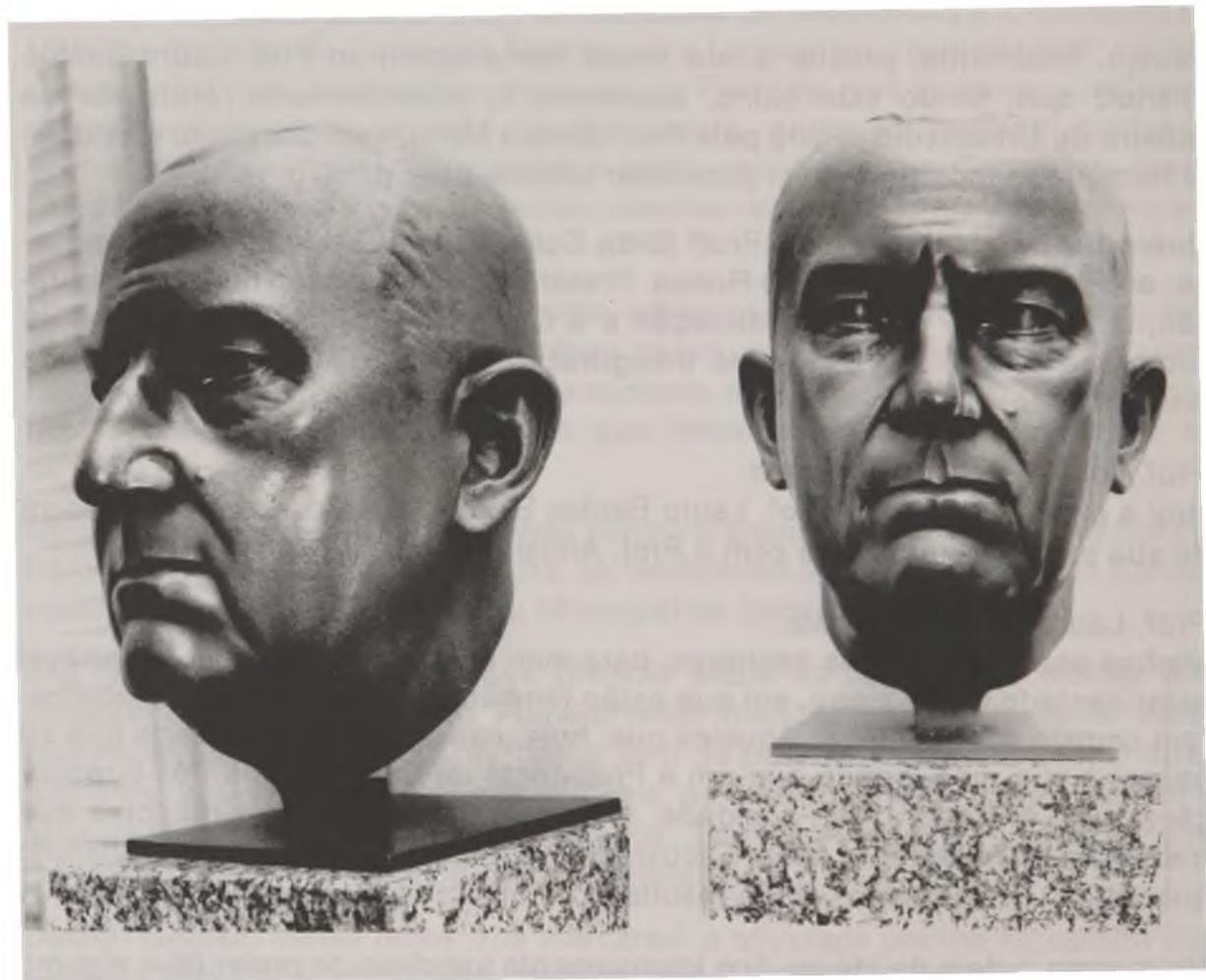


Não era possível continuar existindo o curso de Engenheiro-Arquiteto na Escola Politécnica da USP e, ao mesmo tempo, manter outro curso de Arquitetura na Universidade de São Paulo. Assim, precisou convencer a Congregação, da qual ele fazia parte, que era de toda a conveniência que a Escola Politécnica abrisse mão do curso de Arquitetura para que esse curso pudesse funcionar no novo prédio. Ninguém imaginava a dificuldade. Por exemplo, é a mesma coisa que tentar convencer a Faculdade de Medicina que o curso de Obstetrícia tivesse que ser separado da Faculdade, para constituir uma escola de Obstetrícia independente, na mesma Universidade. Ele conseguiu isso com unanimidade da Congregação, que abriu mão do curso de Engenheiros-Arquitetos para que se formassem arquitetos nessa Faculdade.

Havia um segundo problema muito grave e difícil, que era o de ser reconhecido o curso, com muita burocracia, dependendo de aprovação do Conselho Nacional de Educação. O Prof. Anhaia Mello levou o problema a esse Conselho e o relator, no seu despacho, dizia que em se tratando de um curso a ser destacado do curso da Escola Politécnica de São Paulo, uma das melhores escolas de engenharia do Brasil, nada precisaria ser feito para verificar o seu valor, podendo ser aprovado sem discussão. Foi aprovado por unanimidade.

Fotos 4 e 5  
Busto do Prof. Anhaia Mello

Foto de Jorge Maruta



Esses três fatos mostram a dificuldade que o Prof. Anhaia Mello teve que enfrentar. Na qualidade de seu assistente e de Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas, depois que ele se aposentou, eu continuei nesta Faculdade até que me aposentei. E, estando aposentado, tenho a satisfação de ver colaboradores, hoje, aqui nesta mesa. Muito obrigado.

*Prof. José Luiz Caruso Ronca:*

Passo a palavra à Prof<sup>a</sup> Gilda Collet Bruna para que, na qualidade de Diretora, declare inaugurada a sala.

*Profª Gilda Collet Bruna:*

Em primeiro lugar, preciso dizer da minha satisfação de poder estar aqui comemorando, com a minha família da FAU, essa possibilidade que hoje se realiza. Acho muito importante comemorar a nossa história que, certamente, é a história da gente que está aqui, que cresceu neste ambiente da FAU, sob a orientação do Prof. Lauro. Mas também de vocês, porque a FAU é maior: é a graduação e, hoje, é a pós-graduação.

Em 1948, ela começou como uma Faculdade no nível de graduação; em 1973 abriu seu curso de pós-graduação. Inclui, acredito, praticamente todos os que estão aqui e que têm um pouco do seu coração ligado à FAU. Isso nem sempre se pode comemorar, e essa é a minha satisfação, de um lado. Por outro lado, queria parabenizar o Prof. Ronca e a Pós-Graduação por essa iniciativa e pela possibilidade de conseguir que se desse mais um passo na ocupação deste prédio, possibilitando ter uma sala própria para se receber uma visita, para apresentar uma tese com a dignidade que se está tendo no momento.

Queria também dar as boas-vindas ao Prof. Beylier, cuja conferência também lembra um pouco da nossa história. Quando foi inaugurada a Universidade de São Paulo não tínhamos professores e ele evocará a história da atuação dos professores franceses que estiveram aqui no início da história da USP especialmente de Roger Bastide.

Com isto, quero declarar inaugurada esta sala, em honra do Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, e me congratular com os professores que estão aqui e com todos vocês. Muito obrigada.

### **Conferência do Prof. Charles Beylier sobre o "Pensamento do Sociólogo e Antropólogo Roger Bastide"**

Quero agradecer o convite que me foi feito para participar desta inauguração, pois tanto a homenagem ao fundador desta Faculdade quanto a renovação deste prédio demonstram a preocupação que a diretoria da FAU tem em manter viva a memória.

A memória fica viva quando tem instituições, quando tem prédios, quando tem arte, que mantém a história dentro das próprias linhas, tanto da Arquitetura, como também da pintura. Sabemos que não há história sem memória e um povo que perde a memória perde, portanto, a sua própria história, quer dizer, a sua identidade.

Assim, acho uma grande coisa quando passo na avenida Paulista e vejo prédios magníficos pela altura que eles têm e, ao mesmo tempo, graças a Deus, de vez em quando, no meio deles, uma pequena casa que ainda resistiu e que vem lembrar alguma coisa da História. Isso é o problema que enfrentam todos os países do mundo: manter a História do passado e construir o futuro.

Por isso, agradeço muito este convite e, sobretudo, a oportunidade de falar de Roger Bastide.

Não conheci Roger Bastide. Quando comecei a me preocupar com o problema da interpenetração de culturas em 1975, ele já tinha morrido e repousava no Cemitério de Anduze.

Tornei-me preocupado com este problema porque, vivendo desde 1965 em Campina Grande, na Paraíba, fiquei impressionado ao ver como as pessoas com descendência indígena ou africana e que estavam engajadas, naquela

época, nos problemas da cidade, nos problemas econômicos e políticos e muito comprometidas politicamente, de um dia para outro deixavam tudo isso e voltavam para os cultos afro-brasileiros<sup>1</sup>

Isto me intrigou e decidi, depois de dez anos, fazer um ano sabático para aprofundar um pouco o problema da interpenetração de culturas.

Fui encaminhado ao Prof. Henry Desroche, discípulo do Pe. Lebret e Diretor das Ciências Sociais do Desenvolvimento na "École des Hautes Études en Sciences Sociales" de Paris, que me disse: "meu amigo, vou iniciar este ano um seminário sobre Roger Bastide e você vai participar" E, a partir de então, cursei e obtive meu diploma nessa escola<sup>2</sup>

Não sou um acadêmico tradicional, pois a École des Hautes Études en Sciences Sociales admite uma formação paralela à acadêmica, isto é, ela permite às pessoas que não passaram pelos canais normais da universidade, mas que têm competência pela própria experiência profissional, pela própria vida que tiveram, elaborar um trabalho que seja científico. E, de fato, há muitas pessoas que não puderam entrar ou não têm tempo para cursar a universidade, mas que têm capacidade de produzir conhecimentos, não só a partir de livros, mas também a partir do ensino que a própria vida nos dá.

Nessa Escola, uma pessoa que tenha somente o primário ou o secundário também pode ingressar. E vocês sabem que há muito mais gente do que se pensa com capacidade intelectual formada a partir da própria experiência.

Em 1976 ocorreu, aqui em São Paulo, organizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP um seminário sobre Roger Bastide. Eu participei a convite do Prof. Henry Desroche. Ali nasceu a idéia de criar as "Bastidianas" na França e aqui, para recuperar todos os escritos e a obra de Roger Bastide aqui no Brasil e na França.

Este projeto, que está andando, tem como finalidade permitir aos brasileiros conhecer, traduzida, a obra de Bastide publicada na França e, aos franceses, os estudos dele produzidos aqui.

Passei um ano pesquisando no Brasil todo, entre Porto Alegre e São Luiz do Maranhão, a descobrir mais de 800 artigos de jornais, revistas e livros. Reconstitui praticamente toda a obra de Bastide, conforme orientação do Prof. Desroche. De 850 textos, eu consegui 842. Falta pouca coisa.

Consciente de ter nas mãos uma obra excepcional e desconhecida, admirado pela fineza e a profundidade das análises que abrangem toda a vida cultural, econômica, política da sociedade brasileira e da França, aceitei a proposta de Henry Desroche, de Maria Isaura Pereira de Queiroz e de muitos antigos alunos de Roger Bastide, de escrever uma tese de doutorado. Empolgado pelo trabalho, elaborei uma tese intitulada "A Obra Brasileira de Roger Bastide" Foi assim que entrei na Universidade, sem querer.

Eu agradeço muito a Roger Bastide essa oportunidade. Quem participou da banca foi Pierre Monbaig, Pierre Auguste Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Henry Desroche, quer dizer: uma brasileira, dois fundadores da Universidade de São Paulo e o último que era amigo de Roger Bastide. O único que não o conheceu fui eu.

Tenho outras preocupações. Para explicitar um pouquinho: eu sou padre também. Padre da Igreja Católica, em exercício. O fato de ser padre me ajudou muito a entender Roger Bastide e vou explicar por quê.

(1) Fiquei impressionado pela rapidez com que os cultos afro-brasileiros se alastraram em toda Paraíba com o apoio do governador de então, tanto no interior como nas cidades. Parece que a semi-clandestinidade em que eles estavam mantidos aprisionava uma misteriosa força cultural extremamente profunda em todos os segmentos da sociedade paraibana quaisquer que fossem as opções políticas, as raízes européias, indígenas ou africanas.

(2) A primeira vez que Roger Bastide viajou até a Bahia e o Nordeste (patrocinada por Assis Chateaubriand), ele escreveu um livro importante "Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto". O original em francês estava perdido e Henry Desroche me incentivou a fazer uma tradução em francês, que foi publicada nas edições Pandora. Entre todas as obras de Roger Bastide, este livro é certamente o mais bastidiano por ser um escrito poético, místico e científico.

Roger Bastide nasceu em 1898 e morreu em 1974. Era um homem do povo. Seu pai era professor primário porque, na França, muitos professores primários são homens, ao contrário daqui, onde a maioria é mulher.

O avô dele era ateu, revolucionário que não podia ver nem de longe os pastores protestantes e os padres católicos. Tinha raiva em relação à instituição de igreja, qualquer que fosse. O futuro sociólogo herdou dos seus pais o respeito e o amor do povo simples e o misticismo dos "Cévenols". Do seu avô ele herdou a chama do revolucionário, socialista, discípulo de Jaurés.

Roger Bastide nasceu em Des Cévennes, perto do sul da França, uma região mediterrânea, seca e fria no inverno e muito quente durante o verão, onde passava suas férias de criança, na pequena cidade de Anduze, onde sua avó tinha uma casa. Foi lá que, no tempo de Luís XIV, durante a perseguição aos protestantes, houve resistência destes ao exército do rei. O foco da resistência ficava nessa pequena cidade que tem uma ponte, onde os exércitos protestantes, formados por gente do povo, que não tinha instrução nenhuma, resistiam e lutavam por sua fé e por sua liberdade. Liberdade em poder ter a fé que quisessem. Nas pequenas comunidades, as famílias rezavam, cantavam salmos; surgiram profetas, um profetismo místico que desafiava os poderosos.

Na ponte de Anduze, ainda hoje pode-se ver os lugares onde as cabeças dos tenentes do rei foram espetadas. Vê-se também o Museu do Deserto, onde todas as lembranças dessa epopéia mística estão guardadas: os nomes dos mortos, dos condenados a trabalhos forçados e o nome do movimento (a palavra-chave) da resistência dos protestantes: "RESISTANCE"

Para esse povo protestante, essa história, hoje, é uma história viva.

Ilustrando esta história, quando estive lá, o ex-chefe da estação ferroviária, hoje desativada, muito amigo de Roger Bastide, afirmava categoricamente que este nasceu em Anduze. Na realidade ele nasceu em Nimes. Mas Nimes capitulou, se entregou ao rei, Anduze não.

Nessa resistência nasceram generais e profetas da subversão, e começou a haver um grande surto de misticismo, isto é, um profetismo místico extraordinário.

Quando Roger Bastide chegou aqui, em 1937 e tomou contato com o candomblé, a umbanda, essas religiões sincréticas proibidas; quando ele descobriu a história dos quilombos, a resistência dos negros para defenderem a sua cultura, a sua dignidade, a sua fé, a sua religião e, portanto, a liberdade, ele ficou empolgado. Para ele, isto era como se fossem duas resistências que se haviam encontrado: uma na França e a outra no Brasil. E para defender a mesma coisa: a fé e a liberdade.

Foi a partir daí que ele começou a entender que o sincretismo é a coerência de uma fé que não corresponde à nossa formação ocidental. Sincretismo não seria apenas o aglomerado dos pedaços que sobreviveram àquela época em que eles estavam na África. Roger Bastide pensou: "ai deve existir uma coerência" e após ter estudado tudo o que foi escrito no Brasil e na América Latina sobre esses cultos, ele começou a fazer suas próprias descobertas.

Descobriu que, na realidade, o sincretismo é uma filosofia extremamente elaborada. É uma mística, é uma religião que é capaz de formar místicos tão grandes quanto os que nós conhecemos, como Santa Tereza d'Ávila e São João da Cruz.

Seu primeiro livro escrito na França foi *Problema da Vida Mística* (1931) e o segundo foi *Elementos de Vida Religiosa* (1935). Assim, além da experiência pessoal como descendente dos "resistentes" ou por causa disso, ele tinha toda uma formação sociológica sobre o misticismo<sup>3</sup>

É importante delinear a distinção entre misticismo e vida religiosa, porque o misticismo é o misticismo da utopia e a religião a institucionalização da utopia.

O que interessa não é a instituição, que mata o instituído, pois quer sobreviver a partir do instituído e que este não provoque problemas para ela. Por exemplo: enquanto a Teologia da Libertação (que é uma maneira de interpretar a utopia cristã) produzia livros, não preocupou ninguém; a partir do momento em que os trabalhadores começaram a criar movimentos, tanto na Europa como aqui, partindo dessa Teologia, imediatamente ela foi proibida.

Aconteceu em 64 aqui e está recomeçando agora mesmo. O instituinte quer instituir: ou ele destrói a instituição ou esta o devora.

Roger Bastide começou com a literatura<sup>4</sup> Os primeiros livros que ele publicou foram *Os Poetas Afro-Brasileiros* (1943) e *Poetas do Brasil* (1945). Além disso, publicou *Arte e Sociedade* (1945), obra mais teórica, *Psicanálise do Cafuné* (que vamos reeditar) e *Imagens do Nordeste Místico*.

Ele estudou o estilo barroco, quando o descobriu no Nordeste e se encontrou com Lourival Gomes Machado.

Isso é interessante porque a literatura, para ele, foi um caminho para descobrir como poetas afro-brasileiros na realidade copiavam o tipo de romantismo que vinha da Europa, para mostrar que eles, negros, eram capazes de competir com qualquer autor branco.

Cruz e Souza, por exemplo, que é um grande escritor negro simbolista, fez questão de mostrar sua arte como meio de revelar a sua capacidade de ser poeta. Quer dizer, por trás dos versos dele é possível descobrir a alma do negro que quer ser considerado como pessoa, como gente. Era um protesto. Ele não fazia tanta questão de ser simbolista, mas queria competir no terreno dos brancos. Chegou a romper relações com sua mãe, com o coração sangrando, dizendo: "para ser fiel à minha mãe eu tenho que me tornar um poeta branco para mostrar quem somos nós, os negros"<sup>5</sup>

Os estudos literários de Bastide ajudaram-no a descobrir o universo e a sociedade dos negros no Brasil no decorrer da História. Há várias fases que mostram muito bem, inclusive, uma história da literatura brasileira que vai ser republicada.

Ele fez isso porque, na França, realizou estudos sobre um judeu, um protestante e um católico, todos do Mediterrâneo. O judeu era Proust, o católico era A. Mauriac e o protestante era André Gide. Bastide mostra como descobrir, nos escritos desses autores, a sua mística. Ele estudou, nas obras desses três escritores, como o misticismo próprio de cada autor se manifesta através dos seus escritos. Este método deu resultados interessantes e, ao descobrir o encanto da literatura brasileira, tentou aplicá-lo também a ela. A mesma coisa descobriu com os poetas afro-brasileiros, especialmente. E também com as mães do candomblé, ele descobriu esse sincretismo, que não é uma mistura. Para se estudar o sincretismo é preciso partir do começo, que é o confronto do homem com a terra, porque ambos são uma coisa só. O Homem é um "Homem de uma Terra"; os descendentes atuais de franceses, italianos, japoneses, alemães, foram marcados pela sua terra. Nós somos o fruto da terra, nós a transformamos, mas ela também nos modela.

(3) Nas duas obras principais, que ele escreveu para conseguir o Doutorado de Estado na Sorbonne, *As Religiões Africanas no Brasil* (1960) e *O Candomblé da Bahia* (1958) são ainda hoje obras de referência sobre o problema das interpenetrações de civilizações

(4) Entre misticismo e literatura existe uma relação estreita. A prosa e a poesia dos escritores e dos poetas revelam o que está escondido no inconsciente coletivo, aquilo que pode ser vivido sem ser "dito", de tal maneira que a literatura pode ser o caminho que leva a descobrir as especificidades de uma mística. A mística, por sua vez, não encontra outro caminho para se expressar do que a evocação poética. Roger Bastide que foi um profundo conhecedor da literatura francesa

(5) Os quatro artigos escritos sobre Cruz e Souza são particularmente significativos da metodologia de Roger Bastide. Convencido de que "a origem racial dá lugar à formação de certos traços profundos da personalidade literária" (*A Candido* 1993), ele mostrou como o poeta revela as suas origens negras através da cor, da luz e dos cabelos, etc. Grande escritor simbolista, Cruz e Souza, ao adotar o simbolismo reinante naquela época, queria, na realidade, mostrar o seu gênio poético. Era um protesto, uma maneira de competir no terreno dos brancos

Bastide tem um texto sobre um poeta interessantíssimo, chamado André Lamandé, que nasceu numa região de muita planta, muita chuva, muitos frutos, flores, verduras. E que se casou com uma moça que morava no Quercy. Bastide procura descobrir o que aconteceu quando ele deixou sua terra para viver com a esposa, em uma região árida, onde há a beleza do sol que queima. Sobre isso, Bastide diz o seguinte: "o que caracteriza uma região não é o conjunto de costumes, fragmento de uma evolução parada no seu "élan" dinâmico, mas são estes elementos duradouros que se chamam sol, clima, árvore e rocha: as coisas da terra" E ele acrescenta que: "a gleba é o torrão que modela seus habitantes, o sotaque, a cozinha, a alimentação, as roupas, a sensibilidade, os pensamentos, o imaginário e a mística" Quer dizer, o homem físico, intelectual e místico que é modelado pela terra. Este é um ponto fundamental.

Depois desta descoberta, Bastide estudou Pascal, um físico cientista que tem uma grande obra sobre a epistemologia da ciência onde demonstra, como físico, que a verdade não nasce da verdade. A verdade nasce do erro e, portanto, é preciso descobrir o erro para poder avançar. A indução não é o único método para avançar, pelo contrário. às vezes, ela engana. Não vou retomar toda a história da indução.

O temperamento é também marcado pela terra. Há temperamento no qual o fator água é mais importante do que o fator rochedo. Ou então, o fator fogo ou ar. Então, a personalidade da gente é marcada pela própria terra onde a gente nasceu. Quando uma pessoa deixa a sua terra, sempre leva alguma coisa, tanto da constituição física, psíquica ou mística.

Lamandé escreveu um romance chamado "Teu país será meu" quer dizer: eu quero me identificar com o seu país, porque como posso amá-lo se não amar a sua terra, porque você e sua terra são uma coisa só. Nesse romance, ele conta a sua conversão para a terra da esposa.

Mas, ao mesmo tempo, tem coisas em Lamandé que não se converteram, que ficaram; de tal modo que ele também tem algo a transmitir a essa região, que é uma riqueza que vem de fora. De tal modo que a região não é só uma fidelidade ao passado. É fidelidade também quando acolhe o migrante, o imigrante, permitindo a integração desse migrante e a redefinição da sociedade a partir das migrações ou imigrações<sup>6</sup>

A sociedade brasileira tem que se redefinir como os alemães do Rio Grande do Sul, e lá não é uma província como São Paulo. São Paulo tem que se redefinir; só que São Paulo é um balaio de civilizações: tem os bairros dos judeus, dos asiáticos, dos italianos, como também dos nordestinos, dos mineiros. Cada um procurou reconstituir alguma coisa da sua terra, de seu país, de sua região... Plantaram árvores com as suas frutas, flores, plantas medicinais... Passeando nas feiras, nas ruas mercantis, os turistas, ao ver o que se vende, ao ouvir as músicas, ao cheirar o que se cozinha nas calçadas, pensam que São Paulo é um mundo em miniatura, um microcosmo das nações. É isso que faz a riqueza de São Paulo, que não está presa dentro da racionalidade ocidental. Ela vive uma dinâmica que é extraordinária, pois faz retomar todos os limites que podem existir dentro de uma região como a França, ou de qualquer outro país que gosta de viver sob essa racionalidade ocidental, para acolher as culturas mais diversificadas<sup>7</sup>

As culturas asiáticas, as culturas ocidentais, as culturas do Oriente Médio, as culturas da Austrália; todo esse mundo faz com que ali haja uma possibilidade de descobrir que a humanidade não é a humanidade da Europa. A humanidade

(6) As raízes de Lamandé subsistem, ficam vivas. Elas resistem. Apesar de tudo, Lamandé será sempre na terra do Quercy um "Outro" um que vem de uma "Outra terra". Diferente, Lamandé vai assumir o que nele não se tornou "Quercinois" e transmitir ao povo do Quercy uma riqueza que vem de fora. O migrante, o emigrante, "o estrangeiro" permite à comunidade que o acolheu e na qual ele procurou se integrar, redefinir-se, reconstruir uma nova identidade, tornar-se "Outra".

(7) Ninguém pode negar que a riqueza econômica, científica e tecnológica, cultural e artística de São Paulo brotou da coexistência extraordinária das civilizações, as mais diversificadas do nosso mundo. As fronteiras que dividem as nações apagaram-se para permitir uma convivência fraterna voltada para a construção de um mundo melhor. Não se trata de justaposição de culturas, mas de uma integração que favorece a criatividade e a invenção característica de cada cultura. A bela história de São Paulo é a história ora trágica, ora gloriosa dos seus filhos indígenas, africanos, portugueses, europeus, asiáticos ou orientais, um mosaico cultural vivo.

ou a civilização não é a que o ocidente quer impor, dizendo que "aqui somos desenvolvidos e ali estão os subdesenvolvidos"

Foi contra esse etnocentrismo que Bastide lutou a sua vida toda, para mostrar que o Brasil é o berço das civilizações mais contrastantes e, por causa disso, tem a riqueza que poucos países no mundo têm.

Tanto é assim, que eu, que sou francês, que vim com o meu sotaque (você vão me desculpar por ele), quando voltei para a França, três anos depois de ter chegado aqui, tinha a impressão de ser o mesmo homem, mas meus irmãos me acharam outra pessoa.

O Brasil transforma, não é apenas uma justaposição de culturas e civilizações. Há um fenômeno de integração de tudo isso. Esta é a riqueza do Brasil; a riqueza especificamente de São Paulo. Quando a gente revê a fundação de São Paulo com os migrantes, com os imigrantes, com aqueles que estão aqui faz muito tempo, percebe a história mais bonita do mundo, com uma capacidade de criação, de invenção, de administração, de produção, de comercialização, que só aconteceu, ao meu ver, por causa dessa diversidade de culturas, onde os italianos trouxeram uma coisa, os alemães outra, os portugueses outra, os ingleses outra coisa e, no fim, deu o que São Paulo deu. Quer dizer: uma história que eu acho muito bonita<sup>8</sup>

A partir desse problema da terra, que me parece essencial, eu queria chegar ao que Bastide acha que foi a sua conversão. Porque quando Bastide chegou aqui teve que fazer como o poeta Lamandé, isto é: teve que se aculturar e, portanto, realizar uma mudança para que a terra daqui, com suas culturas, civilizações, seu clima, tudo o que ela é, pudesse transformá-lo.

Então ele começou a descobrir como era e chegou à conclusão de que não poderia entender, de fora, as religiões afro-brasileiras e sua coerência, sem entrar nelas, sem participar. Quando ele foi à Bahia, e ele foi várias vezes (acho que não foi na primeira viagem que isso aconteceu), tornou-se muito amigo das mães-de-santo e dos pais-de-santo, pelos motivos que já falei. E o nosso amigo Jorge Amado acolheu-o e ficou espantado em ver um homem vindo de fora, que nunca conseguiu falar português, embora entendesse tudo, conversar com os pais e mães-de-santo como se sempre tivessem sido irmãos. Jorge diz, em um texto, que não entendia o que eles diziam: era uma mistura de italiano, francês, português que de vez em quando, ele entendia<sup>9</sup> Havia então uma empatia entre Bastide e as mães-de-santo; uma misteriosa cumplicidade mística se criou desde o primeiro encontro entre as mães-de-santo e o descendente dos Camisards.

Como Bastide queria se introduzir mais no candomblé foi procurar o Babalaô que jogava búzios para descobrir seu Orixá. O Babalaô disse que ele era filho de Xangô, que é o Deus do Fogo. A partir do momento que a pessoa sabe quem é o seu Orixá, significa que, de certo modo, ela já entrou na rede mística dos africanos, na mística africana<sup>10</sup>

Depois ele tinha que passar pela "lavagem do colar" O colar é feito de pedrinhas de qualquer material, que o filho-de-santo coloca no candomblé, e as cores são as de seu Orixá.

Para esse colar ter a força do Orixá, tem que passar pelo menos 24 horas mergulhado nas ervas da divindade, em cima de uma pedra que corresponde ao Orixá, para que a força Dele possa passar pelo colar através das ervas. Às vezes, através do sangue de animais, da pedra e da cor.

(8) O avanço científico-tecnológico fez com que o planeta se tornasse nossa terra. A humanidade não se reduz à civilização ocidental. A Nova Ordem Mundial não pode consistir na dominação de uma cultura sobre as outras sob pretexto de que uns seriam desenvolvidos e os outros subdesenvolvidos. Foi contra este etnocentrismo que Roger Bastide lutou a sua vida toda. Neste sentido, São Paulo e o Brasil representam, no concerto das nações, uma esperança, a de um Novo Humanismo que seja o fruto da participação de todas as culturas sem perder a identidade própria de cada uma.

(9) Jorge Amado, que o acompanhou nas suas visitas, testemunha: "Recordo a espantosa conversa entre ele e a mãe pequena da Gomeia, conversa que se desenvolveu num dialeto novo, formado do francês e do nagô, onde reluziam de quando em vez, raras palavras portuguesas como presentes para nós. Como se entenderam o sociólogo francês e a mãe pequena baiana, não sei até hoje, é para mim mistério tão grande quanto o da Santíssima Trindade. Mas a verdade é que se entenderam e esses negros ainda não tomaram conhecimento da situação de estrangeiro de Roger Bastide. Foi como um amigo, um Ogan branco, um baiano bem baiano, comedor de carurú e bebedor de aluá, que os negros receberam na sua intimidade" (Amado, J. 1944)

(10) Ele não viajou para a Bahia com o objetivo de entrar no candomblé. O primeiro passo da iniciação para se tornar Ogan foi com a consagração de uma harmonia preestabelecida, "o encontro de duas histórias, de duas resistências místicas, o diálogo de duas gerações de antepassados cévenols e africanos: a comunhão de duas experiências fundamentais do sagrado" (Beylier 1977). Ogan, filho de Xangô, (o Orixá do fogo), Roger Bastide entrou na solidariedade da mística africana. Até o fim da sua vida, ele ficou fiel a algumas das suas obrigações. A sua iniciação foi uma "conversão".

Uma vez feito isso e que o maná, que é justamente a força mística que vem dos Orixás, passou para as coisas, ele vai receber, na cabeça, as ervas e o sangue que permitiram o maná. Este é o primeiro passo fundamental. Depois tem muitos outros, mas este primeiro é importante para mostrar uma coisa: o candomblé vê o homem inserido na Natureza. O seu corpo está imerso na Natureza: as pedras, as ervas, as cores, os animais, quer seja o ser mineral, animal, ou vegetal. O homem é inserido nessa realidade natural e o seu Orixá só pode entrar nele através da natureza, porque o corpo nasce da natureza.

Então é através dessa vegetação mística, deste mineral também místico, desses canais da natureza que Deus atinge aqueles que Ele vai possuir. Por isso o candomblé é um culto ecológico, porque não tira o indivíduo da Natureza; pelo contrário, ele só pode descobrir de dentro dessa Natureza.

A partir daí, Roger Bastide procurou estudar essa coerência de que estou falando rápida e insuficientemente. Ele descobriu que existe outro tipo de conhecimento. Tem o conhecimento pela inteligência, tem o pela poesia (intuitivo) e tem um terceiro conhecimento, que é o conhecimento pelo corpo.

Eu conheço o meu corpo, com tudo o que sou e com o meu corpo inserido na Natureza. Quer dizer: o africano não diz "eu tenho um corpo" ele diz "eu sou o meu corpo, o meu corpo não é exterior à mim, eu sou o resultado do meu corpo"

Essa dicotomia nós vivemos e ensinamos: esse tipo de dualismo, que piora quando entra também a moral para dizer que a alma é de Deus e o corpo é do Diabo. Aí tem-se uma redescoberta da relação entre o espírito e o corpo.

Tive, recentemente, uma experiência em Fortaleza que vou contar.

Um psicólogo francês que tinha tudo: fama, dinheiro, adoeceu de câncer aos 34 anos. Então, como ele era psicólogo, começou a entrar em si, se descobrindo: "esse câncer deve ser de alguma coisa que é minha e não se realiza" E ele foi fazer um retiro de três anos na Ásia com um sábio.

Três anos ele ficou lá, conversando com o sábio... A sabedoria não é o discurso, a sabedoria é outra coisa, então eles conversavam simplesmente. Faziam alguns exercícios de relaxamento, de reencontro com o corpo.

Em fevereiro deste ano, ele veio a Fortaleza convidado por mim, porque eu orientava uma tese para a qual a sua presença era importante, e tínhamos a sorte de poder ouvi-lo, porque ele hoje viaja muito e tem 80 e tantos anos. Nessa ocasião ele relatou que quando voltou lá do seu sábio, repassou todas as radiografias, tomografias, e quando se compararam as radiografias com as anteriores verificou-se que não sobrou nada, que ele não tinha mais nada.

Isso é importante para ver que, da mesma maneira que o corpo se desmantela, sempre porque o espírito lhe escapa, ele não encontra o espírito. Então há uma interferência entre os dois. Por isso, hoje, tem tantas pessoas que fazem exercícios.

A tese da minha orientanda era sobre o ioga, sobre os que praticam ioga. Ela fez uma pesquisa em toda a América Latina e descobriu que, para quem faz ioga, o problema não é emagrecer e ter um corpo mais sadio. O problema é encontrar uma filosofia de vida, se reencontrar com o seu corpo, o que é uma filosofia. Então, o conhecimento pelo corpo, essa vontade de se redescobrir como mar da Natureza, através do nosso próprio corpo é uma conversão.

A conversão de Bastide foi justamente para poder assimilar e ser transformado pela própria filosofia africana. Esta é uma filosofia que tem uma dialética

(11) Na introdução a *Estudos Afro-Brasileiros* (Bastide 1973), o sociólogo explicita o que ele entende por "conversão": "Eu abordara o candomblé com uma mentalidade etnocêntrica e assim teria de "converter-me" a uma outra mentalidade, caso quisesse compreendê-lo. Pediria que não houvesse equívocos quanto ao sentido de "converter" não se trata de aceitar a existência de um pensamento pré-lógico e de negar a unidade e identidade das estruturas mentais. Certamente todos os homens são idênticos, porém o pensamento puro não existe, pois no seu funcionamento ele sempre se colore segundo as exigências das diferentes culturas no interior das quais se desenvolve. Compenetrei-me portanto que deveria, no momento de entrar no templo, deixar-me penetrar por uma cultura diversa da minha. A pesquisa científica exigia de mim a passagem preliminar pelo ritual da iniciação" (Bastide 1973)

(12) O problema fundamental diante do qual o científico se defronta é o da relação entre Ciência e Cultura. A teoria do conhecimento não pode ficar presa nos limites da racionalidade ocidental no mundo das idéias claras. "Seria preciso ir das idéias claras às idéias obscuras e confusas – do conhecimento "por idéias" ao conhecimento pela carne. O mundo da confusão e da obscuridade, que nossa civilização cartesiana rejeita, ou mais exatamente considera como um conhecimento inferior, inadequado, um conhecimento de segunda ordem, conseqüentemente pouco digno de nos reter... é uma outra forma de saber". O conhecimento pela carne não é uma forma inferior do saber, "é um conhecimento de outro gênero" (Bastide 1965). Se a cultura é essencialmente "obra" do espírito, este espírito é organicamente ligado ao corpo, não somente ao cérebro e aos órgãos dos sentidos como também às vísceras, aos músculos e à pele. O corpo humano é intimamente relacionado com o mundo mineral, vegetal e animal, ao mundo cósmico do qual ele recebe não somente o que precisa para subsistir mas a própria vida. Para poder analisar a complexidade de uma realidade viva, onde o todo não pode ser entendido sem a totalidade orgânica dos elementos que o compõem, onde cada parte não pode ser dissociada do todo, Roger Bastide forjou os conceitos que Levy-Bruhl tinha percebido antes dele: o conceito de participação e o conceito de cisão.

Na relação entre o conceito de participação e de cisão reside a essência do pensamento africano, um jogo sutil entre o diferente e o idêntico, uma ausência de fronteiras que liga as diferentes partes sem confundí-las. O cientista precisa deixar a lógica formal para enriquecê-la por uma dialética mais abrangente do que a dialética marxista, ao permitir pensar a divisão sem distinção, a descontinuidade na continuidade, as oposições dos contrários. O pensamento africano é "um sistema de composições de forças... que seria como um jogo de dialéticas, de complementaridades, de conflitos entre princípios descontínuos". Mas nesta dialética não há síntese. Os elementos contraditórios não desaparecem numa unidade superior. Criase entre eles uma harmonia, "a unidade de um movimento" que une a vertigem da descida dos corpos até a terra e o da subida até a luz" (Bastide 1972).

(13) Sem dúvida, o pensamento sociológico de Roger Bastide posterior à sua "conversão" enriqueceu-se de uma antropologia e etnologia do conhecimento, uma nova epistemologia. Neste ponto, ele vai ao encontro dos físicos modernos que constatarem com muito realismo, quanto a ciência da matéria não orienta para as noções claras. O conhecimento científico revela mais o conhecimento de nós mesmos, de nossa estrutura enquanto seres humanos do que um conhecimento do mundo exterior ou de uma verdade eterna (Espagnat, Bernard d' 1981). Segundo a frase célebre de Heisenberg "A Ciência é apenas um anel na corrente infinita dos diálogos entre o homem e a natureza. Não se pode mais falar de uma natureza em si" (id.)

diferente da dialética da racionalidade científica ocidental. Quando Bastide dizia, por exemplo: "a pesquisa científica exigia de mim a passagem preliminar pelo ritual da iniciação" pedia que não houvesse equívocos quanto ao sentido de se converter. Não se tratava de aceitar a existência de um pensamento pré-lógico, de negar a unidade e a identidade das estruturas mentais. Certamente todos os homens são idênticos, porém, o pensamento puro não existe, pois, no seu funcionamento, ele sempre se colore segundo as exigências das diferentes culturas, no interior das quais se desenvolve.

"Compenetrei-me, portanto, que deveria, no momento de penetrar no templo, deixar-me penetrar por uma cultura diversa da minha. Antes de penetrar no templo, quer dizer, no candomblé, eu tinha que me deixar penetrar por uma cultura que não era minha. Não podia ficar com uma mãe de candomblé sem me converter. Seria uma mentira". Bastide queria ser verdadeiro, então ele se iniciou. É isso<sup>11</sup>

A partir daí ele descobriu um outro tipo de pensamento. O pensamento africano, a filosofia africana, que é uma filosofia baseada em três princípios: o de participação (onde participo de tudo o que é da Natureza), o de corte e o de correspondência<sup>12</sup>

Esses três princípios, que não vou aprofundar, explicaram para Bastide o problema do sincretismo. Não é mistura: posso ser, simultaneamente, do candomblé, filho de Orixá, e da Igreja Católica. Porque são coisas diferentes e há entre elas uma relação, que é a relação da vida do negro o qual, ao mesmo tempo, tem suas raízes e vive numa sociedade católica. Então, para ele, não é confusão. Para ele é a realidade que é assim e não adianta querer que ela seja outra.

Eu diria que Bastide não tem teoria, ele tem um pensamento sociológico, o que é diferente. Quem tem uma teoria defende-a, transmite-a. Ele nunca quis transmitir teoria nenhuma e não quis também ter discípulos, que só saberiam repetir o que ele dizia. O que ele transmite é que, não tendo o pensamento, ele está livre para acolher qualquer pensamento; porque ele não defende a sua própria posição, ele acolhe a dos outros<sup>13</sup>

Há um certo ecletismo, mas não qualquer ecletismo. Ecletismo que peneira o que vem de fora, não a partir das próprias idéias, mas a partir da realidade.

Quando vê que uma teoria ajuda a realidade, a entendê-la melhor, então Bastide a integra, porque é a realidade que manda e não a teoria. Isso dá uma flexibilidade. Um exemplo: ele era anti-durkheimiano e morreu sem ser durkheimiano, quer dizer, positivista. E tem muita gente que pensa que ele foi positivista, durkheimiano, justamente porque, quando estudou os problemas de interpenetração das culturas, ele teve contato com os norte-americanos e com a antropologia cultural norte-americana. E viu que os americanos estavam interessados em saber como fazer para que os negros americanos se tornassem americanos do norte. Era esse o problema: como dizer a esses homens alguma coisa, para que eles se americanizassem em vez de ficar entre eles, lá?

Os norte-americanos começaram a fazer estudos na África e vieram aqui, ao Brasil, também, para comparar. Bastide viu que os norte-americanos estavam certos ao irem procurar, na África, a raiz africana dos africanos da América do Norte. Mas eles pensavam que bastavam algumas soluções para os africanos se integrarem na sociedade americana.

Roger Bastide analisou tudo isso e viu o que estava errado nos norte-americanos: é que eles tratavam os africanos como uma realidade morta, que não vive. O que vive é a América do Norte; os outros são objetos que têm que se integrar na América do Norte. Então, Bastide afirmou que a causalidade externa não é suficiente para explicar os fenômenos, porque o que se fizer, de qualquer maneira, vai ser reinterpretado e recriado pelos próprios negros. Portanto é necessário ligar um com o outro.

Ele era anti-durkheimiano. Seu mestre, Gaston Richard, após ter sido discípulo de Durkheim, foi seu feroz adversário. Apesar disso, Bastide disse: "é preciso voltar a Durkheim para entender a causalidade, que é indispensável para entender a realidade como ela está se passando"

Bastide, ao mesmo tempo, se enriqueceu da antropologia cultural norte-americana, se enriqueceu de Durkheim, sem ser nem antropólogo norte-americano nem durkheimiano. Justamente essa flexibilidade é que permite a ele não se fixar dentro de uma teoria.

E, para terminar, eu diria que, por trás de tudo isso, há uma epistemologia. Estou preparando um livro sobre Bastide (não sei se vou chegar até lá), onde eu gostaria de mostrar que a epistemologia dele é uma epistemologia que justamente tem como finalidade um novo humanismo e como fundamento o pensamento não-ocidental. Quer dizer: o Ocidente, junto com o que não é o Ocidente, precisa se converter, se enriquecer, com diferenças de culturas, para criar um novo humanismo, que não será como antes, ocidentalizado, dominador, egocêntrico, mas que será o humanismo da humanidade e não o do Ocidente<sup>14</sup>

## **Seminário sobre o "Pensamento do Sociólogo e Antropólogo Roger Bastide"**

*Prof. José Luiz Caruso Ronca:*

Agradeço a palestra do Prof. Charles Beylier, mas a nossa tarde não termina aqui. Nesse sentido, eu gostaria de saber se alguém tem alguma pergunta.

*Prof. Sílvio Barros Sawaya:*

Há uma questão, hoje, muito importante entre os arquitetos, que é a redefinição do objeto da Arquitetura. A Arquitetura do edifício isolado se perdeu por volta do final dos anos 60. A partir daí, se vê duas correntes. Uma vai procurar a leitura da realidade da cidade, das suas tipologias e a participação da população. Outra corrente insiste na Arquitetura do edifício. Isso quase provocou uma ruptura em dois sentidos, e hoje é um reencontro. Reencontro, por um lado, por uma crítica à dita "Arquitetura Moderna" e, por outro pelo esforço de conhecimento sociológico, econômico, antropológico e geográfico, criando maior base para o trabalho do arquiteto.

Parece-me que, hoje, ao mesmo tempo em que se projeta alguma coisa, se antecipa, tem-se que verificar a realidade. E é necessário ser muito maleável nisso; não se pode ser categórico, pré-classificatório; é necessário aceitar transformar-se no processo.

Esses aspectos fundamentais que se colocaram na Arquitetura, ou que se obtêm através de uma verificação científica, podiam ser entendidos como os tais arquétipos, que fazem parte do imaginário da humanidade, de cada cultura.

(14) Ao terminar esta rápida apresentação do pensamento de Roger Bastide, eu queria salienta dois aspectos de sua obra. Sociólogo do misticismo, da literatura e da arte, ele foi também estudioso do folclore, da psiquiatria social, das doenças mentais, dos sonhos e das utopias. A heterogeneidade das abordagens não deixa de ter um eixo central: a interpenetração das civilizações. A realidade da vida social é múltipla. Uma especialização demasiada pode prejudicar o avanço das ciências sociais. A interdisciplinaridade é uma exigência da ciência moderna. Neste pequeno ensaio, o nosso propósito era apenas de apresentar uma possível leitura do sociólogo, uma biobibliografia em torno do tema "O Homem e a Terra" por ser um aspecto pouco conhecido da sua trajetória científica.

A interdisciplinaridade conduz a um novo objetivo que é uma preocupação constante do autor da *Antropologia Aplicada* (Bastide 1971). Diante do desencanto anunciado por Max Weber, numa sociedade mundial que pensou conhecer os segredos do progresso e do desenvolvimento, se faz urgente a necessidade de caminhar para um novo humanismo. As culturas nascidas no Oriente abrem uma esperança para a humanidade. No entanto, não há determinismo na História. Elas podem ser recuperadas e integradas a uma sociedade de consumo, como elas podem libertar a sociedade dita moderna das correntes que ela mesma forjou. A responsabilidade é partilhada por todas as culturas e civilizações.

Se não formos capazes de interpretar esses aspectos fundamentais e básicos, arquetípicos, tanto da cultura e do comportamento, como da própria recriação constante da vida social, não conseguiremos fazer essa nova Arquitetura.

Pelo que senti da sua exposição e pelo que me lembro das preocupações de Roger Bastide, me parece que ele antecedeu, em muito, a isso, justamente quando ele aceita ser maleável, para chegar a um certo imaginário básico. Acho que em Arquitetura não temos essa maleabilidade.

Será que não se poderia, numa releitura de Bastide, encontrar hoje, esses elementos básicos na cultura brasileira, tentar redescobrir esses arquétipos, ou essas estruturas básicas, e encontrar uma maneira brasileira de ser, não necessariamente ocidental, mas que pode ser mundial e antecipar alguns aspectos de uma sociedade mundial em formação?

A questão, complicada, no fundo não é uma questão, mas uma preocupação e uma oportunidade, se o senhor pudesse falar a respeito.

*Prof. Charles Beylier:*

Não é muito fácil, mas talvez seria interessante começar com uma pequena reflexão, a partir de dois artigos de Bastide, onde ele mostra que a cidade vertical é quase uma obrigação porque o problema do espaço é um problema real; como São Paulo não pode se estender, já se estendeu até demais, então compensa esse problema criando prédios muito altos.

Bastide faz uma comparação com a França, onde os prédios são um pouco menores. De qualquer maneira, nos dois, três ou quatro primeiros andares fica a burguesia; em cima, a classe média e, debaixo do teto, as empregadas da casa. O que ele notou, aqui, é que a estratificação que corresponde à sociedade francesa não corresponde à daqui, que é uma sociedade ainda muito familiar, com o sentido da família mais amplo.

Os filhos, os pais, os avós, e a empregada da casa; todo mundo participa da família. Bastide ficou feliz de ver que isso foi respeitado mesmo nesses prédios muito altos, onde toda a família se encontra e não há, portanto, esse tipo de estratificação. Isto me parece um aspecto interessante.

Sobre o problema que você levantou, há um outro aspecto também, que é o de poder sonhar. Um povo que não pode mais sonhar, mesmo quando está em casa, é um povo que pode adoecer; o sonho é fundamental. Bastide ficou também feliz de ver que as janelas ocupavam a parede toda, quer dizer: há muito mais vidros, pelo menos em São Paulo, do que antes. Bastide nota que o fato de ver longe, de ter horizonte, e de não ficar numa caixa, é o aspecto fundamental para a convivência da própria família. Porque quando a mãe da família, que está lá quase o dia todo, só tem paredes ou então os prédios do outro lado da rua como horizonte, acho que é desumano mesmo.

Além disso, na disposição dos quartos, da sala de reunião da família, Bastide nota que há o espaço para o encontro da família, o encontro com as visitas, há um espaço muito grande. Isto é também um sinal de uma família aberta, que acolhe.

Sobre a disposição, ele verificou que na distribuição do espaço no apartamento horizontal (aliás, às vezes ele é horizontal e vertical ao mesmo tempo), não sei que estratificação é essa: são as crianças que estão em cima, para os avós ficarem embaixo...

De qualquer maneira, acho que aí há um aspecto essencial: pode-se encontrar um ambiente que seja "um ambiente" Agora, uma observação: os móveis tomam um lugar enorme, de tal modo que as lembranças da família, os retratos, uma pintura, às vezes não têm mais espaço para poderem ser coloca-

dos. E isso também parece um ponto importante, porque um quadro bonito, uma toalha bonita, também alimentam a imaginação.

Além disso, há o passado da família: o retrato do avô, da avó, do bisavô, dos amigos que já faleceram e que a gente quer guardar. Os objetos de arte também não têm mais lugar. Temos armários embutidos, televisão, minicassete, vídeo... Bom, temos que ter tudo isso, mas onde é que o passado da família vai poder se tornar uma coisa visível? São algumas reflexões...

*Prof. José Luiz Caruso Ronca:*

Prof. Charles, quero colocar a problemática do desenvolvimento em face da Antropologia. Ouvindo sua palestra, quando o senhor falou sobre o que é instituído e o que é da instituição, pergunto: o desenvolvimento sustentado também não é uma utopia, no sentido de nós estarmos trabalhando com alguma coisa instituída distante da realidade? Como o senhor vê isso, face à sua visão antropológica?

*Prof. Charles Beylier:*

De fato, eu tive a mesma impressão, que o problema era tentar conceituar utopia e é próprio da utopia ultrapassar-se.

Mas quando pensei sobre esse problema, tive como impressão que muita gente gosta de palavras, de discursos, de conceitos, etc... E, parece-me que a urgência do problema pode esconder o que há por de trás do mesmo.

Então me perguntei: por que é que há planejamento e por que surgem problemas entre planejamento e planejado? O que está por trás desse conflito, dessa dificuldade de fazer um desenvolvimento sustentável e que se sustente? Como é que ele pode se sustentar se o povo não se sustenta?

Gostaria de lembrar uma coisa, que me parece importante: estamos atualmente vivendo uma época extremamente interessante e ambígua, porque é uma época de transição e ninguém sabe para onde vai. Ninguém pode dizer.

Quero voltar ao pensamento dos gregos, quinhentos anos ou mais antes de Cristo, para lembrar que lá, na Grécia, também havia ciência; lá foi o berço da ciência, não é? E o desenvolvimento da ciência se discutia com sábios, na praça pública, que conversavam entre si para saber o que era bom fazer para que a cidade pudesse viver feliz. Havia escravos, também naquela época, mas o problema é que a dominação do Homem sobre a Natureza era controlada pelos próprios sábios que representavam a comunidade. O Saber Técnico era um saber controlado pela comunidade.

Acontece que o desenvolvimento da ciência, naquela época, realizava-se em um ritmo que não tem mais nada a ver com o desenvolvimento da tecnologia e da ciência hoje. Atualmente, o desenvolvimento tecnológico ocorre com uma rapidez cada vez maior: quanto mais descobertas se fazem, mais veloz e ainda a evolução da ciência e da tecnologia. Resultado: a ciência tornou-se "autônoma" em relação à própria "comunidade". Ela se desenvolveu por si mesma; o motor da ciência está dentro da própria ciência.

E não somente a ciência se desenvolve de maneira autônoma, mas em vez de ser controlada pela "comunidade" é ela, a ciência, que vai impor à "comunidade" as suas normas: que vai impor à "comunidade" como ela deve viver, o que ela deve aceitar! isto porque a ciência passou a ser a razão de ser da "comunidade"

Então, essa autonomia tornou-se uma dominação do homem, da "comunidade"! Este é, a meu ver, um dos grandes problemas atuais, porque, de um lado não se pode evitar que as descobertas e os projetos tecnológicos continuem;

de outro lado, não se pode assistir passivamente à dominação da "comunidade" pela ciência.

Além desse crescimento da tecnologia, há um outro aspecto que gostaria de destacar: a generalização do projeto tecnológico, científico, etc. Em outras palavras, o produto da ciência tende a unificar a Humanidade; você fica no Brasil, ou vai à França, a América do Norte ou à Alemanha, você verá todo mundo de jeans, de cabelo curto... – quer dizer: há uma moda, há costumes, há valores que vão se comunicando através dos meios de comunicação, de tal modo que o mundo diminui de tamanho, o mundo entra na sua casa.

Essa generalização tende para uma estandarização, que, portanto, carrega com ela uma nova concepção da vida. A vida muda, a família muda, os valores mudam, a sexualidade muda, tudo muda.

É preciso saber que estamos num momento de transição e que, portanto, não se pode encontrar soluções que sejam definitivas.

Agora, diante dessa mudança, parece interessante justamente notar que a sociedade reage. Ela reage, não fica parada, exatamente como o corpo faz, quando as condições atmosféricas mudam. O próprio sistema do corpo humano muda também. A gente se adapta.

Eu queria colocar três sinais: o primeiro é que numa época de estandarização, as minorias culturais reivindicam o direito que elas têm de viver. Se você observar: o Rio Grande do Sul quer a independência; o Canadá tem um Canadá francês que quer ser livre; na Rússia há um esfacelamento de todas as minorias que querem voltar a ser o que elas eram; na França, a Bretanha não quer ser separada, mas também não quer ser como qualquer outra província; cada província da França quer reencontrar a sua identidade e as próprias raízes. Aí se encontra um tema bem "bastidiano"; é que a terra cria uma cultura.

Isso tem conseqüências também sobre a Arquitetura, porque se você constrói num bairro de judeus, você vai ter uma problemática um pouco diferente, que devesse ser levada em conta, também, e assim por diante.

Então há um regionalismo que é extremamente interessante para permitir às pessoas reencontrarem suas raízes culturais.

O outro aspecto: normalmente, com o desenvolvimento da ciência, tudo o que devia ser religioso, deveria desaparecer, não é? Ao contrário do que está se passando. Atualmente todos os conflitos no mundo são conflitos religiosos. É um fato. Até na Bósnia é um problema muçulmano; na Rússia, também; quer dizer; não há uma guerra que não seja religiosa; na Irlanda, etc.

Isso também é um aspecto que me parece importante: o sagrado é uma dimensão do homem! O sagrado é dele, o homem fabrica o sagrado de qualquer maneira.

Portanto, o sagrado se manifesta através de guerras, movimentos. Por exemplo, na Igreja Católica existe o Movimento Carismático, que, a meu ver, é muito problemático, porque desenvolve uma espiritualidade que tem coisas boas: de um lado, escapa ao controle dos cléricos, do vigário, dos padres: a pessoa dirige-se diretamente ao Espírito Santo; de outro lado, ele é terapêutico porque permite que muitas pessoas, que vivem um drama interior, encontrem uma maneira de extravasar, de dizer o que tem dentro. Há um aspecto comum a qualquer religião: ser uma terapia.

Há, além disso, a utilização política, feita da ligação com outros movimentos, porque o religioso sempre é, para o político, um chão fértil, um campo impor-

tante. Todo político vai à caça de qualquer religião, porque nela há uma freguesia segura.

Acho, além disso, que há o sagrado aberrante, que se torna loucura. Um exemplo: há pouco tempo aquela seita que se suicidou, em massa. É um fenômeno que deve ser levado em conta: a loucura também é a doença do sagrado.

O terceiro ponto é o surgimento dos movimentos populares no Brasil. A cidade se tornou o palco onde o povo vem dizer o que ele quer. Aí não são mais os sábios não, são as crianças que vão à rua para se manifestar, são os alunos do colégio, são os universitários, são os aposentados, são os advogados... Lá em Fortaleza, uma grande parte dos profissionais foram à rua... à rua, à praça pública... Aqui em São Paulo, a praça da Sé, a avenida Paulista tornaram-se locais onde o povo diz o que ele é, o que ele quer.

Às vezes, então, deseja-se saber o que o povo é e o que quer – eu não disse que ele quer, só o que ele vem reclamar. Mas o que ele vem reclamar supõe, primeiro que há uma organização, porque ninguém vai à rua sem estar ligado a um grupo: um imperativo interior, pessoal, que é o que há em cada indivíduo.

Acho que todos esses são sinais de uma contramodernização: diante de uma ameaça à sociedade, esta segrega seus anticorpos de tal modo que possa sobreviver, apesar dos desencontros entre a ciência e a comunidade.

É quando a sociedade procura encontrar o seu papel.

*Prof. Lauro Bastos Birkholz:*

A sociedade reage quando encontra elementos que não lhe satisfazem; então, como encararia um programa de desenvolvimento planejado que evidentemente não possa ser discutido com a comunidade?

Gostaria de saber o seguinte: é correto um grupo de pessoas tentar dar uma solução no sentido de melhorar o nível de vida da sociedade? Esse grupo pode não ter a certeza de que aquilo que vai fazer, dará certo. Então, com medo de que não dê certo, ele nada faz.

O senhor acha conveniente alguém fazer e agir apesar de saber que o seu resultado possa não ser totalmente satisfatório? Isto, porque ninguém tem a previsão ou pode saber de antemão o que a sociedade vai querer. Ou, então, ninguém pode esperar que a sociedade resolva, por si, os seus problemas.

Acho que isso nós nunca vamos conseguir. A própria sociedade, em si, só pode dizer o que tem que ser feito através de seus líderes, e será que estes representam a sociedade ou alguém pode propor uma reforma, ou um tipo de solução, mesmo com medo de que aquilo não seja correto?

*Prof. Charles Beylier:*

A pergunta do senhor é interessantíssima e muito complicada. Não pretendo dar uma resposta certa: quero dar minha opinião.

O que quero dizer é parte do que eu vivi, isto é, dos fatos. Acho que estamos em uma situação em que só experimentando sabe-se o que dá, o que não dá e por quê dá ou não. E nunca dá perfeitamente, mas acho que é importante partir da experiência. Faz-se uma experiência numa rua, num projeto de construção de um bairro, de um prédio.

Acho que é um problema de exercício da democracia. O povo tem que dizer, ele tem que aprender a dizer. Ele não foi convidado nunca. Então não é de se estranhar se é a primeira vez que ele vai se reunir e oferecer suas idéias.

Gostaria de falar de experiências. De uma, eu participei, há um certo tempo, numa favela, fruto de uma invasão numa área nobre. Era um terreno de relevo

acidentado, meio escondido. Ninguém viu a invasão. O dono acordou e tentou expulsá-los. Então eu fui chamado a ajudar, porque senão os invasores seriam expulsos. Para mim, a terra é para o povo morar. Portanto, achei que era minha missão fazer com que eles se organizassem. Então ele se organizaram.

Havia naquela época, em Campina Grande, uma turma de planejadores urbanos. Era uma equipe excepcional. Tão excepcional que chamou a atenção de Macnamara, quando este era Presidente do Banco Mundial. E o projeto de Campina Grande, dessa equipe, que começou a se realizar nessa favela chamada "Pedregal" era um projeto não somente para dar a moradia, mas para dar a possibilidade de viver através de um pequeno artesanato, que eles mesmos faziam.

O problema da moradia não é só a moradia, é a sobrevivência. Portanto, quando se resolve o problema da moradia sem resolver o problema da sobrevivência, não se resolve coisa nenhuma, porque logo que precisarem de dinheiro, os favelados vão vender a sua casa e construir uma favela em outro local. Com o capital, eles vão poder até colocar uma banquinha para vender um pouco de carne, etc... e pronto!

O problema da sobrevivência é o problema fundamental. Lá em Campina Grande os favelados tinham todo um projeto; não somente de organização, mas até de traçado urbano sobre o qual refletiram: as ruas não eram retas, não se cortavam com um ângulo de 90 graus pois, como os planejadores falavam: "as ruas deveriam ser dispostas conforme o relevo do terreno" E isso era importante justamente porque permitia as águas correrem, sem destruir o terreno.

Os planejadores ajudaram os favelados. Assim, estes elaboraram o projeto, junto com os planejadores, que iam lá duas vezes por semana.

Mas esse projeto não foi para frente, porque havia um grande projeto, com milhões de dólares da América do Norte, a fundo perdido, para todas as favelas de Campina Grande.

Então resolveu-se fazer um seminário, para o qual convidamos a Eva Blay para participar, juntamente com outros 100 alunos e 50 professores de todas as áreas do conhecimento: de Português, Biologia, Educação, etc.

É bom para o povo, para os planejadores, apoderar-se do projeto e reformular o projeto, em função do que eles pensam e também para que eles possam descobrir por que é importante ter água com filtro, ter água encanada, ter sanitário, e assim por diante. Quer dizer: uma educação do povo para eles viverem, construir e se transformarem no projeto.

Realizou-se aquele seminário e a equipe, que era de cientistas, os planejadores da Condeca, se apresentou dizendo: "nós achamos que essa maneira de trabalhar era a melhor" Fizeram uma apresentação do planejamento dessas favelas, sem esconder os limites e as questões que ainda tinham na cabeça.

Imediatamente, a Câmara Municipal interveio, dizendo: "como é que vocês, em quem nós confiamos, podem criticar seu próprio planejamento? Se ele não presta, por que então o fizeram?" O diálogo não foi possível por questões pessoais ligadas à Câmara e à Prefeitura.

Aí acabou-se o projeto e o seminário não pôde terminar. Tivemos que parar, porque o reitor nos disse: "meus amigos, se a gente entrar em conflito com a prefeitura, uma vez que nós pertencemos a ela, vão nos jogar para fora: do reitor até o varredor" Devo explicar que, nessa época, eu era professor da Fundação de Campina Grande, que é municipal. Só posteriormente me tornei professor da Universidade Federal.

Quero justamente mostrar que não há planejamento urbano neutro, ele não existe e tem sempre certa visão política, e é essa visão que, de fato, não foi aceita pelas autoridades.

Os fracassos também são interessantes, porque a gente aprende, não é? Mas o povo, os alunos e os professores estavam prontos para trabalhar, para que um plano se tornasse uma colaboração entre planejadores e planejados, isso não há dúvida.

Atualmente, eu poderia contar outras histórias... Há um projeto em andamento lá no Ceará. Estamos trabalhando num conjunto habitacional.

Dois bairros constituem um conjunto. Conseguiu-se fazer um convênio com a Prefeitura, para que o povo não utilizasse a casa de moradia para trabalhar. Havia um serralheiro que fabricava as grades, as janelas de ferro, outro consertava televisão, outro era marceneiro, outro consertava geladeiras; tudo dentro de casa!

Reunimos todo mundo e dissemos: "e se a gente criasse aqui um centro de microempresas? Todas as atividades reunidas no mesmo lugar, com coisas comuns, mas cada atividade com as suas repartições. Há um terreno e a gente poderia, então, ter as facilidades da microempresa, e vocês poderiam viver tranquilamente em casa"

Além disso, cada um estava de acordo em ensinar sua arte a muitos meninos do bairro. O Senai se propôs a formar os artesãos para ensinar, porque eles sabem muito bem trabalhar, sem saber transmitir. Além disso, o Senai se dispôs a acompanhar não somente os artesãos como também os aprendizes, para que estes também pudessem (isso seria só um curso de iniciação) continuar a trabalhar no próprio Senai, à noite, para completar a formação profissional.

E o Senac também, porque as mulheres, dentro de casa, fazem bolos, fabricam roupas para crianças e adultos, etc. Eles formaram uma associação que já foi reconhecida oficialmente.

Na véspera de sair de lá inauguramos, não o Centro da microempresa, mas um centrozinho onde eles teriam as aulas para poderem refletir sobre o aspecto tecnológico e também poderem se preparar para o segundo grau.

Para que houvesse ressonância política ante o prefeito do município, perante o governador, porque isso deve interessar ao governador, convidamos esses políticos. Mas como eles não haviam estado no início do projeto, não se interessaram, não deram satisfação, não apareceram.

É aqui que se encontra um dos problemas fundamentais: o que é participação para o povo? É ser manipulado pelos políticos, que consideram a participação como a integração do povo ao pensamento dos planejadores, ou é o contrário?

*Prof. Ricardo Toledo:*

Tenho muita curiosidade em saber a sua opinião a respeito do papel que, atualmente, têm os Movimentos Evangélicos, essas seitas novas. Toda a experiência que o senhor relatou é sempre na direção estruturante; quer dizer, os movimentos que agem junto com a Igreja Católica, os movimentos cristãos realmente têm um sentido estruturante da participação política, social, etc... Em outras palavras, existe sempre a admissão de uma intermediação entre a vontade, a necessidade individual e o seu cumprimento através de uma entidade social coletiva. A Igreja Evangélica, por outro lado, não! Essas seitas, que estão surgindo, se propõem a fazer uma ligação direta entre o indivíduo e a divindade, digamos. E hoje é uma plataforma política não desprezível o papel que tem a bancada evangélica no Congresso Nacional. Essa bancada tem tido

um comportamento do tipo mais conservador. para não dizer reacionário, dentro de qualquer movimento de cidadania, de direitos sociais.

Então, eu queria saber como o senhor avalia essa situação?

*Prof. Charles Beylier:*

De fato, há um problema. Não coloquei no relato dessa experiência em Fortaleza, mas na realidade, a gente trabalha com a Assembléia de Deus. É uma colaboração um pouco difícil, mas na inauguração que fizemos antes de vir para cá, havia um representante dos protestantes evangélicos.

É verdade que a maneira de ver dos evangélicos é diferente da visão que eu tenho, por exemplo. Pelo seguinte: é que esses novos movimentos, não só dos protestantes, mas dos carismáticos da Igreja Católica, dos judeus, dos islâmicos (eu diria também, de um certo modo, a visão de João XXIII, e de João Paulo II, o Papa atual) têm uma maneira diferente de ver o papel da relação entre a modernização e a religião.

Isso foi estudado por um sociólogo francês, do *CNRS*, que escreveu um livro que se chama "A Revanche de Deus" Nesse livro ele faz uma comparação entre religiões que são extremamente diferentes. Porque o judaísmo, o islamismo, todas essas religiões são bíblicas, isto é, elas têm em comum a Bíblia.

Ele nota o seguinte: enquanto, antes, as religiões procuravam se adaptar à modernidade, hoje, com a crise da modernidade, elas não procuram mais se adaptar. A modernidade já falhou, já demonstrou que é incapaz de ajudar o homem a viver.

Portanto, não é ela, não são os cientistas que têm a solução: são as religiões que devem dizer aos cientistas o que é e como é que eles deveriam fazer.

Há o que o autor chama de "revanche de Deus" Diante dessa natureza que se desmancha, que se destrói por si mesma, pela própria ganância do homem que só vê nela motivo para lucrar, é preciso uma conversão da humanidade.

A Igreja é que tem o segredo da renovação da humanidade e, portanto, também do controle do desabamento desta. Isso me sugere um fenômeno que a realidade parece confirmar. Não concordo com isso. Constatado, simplesmente, que hoje, quando André Malraux disse que o séc. XXI seria o século do sagrado, aliás o séc. XX também, eu acho que há algo aí que é um fenômeno social, diante do progresso gigante da ciência e da tecnologia.

*Prof. Carlos Eduardo Zahn:*

Não é bem uma pergunta, mas uma série de considerações que eu queria que o senhor fizesse, a respeito de uma temática complexa que o senhor levantou: a questão do regionalismo.

O senhor disse, há pouco, que o regionalismo é uma das manifestações de necessidade de encontro da população com as suas raízes culturais. Na primeira parte da sua palestra, o senhor falou várias vezes na questão regional, que a região modela os seus habitantes e que há uma necessidade de se deixar modelar, dentro do pensamento de Roger Bastide, de se deixar penetrar pela cultura de onde se está.

Tendo isso como pano de fundo, e tendo em vista o processo de ocupação do Brasil, que é um processo, de um lado, muito recente e, por outro, de ocupação tradicionalmente predatória, a pergunta que fica é a seguinte: qual é a perspectiva de um regionalismo no Brasil de hoje, tanto na escala do Brasil, como na de um Estado onde se tenta fazer e construir uma série de instituições, apesar desse quadro predatório, desse quadro sem passado e sem raízes?

*Prof. Charles Beylier:*

De fato, acho que é um problema difícil, complexo, sobretudo porque estamos justamente numa época de crise. De crise, como já falei: uma crise da racionalidade, uma crise da razão. Ela foi estudada por uma pessoa, por toda a Escola de Frankfurt, que se perguntou (e o último, o mais avançado, é Habermas) como é que um país, mais desenvolvido técnica e culturalmente, também pode gerar o nazismo, a matança de milhares de judeus e o racismo que se vê ultimamente que não morreu?

O que é a razão humana. a crise da razão humana?

Isso foi apenas um dos aspectos questionados, mas eles continuaram. Com Habermas, especialmente, temos um pensador extremamente instigante e profundo.

Mas em todos, Adorno, Horkheimer, Benjamin, há uma visão que me parece extremamente importante. Também para Ricoeur a crise não é tanto da razão, como, do sentido, quer dizer: para quê?... para onde vai?... Esse sentido, que o positivismo quis eliminar, é a questão que nos devemos fazer. É a ciência que tem a resposta, e não adianta perguntar hoje, pois a ciência não a pode dar. A eliminação de todo aspecto ético, pelo positivismo, chegou ao que nós temos agora.

Retomando, acho que, nessa época de transição, não se pode definir muitas coisas; o que se pode é acompanhar. é questionar. Os valores estão se esfacelando; não há mais os critérios que existiam antes; não existem da mesma maneira, agora. A concepção do amor e da família mudou, como já falei. O pai de família, vocês sabem disso melhor do que eu, que quiser continuar a dizer: "eu falei e está falado" vai ver a criança rir, o jovem dizer: "você está quadrado?" Hoje, os pais falam e não está falado; o padre fala e não está falado: não tem mais esse negócio de "falado" Há, portanto, o diálogo. O jovem quer poder dialogar. Dialogar com o pai, com a mãe! Se o pai e a mãe não aceitam, tanto faz: "deixa pra lá, não presta" Aí, vai dialogar com outros e outras.

Acho que aí há um enorme progresso da consciência humana. É a chance dos pais, que não conseguem mais mudar, de poderem se renovar no contato com seus próprios filhos, de sentirem, através deles, as mudanças que a sociedade está passando. E aceitarem que eles fazem besteiras. (A gente não faz?) Dizia-se que, nós, velhos, achamos que a nossa infância era perfeita.

Nunca falamos das besteiras que fizemos. E a gente fez as mesmas besteiras que eles. Acho que é bom ver essa mudança, muito rica de possibilidades e de ambigüidades: as coisas não estão feitas. Os jovens são o reservatório da ética do Brasil, só eles acreditam nisso. Talvez eles estejam muito enganados, mas, graças a Deus, eles ainda têm essa esperança; assim, pelo menos, vão ajudar o Brasil a caminhar, com a cara pintada de verde, amarelo ou preto.

É a maneira deles manifestarem sua alegria, o que são, o samba que eles dançam, ao mesmo tempo em que eles colocam o Collor num caixão. Tudo isso mostra uma esperança muito grande na juventude do Brasil.

O que eu quero dizer é que não tem resposta, a não ser descobrir essas coisas que estão nascendo agora. A mudança da concepção do corpo e do sexo, fazendo parte do amor; repensar o dualismo em que nós fomos criados. Não é para desvalorizar a sexualidade, mas para valorizá-la. Como sou padre, quando falo, digo também cristamente: reencontrar o próprio corpo, que faz parte do nosso ser.

*Prof. José Luiz Caruso Ronca:*

Como não há mais perguntas, em nome da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Comissão de Pós Graduação, agradeço a presença do Prof. Charles Beylier, que tanto enriqueceu esta inauguração da Sala Professor Dr. Luiz de Anhaia Mello.

*Prof<sup>a</sup> Gilda Collet Bruna:*

Faço minhas as suas palavras. Espero que todos aproveitem a Sala Professor Luiz de Anhaia Mello. Muito obrigada.

## **Bibliografia**

BASTIDE, Roger. *Problèmes de la Vie Mystique*. Paris: Armand Collin, 1931. 214p. Trad. Portuguesa. Lisboa, Europa-America, 1959. 181p.

———. *Eléments de Sociologie Religieuse*. Paris: Armand Collin, 1935. 204p.

———. *Poetas Afro-Brasileiros*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1943. 158p.

———. *Arte e Sociedade*. São Paulo: Martins Ed., 1945. 252p.

———. *Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945. 247p.

———. *Poetas do Brasil*. Curitiba: Guaira. 150p.

———. *Le Candomblé de Bahia* (rite Nagô). Paris: La Haye, Mouton e Cie, 1958. 260p.

———. *Les Religions Africaines au Brésil: Vers une Sociologie des Interpénétration de Civilisations*. Paris: PUF, 1960. 578p. Trad. Maria Eloisa Capellato e Olivia Krahenbuhl. São Paulo: EDUSP 1971. 567p.

———. *Antropologia Aplicada*. São Paulo: Perspectiva, 1979. 196p.

———. *Anatomie d'André Gide*. Paris: PUF 1972. 176p.

———. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, Col. Ciências Sociais, 1973. 384p.

ESPAGNAT, Bernard d'. *A La Recherche du Réel. Le Regard d'un Physicien*. Paris: Bordas, 2<sup>a</sup> Ed. 1981. 194p.

## **Organizadores**

José Luiz Caruso Ronca

*Professor Titular do Departamento de Projeto da FAUUSP*

*Presidente da Comissão de Pós-Graduação – FAUUSP (de abril de 1991 a fevereiro de 1994)*

Carlos Eduardo Zahn

*Prof. Dr. do Departamento de Projeto da FAUUSP*

## **Expositor**

Brenno Cyrino Nogueira

*Prof. Dr. do Departamento de Projeto da FAUUSP*

## **Conferencista**

*Charles Michel Marie Joseph Beylier*

*"École des Hautes Études en Sciences Sociales" – Paris – Doutor*

*Professor Adjunto no Curso de Mestrado em Sociologia*

*Universidade Federal do Ceará*

*Observação:* Notas do Prof. Charles Beylier (organizadas pelos professores doutores Ronca e Zahn)

# Sobre o Espaço Natural e a Forma Urbana: à guisa de posfácio

**Geraldo G. Serra**

## **Resumo**

As dificuldades da pós-graduação e da elaboração da tese. A abordagem científica das questões formais do espaço natural e urbano. A especificidade dos estudos urbanos e o rigor terminológico. Instrumentos, técnica e tecnologia. Projeto e construção. A possibilidade dos juízos de valor sobre as adaptações espaciais e suas aglomerações. As adaptações espaciais e a sua simulação: a operação com modelos.

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "O Espaço Natural e a Forma Urbana" apresentada em maio de 1985.  
Orientador: Prof. Dr. Ariosto Mila*

## **Abstract**

Difficulties of the post-graduation studies and of the thesis work. The scientific approach to the natural and urban space formal questions. Specificity of the urban studies and terminological rigor. Instruments, technique and technology. Design and building. The possibility of a value judgment about spatial adaptations and its agglomerations. The spatial adaptations and its simulation: models operation.

## Introdução

O presente texto versa sobre a tese de doutorado que defendi em 1985 na FAU. Além de resumir os aspectos fundamentais daquela tese, apresenta considerações resultantes do debate com meus alunos e de meditações ulteriores. Essas meditações foram provocadas por algumas idéias sugeridas pelo trabalho de pesquisa e que não pude desenvolver durante o meu doutorado e, também, pela confrontação das conclusões da tese com outros cenários e com outras idéias.

Em 1987, publiquei o livro *O espaço natural e a forma urbana*, cujo texto, a menos de pequenas revisões, era a minha tese de doutorado. Alguns anos depois publiquei o livro *Urbanização e Centralismo Autoritário*, baseado em minha tese de livre-docência. A disciplina Obras Urbanas, que venho lecionando na pós-graduação da FAU, toma esses dois livros como textos básicos. Pude, assim, ao longo de diversos cursos discutir essas idéias com meus alunos e ouvir suas dúvidas e críticas. Agora, ao abordar outra vez essa temática, o faço dentro da perspectiva crítica que esses debates propiciaram.

Este texto foi escrito para pós-graduandos em Arquitetura e Urbanismo. Não pretende acrescentar muito àquilo que já foi dito no livro. Pretende, isso sim, fornecer ao pós-graduando um depoimento franco sobre as dificuldades que o desenvolvimento de uma tese de doutorado apresenta, principalmente quando o seu autor está realmente imbuído da intenção de acrescentar um pequeno tijolo ao edifício do conhecimento. Tenho a pretensão de que ele possa ser útil para aqueles que, estando embrenhados na selva dos conceitos e dos dados, sintam-se um pouco perdidos. É comum que nessa luta apresente-se com freqüência a tentação de mudar de tema (ou de orientador!) ou se instale a dúvida sobre a capacidade de concluir o caminho iniciado.

A pós-graduação está, entre nós, dividida em duas etapas: o mestrado e o doutorado. Ora, dadas as características com que essas etapas estão definidas, o que se pede ao mestrando é que se torne um pesquisador e do seu trabalho se espera que esgote o conhecimento em determinada área, ligada ao objeto de sua dissertação. Se não parece possível fazer isso é porque o objeto é grande demais ou excessivamente ambicioso e deve ser melhor definido e circunscrito. O doutorando é já um pesquisador e da pesquisa se espera o novo, o original... Tenho insistido, durante anos, que o produto da pesquisa é uma descoberta ou uma invenção. Admito que, no caso de disciplinas ligadas à tecnologia e às artes, a invenção possa ser apenas uma inovação. Mas, em qualquer caso, a tese de doutorado não pode ser uma dissertação por maior e mais completa que o seja, pois o dissertar sobre determinado tema não implica necessariamente inovação.

Por vezes tenho estado em bancas em que se pede ao doutorando que mostre qual é a sua hipótese e onde está a demonstração. Ora, a tese, apesar do nome, não precisa ser um silogismo, embora deva ser lógica. Na verdade é mesmo absurdo pedir de um trabalho científico, pela própria natureza indutivo, que apresente uma dedução cabal da sua verdade, como se se tratasse de um teorema. A lógica deve presidir todas as operações com proposições, mas o método científico pretende apenas induzir proposições gerais de um conjunto suficientemente amplo, mas necessariamente finito, de observações.

Sobre o conteúdo de inovação das teses é preciso reconhecer que, às vezes, embora no global o conhecimento novo produzido não pareça muito importante, pode ocorrer que para atingir aquela conclusão se tenha desenvolvido um grande número de pequenos passos, todos eles inovadores. A inovação pode

estar na metodologia ou no desenvolvimento de uma taxionomia ou de uma terminologia mais adequada.

Na nossa época, o avanço do conhecimento dá-se pelo trabalho coletivo de inúmeros pesquisadores, cuja condição de cientista decorre da aceitação de um conjunto de regras sobre a verificação impessoal dos resultados do seu trabalho, as quais o legitimam. Por isso, o isolamento é a forma que a barbárie assume na universidade moderna. A primeira daquelas regras diz que o pesquisador deve deixar absolutamente claras as suas fontes, os seus dados e os seus métodos, não por qualquer princípio ético abstrato, mas para que seja mais fácil à comunidade científica verificar os seus resultados, para rejeitá-los ou aceitá-los e, no devido tempo superá-los, fazendo assim com que o conhecimento avance.

Nos dias atuais, esse processo ganhou uma dinâmica extraordinária mercê das inovações tecnológicas. Um ilustre colega me dizia em certa ocasião, querendo ironicamente referir-se ao atraso em que se encontrava determinada universidade estrangeira, que "lá, eles ainda lêem livros!" Está evidente que todo pesquisador deve ler muitos livros! Contudo, o que o meu amigo queria dizer é que nos encontramos num momento em que a rapidez do processo de inovação e de desenvolvimento do conhecimento é tal, que quando algo chega a ser editado na forma de livro, provavelmente já estaria superado, e que o pesquisador atualizado emprega o seu tempo de leitura lendo os periódicos da sua área. Ressalvado o evidente exagero dessas colocações, cabe lembrar que a "descoberta" da fusão nuclear a frio foi transmitida à comunidade científica por fax e rejeitada pela mesma comunidade por fax também. Nos tempos de Newton, quantos meses demorou Leibnitz para tomar conhecimento dos "Principia"? E agora, parece que alguns só lêem o "e-mail" pois lhes repugnam as "hard copies" de qualquer tipo!

## **As Relações Formais do Espaço Natural e da Estrutura Urbana**

A hipótese básica sobre a qual trabalhei no meu doutorado afirmava que existem relações de determinação entre a forma do espaço natural e a forma urbana ali construída. Como havia eu chegado à tal hipótese? Trata-se de algo óbvio ou evidente?

Uma hipótese é uma idéia explicativa do real, a qual ainda não podemos afirmar ser verdadeira, pois o método científico exige a demonstração de que em muitos casos observados por comparação com outros, ditos de controle, eliminadas as coincidências e fatores acidentais (na medida do possível!) aquela proposição é verdadeira. Sobre essa questão, remeto o leitor interessado às obras de Khun, Bunge, Vieira Pinto e Vargas. Para os que preferem se abeberar nos textos básicos, recomendo Hume.

A idéia de que a forma das cidades estava profundamente determinada pela forma do espaço natural onde elas haviam sido construídas, me havia ocorrido pela observação, ao longo de muitos anos de trabalho de dezenas de diferentes cidades brasileiras. Havia medrado na cesura entre esses muitos objetos concretos (Bunge) e os textos onde eu procurava explicações para a variedade na similaridade. De um lado os textos pareciam procurar a regularidade no meio da diversidade, de outro lado o que nos interessava era exatamente essa diversidade.

Em geral, o pesquisador pretende afirmar que encontrou uma proposição ou um conjunto de proposições, que são verdadeiras para inúmeros objetos

concretos examinados e que, em decorrência, são também válidas para todos os demais objetos da mesma espécie. Essa proposição ou conjunto de proposições é, portanto, uma teoria ou um modelo daqueles objetos concretos e de suas relações. Ora, a maioria esmagadora dos textos sobre a cidade foram escritos por pesquisadores das ciências sociais. Seu trabalho busca encontrar padrões na dinâmica das forças sociais construtoras da cidade. Forma para eles é modo de existência e não "contorno externo dos objetos" como diria Locke. Estão preocupados com o que há de comum entre as cidades, enquanto nós, que lidamos com a forma urbana, estamos preocupados com o que há de diferente entre elas.

As dificuldades, por conseguinte, radicavam em camadas mais profundas do fenômeno da aglomeração das adaptações espaciais construídas pelas sociedades humanas. Originavam-se na própria definição do objeto da pesquisa e da terminologia adequada a essa investigação.

Um bom exemplo dessa dificuldade está em *La question urbaine*, livro obrigatório nas nossas bibliografias nos últimos 10 ou 15 anos. A divisão dos "elementos" da cidade naqueles destinados à produção, ao consumo, à troca e às funções simbólicas ou de gestão, constitui uma teoria que explica o que há de comum a todas as aglomerações. Ora, como nós estamos preocupados com a forma dessas aglomerações, nos interessa saber exatamente porque elas são diferentes! O objetivo, portanto, é a determinação dos fatores que determinam formas urbanas diferentes. Os arquitetos e urbanistas querem saber como é gerada a forma urbana, o "contorno externo" da cidade, e como podem intervir na construção dessa forma. E essa forma, não é o modo de existir, mas aquilo que se percebe no espaço.

Formular uma boa hipótese de trabalho costuma ser mais difícil do que mostrar o seu valor de verdade! Na tentativa de expressar, para mim mesmo e para os meus colegas, uma hipótese que ainda não estava clara, comparava eu Jundiaí com Itu, e perguntava se era possível que uma pessoa se equivocasse, isto é, que estando em Jundiaí pensasse estar em Itu, e vice-versa. A resposta é obviamente negativa, pois tratam-se de duas formas espaciais completamente diferentes. Contudo, as teorias sócioeconômicas disponíveis, inclusive a de Castells, pareciam indicar que se tratavam de dois objetos senão idênticos, pelo menos muito parecidos. Ora, apesar das evidentes similaridades no seu desenvolvimento, o que realmente tornava esses dois objetos completamente diversos era a sua forma, o seu contorno externo. E esta me parecia profundamente determinada pelos sítios em que haviam sido erguidas aquelas cidades, completamente diversos.

Era preciso ainda reconhecer que, longe da pretensão de criarmos espaços, o que realmente fazemos é promover adaptações num espaço natural dado ou como acontece na imensa maioria das vezes, readaptar espaços adrede adaptados. Um lote ou mesmo uma gleba urbana são espaços adaptados, pois situam-se em meio a uma grande aglomeração de obras de infra-estrutura viária que lhe conferem forma.

Embora para muitos essa proposição possa parecer óbvia, o fato é que não é fácil prová-la. Além disso, a tentativa de comprovar essa hipótese levou-me a inúmeros outros estudos, que em muitos casos pareciam tão ou mais importantes do que a questão central sobre a qual eu me debruçava. Rapidamente percebi que a terminologia utilizada nos estudos urbanos era uma algaravia espantosa, decorrente de serem os diversos autores originados em áreas do conhecimento muito diferentes. Economistas, geógrafos, sociólogos, psicólogos e engenheiros utilizavam as próprias terminologias, em geral cunhadas

para encontrar o padrão entre inúmeros fenômenos urbanos diversos, e quase nunca preocupados com a forma desses objetos, com aquilo que era peculiar a cada objeto concreto considerado.

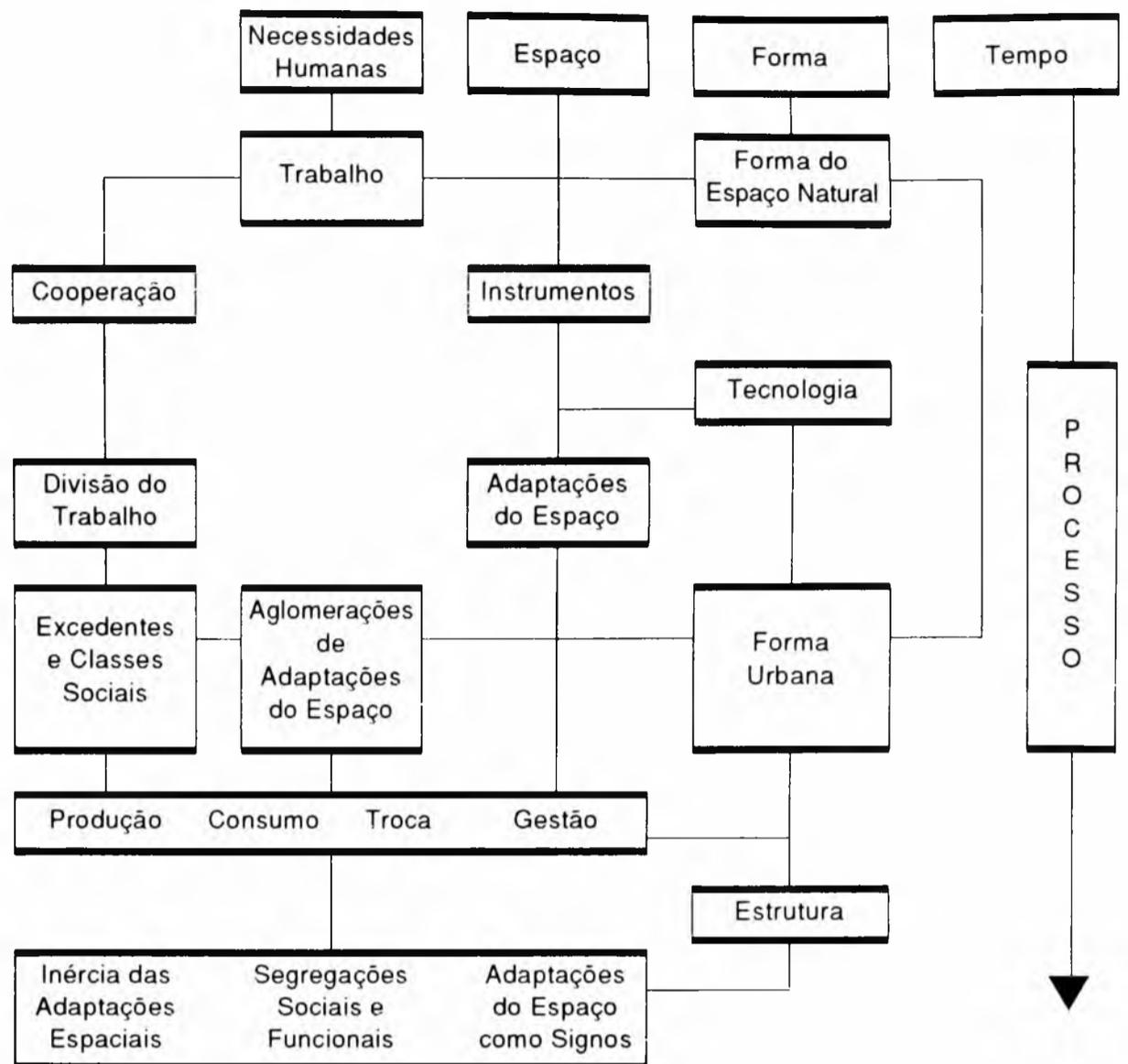
## **A Especificidade dos Estudos Urbanos e a Questão Terminológica**

A bibliografia sobre o fenômeno urbano faz por vezes duvidar da especificidade do objeto e da ciência que dele se ocupa. Preocupados com o fracasso bastante óbvio do urbanismo neste século, quero dizer, com a incapacidade dos planos urbanísticos gerarem espaços mais adequados às atividades humanas, os arquitetos e urbanistas optaram por duas soluções diferentes. A primeira foi a do planejamento urbano, entendido como uma atividade pertencente a um campo mais amplo chamado planejamento, e que em última análise pretende ordenar a ação humana para determinados objetivos. A segunda, a do "urban design" recua prudentemente para uma definição mais restrita da profissão do arquiteto e do urbanista, abarcando a operação de modelos das cidades ou de suas partes, entendidas como construções físicas.

Ora, de um lado é evidente que o objeto de estudo dos urbanistas é bastante específico: as aglomerações de adaptações espaciais destinadas a abrigar as pessoas e seus produtos. O questionamento da especificidade parece referir-se, portanto, à definição dos aspectos do objeto considerados relevantes na construção dos seus análogos materiais, às abordagens e métodos de investigação e mesmo ao tipo de conclusão produzida, ou que se parece intentar produzir. De fato, aqueles que optaram pelo planejamento, rapidamente enredaram-se num grande e variado número de campos do conhecimento e de ciências diversas, principalmente as Ciências Sociais, particularmente a Economia, mas também a Psicologia, a Estatística, a Demografia, etc... Por volta dos anos 60, muitos profissionais e pesquisadores acharam indispensável completar a sua formação freqüentando cursos dessas ciências, muitas delas em plena crise de identidade, como era o caso da Geografia. Essas ciências têm métodos diferentes e preocupam-se com aspectos diversos das aglomerações urbanas. Todo esse esforço acabou por gerar a sensação de que os estudos urbanos, como o tinham sempre concebido os arquitetos e urbanistas, não possuíam especificidade conceitual ou metodológica.

Para comprovar-se com facilidade essa situação, basta considerar-se a confusão babélica das terminologias utilizadas e dos cursos de formação de arquitetos-urbanistas. As inúmeras reformas curriculares, raras em outras profissões mas muito freqüentes nas escolas de arquitetura e de urbanismo, parecem indicar uma dificuldade muito grande, não em conceber novos currículos pois esses abundam, mas para definir com precisão o que é realmente necessário estudar-se para tornar-se um arquiteto-urbanista. Uma relação de temas de pesquisa ou denominações de dissertações e teses na pós-graduação mostra uma impressionante amplitude de interesses e uma capacidade leonardiana. Em certo momento, pareceu-me mesmo que talvez isso pudesse indicar uma qualidade histórica: a de herdeiros da tradição renascentista, num mundo de especialização extremada.

Por causa disso, tudo indicava ser necessário iniciar a minha investigação por uma pesquisa rigorosa dos conceitos, das taxionomias e das terminologias: construir os instrumentos de trabalho. Em outros ramos do conhecimento – na Química, na Física ou na Biologia – pode-se encontrar dificuldades desse tipo, mas jamais na dimensão babélica com que aparece nos estudos urbanos.



*O esquema acima mostra os principais conceitos básicos e derivados, assim como as suas relações, como desenvolvidos e utilizados na tese "O espaço natural e a forma urbana"*

Tomei alguns conceitos como básicos, isto é, conceitos que eu discutiria e comentaria, mas não teria a pretensão de definir. Alguns deles são do tamanho da Filosofia, como "espaço" e "tempo". Outros foram tomados como básicos porque se supõe definidos por outros ramos do conhecimento não cabendo no âmbito de uma tese sobre Arquitetura e Urbanismo defini-los. Enquadram-se neste caso os conceitos de "necessidades humanas" de "trabalho" e de "instrumento". À medida em que me aproximava dos conceitos realmente arquitetônicos e urbanísticos, me preocupava mais a construção e mesmo a definição dos conceitos. Caminhei, portanto, de conceitos como "produção" "consumo" "troca" e "gestão" para as "adaptações espaciais" e para as "aglomerações de adaptações espaciais" até finalmente chegar à "forma" à "estrutura" e ao "sistema". Dentro do que me foi possível, procurei cartesianamente evitar usar conceitos que não houvessem sido adrede definidos.

Apesar desse esforço, não me foi possível evitar alguns desvios por terras ignotas, tais como a Semiótica e a Topologia. Na Semiótica me pareceu necessário ir buscar uma melhor compreensão das funções simbólicas das adaptações espaciais dedicadas à gestão. Na época havia um certo exagero na literatura, principalmente a de origem francesa, sobre a questão do poder. A dinâmica do poder, uma espécie de broto tardio (e um tanto medíocre!) da teoria urbana marxista, gerava todo ano um novo livro, cuja exegese impunha-

se aos pobres pós-graduandos. Se ganharia mais, relendo o texto do próprio Marx sobre a cooperação ou Engels tratando da condição da classe operária na Inglaterra do século 19!

Felizmente não havia (ou não era do meu conhecimento!) uma Semiótica marxista! Depois de investir muito nas tríades peircianas, acabei na Semântica de Adam Shaff que, esta sim, me ajudou bastante na construção dos conceitos e na compreensão do significado das obras urbanas.

A Topologia parece indispensável para a compreensão da operação com análogos materiais, tão típica do trabalho de arquitetos e urbanistas. Muito tempo depois, ainda faço o exercício de designar uma folha de papel em branco como sendo um mapa de São Paulo, e minimalisticamente, acrescentar a ela uma direção, um sentido, uma escala e um ponto para referenciar todos os demais pontos do espaço paulistano. De outra forma, como entender a correspondência biunívoca entre os pontos dos mapas, das plantas e das maquetes e o espaço ou obra que simbolizam?

## **O Instrumento, a Técnica e a Tecnologia**

Na busca frustrante por algo que nos distinga dos animais, os antropólogos passaram da racionalidade, à oposição do polegar aos demais dedos e daí, para o uso de instrumentos. Como não é nosso objeto saber se algo realmente nos distingue dos nossos irmãos símios, fiquemos com o fato incontestável de que a ação humana sobre o espaço é sempre intermediada por algum tipo de objeto que facilita a operação. Esses objetos são os instrumentos. Uma esplêndida alegoria à descoberta do instrumento é apresentada no antológico filme "2001 – Uma odisséia no espaço" quando o hominídeo, após a vitória sobre seu irmão, propiciada pela utilização de um osso como arma, percebe a importância da descoberta (invenção. inovação?).

A cultura, assim, seria um processo de criação e manufatura de conjuntos cada vez maiores de instrumentos cada vez mais complexos, processo esse que se confunde com o trabalho cooperativo da espécie humana sobre o espaço para atender as suas necessidades. E, realmente, é comum que antropólogos e catálogos dos museus refiram-se a culturas indígenas ou pretéritas como determinados conjuntos de instrumentos.

De outro lado, a técnica, parte importante de qualquer cultura, consiste num conjunto de regras para operação eficiente dos instrumentos que a constituem. Com a multiplicação dos instrumentos, foi possível classificá-los, com suas regras, em campos específicos. O conjunto dessas técnicas, ou determinados subconjuntos delas, assim como o estudo dos seus modos de produção se denomina, tecnologia.

O desenvolvimento dessas questões era particularmente importante, pois, as formas das adaptações espaciais e de suas aglomerações vão depender da capacidade de determinado grupo humano, de modificar o seu ambiente. Esta é uma questão central na tese da determinação da forma urbana pelo espaço natural.

O conceito de forma do espaço natural, considera que essa forma está determinada não apenas pelas "rugosidades" naturais do relevo e da hidrografia, mas por todos os demais aspectos tais como o subsolo, o solo, o clima, a vegetação e a fauna. Para a construção dos seus instrumentos o homem trabalha dentro de um conjunto dado de materiais e condições. Produz com

seu trabalho os instrumentos de que necessita, dentro de um conjunto de possibilidades definidas pelo espaço em que vive e trabalha.

As necessidades humanas não são meramente as biológicas, mas principalmente e cada vez mais, necessidades socialmente definidas. Os instrumentos criados para atenderem às suas necessidades socialmente definidas são por elas determinadas dentro das possibilidades contidas pelo espaço natural em que essa sociedade se desenvolve. A interação entre a sociedade e o espaço em que ela se desenvolve, isto é o trabalho, produz um conjunto de instrumentos e de regras para a sua utilização eficiente, num processo contínuo de interações recíprocas entre a sociedade e o espaço, cujo produto é a cultura.

É absolutamente necessário que esses conceitos sejam entendidos dentro de um processo de interações dialéticas de determinações recíprocas. Somente aí podem eles ser entendidos como um sistema, autorizando os planejadores a falarem de abordagem sistêmica.

Embora todo e qualquer instrumento seja uma adaptação espacial, no contexto da arquitetura e dos estudos urbanos a ênfase recai sobre determinadas adaptações que se caracterizam tanto pela sua dimensão como pela sua imobilidade. Sendo esses instrumentos fixos, as suas aglomerações podem também ser consideradas como adaptações espaciais, construídas e em construção coletiva. E assim também os demais elementos de modificação da paisagem, tais como as rodovias, as ferrovias, os portos e aeroportos.

A cultura não é portanto um processo de preservação do meio ambiente, mas da sua adaptação às necessidades humanas. A luta que atualmente se trava pela "preservação do meio ambiente" freqüentemente se equivoca ao colocar como seu objetivo o restabelecimento das condições naturais adrede existentes. Na verdade, a crítica ambientalista concentra-se na inadequação de determinadas adaptações espaciais ou aglomerações, às necessidades humanas. Essas adaptações teriam sido construídas para atender objetivos parciais de determinados indivíduos ou grupos de indivíduos, contrapondo-se aos interesses mais gerais da sociedade.

A capacidade de promover adaptações espaciais cada vez maiores e cada vez em maior número e mais rapidamente, é uma decorrência do desenvolvimento dos instrumentos e das técnicas da sua construção. Ao conjunto dessas técnicas e instrumentos, denominamos tecnologia da construção. A construção do túnel 9 de Julho, em São Paulo, foi muito demorada e difícil, pois o movimento de terra era feito em carroças puxadas por animais. A conclusão do túnel sob o rio Pinheiros, na mesma cidade, se faz rapidamente pois empregamos equipamentos pesados de enorme força motriz. A construção do Canal de Suez foi muito mais demorada e difícil do que a construção do túnel sob o Canal da Mancha, apesar de que este último é uma obra muito mais complexa do que Suez.

A tecnologia da construção engloba os instrumentos e as regras para a promoção de grandes adaptações fixas no espaço natural, sempre com o objetivo de atender às necessidades humanas. Estas, contudo, não são consensuais. A aglomeração é o espaço do conflito, e o principal conflito diz respeito à apropriação do espaço e à promoção de adaptações nele.

A forma das adaptações espaciais, e portanto das suas aglomerações, é determinada pela forma do espaço natural porque é uma adaptação dele, porque é produzida por meio de uma tecnologia gerada no trabalho sobre ele e porque visa atender a necessidades socialmente definidas nele. Redundante-

mente se dirá que se estabelecem entre os elementos desse sistema urbano relações de interação intensa no tempo, que denominamos processo urbano.

De cada processo urbano concreto emerge uma forma urbana, dentro da qual podemos identificar uma estrutura composta de elementos em interação, comuns a inúmeras outras aglomerações, mas que é única, pois resulta da adaptação de um único espaço natural, com a utilização de tecnologias específicas num quadro cultural específico.

## Questões em Aberto

Sem assumir compromisso com uma determinada agenda de trabalho, uma vez que outros caminhos (ou descaminhos!) me têm desviado desses assuntos, gostaria de elencar a seguir algumas questões que ao longo da tese foram sendo abertas e que, por não se situarem na linha maior de atenção naquele momento, foram postergadas. Não as coloco como um plano de trabalho, não porque não me interessem, mas principalmente porque mereceriam a atenção de especialistas ou demandariam todo um longo plano de pesquisa para sua elucidação. Se alguém achar que pretendo insinuá-las aos jovens doutorandos, devo dizer diferentemente dos produtores cinematográficos, que essa insinuação não é acidental, mas deliberada: gostaria mesmo vê-las tratadas numa tese de doutorado.

## Projeto e construção

Muitos arquitetos ficam um pouco confusos quando se lhes pergunta se construíram determinado edifício e apressam-se a esclarecer que são *apenas* os autores do projeto. De outro lado, era e ainda é comum que o arquiteto americano diga que "construiu" determinado edifício.

Entre nós, o verbo construir não parece designar uma operação técnica, mas sim comercial e financeira. Em determinado momento da história da profissão do arquiteto no Brasil, a estratégia dos arquitetos parecia voltada para um acordo com os engenheiros civis, na qual se propunha que os primeiros somente projetassem e os segundos somente construíssem. Felizmente não deu certo!

O que significam os verbos "projetar" e "construir" não apenas na prática profissional brasileira contemporânea ou no CREA, mas no contexto da produção das adaptações espaciais e de suas aglomerações?

Em primeiro lugar, é necessário considerar que os aspectos comerciais da atividade do empresário da construção, do incorporador ou do empreiteiro de obras públicas, nada tem a ver com a atividade de construir. Exercem eles funções sociais respeitáveis e necessárias, mas não são construtores. Lidam com a compra e a venda de materiais e mão-de-obra ou do produto acabado, objeto do seu investimento. As inovações tecnológicas da construção só lhes interessa quando seja passível de monetarização, para a medição da sua eficiência econômica. Ora, num país em que uma população marginal constitui um enorme "exército industrial de reserva" permitindo manter o salário em níveis de subsistência, não há qualquer razão para interessarem-se por processos de industrialização ou pré-fabricação, que supostamente foram desenvolvidos por serem mais eficientes, mas que quando monetarizados num quadro de sub-remuneração do trabalho, são claramente "ineficientes"

Nesse quadro, a invenção e a descoberta de novos instrumentos e de novas técnicas, só adquirem sentido econômico quando configuram uma inovação a nível do "marketing". Ora, o mercado está determinado por relações culturais de dependência ou de globalização, isto é, as necessidades estão sendo socialmente definidas pelo desejo de integração nos níveis e padrões de consumo observados nos países centrais, processo vulgarmente denominado "modernização". Daí a perplexidade e impotência com que se observa o recuo da grande arquitetura brasileira dos anos 40, que atraía a atenção do mundo todo exatamente pela sua adequação ao nosso espaço natural, tanto na sua forma quanto na técnica de construção, para o "international style" dos pobres que ora se observa, e que evidentemente não interessa a mais ninguém.

A demanda real por habitação é óbvia, mas nossa sociedade não parece capaz de transformá-la na demanda efetiva dos que têm dinheiro para pagar por ela. Em determinado momento chegou-se a falar em financiar habitações para a faixa de renda familiar de 0 a 3 salários mínimos. Ora, se o indivíduo ganha 0 evidentemente não pode ser financiado, pois não terá como retornar o empréstimo, e de qualquer maneira, nessas faixas de renda a necessidade não é "socialmente definida" mas biológica, eu diria, gastrointestinal. Decorre que também aí, torna-se patético o esforço por produzir casas mais baratas, quando o problema principal parece ser o crescimento da renda. Há muitos anos, em reunião no IAB, ouvi, revoltado, certo ministro de Estado dizer que o objetivo do Plano Nacional da Habitação não era produzir casas, mas empregos: hoje acho que ele estava certo! E como saneamento básico é o setor mais "mão-de-obra intensivo" talvez seja melhor nos concentrarmos nos esgotos!

### **Julgamento de valor**

Como diria o Herr Prof. Kant: como é possível a existência de juízos de valor sobre as adaptações espaciais? É comum se dizer que esta obra é melhor do que aquela, que esta casa é bonita e que aquela outra é feia, que tal ou qual cidade é maravilhosa! De onde pode-se originar uma avaliação estética das adaptações espaciais e de suas aglomerações?

Percebo, evidentemente, que se trata de uma questão estética. Mas ela deveria ser respondida ao nível de nossas teorias urbanas de hoje. Os sociólogos, economistas e geógrafos podem ignorá-la, pelo menos enquanto profissionais ou cientistas, mas os arquitetos e os urbanistas não podem fazer de conta que não estamos falando de forma e que sobre as formas das adaptações espaciais e suas aglomerações sempre se fizeram juízos estéticos. A questão é colocada kantianamente para enfatizar que o problema não consiste no estabelecimento de regras sobre o belo, mas sim de investigar como uma estética se insere nos estudos do urbano.

O funcionalismo pretendeu que esses julgamentos estavam ligados à maior ou menor adequação de determinado instrumento à sua função. Nesse sentido um Boeing é uma obra de arte de grande valor. Aqui cabe lembrar o caso citado por Plekanov, do prato de madeira com baixo relevo, feito por certa tribo da América do Sul: o prato mais apreciado pela tribo era um cujos sulcos eram tão profundos que já haviam atravessado a espessura do prato, tornando-o inútil. Sobre a matéria, Elie Faure não deixa a menor dúvida: "*La forme belle, qu'elle soit un arbre ou un fleuve, le seins d'une femme ou ses flancs, les épaules ou les bras d'un homme ou le crâne d'un dieu, la forme belle c'est la forme qui s'adapte à sa fonction*". Se entendermos que a função da obra é o seu conteúdo, essa adequação forma-conteúdo seria de fato um critério de

juízo de valor estético no sentido hegeliano. A questão é qual seria o conteúdo da arquitetura.

Outra alternativa considera os julgamentos de valor ligados à adequação da forma do objeto ao material e à técnica empregada na sua execução. Aqui se pode aceitar o prato de Plekanov como uma obra de grande valor, apesar de que como prato é inútil. Ao nível da aglomeração – criação coletiva ao longo de muito tempo – haveria uma estética ligada à sabedoria com a qual a forma do espaço natural foi compreendida e adaptada. A forma do espaço natural, como já vimos anteriormente, engloba não apenas o relevo e a hidrografia, mas todos os demais aspectos constitutivos do meio ambiente, aí incluídos os materiais disponíveis para a construção das adaptações. A compreensão e a adaptação dessa forma significa gerar outras formas pelo conhecimento da natureza do espaço natural e pelo desenvolvimento de técnicas a ele adequadas.

O significado das adaptações espaciais e de suas aglomerações, componente fundamental na valoração estética das mesmas, não seria nesse caso o significado que o seu construtor ou construtores pretenderam lhes dar. Não seriam apenas as conotações de poder, objeto de tantos estudos recentes. Seria alguma coisa menos accidental e relativa, e mais solidamente fundada na própria cultura, como expressa nas técnicas e na compreensão do espaço natural, empregadas na construção dessas adaptações e de suas aglomerações.

### **Operação com modelos**

Formular proposições sobre o mundo implica operar com símbolos verbais. Um conjunto de proposições inter-relacionadas pode constituir uma teoria, isto é, um modelo verbal explicando determinados aspectos do real. Se essas proposições forem substituídas por equações, teremos um modelo matemático.

Um projeto, no seu sentido mais amplo, é um conjunto de proposições verbais, equações matemáticas, desenhos ou outros análogos materiais, que pretendem representar uma adaptação a ser introduzida no espaço natural ou já adaptado. Tendo em vista o alto custo da construção dos instrumentos fixos, principalmente dos edifícios e das obras urbanas, considera-se indispensável construir um modelo tão exato quanto possível dessas obras, para que seja possível avaliar-se o custo e os benefícios que a sua construção trará. Além disso, esses modelos permitem a programação das ações complexas que um trabalho essencialmente cooperativo, envolvendo um grande número de pessoas, certamente implica.

A sociedade humana vem produzindo adaptações espaciais e aglomerações cada vez maiores e mais complexas. Decorre que a importância da operação com modelos torna-se cada vez maior. A construção de adaptações significa, de forma geral, a composição de materiais retirados do espaço natural, com o uso de instrumentos também dele originados para produzir um novo instrumento fixo, pela modificação das formas do espaço natural ou já adaptado, de modo que a nova forma construída atenda uma necessidade humana socialmente definida. Com o crescimento da importância dos modelos, a construção passa *também* a ser definida como a execução de uma série de operações de acordo com as diretrizes do modelo. A nova forma construída estaria determinada, *a priori*, no modelo. Por conseguinte, a compreensão da natureza da forma do espaço natural ou já adaptado, o entendimento profundo dos materiais e das técnicas de construção, elementos absolutamente essenciais na determinação da forma das novas adaptações e da sua aglomeração, confor-

mam o modelo, constituem o projeto e estão nele subjacentes ou explícitos. As operações de construção passam à condição de execução de um projeto, isto é, do agenciamento de materiais e técnicas numa seqüência e numa disposição espacial por ele determinada. Por isso, a atividade de construir é cada vez mais uma operação essencialmente comercial, completamente desligada da técnica e cada vez mais dependente de consultores técnicos, estes sim donos do saber específico necessário.

De outro lado, a complexidade dos modelos análogos materiais, torna a sua operação em si mesma muito complexa, exigindo treinamento específico prolongado. O conhecimento de um programa de computação para apoio ao projeto e ao desenho é em si mesmo uma etapa árdua desse treinamento. E saber desenhar já era uma tarefa árdua... A operação com modelos matemáticos do comportamento das estruturas é campo bastante difícil, exigindo muita dedicação do profissional. O número de sistemas incluídos nas atuais adaptações espaciais é de tal ordem e cresce tanto, que parecem, muitas vezes, as mais nítidas características da modernidade. Tudo isso vem compartimentando o saber específico. Nós não temos dúvida de que Michelangelo construiu boa parte da Catedral de São Pedro e de que Gaudi construiu a Sagrada Família. Mas quem construiu o World Financial Center? Foi Cesar Pelli? Ou o "general contractor"? Faz 10 anos que Richard Meyer trabalha no projeto da Paul Getty Foundation, em Los Angeles. Mas o que quer isso dizer? Ao que parece, que faz 10 anos que aquele eminente arquiteto executa operações com o análogo material do que virá a ser determinada adaptação espacial naquela cidade.

Antes de concluir o enunciado de mais esta questão, convém pensar em como estão trabalhando hoje muitos escultores, pintores e até escritores. E não se perca também de vista que dentro mesmo da operação dos modelos existem inúmeros submodelos, cada um com as suas técnicas e o seu correspondente saber específico.

## Conclusão

Muitas outras questões foram sendo abertas pela investigação do processo de produção das adaptações espaciais e de suas aglomerações, principalmente quando essa pesquisa refere-se às relações entre a forma dessas adaptações e aglomerações e a forma do espaço natural ou já adaptado. Do ponto de vista do método cabe reiterar que o trabalho científico é indutivo. Não se ponha ninguém a pensar para deduzir o mundo! Trata-se de examinar conjuntos cada vez mais amplos de objetos concretos para induzir proposições gerais. Esses objetos concretos são as adaptações e suas aglomerações, o espaço natural em todos os seus aspectos e as relações que podem ser observadas entre a forma desse espaço e a forma daquelas adaptações e aglomerações, e ainda, os instrumentos e as técnicas empregadas na sua construção.

De outro lado, é preciso compreender que a ciência é, como todas as outras atividades sociais, essencialmente cooperativa. De modo que não se trata de estabelecer um novo paradigma a cada nova tese de doutorado. Já disse um famoso arquiteto que não se pode inventar uma nova arquitetura toda segunda-feira de manhã. Trata-se de delimitar um aspecto do sistema e procurar investigá-lo de maneira a acrescentar um pequeno, mas seguro elemento ao edifício do conhecimento. Por vezes, a simples comprovação de que determinada teoria, enunciada para outro conjunto de objetos-modelo, é válida para um outro conjunto de objetos, é trabalho suficiente.

Como disse no início do presente trabalho, dirigi-o aos pós-graduandos em Arquitetura e Urbanismo. A minha intenção foi não apenas esclarecer alguns aspectos críticos de "O espaço natural e a forma urbana" como indicar algumas pistas que ficaram abertas naquela tese, além de conversar francamente sobre a problemática que se apresenta a quem se propõe a fazer uma tese ou dissertação. A dificuldade provém da aceitação da ausência de limites na área de investigação que nos cabe, o que é comprovação indubitável de sua falta de especificidade. A concentração dos pesquisadores da FAU, nas questões relativas às determinações das formas das adaptações espaciais e de suas aglomerações, considerando determinações biológicas, sociais, culturais e tecnológicas, no que diz respeito ao espaço natural e aos espaços das cidades brasileiras, certamente nos permitirá construir uma teoria da arquitetura e do urbanismo, adequada à nossa inserção no processo de globalização, o qual não podemos evitar, mas do qual podemos ser sujeitos, e não meros objetos.

## Bibliografia

Sendo o presente texto um comentário sobre o meu livro *O espaço natural e a forma urbana*, remeto o leitor à própria obra e à sua bibliografia:

SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987

A citação de Elie Faure foi retirada da sua famosa *Histoire de l'Art*, na edição Paris, Le Livre de Poche, 1976.

Outras obras relacionadas com o texto e que eventualmente podem ser recomendadas como "further reading" são:

HUME, David. *A treatise of human nature*. Penguin: Harmondsworth, 1969.

PAYOT Daniel. *Le philosophe et l'architecte*. Paris: Aubier, 1982.

PINTO, Alvaro Vieira. *Ciência e existência*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

ROSSI, Paolo. *I filosofi e le machine 1400-1700*. Milano: Feltrinelli, 1984.

SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: Nobel-Edusp, 1991.

———. A natureza da pesquisa em arquitetura e urbanismo. In: A NATUREZA DA PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO. São Paulo. *Anais*. São Paulo: FAUUSP.

———. Teaching Architecture: a comparative analysis. In: *Debate & Dialogue – Architectural Design & Pedagogy*, Chicago: ACSA, 1989.



# Revitalização de Centros Urbanos o Novo Paradigma de Desenvolvimento e seu Modelo Urbanístico

Vicente Del Rio

## Resumo

São discutidos os modelos urbanísticos e as imagens ideais gerados pelos quatro principais paradigmas de desenvolvimento perseguidos desde o final do século passado. Seus rebatimentos nas áreas centrais são a nossa preocupação principal e contesta-se sua aplicabilidade direta enquanto baseados em modelos idealizados e/ou contextos não-específicos. O paradigma da revitalização mostra-se viável por sua flexibilidade e pluralidade; destacam-se alguns de seus aspectos positivos, mas aponta-se o perigo na importação de modelos e imagens.

## Abstract

We discuss the urban models and ideal images generated within the four major development paradigms that society followed since the late XIX century. Our primary concern is their implementation in the inner city: we doubt that they might be directly applicable if based whether on idealized models or on non-specific contexts. The paradigm of revitalization proves itself viable for its flexibility and plurality. However, while we show some of its positive aspects we also point out to some of the dangers in importing models and images.

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro a contribuição do estudo da percepção ambiental". apresentada em julho de 1991*

*Orientador: Prof. Dr. Lauro Bastos Birkholz.*

Neste trabalho discutiremos brevemente os principais paradigmas e modelos que têm norteado as intervenções públicas nos centros urbanos a fim de discutir mais detalhadamente o modelo da revitalização urbana, com atenção particular para o contexto do Rio de Janeiro. Como conjuntos ideológicos modelares e, portanto, inalcançáveis, os paradigmas condicionam todas as ações de uma sociedade em sua busca por perfeição, o que inclui modelos urbanísticos e imagens ideais para as áreas urbanas centrais. Esses paradigmas e seus modelos surgiram a partir de pensamentos originados em outros países, cujos contextos políticos, econômicos e sócio-culturais são bastante diferentes dos brasileiros. Chamaremos a atenção para os perigos inerentes da adoção irrestrita de modelos e imagens ideais importados, pois a realidade e a sociedade brasileira diferem, muitas vezes fundamentalmente, em suas necessidades sócio-culturais e nas características do seu desenvolvimento urbano. Numa época de crise global em que se busca um ideal de revitalização para as áreas centrais degradadas e subutilizadas, cabe ainda mais essa preocupação por conta do seu potencial em viabilizar mudanças nas esferas cultural, social, política e econômica das cidades.

A importância das áreas centrais está profundamente ligada a suas lógicas históricas e sócio-espaciais e é por isto que elas se destacam nas nossas percepções e vivências de quaisquer cidades. (Castells, 1971) já observou que as principais funções do centro urbano em nossa sociedade sempre gravitam em torno a duas noções: a integradora (nível funcional e social) e a simbólica (nível imagético e lúdico). O lugar central de uma cidade assume papéis de centro inovador, de intercâmbios e simbólico; características presentes nas expectativas de qualquer pessoa relativas a um "centro de cidade". O centro se realiza, portanto, nas imagens públicas da maioria das cidades, embora especificidades geográficas e de evolução de algumas metrópoles haja gerado exceções. Este é o caso do Rio de Janeiro, uma vez que seus atributos não foram suficientemente fortes para competir com as praias e a zona sul no repertório imagético coletivo, relativo às qualidades da cidade e de suas áreas mais representativas. Fato, entretanto, que tende a se modificar, não só pelo potencial de seu estoque histórico-arquitetônico e de imóveis subutilizados, como pelas crescentes iniciativas públicas e privadas, principalmente ligadas ao Projeto Corredor Cultural e à promoção comercial e cultural.

Evidentemente, os modelos e imagens ideais perseguidos por intervenções que objetivam a revitalização de áreas centrais deverão coincidir com os repertórios de imagens e as expectativas de sua população usuária – desde moradores a investidores<sup>1</sup> (Del Rio, 1991). Sua operacionalização consciente, através de políticas, programas e projetos urbanísticos, será sempre indispensável para que as ações públicas possam suscitar transformações e impactos verdadeiramente positivos, seja no desenvolvimento econômico e sócio-cultural da área e de suas comunidades, residente e usuária, seja no da cidade como um todo<sup>2</sup>

(1) Esse foi o tema principal de nossa pesquisa para tese de doutorado. In DEL RIO 1991

(2) Para exemplos nesse sentido, veja-se DEL RIO 1990 e 1991. Exemplo brasileiro bem sucedido neste aspecto tem sido a cidade de Curitiba e a atuação de Jaime Lerner. Suas realizações e programas urbanísticos são ampla e agressivamente divulgados a níveis nacional e internacional. Curitiba é atualmente considerada exemplar, como uma "cidade do Terceiro Mundo que parece ser no primeiro" e como capital mundial da ecologia. Veja-se DEL RIO 1992 e GARCÍA 1993

## **Paradigmas e Modelos para Intervenções em Centros Urbanos**

O centro urbano é local privilegiado das políticas públicas e programas de intervenção urbanística: como símbolo máximo de detenção de poder, ele sempre se revela extremamente exposto aos sucessivos paradigmas imagéticos das classes dominantes. Historicamente, isto se verifica a partir do momento de definição dos rebatimentos espaciais da sociedade capitalista e sua

lógica. Com a revolução burguesa, a cidade viria tornar-se assunto capitalista: geração de renda do solo, clarificação dos níveis de apropriação e consumo do espaço, organização e hierarquização deste espaço. A consolidação da burguesia no poder das cidades levou ao fortalecimento das funções econômicas urbanas e tornou cada vez mais transparente que à cada prática social corresponde uma organização físico-espacial (Castex et al., 1977).

O estudo da evolução das intervenções urbanísticas nos centros urbanos permite diferenciá-las por períodos que se caracterizam pela natureza de seus objetivos e, conseqüentemente, pelos resultados obtidos (Boucher, 1979; Benevolo, 1985; Portas, 1985; Frieden & Sagalyn, 1989). São objetivos que partem de ideologias e paradigmas de desenvolvimento urbano, inatingíveis por definição mas que passam a moldar a própria realidade. Esses paradigmas nos permitem identificar quatro modelos urbanísticos que foram clara e sistematicamente aplicados na maioria das grandes metrópoles mundiais. Os impactos foram variados e não cabe aqui seu detalhamento profundo, basta observar que a maioria de seus rebatimentos ainda são facilmente identificáveis nos tecidos dessas cidades. Veremos, inclusive, que alguns ainda são modelares até hoje. É interessante fazer notar que, enquanto os três primeiros modelos e suas imagens ideais possuem raízes européias, principalmente francesas, a inspiração do modelo atual é nitidamente norte-americana.

### **O modelo do embelezamento e do saneamento**

Este primeiro paradigma é verificável a partir do modelo das intervenções urbanas do Barão Haussmann, prefeito de Paris sob Napoleão III, de 1853 a 1870. São marcos da alteração das práticas de Estado para com as áreas centrais que definiram uma ruptura sócioespacial e a transformação de lógicas urbanas "pluralistas" para lógicas capitalistas (Choay, 1969; Castex et al., 1977; Chiavari, 1985). O solo urbano passaria a ser visto como uma valiosa mercadoria e as novas intervenções iriam contrariar as estruturas existentes, impondo novas lógicas funcionais, sociais e econômicas. Dominaria a ideologia que, em última instância, a justificativa única para a existência das cidades é função das vantagens que elas oferecem aos processos de produção e consumo. Uma noção reducionista de vida que passaria a dominar cada vez mais as sociedades ocidentais, pelo menos até o fim dos anos 70.

O momento de imposição deste novo paradigma e seus modelos urbanísticos ideais no Brasil é claro. A partir do início do séc. XX, o Rio de Janeiro foi a primeira metrópole brasileira, seguida por São Paulo, onde se daria uma progressiva inserção de práticas capitalistas de reprodução e consumo nas lógicas sócioespaciais e seu rebatimento na hierarquização do território (Abreu, 1987; Chiavari, 1985). Nestes casos os centros se revelavam como lugares privilegiados para intervenções, sempre no sentido de viabilizar o avanço do capital imobiliário e industrial. No Rio, então Capital Federal, o presidente Rodrigues Alves incumbia o prefeito Pereira Passos de promover programas e projetos de renovação, na busca por uma nova imagem para o país, que ajudasse a atrair investimentos estrangeiros e a internacionalizar nossa economia. (Benchimol, 1985) chegou a afirmar que, neste momento, o Estado pareceu pela primeira vez como "interventor racional" da globalidade das ações capitalistas sobre o espaço urbano.

O centro urbano carioca, portanto, passaria a ser local privilegiado das intervenções governamentais e território de implantação do modelo viabilizador das novas práticas econômicas e urbanísticas. As imagens perseguidas buscavam torná-lo atrativo porque belo, moderno e funcional: conduziu-se fartas demoli-

ções de edificações insalubres assim como inúmeras outras obras de "embelezamento" Implantava-se desde programas de saúde pública, comandados por Oswaldo Cruz, até inúmeras obras públicas de porte. Os bairros da área portuária foram palco da famosa Revolta da Vacina e o tecido do centro foi rasgado pela construção da larga e elegante avenida Central, ladeada por prédios que nada iriam dever a seus pares europeus. Construiu-se um novo porto, áreas e armazéns de apoio, prontos para a importação e a exportação de um crescente mercado internacionalizado e competitivo.

### **O modelo da cidade modernista**

A partir dos anos 20 e consubstanciando-se na Europa no período do pós-guerra, uma nova ruptura paradigmática incorporava conceitos e objetivos racional/funcionalistas a ações governamentais. Este paradigma de desenvolvimento modernista surgiu como resposta às condições herdadas da Revolução Industrial, as péssimas condições de vida urbana e moradia. O positivismo dominava a noção de desenvolvimento e as novas técnicas e o progresso industrial deveriam, ao mesmo tempo, viabilizar a maximização do capital investido e promover melhores condições de moradia. A Arquitetura e o Urbanismo do movimento moderno adotariam uma visão futurista ingênua e otimista, que perseguia uma estética ideal numa sociedade de tipo "coletivismo democrático" (Blake, 1974).

Os congressos de Arquitetura Moderna, principalmente com a "Carta de Atenas" de 1933, e os escritos e obras de Le Corbusier foram os principais responsáveis pela expansão dos modelos e imagens do paradigma de desenvolvimento modernista (Frampton, 1981; Barnett, 1986). O modelo de casa como "máquina de morar" se uniria ao da cidade ideal e suas cinco funções assepticamente dispostas. Destacavam-se a *Ville Radieuse* e a *Cité Contemporaine*; soluções radicais, operações cirúrgicas como o melhor "remédio" à desordem morfológica e social, negação dos espaços e elementos tradicionais "confusos e obsoletos" e do "caótico tecido urbano" Buscava-se a "substituição pura e simples das estruturas físicas existentes como condição apriorística da adaptação das cidades herdadas às necessidades da vida moderna" (Portas, 1985: 8).

A recuperação econômica e a reconstrução do pós-guerra possibilitou a institucionalização do Modernismo nas áreas centrais, logo ampliada com a expansão financeira e o desenvolvimentismo dos anos 60: fuga da classe média para os subúrbios; expansão das atividades administrativas, financeiras e de serviços; demolição de "áreas deterioradas" (leia-se modelos diferentes dos vigentes) e com "grupos marginais" (leia-se migrantes, minorias e pobres); lutas contra "deseconomias" de mercado (leia-se expansão de grupos monopolistas); e exacerbada importância para a engenharia viária e o transporte individual. Para Castells (1971: 270), "o mito da renovação urbana é um dos pilares da ideologia tecnocrática de reforma social através de soluções físicas"

Nos países do Primeiro Mundo, a renovação urbana foi institucionalizada como política oficial de intervenção nas áreas centrais. Inúmeras atrocidades foram cometidas em prol deste paradigma, tanto a nível social, contra as comunidades locais (em sua grande maioria politicamente marginalizadas), quanto físico-arquitetônico, arrasando importantes estoques histórico-culturais. A chamada "decadência" social e econômica era a justificativa para grandes intervenções (Castells, 1971; Frieden, Sagalyn, 1989). Foi neste contexto, por exemplo, que no início da década de 60, surgiram projetos de renovação de áreas centrais históricas em cidades como Londres (Covent Market) e Paris

(Les Halles), com a demolição de importante patrimônio cultural e arquitetônico e que atingiram grandes impactos econômicos.

No Rio de Janeiro esse paradigma, seus modelos e ideais de imagens, justificou, por exemplo, a demolição do Morro de Santo Antônio nos anos 50, e inspirou o projeto modernista de Afonso Reidy para a nova esplanada; embora inacabado e bastante modificado, sua herança é clara ainda hoje. Depois, no início dos 60 os planos viários viriam a justificar demolições e projetos de renovação, como o da Cidade Nova que arrasou bairros imediatamente periféricos à área central; neste caso ainda se destacava um viés moralista ao se remover a maior área de baixo meretrício da cidade, a Zona do Mangue. Em seu lugar, o modelo modernista propunha o novo centro administrativo municipal e um conjunto de edifícios comerciais. Com a expansão do capital financeiro, industrial e imobiliário, e os conseqüentes rebatimentos na produção e consumo do urbano, a renovação urbana modernista caracterizaria o "bom administrador público" até o fim dos anos 70, imprimindo marcas em todas as metrópoles mundiais.

Muito da lógica por detrás das operações de renovação estava intimamente ligada à questão da percepção e do conflito de valores e expectativas. Para a classe dirigente e seus tecnocratas, as antigas estruturas não correspondiam a suas imagens de civilidade e modernidade, uma vez que eles eram incapazes de compreender sistemas de valores das populações residentes – diferentes dos seus – ou eram insensíveis à séria questão político-ideológica em que estavam envolvidos. O conflito de percepção fundamental residia no simples fato de que o que era deteriorado para uns, não o era para outros; muitas vezes os tecnocratas sequer visitavam as áreas que se apressavam por categorizar. "A decadência estava nos olhos de quem olhava. (Frieden, Sagalyn, 1989).

Finalmente, a visão romântica da tecnologia moderna, que originalmente se propunha a liberar o indivíduo das limitações da tradição, revelou-se especialmente adaptável à repetição burocrática inconsciente e aos sobrelucros do capitalismo (Barnett, 1986). A negação da cidade existente, a recusa em se considerar condições específicas de implantação, a autonomia relativa da forma sobre o social e psicológico, e o espaço visto em termos absolutos e eternos, são aspectos que demonstram a redução teórica dos modelos urbanos do paradigma modernista (Castex et al. 1977).

### **O modelo da preservação histórica e do conservacionismo**

As críticas ao paradigma desenvolvimentista, seus modelos e políticas urbanas, conduziram a um terceiro momento de ruptura. Nesse momento, a opinião pública já conseguia avaliar e posicionar-se em relação aos resultados concretos impostos pelo modernismo, além do que as crescentes atividades políticas de grupos comunitários passaram a influenciar nos conceitos de desenvolvimento e na noção de cidade ideal. Foi a "era" do conservacionismo nos países do Primeiro Mundo, quando tudo era motivo de preservação e ação política, muitas vezes radical, garantia os tombamentos, áreas históricas, relatórios de impacto ambiental, controle de poluição, etc. Multiplicavam-se os rebatimentos deste paradigma nas políticas sobre os centros urbanos. O modelo urbanístico refletia a crescente onda de busca por identidades (nacionais e regionais), de fortalecimento de bases culturais e da crescente indústria de turismo, o que justificava a "sacralização" de lugares e edificações pela sociedade (Appleyard, 1979).

O modelo urbanístico assumido agora "congelava" as testemunhas históricas, via a arquitetura como monumento, os edifícios como museus e as obras de intervenção seguiam rasgos puristas e respeitosos de um passado que, às vezes, nem participava da memória coletiva dos usuários da cidade. As edificações antigas eram sacralizadas pelo simples fato de já existirem. Iniciando-se por Itália, França e Inglaterra, todos os países europeus viveram intensamente este paradigma; em Varsóvia, a praça central chegou a ser reconstruída como réplica exata da original destruída pela guerra. O preservacionismo radical era uma reação natural ao período anterior, em que as demolições e riscos ao meio ambiente eram exacerbados e irresponsáveis, em nome de um conceito de progresso bastante relativo.

Em nosso país, o poder público e o capital ainda estão aprendendo o valor e o respeito a estes ideais. Ainda não superamos plenamente este período e os grupos comunitários ainda buscam soluções radicais de preservação. Embora a luta política geralmente indique este caminho como a única maneira de se atingir situações ideais ou de compromisso, muitas vezes existe uma busca ingênua ou reacionária de imagens saudosistas, cujos rebatimentos sociais, culturais e econômicos também podem ser contestados.

### **O modelo da revitalização urbana**

O paradigma de desenvolvimento, que tomou corpo nos anos 80, formou-se a partir de uma série de crises (política, energética, ecológica, econômica) que passaram a expor a fragilidade da nossa sociedade, principalmente dos seus sistemas social e econômico e a forma com que se expressam nas grandes cidades (Tanghe et al., 1984). Estamos vivendo intensamente esse período de crises, que está sendo particularmente negativo para as economias e cidades do Terceiro Mundo. Na última década o desinvestimento passou a caracterizar as metrópoles, refletindo-se em suas várias esferas: qualidade dos serviços, conservação dos sistemas públicos, concentração da miséria, relações humanas, aumento de criminalidade e insegurança geral, etc. Os economistas chamam os anos 80 de década perdida.

Este novo contexto, em conjunto com a ampliação dos movimentos democráticos, fez com que a administração pública e o capital passassem a reconhecer a importância do patrimônio instalado, seja ele social ou físico e particularmente nas áreas centrais. O novo paradigma de desenvolvimento busca uma melhor utilização, ou melhor, reutilização do patrimônio existente: modelos que viabilizem o sistema econômico mas que, ao mesmo tempo, possibilitem utilizar potenciais instalados e atinjam melhores respostas sócio-culturais. Neste sentido é que se popularizou o modelo da revitalização urbana, que promove objetivos de desenvolvimento urbano e ações integradas com o fim de possibilitar "nova vida" às áreas urbanas decadentes ou subutilizadas. As principais cidades da Europa, que sentiram a crise econômica em conjunto com sérias limitações territoriais e que contavam com importante patrimônio arquitetônico das áreas centrais, se dispuseram a reverter suas políticas de descentralização (Tanghe et al., 1984; Benevolo, 1985). O novo paradigma de desenvolvimento passaria a promover um modelo de revitalização que "toma como um dado econômico e cultural a estrutura e a forma da cidade ... como um dado social a trama de relações sociais e de atividades que (elas) ... suportam e refletem" (Portas, 1985: 8).

Ao contrário da "renovação" que sempre pressupunha um processo "destrutivo" precedente ao "construtivo" em busca de um "princípio de ordem" e de uma "totalidade racional" (Ferrara, 1988), o modelo da revitalização urbana surgiu

com um conceito abrangente que incorpora práticas anteriores, mas é mais que a sua simples adição, pois as excede e supera na busca por uma nova vitalidade (econômica, social, cultural e físico-espacial). Esse modelo urbanístico se distancia tanto dos processos traumáticos de renovação, quanto das atitudes exageradamente conservacionistas.

Ao buscar a ampliação da base econômica e social dos centros urbanos, são três os aspectos mais importantes a direcionar o atual paradigma e a ditar a composição de seu modelo urbanístico, refletindo-se diretamente na qualidade físico-ambiental das cidades: maior preocupação pelos contextos existentes e pelo uso de recursos não-renováveis, a ampliação do conceito de patrimônio, que passa a incorporar a "memória coletiva" e não apenas os chamados "monumentos" e a busca por maiores processos colaborativos entre os principais grupos políticos e econômicos interessados (governo, comunidades e empresários).

### Composição do Modelo de Revitalização de Centros Urbanos

Modelos são adotados com os mais diferentes "ingredientes": comércio, serviços, habitação, lazer, cultura, turismo, etc. Entretanto, para que os programas de revitalização ganhem momento inicial, geralmente parte-se de um elemento "catalizador" do desenvolvimento, que possa vir a colaborar intensa e continuamente com o processo e a geração desta nova imagem. (Attoe, Logan, 1989; Frieden, Sagalyn, 1989).

Esses catalizadores não podem garantir, por si próprios, o sucesso da revitalização como um todo, mas, sem dúvida, são fatores essenciais para dar partida e, algumas vezes, até mesmo sustentam o processo de revitalização. Na Europa, Estados Unidos e outros países multiplicam-se programas de revitalização de áreas centrais que se utilizam deste conceito. Os catalizadores podem ser conjuntos histórico-arquitetônicos (*French Quarter*, Nova Orleans; *South Street Seaport*, Nova Iorque), áreas de importância cívico-simbólica (*Pennsylvania Avenue*, Washington), áreas habitacionais (*Friedrichstadt*, Berlin), novas áreas de pedestres (Curitiba), áreas comerciais e de serviços (*Faneuil Mall*, Boston; *Battery Park-Financial Center*, Nova Iorque), shopping-centers (*Horton Plaza*, San Diego; *Bayside Mall*, Miami), conjuntos culturais (*Times Square*, Nova Iorque; *Candelária*, Rio de Janeiro), mercados (*Pike Street*, Seattle), áreas de lazer e compras (*Town Square*, Saint Paul; *Fisherman's Warf*, San Francisco), centros de convenções e aquários (Boston e Baltimore), etc. (Fotos 1 e 2)

Em todos os casos, destaca-se a importância do turismo recreativo e cultural como dinamizador econômico e social. O lazer e a recreação são componentes cada vez mais importantes na vida urbana moderna, que se aproveitam do, e valorizam o, conteúdo histórico-pitoresco das áreas centrais (Appleyard, 1979). Para citar apenas um exemplo, tome-se o caso pioneiro de Boston onde, em 1977, as edificações do antigo mercado – *Quincy Market* e *Faneuil Mall* – às margens da área portuária, foram recuperados e transformados num complexo de lojas, mercado, restaurantes e bares, num esforço conjunto entre a prefeitura e a iniciativa privada. No primeiro ano de funcionamento já atraíram dez milhões de visitantes (total equivalente ao registrado para a Disneylândia no mesmo período) e, em meados dos anos 80, este número atingia 16 milhões/ano, três vezes mais que o total de turistas que entravam no México e no Havaí (estima-se que os verdadeiros turistas no complexo chegavam à metade deste total) (Frieden, Sagalyn, 1989).

Foto 1

O Harborplace, edificação simples com conotações marítimas, abriga conjunto de mercado, lojas, bares e restaurantes no Inner Harbor de Baltimore, um dos mais importantes elementos para revitalização da área central.

Foto: do autor



Foto 2

O Aquário Nacional de Baltimore é um importante elemento catalizador que colabora com a revitalização, atraindo milhares de turistas a Baltimore.

Foto: do autor



Observe-se que nos casos mais bem sucedidos a presença de corpos d'água e de estruturas históricas são seguidamente tomadas como catalizadores. É particularmente importante o aproveitamento das possibilidades e das conotações simbólicas e lúdicas da água, numa recuperação da simbiose perdida entre a cidade e seu rio, mar ou baía (Wrenn, 1983) (Fig. 3). Este deveria também ser o caso no Rio de Janeiro, particularmente nas áreas central e portuária ao longo da baía, possibilidade que, infelizmente, a prefeitura vem enfrentando de maneira apenas tímida e pouco integral (Del Rio, 1991).

De uma maneira geral, em nosso país, ainda são poucos os programas urbanísticos que perseguem um modelo integral de revitalização, as ações geralmente limitando-se a promover projetos específicos e muitas vezes desligados de um pensamento mais global. Há, entretanto, exceções importantes e o quadro parece estar se revertendo com a maioria dos casos se fundamentando na preservação arquitetônica: Corredor Cultural no Rio, Pelourinho em Salvador e Centro de São Luiz. Dentre eles, destacamos a importância do pioneiro Projeto Corredor Cultural, no Rio de Janeiro.

Iniciado em fins de 1979, a partir de modelos europeus, o Corredor Cultural mostra-se como projeto modelar no Brasil. Abrange grande trecho do centro onde são aplicados regulamentos e programas especiais para a preservação de imóveis históricos e construção de novas edificações, atração de novos usos junto com a revitalização/permanência dos antigos e promoção de obras para a recuperação dos espaços públicos, num amplo escopo de revitalização (Pinheiro, 1985). Há sucesso na preservação da ambiência do conjunto histórico-arquitetônico, na promoção de comércio varejista e de serviços de pequena escala, na animação urbana e na promoção cultural (Fig. 4). Outras áreas não originalmente incluídas no Corredor Cultural têm lucrado com os reflexos, como é o caso da Candelária e seus diversos centros culturais e de exposições já implantados (Casa França-Brasil, Centro Cultural Banco do Brasil, dos Correios, etc.). O centro do Rio vem recuperando sua imagem e seu conteúdo simbólico, atraindo novos usuários, novos usos culturais e comerciais, além de novos investimentos.

Ao definir os modelos de revitalização possíveis, o novo paradigma de desenvolvimento deixa claro um aspecto essencial: a importância da colaboração entre os setores público e privado, num processo de planejamento e implantação que possa envolver grupos representativos da sociedade, diretamente interessados na intervenção e em seus produtos, dividindo benefícios e prejuízos (Frieden, Sagalyn, 1989; Del Rio, 1990). Apenas a participação efetiva e comprometida destes grupos é que pode garantir resultados positivos e de longo prazo.

Enfim, a revitalização de áreas centrais sempre será uma meta difícil principalmente porque luta-se para implementar uma nova imagem para área antes tida como decadente e de má fama, de modo a iniciar um processo progressivo de desenvolvimento social e econômico. Embora muitos destes processos, seja qual for o agente catalizador escolhido, apoiem-se num complexo planejamento comercial, o direcionamento dos investimentos públicos e privados sempre dependerá de uma estratégia intimamente relacionada com a implementação de novas percepções e imagens. Ao alterar-se expectativas e valores, os repertórios imagéticos e as comunidades locais são fortalecidos, alteram-se comportamentos, atraem-se investimentos, amplia-se o consumo e a oferta de oportunidades, cativa-se novos públicos usuários e garante-se o sucesso financeiro da revitalização. Os objetivos da revitalização devem estar estreitamente relacionados à promoção de uma política consciente de imageabilidade

**Foto 3**

Recuperação da simbiose entre o rio e a área central de Baltimore, com a promoção do contato físico e visual com a água e diversas atrações turísticas e recreativas.

Foto: do autor



**Foto 4**

No Corredor Cultural, Rio, um conjunto de fachadas preservadas, hoje já recuperadas, e uma edificação de 1986 construída de acordo com as diretrizes especiais.

Foto: Zeca Linhares



urbana. Por isto, talvez a mais fundamental contribuição ao processo de revitalização, de construção da confiança no lugar e, conseqüentemente, da transformação de sua imagem, está nas mãos do poder público. Muito depende da sua postura, da continuidade dos programas, de ações-chaves e de sua capacidade gerencial.

## **Alguns Cuidados com o Novo Paradigma e seu Modelo de Revitalização**

Portanto, verificamos que o novo paradigma de desenvolvimento e seus modelos urbanísticos prevêm que os interesses do capital, da boa administração pública e das comunidades em geral podem e devem ser compatibilizados. O modelo urbanístico da revitalização, particularmente, possibilita definir objetivos politicamente complementares e ações integradas, muitas delas a longo prazo.

Atualmente algumas cidades brasileiras têm voltado sua atenção para a importância desse novo paradigma e da exeqüibilidade do seu modelo urbanístico, mas é importante que as possibilidades sejam investigadas criticamente. Embora esteja claro que a revitalização de áreas centrais não pode responder a nenhuma fórmula mágica, podem ser destacadas aqui duas questões básicas, pertencentes a diferentes esferas e que merecem cuidados especiais.

A primeira questão insere-se na esfera instrumental e refere-se à administração pública e ao planejamento propriamente ditos. Ela é de resolução conceitual simples: muitas de nossas cidades ainda se mostram despreparadas para enfrentar a complexa problemática de suas áreas centrais e para implementar um processo de revitalização que requer, necessariamente, programas integrados, complementares e metas a longo prazo. Neste sentido, quatro temáticas fundamentais ainda estão por ser devidamente equacionadas:

- a integração de esforços e objetivos entre os interesses dos setores público, privado e das comunidades diretamente atingidas, compartilhando tanto os lucros quanto os sacrifícios;
- a monitoração e o direcionamento coordenado dos investimentos públicos, através de suas diversas agências, e dos privados, seja de grande ou pequeno porte;
- o comprometimento dos setores envolvidos, principalmente do poder público, com a continuidade de um processo de implementação em que são comuns prazos bastante longos;
- a utilização de instrumental de planejamento e implementação moderno, flexível e pragmático, que possa privilegiar a exeqüibilidade, a qualidade do todo e do detalhe.

Embora estas temáticas sejam comuns a qualquer atividade de planejamento, que se pretenda séria, revelam-se particularmente estratégicas para o sucesso da revitalização de áreas centrais, especialmente em se tratando de nossas cidades e seus problemáticos sistemas de gerenciamento. Por outro lado, acreditamos que o próprio processo democrático, com a crescente participação de associações representativas da sociedade organizada na gestão urbana, tende a conduzir-nos eventualmente a um correto equacionamento destas temáticas.

A segunda questão básica se insere na esfera ideológica e do modelo econômico, com rebatimentos bem mais amplos e complexos. Críticas aos modelos existem; nos EUA, por exemplo, o consumismo exacerbado e o pequeno grupo

de grandes empresários investidores neste modelo têm resultado nas mesmas imagens e produtos oferecidos pelas inúmeras intervenções de revitalização semelhantes, não importa a cidade onde se inserem. O caso lá é de proliferação de *shopping-malls*, muitas vezes tomado equivocadamente como uma panacéia capitalista de recuperação de áreas centrais deterioradas (Crawford, 1992; Sorkin, 1992). Evidentemente, a maioria dos projetos implantados apenas com esta visão distorcida e estreita de revitalização renega a essência da vida urbana e gera um ambiente até negativo a ela por seu reducionismo. Essa questão faz parte do caso levantado por Sennet (1990), quando ele argumenta que os ambientes urbanos modernos norte-americanos são sem graça, neutros, destituídos de tudo que possa representar verdadeiros contatos sociais, pois as diferenças acabam sendo tomadas como ameaças, não como estímulos.

Por outro lado, tomando a questão por seu lado estritamente comercial, a exacerbação de certos aspectos de um modelo pode acabar levando a sua própria destruição, assim como a sua excessiva repetição poderá levar ao risco futuro de esgotar o mercado. Em relação à primeira possibilidade, podemos citar o problema enfrentado pelo *French Quarter*, a área histórica de Nova Orleans, cujo sucesso está gerando seu abandono pelos moradores originais e sua substituição por usos comerciais, o que pode destruir o seu animado ambiente misto e ameaçar o seu próprio potencial como atração turística<sup>3</sup>. O mesmo aconteceu na área de entorno do *Covent Market*, em Londres, e em outras cidades que se utilizam de modelos de revitalização para suas áreas centrais. Para evitar isto, muitos países europeus cuidam em afetar o menos possível as moradias existentes e promovem seu incremento; dos moradores depende o "ritmo e a essência dos bairros" tornando-se a "palavra de ordem" nas novas políticas para os centros urbanos (Portas, 1985).

Já em relação à segunda possibilidade, o perigo se origina no aumento da importância do *marketing* de um lugar ou cidade e pelas tendências globais nos padrões de consumo. Além da tendência à homogeneização dos lugares centrais, as representações e os deslocamentos de diferentes geografias e histórias tornam-se tão ou mais importantes que a própria realidade (Crawford, 1992; Boyer, 1992; Del Rio, 1992). Exemplo maior é a Disneylândia que, como observou (Sorkin, 1992), espelha perfeitamente a cultura pós-moderna de classe média, que espera uma urbanidade que não represente nenhuma ameaça, que possua sensações previsíveis e se apóie em simulacros e no deslocamento das autenticidades para incentivar o fácil consumo de símbolos. Na Disneylândia "se produz urbanismo sem se produzir uma cidade... uma hipercidade... de bilhões de cidadãos (todos consumidores), mas nenhum morador... um lugar por onde todos estão apenas passando" (Sorkin, 1992: 231). Essas razões também estão por detrás das transformações de lugares históricos em objetos de *merchandising*, como é o caso de modelos populares tipo *South Street Seaport* (Boyer, 1992). Os especuladores imobiliários já têm trabalhado neste filão, oferecendo empreendimentos com caráter histórico "instantâneo" (como é o caso do *Battery Park City*; Russell, 1992).

Finalmente, as mais profundas transformações que todas as cidades estão sofrendo e que teremos de enfrentar, refletem-se particularmente nas áreas centrais e eliminam a vida urbana tal como nossa sociedade a conhece há séculos. São elas derivadas de três fatores fundamentais e aparentemente inevitáveis: desintegração das relações humanas com a geografia cultural e física de lugares específicos, a obsessão por segurança com a proliferação de novos modos de segregação espacial, e o urbano do simulacro, da era da televisão e da informática (Sorkin, 1992; Virilio, 1993).

(3) Tema de uma pesquisa elaborada no College of Urban Affairs and Planning, University of New Orleans, relatada pessoalmente pelo professor Fritz Wagner em 1988

Estão aí expostas as temáticas fundamentais que acreditamos se interpor à verdadeira revitalização das áreas centrais, num processo que possa gerar frutos para a sociedade como um todo e para os grupos sociais que possuem expressão nas áreas afetadas. Neste sentido, o esforço dentro deste novo paradigma de desenvolvimento, na busca por uma verdadeira urbanidade em seus modelos de revitalização das áreas centrais, de processos e políticas criativas de desenvolvimento, deve mesclar-se com a luta pela própria democracia. Devemos aprender com as experiências existentes, avaliar seus resultados criticamente e evitar a importação direta de novos modelos e imagens que acabem simplesmente substituindo aqueles gerados por paradigmas anteriores, sempre alheios aos verdadeiros objetivos de nossa sociedade.

## Bibliografia

- ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar/IPLAN-Rio, 1987.
- APPLEYARD, Donald (org.). *The Conservation of the European City*. Cambridge: MIT Press, 1979.
- ATTOE, Wayne, LOGAN, Donn. *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*. University of California Press, 1989.
- BARNETT Jonathan. *The Elusive City: Five Centuries of Design, Ambition and Miscalculation*. New York: Harper & Row, 1986.
- BENCHIMOL, Jaime. A Modernização do Rio de Janeiro. In: BRENNNA, G. (org.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Index/PUC, 1985.
- BENEVOLO, Leonardo. *O Último Capítulo da Arquitetura Moderna*. Lisboa: Martins Fontes, 1985.
- BLAKE, Peter. *Form Follows Fiasco: Why modern Architecture Hasn't Worked Out*. Boston: Little Brown, 1974.
- BOUCHER, Frédérique. Pour Une Approche Réaliste des Problemes de Rénovation. In: *L'Architecture D'Aujourd'hui*, n. 202, 1979.
- BOYER, Christine. Cities for Sale: Merchandizing History at South Street Seaport. In: SORKIN, M. (org.) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Nova Iorque: Noonday, 1992.
- CASTELLS, Manuel. El Centro Urbano. In: *Problemas de Investigación en Sociología Urbana*. Mexico: Siglo XXI, 1971.
- . *La Question Urbana*. México: Siglo XXI, 1978.
- CASTEX, J., DEPAULE, J., PANERAI, P. *Formes Urbaines: de l'Illet a la Barre*. Paris: Dunod, 1977.
- CHOAY, Françoise. *The Modern City: Planning in the XIX Century*. Nova Iorque: Braziller, 1969.
- CHIAVARI, Maria P. As Transformações Urbanas do Século XIX. In: BRENNNA, G. (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Index/PUC, 1985.
- CRAWFORD, Margaret. The World in a Shopping Center. In: SORKIN, M. (org.) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Nova Iorque: Noonday, 1992.
- DEL RIO, Vicente. Urban Design and Conflicting City Images of Brazil: Rio de Janeiro and Curitiba. In: *Cities*, v. 9, n. 4, nov. 1992.
- . *Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro: A Contribuição do Estudo da Percepção Ambiental*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, 1991.

- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Ver a Cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FRAMPTON, Kenneth. *Modern Architecture: A Critical History*. Londres: Thames & Hudson, 1981.
- FRIEDEN, Bernard, SAGALYN, Lyane. *Downtown, Inc.: How America Rebuilds Cities*. Cambridge, MA: M. I. T. Press, 1989.
- GARCÍA, Fernanda Sanchez. *Curitiba, Imagem e Mito: Reflexão Acerca da Construção Social de Uma Imagem Hegemônica*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) IPPUR/UFRJ.
- PINHEIRO, Augusto Ivan F. Corredor Cultural, Um Projeto de Preservação para o Centro do Rio de Janeiro. In: TURKIENICZ, MALTA (org.) *Desenho Urbano*. São Paulo: PINI, 1985.
- PORTAS, Nuno. Notas Sobre a Intervenção na Cidade Existente. In: *Revista Sociedade e Território*. n. 2, 1985.
- RUSSELL, Frank. Battery Park City: An American Dream of Urbanism. In: *Proceedings of the International Symposium on Design Review*. Cincinnati: University of Cincinnati, 1992.
- SENNET, Richard. *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*. New York: Norton, 1990.
- SORKIN, Michael. See you in Disneyland. In: SORKIN, M. (org.) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Nova Iorque: Noonday, 1992.
- VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- WRENN, D. et al. *Urban Waterfront Development*. Washington: Urban Land Institute, 1983.

# A Atividade Comercial Recriando o seu Espaço

**Heliana Comin Vargas**

## **Resumo**

Este artigo discute o relacionamento entre a atividade comercial varejista e o espaço urbano, em sua mais recente versão.

A análise da evolução da atividade comercial, através do tempo, e do fenômeno shopping center no mundo e, principalmente, em São Paulo, demonstra que as localizações estratégicas, como fator fundamental para o desenvolvimento das atividades varejistas, estão cedendo, cada vez mais, o seu lugar às estratégias dos negócios.

Esta constatação indica a necessidade de se repensar as teorias locacionais então vigentes, de forma a possibilitar um controle mais eficiente sobre o desenvolvimento urbano.

## **Abstract**

This article shows the new possibilities of relationship between the retail activity and the urban space.

Analysing the commercial activity evolution down the ages, and the shopping center phenomenon in the world and mainly in São Paulo City, it was possible to notice that strategic locations, as a fundamental factor to the retail development, are giving way to businesses strategies.

This evidence points to an important change in retail location theories that demands rethinking about, in order to control the urban development.

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "Comércio: localização estratégica ou estratégia na localização?" apresentada em abril de 1993.*

*Orientadora: Profª Drª Gilda Collet Bruna.*

## Introdução

A partir do final da Segunda Guerra Mundial a intensificação dos índices de ciência, tecnologia e informação sobre o território, tem provocado remodelações constantes tanto no meio urbano como rural.

O desenvolvimento das comunicações e dos transportes, e principalmente, a velocidade de transmissão de informações que altera completamente a noção de tempo e, conseqüentemente, de posicionamento no espaço, vem exigindo um repensar de várias teorias até então vigentes, indicando um novo patamar paradigmático.

Do ponto de vista do desenvolvimento da atividade comercial, objeto central de nossos estudos, podemos afirmar que o elemento determinante de seu sucesso tem se dirigido, cada vez mais, para o campo das estratégias dos negócios em detrimento das localizações estratégicas.

O ponto de partida para as nossas indagações centrou-se no fenômeno de proliferação de estabelecimentos do tipo shopping center na capital paulista e também no país<sup>1</sup>

A grande quantidade destes estabelecimentos, em funcionamento, em construção e em projeto no início da década de 90, indicava na direção de uma saturação do mercado para tais estabelecimentos, principalmente na grande São Paulo<sup>2</sup>, o que parecia não ser considerado pelos seus empreendedores. Somava-se a isto, a situação de crise pela qual vem passando o país, que ao provocar uma diminuição sensível no poder aquisitivo da população reduz, consideravelmente, o mercado de consumo.

Assim, a intenção demonstrada pelo setor de continuar projetando e construindo os mais variados tipos de shopping centers parecendo ignorar o mercado e, proximidade com que os SCs estavam sendo pensados em algumas zonas da cidade, colocavam em discussão dois aspectos importantes da atividade comercial: a capacidade do mercado para a absorção destes grandes equipamentos varejistas e, o papel da localização estratégica na viabilidade desses mesmos empreendimentos.

Para entender tal situação foi preciso um mergulho através da história, buscando compreender o funcionamento da atividade comercial, seu processo de evolução e, seu relacionamento com o mercado, com as demais atividades econômicas e com o espaço físico que lhe dá suporte. (Vargas, 1992)

## Da Supremacia à Submissão Total do Mercado de Consumo

A evolução da atividade comercial acontece através de uma busca contínua do desejo do homem de possuir cada vez mais coisas. Assim, da simples troca de produtos exóticos, que a natureza oferecia, o homem passou a produzir para um mercado através, inicialmente, da troca de produtos equivalentes e, posteriormente, através da produção capitalista, implicando todo um desenvolvimento industrial.

A atividade comercial encontra-se assim na origem das relações entre os homens e parece movê-lo indefinidamente rumo ao desconhecido, fazendo parte, como salientou Montesquieu<sup>3</sup> no final do século 18, das suas grandes paixões.

Com relação à criação de mercados para o seu desenvolvimento, a atividade comercial apresentou três estágios bastante significativos. O primeiro refere-se

(1) Em 1968 tínhamos apenas um SC no país. Em 1989 o quadro já se alterara significativamente, sendo que até maio de 1989 estavam em funcionamento 71 SCs sendo que, aproximadamente 77% deles inaugurados na década de 80. (*Jornal da Tarde*, 19/05/89)

Só na capital paulista, até agosto de 1990 existiam 9 shopping centers não especializados em funcionamento, 3 SCs atacadistas, 1 SC especializado e mais 15 SCs de várias tipologias e padrões em processo de aprovação. Alguns destes já em construção, dos quais 8 com mais de 40 000 m<sup>2</sup>. (*Jornal da Tarde*, 02/08/90)

(2) Segundo alguns empreendedores, os "mega" SCs com mais de 40 000 m<sup>2</sup>, abrigando uma centena de lojas, necessitam de uma população de cerca de 1 milhão a sua volta. São Paulo que reunia, em 1991, 12 deles parecia não ser capaz de absorver outros mais. (ESP, 22/08/91)

(3) Cf. Montesquieu ver HIRSCHMAN, 1979

à expansão territorial, isto é extensiva, pela descoberta ou conquista de novas terras.

Esta expansão territorial não significava apenas a posse e domínio de novas terras. Muitas vezes, ocorria uma ampliação do espaço econômico de alguns centros urbanos ou de determinadas associações (hansa), semelhante à empreendida atualmente, pelas empresas multinacionais. Através da ampliação do espaço econômico, era possível eliminar-se as barreiras políticas, pressuposto para um grande desenvolvimento comercial.

A grande preocupação manteve-se então, na contínua busca por novos mercados para colocação de produtos, ou descoberta de novas fontes de matéria-prima, o que significou a princípio, a consolidação dos territórios descobertos no século 15.

Posteriormente, já que não havia mais terras por descobrir, a disputa pela supremacia sobre tais territórios levou aos confrontamentos bélicos entre as nações mais desenvolvidas (Holanda, França e Inglaterra), ou a dependências políticas e econômicas como o caso de Portugal com relação à Inglaterra.

Assim se iniciou um segundo estágio para a criação de mercado, marcado pelas relações imperialistas e pela intensificação das trocas internacionais.

Na verdade, a partir do século 15 descobriu-se a importância da balança comercial favorável para o desenvolvimento das nações. E a Inglaterra, cujo Estado e políticas mercantilistas estavam mais desenvolvidas, pôde absorver mais eficientemente estas vantagens.

A expansão física dos mercados, associada à expansão demográfica do século 15, devido à melhoria das condições de vida, passou a funcionar como estímulo à produção.

Para satisfazer as necessidades decorrentes do crescimento do mercado, além de estimular a produção, as trocas internacionais se intensificaram, sendo que os países procuravam garantir um saldo sempre favorável na sua balança comercial.

Assim o período do século 15 ao 19 representa a consolidação da unidade comercial do planeta, pelo fato de ter surgido um mercado internacional ávido a transacionar, e a garantir a supremacia comercial das nações individualmente e a qualquer custo.

A existência dos mercados era fundamental para o desenvolvimento agrícola e industrial, tendo sido por isso que a indústria têxtil foi a primeira a atingir características revolucionárias. Tanto é verdade, que a revolução do carvão e do ferro só ocorreu após o surgimento do mercado. A indústria de carvão fora estimulada pelo crescimento populacional e urbano, e acabou por funcionar como um mercado significativo para a indústria metalúrgica quando inventou os caminhos de ferro. Criado o mercado para a siderurgia, as demais indústrias, ainda incipientes, puderam se desenvolver, pois a produção de bens de produção passou a ser viabilizada.

Desta forma, até meados do século 19, em toda a instrução e análise econômicas, presumia-se que a iniciativa de produção residia no consumidor. Ou seja, a resposta às suas necessidades, as quais se originavam dentro dele próprio, eram obtidas no mercado. As oportunidades que daí resultavam para o produtor ou comerciante eram indicadas pelas mensagens que provinham deste mercado. As firmas produtoras reagiam ante essa mensagem e, portanto, às

instruções do consumidor. O fluxo de instruções efetuava-se numa só direção: do indivíduo para o mercado, e deste para o produtor.

Tudo isto era afirmado por uma terminologia que indicava que todo o poder reside no consumidor criando-se a insígnia de "A soberania do consumidor"

Na realidade, existe sempre uma presunção de soberania do consumidor numa economia de mercado. Assim o fluxo unidirecional de instruções do consumidor para o mercado e deste para o produtor, foi durante muito tempo a seqüência aceita. (Galbraith, 1967)

No entanto, o desenvolvimento do sistema industrial fordista representou uma inversão nesta seqüência, iniciando um terceiro estágio no que se refere à criação de mercado para a produção. Este estágio caracteriza-se pelo controle do mercado exercido pelo sistema industrial e auxiliado pelo progresso dos meios de comunicação e persuasão em massa, também explorado pelo setor comercial.

O mercado passou a ser conduzido pelas grandes companhias, que devido à produção em massa, que exigia o seu planejamento e grandes investimentos iniciais, necessitavam de uma garantia de demanda para os seus produtos. Surgia assim a necessidade de controle do mercado, tanto quantitativamente como qualitativamente, controle este que o setor tem exercido a partir do controle de preço dos produtos, da demanda coletiva por parte do Estado e da vontade do consumidor através de todas as técnicas de indução e persuasão.

Neste período, para atender às novas exigências do setor industrial, tanto na esfera anterior à produção, quanto na distribuição desta produção, as atividades terciárias de apoio tiveram que se adequar. Primeiramente, para atender mais eficientemente a população que se aglomerava, em termos de abastecimento e prestação de serviços; depois no atendimento às exigências dos grandes grupos quanto à realização de serviços e fornecimento de produtos, que não mais podiam ser oferecidos através da produção doméstica. Ou as grandes empresas cresciam e incorporavam em seu interior os serviços de limpeza, pesquisa, dentre outras, que antes eram feitas a nível familiar ou, estas empresas familiares cresciam e passavam a fornecer serviços a várias empresas. (Lamparelli, 1983)

O abastecimento de água, energia, transporte passou também a ser realizado de forma coletiva, e as atividades comerciais varejistas, como alimentação e bens duráveis, distribuídas por grandes lojas ou cadeias de lojas. Estas grandes empresas introduziram no seu funcionamento técnicas modernas para acompanhar o processo de desenvolvimento industrial e urbano.

Assim, vimos surgir uma série de inovações na atividade comercial varejista, que se iniciara no século 19 com o aparecimento dos "Grands Magasins" passando pelos "Magasins Populares" "Variety Store" "Department Stores" supermercados com suas técnicas de "self service" e os centros de compras planejados.

Mas o desenvolvimento industrial e a sua avidez crescente por mercados, cuja garantia de existência é o elemento vital para a manutenção das suas taxas de lucro, ao acirrar a disputa pelos mercados, caminhou rumo à internacionalização da produção e, conseqüentemente dos próprios mercados, adotando políticas de comércio exterior mais liberais. Em contrapartida, esta atitude provocando um acirramento da concorrência e a saturação do mercado, criou uma crise do lado da demanda.

O esgotamento da capacidade do sistema industrial fordista para manter sua taxa de lucro após 1970, devido à saturação do mercado consumidor, à dificuldade de manutenção da demanda coletiva, e à elevação dos custos de produção (mão-de-obra e insumos básicos), levou ao aparecimento de uma nova forma de produção.

Como saída para esta crise, no campo do comércio internacional, iniciou-se a formação de blocos de comércio que passaram a agir como grandes articuladores entre as nações e os continentes, desprezando também qualquer vínculo com o espaço físico.

Enquanto as negociações ocorriam em termos de divisão de mercados, o setor de produção de bens buscava a exponenciação destes mesmos mercados pela criação sucessiva de novas necessidades, modismos, novas tecnologias, tornando os produtos rapidamente obsoletos e aumentando a necessidade de novas compras. A segmentação do mercado através da diferenciação de produtos por nível de renda, faixa etária, estilos de vida, também agia neste sentido, iniciando uma nova forma de se produzir, a produção flexível.

Surgia, assim, a flexibilidade na produção como alternativa para a superação destes últimos aspectos da crise, de forma a garantir a continuidade do processo de acumulação. O elemento central no plano produtivo passava a ser: maior grau de flexibilidade dos produtos e do *mix* de produção, flexibilidade de volumes, flexibilidade de desenhos, flexibilidade de rotinas produtivas, flexibilidade de bens de capital e flexibilidade do processo de trabalho. (Gatto, 1989)

Este novo modelo de produção mostrava que, através da utilização da microeletrônica, era possível gerar vantagens extras a partir da diversidade de produtos, sem sacrificar as vantagens econômicas da grande produção, permitindo responder adequadamente (custo, tempo, qualidade) às demandas diferenciadas de tamanhos menores. (Gatto, 1989)

A difusão deste novo paradigma, cuja base é a informação, significa muito mais do que uma mudança de orientação e embasamento técnico; modifica o marco de regulação sócio-institucional, influi nos estilos de vida e de consumo, e define um novo tipo de prática produtiva e organizacional. (Gatto, 1989)

Em outras palavras inventou-se uma nova forma de produzir e é aí que reside o seu caráter revolucionário.

No setor terciário as áreas que recebem o grande impacto das novas tecnologias são sem dúvida, a dos serviços de transportes e a armazenagem; a dos serviços administrativos e financeiros que tendem a se aproximar fisicamente do cliente receptor através do telebanco, "video-cable" "teleshopping" etc.; e, a da distribuição varejista. Neste caso, o impacto passa a ser absorvido através de estratégias comerciais que tratam de satisfazer os diversos mercados e padrões de consumo existentes. (Gatto, 1989)

E é esta a característica do setor comercial varejista, que passou a vender os produtos da produção flexível também de forma flexível. Isto é, diversificando e reciclando indefinidamente suas fórmulas e criando sucessivamente novas atividades, para atrair o consumidor, tendo os shopping centers como o seu estabelecimento por excelência.

Quando a concorrência entre grande número de shopping centers começa a ofuscar as suas taxas de lucro, abre-se o caminho para as estratégias dos negócios. O setor passa então a se especializar criando estabelecimentos diferenciados tanto quanto aos produtos oferecidos (alimentos, móveis, mate-

rial de construção, etc.), ao tamanho e padrão destes estabelecimentos, e a realizar uma segmentação do mercado por faixa etária, renda e outras idiosincrasias. Finalmente, efetua uma integração com outras atividades urbanas como o lazer, cultura e serviços, e passa a oferecer cada vez mais atrações que funcionam como novas âncoras como o lazer os quitutes, os eventos, a facilidade de crédito, os prêmios, o imprevisível, transformando cada SC num verdadeiro "mundo maravilhoso das compras" inclusive a compra do lazer. (Vargas, 1992) Estas estratégias têm garantido, a nosso ver, o mercado necessário para a viabilidade destes grandes empreendimentos, onde os produtos comercializados não são apenas bens duráveis, mas também sensações, emoções e prazeres efêmeros, cuja repetição passa a ser ansiosamente desejada, provocando uma exponenciação de seu mercado de consumo.

## **A Localização Estratégica Revisada**

Na ânsia de suprir as necessidades básicas para garantir a sua sobrevivência, os indivíduos procuraram estabelecer-se aonde lhes fosse possível conseguir tais suprimentos, fazendo sempre que possível, uma composição entre a riqueza dos solos (fertilidade) e o acesso a essa riqueza.

Assim, a ocupação do espaço no período correspondente à Idade Antiga, isto é, até aproximadamente o século 5 d.C., o assentamento humano caracterizou-se por ser costeiro, ou marginal aos leitos dos grandes rios. Os dois elementos naturais, terras férteis e vias navegáveis, combinaram-se aí, de modo definitivo, para fazer nascer, às suas margens, as grandes cidades e as grandes civilizações. Enquanto as terras férteis podiam, por si só, garantir a sobrevivência, a facilidade de acesso aos produtos de terras férteis tinha significado análogo. Esta situação conduziu constante e intensamente às guerras de conquista e ao comércio.

O conhecimento dos novos produtos, que nem sempre podiam ser produzidos fora do seu local de origem, e que passavam a se constituir em bens desejáveis e com o passar do tempo imprescindíveis, levou ao aumento da circulação de mercadorias atribuindo assim à atividade comercial grande importância.

Aos poucos, a localização estratégica do ponto de vista comercial (fácil acesso aos centros produtores e fácil atracamento de embarcações), passou, no binômio fertilidade-acessibilidade, à assumir a liderança na seleção das áreas de assentamento das novas civilizações (Creta, Grécia, Fenícia).

Sendo ao mesmo tempo causa e consequência da atividade comercial, os avanços realizados no campo da navegação fluvial e posteriormente marítima, ao levar o homem mais longe, viabilizaram o ingresso de outras regiões na relação das áreas consideradas privilegiadas. Permitiram, por exemplo, aos fenícios e aos gregos dominarem a atividade econômica do Mediterrâneo através do comércio. O fenômeno do Pireu, em Atenas, foi reflexo da melhoria das comunicações e do grande desenvolvimento comercial experimentado pela humanidade, conseguido por habitantes de regiões de baixa fertilidade do solo.

Porém, estes avanços na arte da navegação não foram capazes, até o século 15 de retirar da navegação o seu caráter costeiro.

Depois do Mediterrâneo ter sido completamente dominado, chegando à pertencer inclusive a um único Império, a interiorização dos continentes aconteceu,

primeiramente, naquele cujos condicionantes naturais eram mais propícios à ocupação humana: a Europa.

A qualidade do solo em todo o continente europeu era semelhante e fértil, e as características geográficas dos rios que se distribuíam regularmente por todo o território também o eram. Estes rios, além de serem navegáveis, apresentavam distâncias relativamente pequenas entre suas cabeceiras, e corriam em direções e sentidos diferentes buscando o mar, tornando possível uma ligação terrestre entre eles. Esta situação geográfica peculiar possibilitou a ocupação de todo o território europeu durante os dez séculos relativos ao período correspondente à Idade Média.

Dessa forma, devido à grande uniformidade das condições geográficas e do nível tecnológico das comunicações, os assentamentos humanos distribuíram-se regularmente, unidos por uma rede de comunicações que não priorizava acentuadamente nenhum dos diversos itinerários, sendo muitas vezes preferível cruzar o continente do que contorná-lo.

Embora esta uniformidade geográfica propiciasse também uma ocupação uniforme, as melhores localizações respondiam pela dinamização diferenciada de algumas cidades.

É indubitável, no entanto, que o desenvolvimento da atividade comercial e o trânsito de mercadores, criando os mercados periódicos e as feiras, responderam em parte pela organização desta ocupação de modo a retirar dela o maior proveito.

A relativa homogeneidade das condições locais internas ao continente europeu, e também a tentativa de diminuir as diferenças entre as áreas estrategicamente melhor localizadas do ponto de vista da acessibilidade, levaram os mercadores, reunidos em associações ou em ligas, e os governantes de determinadas localidades, à invenção de novas estratégias no âmbito dos negócios, (diversificação de atividades, mudança no processo técnico, isenção de impostos, segurança, etc.).

As famosas feiras da região de Champagne, por exemplo, foram capazes de atrair preferencialmente o fluxo de mercadores, levando estes centros a experimentar grande expansão, mesmo não sendo o acesso mais direto entre as regiões mais dinâmicas do período, isto é, a Itália do Norte e a Flandres.

De qualquer forma, embora as relações internas aos continentes tivessem feito algum progresso, principalmente na Europa, até meados do século 19, a supremacia continuava a pertencer às localizações costeiras. Assim, estar junto a um porto significava estar perto do mundo.

Todas as colônias fundadas no período possuíam estas mesmas características locais, isto é, estavam junto a um porto marítimo ou fluvial, ou tinham acesso direto a ele, de forma a participar intensamente do comércio internacional. Além disso, com exceção da Europa, para a tecnologia dos transportes da época, todos os demais continentes tinham dimensões muito grandes, sendo que alguns deles possuíam barreiras naturais intransponíveis. Mesmo a máquina a vapor foi utilizada prioritariamente nos navios, intensificando as trocas internacionais marítimas.

As alterações na estruturação interna dos territórios e a equiparação das vantagens locais das cidades costeiras com as interioranas só começaram a ser observadas com a difusão das estradas de ferro a partir de meados do século 19.

O advento das estradas de ferro e da máquina a vapor imprimindo uma velocidade antes desconhecida, passou a alterar sensivelmente os conceitos de distância. A indústria podia estar, por exemplo, próxima às fontes de matéria-prima internas ao continente, e não mais exclusivamente junto às cidades portuárias.

Mas, foi o desenvolvimento industrial e dos sistemas de transporte surgidos com a II Revolução Industrial, que provocaram a grande transformação nos fatores locacionais. A circulação de mercadorias, produzidas agora em larga escala e, em decorrência dos avanços tecnológicos e científicos, devidamente acondicionadas, aumentava a sua intensidade e o seu raio de ação.

O desenvolvimento econômico não se condicionava mais a alguns grandes centros produtores e exportadores, (cidades portuárias, costeiras, industriais, etc.) como elementos isolados de articulação das economias nacionais.

Ao contrário, era um desenvolvimento econômico a nível da nação, resultando numa produção nacional conjunta, articulada comercialmente a nível nacional, cujo reflexo no território acontecia através de complexos industriais, espalhados também pelo interior deste território. A localização de tais complexos eram determinadas não apenas pela proximidade das vias navegáveis, mas pela existência de sistemas de transporte terrestre, de fontes de matérias-primas de mercados, de mão-de-obra, de outras indústrias e de serviços afins. As grandes aglomerações urbanas apresentavam-se como locais mais promissores, sendo portanto, as grandes cidades os lugares de mais fácil industrialização. Os aspectos locacionais dos assentamentos humanos deixavam de estar essencialmente voltados aos aspectos geográficos naturais, passando a ligar-se às vantagens de elementos componentes da geografia urbana.

O desenvolvimento da atividade comercial que até o final do século 19 tinha como elemento básico para sua viabilidade às localizações estratégicas quanto aos transportes marítimos e fluviais, sofreu mudanças significativas.

Primeiro, cedeu lugar à indústria na organização da economia colocando-se como função subordinada à produção. Depois, diminuiu a importância dos aspectos geográficos naturais como atributos fundamentais de uma localização considerada estratégica para o desenvolvimento dos centros urbanos e do comércio em grande escala (internacional e atacadista). Em seguida, o comércio internacional adquiriu um caráter transacional realizado através de políticas econômicas completamente desvinculada da sua localização.

A nível local, absorveu como fatores locacionais importantes os aspectos de acessibilidade construída (rodovias, ferrovias, aeroportos, etc.), densidades populacionais e renda.

A partir de 1970, com o advento do novo sistema de produção flexível, as exigências locacionais para as novas indústrias, bem como os requisitos regionais para o desenvolvimento, começaram a se alterar novamente.

A atividade comercial, a partir da década de 70, para atender às exigências desta nova forma de produção industrial, que prescinde da localização junto às grandes aglomerações, e apoiada nos avanços dos sistemas de transporte e comunicações, sofre também, alterações significativas no seu relacionamento com o espaço urbano.

Juntando a capacidade de inovação da atividade comercial, através de uma série de estratégias nos negócios para garantir o seu pleno desenvolvimento e a manutenção de seu mercado consumidor, às necessidades do capital imobiliário, que se vê diante da escassez da sua mercadoria (o solo urbano), surgem

os estabelecimentos do tipo shopping center<sup>4</sup> Estes estabelecimentos em seu estágio mais desenvolvido são capazes de criar localizações estratégicas para o uso comercial. Isto é, estes centros de compras conseguiram desvincular o desempenho da atividade comercial dos atributos locacionais prévios à sua instalação, passando a criá-los artificialmente.

Estes empreendimentos passaram, então, a provocar uma alteração da hierarquia tradicional dos centros comerciais como à apontada por Christaller, que definia diversos níveis de centros, cujas áreas de influência eram determinadas pelo poder de compra da população envolvida e das condições de acessibilidade. A partir de então, a área de influência torna-se de difícil mensuração, pois a atração exercida pelo centro passa a ser marcada pelo caráter das novas âncoras aí criadas, que variam desde as promoções por preços até às atividades de grande emoção, apoiadas em todo um sistema de comunicação em massa capaz de divulgá-las devidamente. Isto é, a ênfase na localização cede lugar às estratégias realizadas nestes e por estes estabelecimentos.

A quebra desta hierarquia se evidencia tanto pela indefinição, demonstrada pelos consumidores, quanto à localização preferencial para aquisição de bens e serviços, que se dividem entre os centros de compras periféricos e os centrais, com destaque ao conforto dos centros planejados; como pelo crescente número de centros especializados de toda a ordem.

Sem dúvida que esta situação só pôde ocorrer devido ao aumento significativo da mobilidade da população, que imprimiu aos centros de compras condições cada vez mais acentuadas de serem "foot loose" Ou seja, poderem se implantar em qualquer lugar, independentemente de uma localização estratégica, para a maximização da atração do consumidor. Esta mesma mobilidade, aliada às grandes densidades urbanas, responde pela existência de centros de atividades múltiplas e de centros especializados espalhados pela cidade e coexistindo harmonicamente, como se fizessem parte de um "supercentro de compras"

As estratégias nos negócios têm atingido também o campo das políticas de desenvolvimento urbano através do *City Marketing*, que ao vender a imagem da cidade, dinamiza toda a sua economia urbana.

O que fica claro é que os avanços tecnológicos (transporte, comunicações, conservação dos alimentos, etc.), ao provocar uma homogeneização do território quanto aos seus atributos geográficos e locacionais, faz aflorar o potencial das estratégias nos negócios como elemento diferenciador que garante a preferência do consumidor e assim o melhor desempenho individualizado do estabelecimento comercial varejista.

Isto significa, em última instância, a necessidade de revisão das teorias de localização comercial e a necessidade de novos estudos, no que se refere ao controle do desenvolvimento das atividades comerciais no interior das áreas urbanas.

## Shopping Center em São Paulo: Um Estabelecimento Flexível

Até 1981, a cidade de São Paulo possuía três SCs: O Iguatemi (que tivera sérios problemas em sua fase inicial), o Continental (quase desativado) e o Ibirapuera (mais recentemente instalado). A partir deste ano com o surgimento do Eldorado e do Morumbi em 1983, a afluência de consumidores nestes centros (com exceção do Continental), e os problemas posteriores de superlo-

(4) Os shopping centers foram o resultado de uma sequência de alterações que se processou na organização das áreas comerciais, visando responder às transformações da economia, e da cidade

Ao lado das mudanças na organização das áreas comerciais quanto às funções de compras, estacionamento, circulação de pedestre, abastecimento e outras, ocorreu também uma mudança no planejamento da unidade de varejista

Mais do que uma localização de áreas comerciais aglomeradas em um só edifício ou grupo de edifícios compreendendo vários tipos de lojas que tendiam a maximizar a atração acumulada da unidade como um todo, criou-se um empreendimento onde as articulações das diversas empresas adotavam uma administração centralizada direcionada por um objetivo comum

tação dos estacionamento indicavam que a moda<sup>5</sup> de comprar em SCs "havia pegado"

Na realidade a promoção de um SC acabava por beneficiar o outro, criando a moda, e levando os consumidores a trocar os locais tradicionais de compra pelos grandes centros comerciais.

Com a moda criada, o mercado para os SCs estava também criado. Ocorreu então uma expansão extensiva dos mercados pelo aparecimento de SCs em outras regiões do país, no interior do estado<sup>6</sup> e na Região Metropolitana de São Paulo e, principalmente na cidade de São Paulo.

Quando, na capital paulista, a concorrência começou a ofuscar as taxas de lucro do setor, abriu caminho para as estratégias dos negócios, e lançou mão de uma série de novas fórmulas para a atração dos consumidores (especialização, segmentação de mercado, integração com outras atividades, atrações, eventos, facilidade de compra, etc.).

A disposição das pessoas de se deslocar por toda a cidade para a compra de tais atividades, independentemente, da localização destes centros, estimula, ainda mais, a discussão sobre as alterações provocadas no relacionamento da atividade comercial com o espaço urbano que lhe dá suporte.

Tudo indica que no atual estágio de desenvolvimento, os shopping centers já incorporaram os atributos necessários para criar ou recriar localizações estratégicas do ponto de vista comercial e da atração dos consumidores.

Incentivados pelas alterações tecnológicas e auxiliados pelas novas técnicas de indução do consumidor através da propaganda, criando novos hábitos e novas necessidades e, permitindo que a falta de determinadas condições fossem supridas por outros fatores, os shopping centers podem ser considerados produtores de localizações para o uso comercial. Isto é, ao juntar num ponto do espaço um série de atividades e a facilidade de estacionamento, contribui para manter a distância econômica menor, ao permitir uma racionalização dos deslocamentos, cada vez mais difíceis nas grandes aglomerações. Além disso, a valorização do solo, no seu entorno imediato, estimula o adensamento atraindo as classes de maiores rendas, e outros estabelecimentos comerciais. Somam-se a estes atributos, o conforto, segurança e a existência de atividades de lazer entre outras.

Esta condição atual da atividade comercial de criar, via shopping centers, os atributos necessários de uma localização estratégica, mormente nas grandes cidades, significou, em última instância, uma forma do capital imobiliário manter sua taxa de acumulação. Este fato é facilmente comprovado se observar-se que até o final da década de 70, tudo indicava que os SCs obedeciam a sérios estudos de localização, baseados no potencial de negócios da área de instalação pretendida, como o ocorrido com os shopping centers Iguatemi, Continental e o Ibirapuera, este inaugurado em 1976<sup>7</sup>

Mas, a partir de 1980, os SCs passaram a se instalar em locais antes considerados impróprios; próximos a outros SCs, como foi o caso do SC Eldorado e, posteriormente, como vários SCs das zonas leste e oeste da cidade; em locais com características mais industriais como o Morumbi; em locais deteriorados como o SC Norte; em locais de classes de renda média baixa e baixa como o Interlagos, Center Leste, Aricanduva; e em edificações deterioradas destinadas a outros usos, como os centros atacadistas implantados nas áreas centrais, dentre outros. (Vargas, 1992)

(5) Sobre moda ver Lipovestky, 1989

(6) O que ocorreu por exemplo no interior paulista, estimulado pelo desenvolvimento provocado pela expansão sucro-alcooleira, da indústria bélica e da informática entre outras, foi um dinamismo econômico bem superior ao da Região Metropolitana da Grande São Paulo. No período, o interior que comercializava 38,7% do total estadual em 1980, passou a comercializar 41,3% em 1985 (Zimmermann, 1990)

Segundo a ABRASCE, em 1991 o número de SCs no Brasil era de 81 dos quais 38 (47%) estavam no interior, principalmente do estado de São Paulo. (ESP, 26/06/91)

(7) A atração do SC Ibirapuera caracterizava-se pela população do seu entorno, incluída nas classes de renda alta (Planalto Paulista e Brooklin), embora de densidade baixa, com acesso facilitado apenas para o automóvel devido à pouca quantidade de linhas de ônibus existentes (FSP 18/04/82)

Assim a localização dos SCs passou a ser definida, principalmente, pela disponibilidade de área na região e da sua propriedade. A partir daí, a propaganda e as atividades oferecidas é que se encarregaram de transformar o local num lugar privilegiado. A diminuição da importância das localizações estratégicas para a instalação de centros comerciais tem sido, a nosso ver, uma realidade cada vez maior, em decorrência de uma série de fatores. A imposição de uma nova forma de comprar que virou moda, a inexistência de áreas disponíveis para novas plantas comerciais, as dificuldades de locomoção da população, o caos da cidade grande, as novas tecnologias, constituem-se em alguns deles.

As estratégias dos negócios superaram as localizações estratégicas, fazendo aparecer uma série sucessiva de outras âncoras, como o lazer, os quitutes, os eventos, os prêmios e o imprevisível, transformando cada SC num verdadeiro "mundo maravilhoso das compras" inclusive da compra do lazer.

Na cidade de São Paulo, os SCs passaram a funcionar como os novos centros de bairro da cidade que se compartimentaliza, ao mesmo tempo em que ampliaram a sua área de influência atraindo a população de toda a cidade, quando se especializam ou se diferenciam dos demais. (Vargas, 1992)

A facilidade de acesso ou a proximidade do estabelecimento ao consumidor, tem deixado de ser, pouco a pouco, o grande fator de atração da população, pois esta está agora disposta a cobrir maiores distâncias, permanecer mais tempo, e aproveitar as melhores vantagens, tanto do ponto de vista das promoções como do aproveitamento das diversas atividades oferecidas.

De qualquer forma, a grande intensidade com que tem aparecido, o porte dos empreendimentos, o seu desvinculamento da localização e o sucesso experimentado pelo setor, tem atraído a atenção dos planejadores, quanto às novas formas de controle da atividade comercial no espaço urbano e regional.

## **Conclusão**

Por tudo que já foi exposto pode-se notar que, as transformações na economia e as mudanças tecnológicas, aliadas às grandes concentrações populacionais, levam a uma alteração na forma da apropriação do espaço destinado às atividades comerciais varejistas.

Assim assistimos o comerciante sair de: uma situação itinerante de ir atrás dos consumidores, isto é, de mercado periódico em mercado periódico e de feira em feira, juntamente com as mercadorias; passar por um processo de sedentarização, onde a princípio só as mercadorias circulavam; e, chegar ao extremo oposto, onde o consumidor é quem passa a se deslocar a grandes distâncias para comprar bens e serviços em determinados estabelecimentos, ou mesmo, em outras cidades ou países, onde o fator de atração e persuasão passa a ser fundamental (neste caso é a informação que circula, dando conhecimento ao consumidor das mercadorias disponíveis, dos locais de sua possível aquisição e da maravilha que é possuí-las).

O poder de estruturação do espaço, principalmente do espaço urbano, que a atividade possui, conduz a caminhos que a coloca como causa e solução para vários problemas da dinâmica urbana.

A característica natural dos SCs de provocar, por um lado uma renovação urbana espontânea da área valorizando o local, recuperando áreas e fornecendo equipamento de lazer à cidade; e por outro, o adensamento exagerado, o

congestionamento do tráfego, o aumento do preço do solo, a deterioração das áreas de comércio tradicionais, e a mudança nas relações hierárquicas da estrutura urbana, imprimem à atividade varejista uma condição simultânea de funcionar como elemento agilizador, inibidor e estruturador da dinâmica urbana. Esta característica transforma a atividade num elemento de suma importância, desde que devidamente controlado, para o desenvolvimento urbano.

Quer seja pela genialidade estratégica do capital comercial, através da criação de novos elementos de atração dos consumidores, quer seja através do capital imobiliário, pela descoberta de alternativas à escassez do solo urbano, passando a produzir localizações e, auxiliados por toda a espécie de técnicas de indução do consumidor a atividade comercial, tem superado os obstáculos que se lhe apresentam. (Vargas, 1989)

Assim, as localizações dos SCs parecem não ser mais escolhidas numa microescala e sim por zonas da cidade, aproveitando áreas ociosas, substituindo antigos usos, transformando edificações antigas, pretendendo ocupar inclusive o lugar dos antigos centros de bairro, desprezando todo o conceito de área de influência e poder de compra, incapaz agora, de explicar o sucesso deste tipo de empreendimento.

Outra variável que aparece de pronto, refere-se à estruturação do espaço desta nova sociedade, onde a informatização vem ocorrendo com velocidade incontrolável, diminuindo cada vez mais a necessidade de deslocamentos de pessoas (residência e trabalho, comunicação de empresa para empresa, residência e escola, teleshopping, etc.). E aquele comércio, que vive ainda hoje, em grande parte, do trânsito de pessoas, terá fatalmente que sofrer constantes adaptações para sobreviver.

No que diz respeito ao indivíduo, este não depende mais apenas de sua comunidade local, de sua família ou de seu grupo social, para obter alimentos, energia e todos os bens e serviços de que necessita. Em seu lugar, depende para a sua existência e modo de vida, do funcionamento de um conjunto interdependente de sistemas sociais, econômicos e tecnológicos que se estende nacional e internacionalmente, consumando a unificação da economia do planeta, mudando apenas as escalas das relações de dependência e dominação.

Em qualquer escala, o que parece claro é que estas adaptações referem-se, cada vez menos, ao aspecto locacional. O que passa a contar então, é mais uma revolução na estratégia das técnicas de comercialização do que uma localização estratégica. Significando que a escolha para a instalação destes grandes estabelecimentos não segue mais os princípios das teorias de localização comercial tradicional.

Finalizando, a velocidade e o modo com que as transformações vêm ocorrendo exigem também adaptações mais rápidas à realidade, que implicam reformulações teóricas anteriores e a busca de novas formas de análise e controle do espaço urbano.

## **Bibliografia**

*ESTADO DE S. PAULO*. Investimentos em quatro anos chegam a US\$ 2 bilhões. São Paulo. 22 ago. 1991.

———. Aumentam Shopping no Interior. *São Paulo*. 26 jun. 1991.

- FOLHA DE S. PAULO. Em Moema, novo pólo comercial da cidade. São Paulo. 18 abr. 1982.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado Industrial*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- GATTO, Francisco. *Cambio tecnológico neofordista y reorganização productiva; primeiras reflexões sobre sus emplicaciones territoriales*. EURE, Santiago, v. XVI, n. 47, p. 7-34, 1989.
- HIRSCHMAN, Alberto. *As paixões e os interesses; argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Tradução de por Lúcia Campello. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JORNAL DA TARDE. Os shopping crescem e vão investir mais. São Paulo, 19 maio 1989.
- . Cidade faz corrida aos shopping. São Paulo, 02 ago. 1990.
- LAMPARELLI, C. M. et al. Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: O Urbano. *Estudos FUNDAP*, n. 1, p. 4-27, 1983.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império de efêmero. A moda e seus destinos na sociedade moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- VARGAS, Heliana C. Eficiência da intervenção do Estado na localização comercial. In: III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, *Anais*, 1989.
- . *Comércio: localização estratégica ou estratégia na localização*. São Paulo, 1992, Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ZIMMERMANN, Gustavo. Diagnóstico do Segmento do Comércio. In: *São Paulo no Limiar do Século XXI; perspectivas dos setores produtivos 1980-2000*. Org. CANO, Wilson. Convênio IPT-FECAMP-UNICAMP-INSTITUTO DE ECONOMIA. Campinas, 1990.



# Casas de Orates

Hugo Segawa

## Resumo

A arquitetura de hospícios implantada no Brasil durante o século 19 corresponde a uma busca da modernização. Em sintonia com o surgimento desse programa arquitetônico na Europa e nos Estados Unidos, foi produto da compreensão da questão da alienação mental como uma patologia passível de tratamento e, por conseguinte, da possibilidade de definir um espaço específico para essa finalidade. O trabalho busca demonstrar a trajetória dessa preocupação no Brasil mediante a constatação do surgimento de hospícios no Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belém e São Paulo, caracterizando um programa de amplitude até hoje pouco esclarecido.

## Abstract

The architecture of mental hospitals adopted in Brazil during the 19th century reveals a search for the modernization. This happened at the same time that architectural program was in progress in Europe and United States, as a result of the concept that mental illness has a pathology and can be medically handled, and, therefore, can define specifically an architectonic space for the activity. The investigation refers to the development of mental hospitals in Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belém and São Paulo, distinguishing a wide effort unknown until now.

*Artigo extraído da Dissertação de Mestrado "Construção de Ordens: um aspecto da Arquitetura no Brasil 1808-1930", apresentada em abril de 1988.*

*Orientadora: Profª Drª Aracy A. Amaral.*

## A Rebelião

*Cerca de trinta pessoas ligaram-se ao barbeiro, redigiram e levaram uma representação à Câmara.*

*A Câmara recusou aceitá-la, declarando que a Casa Verde era uma instituição pública, e que a Ciência não podia ser emendada por votação administrativa, menos ainda por movimento de rua.*

*– Voltai ao trabalho, concluiu o presidente, é o conselho que vos damos.*

Machado de Assis, em *O Alienista*

Casa Verde, no conto/novela *O Alienista* (datado de 1881/1882), é o imaginário hospital municipal de alienados de Itaguaí, criado e sob responsabilidade do Dr. Simão Bacamarte, em quem Machado de Assis – destilando toda sua fina ironia – personalizou a desconfiança sobre um saber médico capaz de diagnosticar anomalias mentais mediante observações do comportamento cotidiano. Investido de uma autoridade e poder legitimados pela ciência, o Dr. Bacamarte num primeiro momento faz internar os ricos, os poderosos, os aproveitadores, os espertos e assim por diante. Com a formulação de uma "nova teoria" o alienista inverte o quadro: liberando os reclusos anteriores, condena para a Casa Verde os honestos, os justos, os trabalhadores, julgados como portadores de sintomas de anormalidade.

Interferindo na vida de quase toda a população, o Dr. Bacamarte afinal chega a uma conclusão: o único que padecia de alguma patologia anormal era ele próprio. Libertando todos os seus pacientes, ele acaba sucumbindo, só, dentro de sua criação: o hospício.

Machado de Assis, no último quartel do século 19, vulgarizava para seus leitores um complexo tema cuja introdução, no Brasil, podemos situar simbolicamente no final da primeira metade do Oitocentos, com a criação do Hospício de D. Pedro II no Rio de Janeiro. Conviria situar um pouco a questão dos alienados. Se o dicionário é o repositório dos significados correntes, dos lugares comuns de uma época, vamos apelar para o *Dictionnaire D'Hygiene Publique* de Ambroise Tardieu, datado de meados do século 19, consultando o verbete:

*Alienados – Entre as reformas modernas que interessam ao mais alto grau de humanidade, e que fazem a maior honra ao nosso tempo, é impossível não situar em primeira linha a melhoria da sorte dos alienados. Confundidos, até os primeiros anos deste século, com os criminosos, relegados no fundo dos calabouços ou nas celas de algumas casas religiosas, eles eram deixados ao mais completo abandono. Hoje, graças aos esforços de médicos homens de bem, e à preocupação enfim demonstrada pelos poderes públicos, os alienados, colocados sob a proteção, às vezes excessiva da lei, encontram por toda parte a assistência que seu estado reclamava. [Tardieu 1862 1:53].*

## A Psiquiatria no Rio de Janeiro do Século 19

O louco, então, de indivíduo criminoso elevava-se para a categoria dos pacientes medicalizáveis, posto a sua nova condição de vítima de doença passível de terapia específica, codificada pela nascente psiquiatria. Nem por isso, todavia, merecedor de menor controle por parte da sociedade:

*De todas as moléstias a que o homem é sujeito nenhuma há cuja cura dependa mais do local em que é tratada do que a loucura... Sem o*

*isolamento, a tranqüilidade, o silêncio, quando eles são precisos; sem as convenientes separações dos loucos em classes segundo o gênero e espécie de alienação mental; sem o trabalho, as distrações, a ventilação, os passeios, os banhos, as embarcações; sem meios próprios de efetuar tudo isso e conter sem barbaridade os furiosos no seu delírio, sujeitando-os docemente ao tratamento que lhes pode ser útil; sem uma grande atenção e cuidado todos dedicados a esta classe de doentes é impossível obter-se boas curas e com facilidade,*

vaticinava o médico italiano Luiz Vicente de Simoni (1792-1881) na memória importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial, para o tratamento dos alienados, publicado em 1839 e propugnando a criação de um estabelecimento dessa natureza no Rio de Janeiro [apud Machado et al. 1978: 379-80].

Essa preocupação por uma instituição especial manifestou-se pela primeira vez em 1830, num relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e era reforçada por um artigo do médico J. F. Sigaud, cinco anos depois – *Reflexões acerca do trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, etc.* – preconizando o enclausuramento dos alienados em decorrência dos inconvenientes e ameaças que eles poderiam representar em liberdade pelas ruas [Moreira 1905:54 e Machado et al. 1978: 377].

Nesses passos, "coube à medicina social a tarefa de isolar preventivamente o louco com o objetivo de reduzir o perigo e impossibilitar o efeito destrutivo que ela viu caracterizada em sua doença. Nasce assim, no Brasil dos meados do século 19, não uma 'psiquiatria preventiva' mas a psiquiatria como instrumento de prevenção" [Machado et al. 1978: 380].

Moreira de Azevedo [1969 1: 473], em sua descrição do Hospício de D. Pedro II, assinalava a existência das "estátuas dos sábios Esquirol e Pinel" no vestibulo principal do estabelecimento. O escultor alemão Pettrich, ao executar essas duas imagens entre 1842 e 1856 (período em que esteve ativo no Rio de Janeiro), fazia testemunhar o reconhecimento das autoridades cariocas sobre a importância e a inspiração emanada pelo trabalho dos franceses Philippe Pinel (1745-1826) e seu seguidor Jean Etienne-Dominique Esquirol (1772-1840), virtuais criadores da psiquiatria moderna. Assim, o Brasil ingressava no quadro das nações preocupadas com seus alienados preiteando os idealizadores de uma nova norma médica/social e materializando o principal instrumento terapêutico formulado sobretudo por Esquirol a partir da segunda metade do 19: o hospício.

## **O Hospício de D. Pedro II**

A sagração e coroação de D. Pedro II em 1841, ensejou também a criação do estabelecimento que levou seu nome:

*um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados com a denominação de Hospício de D. Pedro II o qual ficará anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia desta Corte, debaixo de minha imperial proteção...*

rezava o decreto de 18 de julho [apud Azevedo 1969 1: 470].

Projetado pelo tenente-coronel português José Domingos Monteiro, com modificações posteriores executadas por José Maria Jacinto Rebello (1821-1871) e

o pórtico principal desenhado pelo engenheiro militar Joaquim Candido Guillobel (1787-1859), as obras do Hospício de D. Pedro II começaram em 1842 e o início do seu funcionamento data de 1852.

Qual teria sido o princípio de organização do programa do hospício? A regulamentação francesa de 18 de dezembro de 1839 (derivada da lei sobre os alienados de 30 de junho de 1838) oferece algumas referências:

*1º) Que o estabelecimento não ofereça nenhuma causa de insalubridade, tanto para os que estão dentro como fora, e que esteja situado de maneira que os alienados não sejam incomodados por uma vizinhança barulhenta ou capaz de agitá-los;*

*2º) que possa ser suprido em todo o tempo de água de boa qualidade e em quantidade suficiente;*

*3º) que pela disposição das dependências, permita separar completamente os sexos, as crianças e os meia-idades; de estabelecer uma classificação regular entre os convalescentes, os doentes pacíficos e aqueles que são agitados; de separar igualmente os alienados epilépticos;*

*4º) que os estabelecimentos contenham locais particulares para os alienados atingidos por doenças acidentais e por aqueles que têm hábitos de desonestidade;*

*5º) que todas as precauções sejam tomadas, seja nas construções, seja na fixação do número de guardas para assegurar o serviço e a vigilância do estabelecimento.*

Estas prescrições resumem perfeitamente as principais condições de salubridade e de ordenação interior que se deve impor aos estabelecimentos públicos ou privados consagrados ao tratamento de alienados, sentenciava Tardieu [1862 – 1: 55].

O Hospício de D. Pedro II foi construído na praia Vermelha, e

*... é admiravelmente situado: afastado do centro mais povoado, localiza-se ao sul da baía de Botafogo que, dominando vasta paisagem e tendo à sua volta grande extensão de terreno a ele pertencente, faz com que realize perfeitamente as condições necessárias para um completo isolamento... Não é preciso dizer que o arquiteto que fez este hospício tomou como modelo os estabelecimentos análogos da Europa; ele somente fez a adaptação ao clima, planejando assim compartimentos maiores, tetos mais altos, e não poupando as despesas necessárias à sua construção, ele construiu um edifício suntuoso e digno de admiração.*

exultava o médico João Carlos Teixeira Brandão em 1884 [apud Machado et al. 1978: 452].

Como todos os espaços hospitalares destinados ao isolamento e à terapia, o Hospício de D. Pedro II situou-se distante dos aglomerados significativos. Construiu-se um suntuoso palácio, que só perdia, em porte, ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Hospício e hospital projetados pelo mesmo engenheiro, o tenente-coronel Domingos Monteiro, inegavelmente conhecedor de arquitetura hospitalar européia. O grande volume, conformando uma extensa testada simetricamente ordenada por um pórtico neoclássico (desenhado por Joaquim Candido Guillobel), dominando o horizonte praiano, era solução corrente nos hospitais marítimos ou fluviais europeus (aliás, adotada também para penitenciárias).

A edificação, em dois pavimentos, tinha o seu eixo de simetria marcado pela capela, simetria demarcadora da fronteira entre a ala ocupada pelos homens e pelas mulheres, cada qual abrigando uma organização interna hierarquizada: primeira classe com quartos individuais, segunda classe com quartos compartilhados e terceira classe para indigentes e enfermarias gerais para 15 pessoas; divisão por categoria de pensionistas, internos tranquilos, agitados, indigentes, limpos, imundos e afetados por moléstias contagiosas – conforme rezavam os estatutos do hospício [Machado et al. 1978: 433]. Ordenação disciplinar, compartimentação em inúmeros cubículos em comunicação mediante longos corredores, contornando pátios internos à maneira de celas conventuais – referências espaciais marcantes em toda a arquitetura hospitalar até o final do século 19.

### Arquitetura "Inadequada"

Enquanto esquema geral, o Hospício de D. Pedro II obedeceu a alguns princípios disseminados até o início do século 20. O *Traité D'Architecture* de Louis Cloquet, de 1900, observava a recomendação de situar os hospícios "no campo" mas "próximos à cidade" e não em seu interior, distante "das agitações populares"

*Fora da cidade há vantagem de poder-se criar estabelecimentos agrícolas e, para os alienados tranquilos, de lhes poder oferecer locais que agradam à vista [Cloquet 1900. 4: 507].*

uma reminiscência de antigos tratamentos que contrapunham o espaço da natureza à artificialidade do hospital para a terapia da loucura: "a viagem, o repouso, o passeio, o retiro, o corte com o mundo vão e artificial da cidade" [Foucault 1986: 120-1]. Na ordenação interna, Cloquet era taxativo:

*Dentro dos estabelecimentos deste gênero é necessário dispersar os doentes. A disposição radial aqui é inútil; a vigilância central é desnecessária; a vigilância se faz sobretudo dentro das salas e dos dormitórios. As edificações têm formas retangulares alongadas, formas essencialmente favoráveis à classificação dos doentes [Cloquet 1900 4: 506-7].*

A questão da classificação era um componente forte na prática psiquiátrica do Hospício de D. Pedro II e uma das maiores fontes de crítica à sua arquitetura:

*É forçoso confessar as numerosas imperfeições que se notam no plano arquitetônico do Hospício de D. Pedro II: aí a arte esqueceu a ciência; sua construção é imponente e monumental, porém peca pelo lado científico de sua missão.*

sentenciava o Dr. Gustavo Balduino de Moura e Camera, diretor do estabelecimento em seu relatório de 1877-78 [apud Machado et al. 1978: 452]. O tipo de compartimentação das dependências e organização das circulações não se compatibilizariam com os critérios de classificação adotados pela instituição (nem todos necessariamente segundo modalidades médicas, propriamente dito como vimos há pouco).

Na realidade, o prédio do Hospício de D. Pedro II foi vítima de seu próprio pioneirismo: criado quase que simultaneamente às instituições equivalentes na Europa ou, pelo menos, pouco em seguida à regulamentação francesa acerca dos estabelecimentos dessa natureza – inspirado em modelos teóricos formulados por Esquirol e outros, a transposição desse modelo para o espaço arquitetônico não respondeu as expectativas, obedecidos os pressupostos

teóricos condicionadores do projeto de arquitetura. A arquitetura também é uma experimentação – tanto quanto foi a psiquiatria no século 19. Mas se a aferição de dados e formulação de hipóteses científicas obedecem a uma dinâmica volátil, tal velocidade não é compartilhada pelas construções – e, em muitos casos, a arquitetura espelha uma realidade já anacrônica em relação ao desenvolvimento das idéias. O Hospício de D. Pedro II foi construído segundo modelos arquitetônicos correntes na época. Do ponto de vista estilístico, a solução neoclássica configurava, no Rio de Janeiro de meados do Oitocentos, um padrão avançado. Todavia, a organização das plantas e os volumes decorrentes, também de disciplina neoclássica em sua simetria rígida e modular, não mais se compatibilizavam com pressupostos funcionais ordenados pela medicalização do espaço hospitalar em processamento desde o século 18 na Europa. A crítica à monumentalidade do Hospício de D. Pedro II era superficial, pois tratava-se de um projeto arquitetônico cujo equívoco não estava propriamente na riqueza de sua ornamentação neoclássica ou volume edificado – afinal, um belo edifício demonstrando a inserção do país no restrito círculo das nações "civilizadas" preocupadas com seus alienados. Seu problema estava na organização do espaço, pouco propício à gestão do poder médico e do refinamento das formas de controle mediante a classificação – uma ordenação que obstaculizava o aperfeiçoamento das formas de arbitrariedade sobre os doentes travestidas em saber psiquiátrico.

### **Arquiteturas de Hospícios no Brasil**

Nas províncias, o paulatino reconhecimento da patologia distinta dos alienados parece aflorar a partir dos anos 1860, certamente esclarecido pela existência de um estabelecimento modelar a eles destinado na Corte. Mas talvez seja prematuro afirmar que esse reconhecimento tivesse natureza psiquiátrica. Em toda parte, sem exceção, os alienados internados em instituições não-carcerárias constituíam uma subpopulação a vagar pelas santas casas de misericórdia. Correto seria encarar esse internamento como uma forma de subtrair do ambiente social esses indivíduos, sem necessariamente acomodá-los em locais clínicos.

No conjunto de iniciativas registradas por Juliano Moreira nas várias províncias, boa parte das arquiteturas que abrigaram hospícios não mais eram que adaptações de edificações preexistentes. Depreende-se da leitura do trabalho do alienista que, até 1905, quatro províncias ou estados haviam construído edificações para hospícios.

Em Pernambuco, o Hospital da Visitação de Santa Isabel foi aberto em 1864 nas instalações da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, numa adaptação mal sucedida. Um edifício específico para a finalidade foi inaugurado em 1883 no antigo sítio conhecido como Tamarineira [Coelho 1954: 7-13 e passim]. Juliano Moreira, acerca do edifício, observava que

*Como construção tem defeitos que bem poderiam ser evitados na época em que foi executado se o arquiteto tivesse em vista o melhor modelo a imitar. Mas nem sempre a opinião do alienista é convenientemente acatada por ocasião de ser planejado um manicômio [Moreira 1905: 87].*

O Rio Grande do Sul inaugurou em 1884 o Hospício São Pedro, construído às expensas da província, não obstante apenas metade do estabelecimento tenha sido concluído – seis pavilhões – até a data da observação do alienista.

O Pará construiu e inaugurou seu hospício no período republicano. Aberto em 1892 com o patrocínio do governo, o manicômio belenense em seus primeiros anos de atividade acusou um alto índice de mortalidade de internos, ensejando uma rigorosa reformulação das condições sanitárias de suas dependências, bem como a reorganização administrativa e terapêutica no tratamento aos doentes [Moreira 1906: 429-32].

A criação do Hospício e Colônias de Juquery em São Paulo, na primeira década da República, constitui a mais significativa iniciativa no campo da arquitetura psiquiátrica no período de nosso interesse e no qual vamos nos deter com mais cuidado adiante.

No Paraná, o prédio da Penitenciária do Ahú, construído na primeira década do século 20, originalmente deveria abrigar um hospício de alienados patrocinado pela Santa Casa de Misericórdia. Jamais funcionou como tal [Britto 1926: 182 e passim]. Essa metamorfose demonstra a inconsistência de um desenho arquitetônico que, adaptável a diferentes solicitações, não serviria satisfatoriamente a nenhuma delas.

## O Juquery em São Paulo

A abertura do primeiro manicômio de São Paulo decorreu da recusa da Santa Casa de Misericórdia em se responsabilizar por estabelecimento dessa natureza e sua criação foi simultânea à inauguração do Hospício de D. Pedro II do Rio de Janeiro: em 1852, uma casa na rua de São João (esquina com a rua Aurora) abrigaria nove internos, "alguns criminosos". Se os hospícios eram contemporâneos entre si, qualquer comparação entre as duas instalações seria ridícula. Abrigado em edifício especialmente construído para a finalidade, o hospício da Corte não amargou as vicissitudes de se acomodar em improviso permanente como se sucedeu com a casa paulista até o final do século 19.

Tanto quanto as congêneres que se fundaram nas demais cidades das províncias brasileiras, o hospício de São Paulo não se compatibilizava com os preceitos de tratamento psiquiátrico preconizado pelos alienistas. Criticado pelos especialistas, condenado pelos sanitaristas, esses hospícios não passavam de derivações de cárceres ou mero depósito de presos, diferenciados apenas pelo comportamento fora dos padrões de seus internos – os "loucos".

O quadro de atendimento aos alienados deveria ser assustador para as autoridades e para a população. A antevisão da breve convivência que o hospício de São Paulo, na várzea do Tamanduateí, teria com a cidade, constatada a expansão urbana em processo no final do século 19, em muito deve ter sensibilizado o poder público, além das seqüelas de um severamente criticado atendimento precário a alienados promovido por um estabelecimento mantido pelo Estado. Não seria casual a imediata intervenção do novo regime republicano na questão. A lei nº 15 de 11 de novembro de 1891 criava três asilos agrícolas de alienados em Sorocaba, Itapetininga e Guaratinguetá. A portaria nº 73 de 26 de abril do ano seguinte referia-se à autorização para construção de um "Asylo Agrícola de Alienados" em São Paulo, cujo projeto era do arquiteto Emile Olivier [RSASP 1892: 26]. Iniciativas desordenadas que encontrariam seu condutor em Francisco Franco da Rocha (1865-1933), médico formado no Rio de Janeiro em 1890 e cujo currículo, registrando estágios em instituições alienistas na Corte, o credenciava a conduzir a política de assistência aos alienados a partir de 1892.

À questão da descentralização do atendimento preconizada na lei de 1891, Franco da Rocha procurou e conseguiu demonstrar aos poderes públicos que havia conveniência em não tornar efetiva a referida autorização; que o Estado necessitava criar na capital ou perto, um hospício central, modelo, construído segundo as prescrições da psiquiatria moderna, em pavilhões isolados; que a este dever-se-ia anexar uma colônia modesta, barata não distante dele a fim de aí ser ensaiado o sistema de *open-door* [Moreira 1905: 86].

Coube a Franco da Rocha, Theodoro Sampaio e A. Loeffgren participar da comissão para a escolha do local para a instalação do hospício dos alienados [RSISP 1893:XXXIII]. Quais teriam sido os critérios de seleção?

*1º Não ser muito perto da cidade, para que em breve não seja o edifício alcançado pelo desenvolvimento que a mesma possa tomar.*

*2º Ter área suficiente não só para as edificações necessárias, como também para a aplicação agrícola dos asilados.*

*3º Ser de fácil acesso, o que não só convirá à construção como à fiscalização do estabelecimento.*

*4º Ter abundância de água para todos os misteres*

*5º Não apresentar dificuldade para o transporte dos materiais de modo a encarecê-los.*

*6º Não serem muito caros os terrenos*  
[RSISP 1894: LX].

Três foram as alternativas estudadas na ocasião: na Moóca – local prontamente descartado pela proximidade com a cidade e não oferecer água com facilidade; – em Santana, próximo à serra da Cantareira – em terreno devoluto, acessível pela Tramway da Cantareira, a 7 quilômetros da cidade ("o que faz supor que nem em 50 anos seja povoado e servida pelo sistema de abastecimento de água da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos com o reservatório da região; – e em Juquery – em região norte da capital, além Santana, que foi contemplada para receber o hospício.

Juquery, nome do rio e da estação da antiga São Paulo Railway, situava-se a 55 minutos pela estrada de ferro, servida por 14 trens diários. O rio proporcionava água e um salto próximo poderia dotar o hospital de energia elétrica. A proximidade com Caieiras, região fornecedora de cal e pedra, facilitaria o acesso a materiais de construção bruta. Ao terreno devoluto se optou pela aquisição de terrenos da ordem de 150 hectares onde se implantou o sistema manicomial concebido por Franco da Rocha.

O médico paulista não encontrou de imediato a solução arquitetônica adequada compatível com seus anseios: em 1892, um primeiro projeto foi recusado, "não tendo o engenheiro arquiteto bem compreendido os desejos do alienista" e uma segunda iniciativa, desenvolvida pela Superintendência de Obras Públicas, também não agradou a Franco da Rocha.

*Foi arquiteto de tão útil instituto o dr. Ramos de Azevedo que inteligente e ilustrado soube compreender o que devia fazer para realizar o sistema de manicômio que o alienista Franco da Rocha propusera ao Governo. Disposição de pavilhões, número de cômodos, etc., tudo feito de acordo entre o arquiteto e o alienista [Moreira 1905: 87].*

superando a dicotomia entre o arquiteto e o médico.

O asilo-colônia de Juquery, como se chamou o hospício hoje no município de Franco da Rocha, era o corolário de dois objetivos perseguidos pelo alienista:

*I – Assegurar a esses infelizes [os alienados] um tratamento humanitário, dando-lhes relativo bem-estar quando de todo não seja possível obter-lhes a cura por meio de medicações conhecidas;*

*II – Realizar esse benefício com a maior economia possível, isto é, auxiliar a manutenção dos doentes com o seu próprio trabalho e assim aliviar a despesa que atualmente é suportada pela comunhão social [Rocha 1906: 18].*

A estrutura do asilo-colônia tinha claro amparo na experiência internacional e sua concepção obedecia aos ditames então predominantes na clínica psiquiátrica. Os diversos pavilhões de tratamento abrigavam pacientes merecedores de alguma vigilância e observação ("alienados com tendências eróticas, débeis mentais" semidementes) sem, no entanto, demandar células isoladas. Estas se destinavam aos ditos "agitados" cujo pavilhão, "de isolamento" era organizado em rotunda, segundo princípio em panóptico e equipado com toda sorte de recursos "clínicos" como se pôde aferir na descrição de Ramos de Azevedo [1896: 25-9]. A este conjunto, dotado de infra-estrutura geral (administração, lavanderia, cozinha, etc.), denominou-se asilo central de tratamento.

O regime de *open-door*, adotado em graduações distintas para as colônias agrícolas anexas ao asilo central e à fazenda, em oposição ao tratamento em asilo fechado, isolando seus internos do meio, propiciava maior grau de liberdade aos alienados ditos "tranqüilos" julgados não-perigosos e passíveis de conviverem com o ambiente organizado segundo o trabalho agrícola, voltado para a produção de gêneros para o hospício, baseado no princípio da não-ociosidade (de cunho moralista) aplicado como terapia e como recurso de retorno produtivo ao sistema. O asilo-colônia – cuja referência internacional era o de Alt-Scherbitz, perto de Leipzig, Alemanha – constituía uma solução de implantação barata e rápida, não pressupondo infra-estrutura mais sofisticada que pequenos pavilhões, como na segunda colônia em Juquery: uma para cozinha e depósitos e cinco para enfermaria, totalizando seis edificações de porte modesto.

Ainda na estrutura concebida por Franco da Rocha previa-se o chamado "sistema alemão" ou a assistência proporcionada pelo convívio do alienado com família habitante no perímetro do hospital-colônia e a assistência familiar desenvolvida completamente fora do Instituto, mas na vila de Juquery, à maneira da experiência desenvolvida por Konrad Alt nos limites do hospital-colônia de Uchtspringe, perto de Hannover, e na pequena cidade de Gaddelegen, com aldeões de confiança [Moreira 1910, Rocha 1906/1910/1912]. Na realidade, Juquery era uma pequena cidade governada pelo médico-chefe com uma população virtualmente condenada em sua liberdade.

## **A Decadência de um Sistema**

Na primeira década do século 20, já se aceitava entre os alienistas a inserção do hospital psiquiátrico na área urbana:

*Deverá ser urbano o hospital, porque o indivíduo que enlouquece tem tanto direito a socorros urgentes quanto o que fratura a perna, ou recebe uma bala...[e]...as grandes cidades têm tanto maior necessidade de uma hospitalização imediata dos alienados quanto maior ou mais densa sua população.*

afirmava Juliano Moreira em 1910 [1910: 376], concebendo um sistema no qual o hospital urbano seria complementado por uma linha-auxiliar de colônias. O então diretor do Hospital Nacional dos Alienados também justificava dessa maneira o papel de seu hospício no Rio de Janeiro, construído segundo outros critérios e assumindo um novo lugar no quadro de assistência aos alienados:

*O antigo asilo fechado tende a desaparecer, sendo transformado em hospital urbano para tratamento imediato dos casos agudos de alienação mental. Por isso, não lhes é mais permitida a antiga feição de cárcere com as suas pesadas grades e correlatos horrores [Moreira 1910: 375].*

Moreira ainda vislumbrava novas características para as dependências asilares:

*As salas do hospital urbano para doentes do cérebro, de mais em mais se assemelham as do hospital para outras doenças...[e]...no hospital e na colônia há sempre a preocupação de afastar tudo o que possa lembrar caserna, ou casa de detenção. Não há mais aquelas divisões simetricamente dispostas, uniformemente arrumadas, nem aqueles altos muros, separando seções, nem aquelas grossas grades que tanto afeiavam as janelas e irritavam os doentes [Moreira, 1910: 376, 379].*

Franco da Rocha não se posicionava de maneira tão otimista:

*A liberdade, quando se trata de doidos, não pode deixar de ser mui relativa. A preocupação de evitar o aspecto de prisão, de dar ao asilo aparência de habitação comum, tem sido um pouquinho exagerada por alguns alienistas. O caráter de prisão é, entretanto, inevitável; quando não estiver nos muros e janelas gradeadas, estará no regime, no regulamento um tanto severo, indispensável para um grande número de doentes [Rocha 1912: 6-8].*

O alienista situava a outra dimensão do hospício: não a prisão materializada com "altos muros, grossas paredes" mas a prisão configurada pelo exercício do poder do médico, o confinamento e o tratamento preconizado no "regime, no regulamento" Normas voltadas para a recuperação do indivíduo: o indivíduo criminoso, na penitenciária, submetido a uma ordem por sua "regeneração moral"; o louco, no manicômio, submetido ao regime por sua "regeneração mental" Duas tentativas de reinserção dos cidadãos fora-dos-padrões no tecido social ou recurso institucionalizado de suprimir esses indivíduos do convívio da sociedade? É fato que a psiquiatria de Juliano Moreira e Franco da Rocha rumou para a antipsiquiatria, no conceito e no fato. A medicalização do alienado transformou-se, no Hospício de D. Pedro II como no Juquery, numa grande contradição. Os grandes hospícios do século transformaram-se ao longo do século 20 em "elefantes brancos" problemas maiores que as soluções alvitradas em suas concepções originais. O procedimento científico reclamou a competência exclusiva do médico na abordagem da questão. O sentimento humanitário, a filantropia presente na gênese do hospital complementou o quadro: curar ou apenas abrigar e assistir o louco?

O hospício foi um programa arquitetônico que se consubstanciou a partir de requerimentos ordenados pela ordem médica e até foi contemplado com um receituário arquitetônico sistematizado em manuais como os de Cloquet ou de Guadet. Ramos de Azevedo procurou atender às prescrições passadas por Franco da Rocha. E o arquiteto paulista seguiu, de modo geral, os últimos padrões então vigentes na arquitetura hospitalar européia do final do século 19: sistema pavilhonar, inspirado no princípio do isolamento, segundo um esforço classificatório próprio do repertório psiquiátrico da época. Aliás, foi essa fúria classificatória que fez os médicos condenarem a não-funcionalidade

do Hospício de D. Pedro II. Vontade de classificar intensa a ponto de se excluir da morfologia arquitetônica do hospício a solução em panopticon, como asseverava Cloquet em suas recomendações: "vigilância central é desnecessária... é necessário dispersar os doentes... [as edificações têm] formas essencialmente favoráveis à classificação dos doentes" Dispersão resultante de um modelo psiquiátrico em busca de um refinamento na identificação de patologias novas, criar "verdades médicas" cuja sistematização arquitetura alguma é capaz de abrigar. Para formulação teórica como aquela desenvolvida pela psiquiatria do médico paulista e no contexto em que foi aplicado, espaço algum corresponderia a um rebatimento arquitetônico adequado. Não há arquiteturas que possam resistir a "verdades" como aquelas idealizadas pelo machadiano Dr. Simão Bacamarte.

## Bibliografia

- ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Cultrix, 1961.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3 ed. Rio de Janeiro: Brasiliana. 1969. 2 v.
- AZEVEDO, Francisco de Paula. [Relatório de Ramos de Azevedo sobre a construção do manicômio do Juquery]. In: RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública Alfredo Pujol. São Paulo, Typographia do "Diario Official" 1896.
- BRITTO, Lemos. *Os sistemas penitenciarios do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924 (v. 1), 1925 (v. 2), 1926 (v. 3).
- CLOQUET, L. *Traité D'Architecture*. Paris/Liège: Librairie Polytechnique/Ch. Béranger, 1900. v. 4.
- COÊLHO FILHO, Heronides. *A psiquiatria em Pernambuco*. Recife: s.ed., 1954.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- . *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture*. 4. ed., Paris: Librairie de la Construction Moderne, s.d., 4 v.
- MACHADO, Roberto et al. *Da[n]ção da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo*. 2 ed., São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973 [org. Fernando Góes; pref. e notas Byron Gaspar].
- MOREIRA, Juliano. Quaes os melhores meios de assistencia aos alienados? *Archivos de psychiatria, neuro logia e medicina legal*, Rio de Janeiro: v. 6, n. 1/2, p. 373-96. 1910.
- . Assistencia a alienados no Pará e no Rio Grande do Sul. *Archivos brasileiros de psychiatria, neurologia e ciencias affins*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 429-35, 1906
- . Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. *Archivos brasileiros de psychiatria, neurologia e ciencias affins*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-101, 1905.
- RELATÓRIO apresentado ao Sr. Presidente do Estado de S. Paulo em 15 de março de 1897 pelo Secretario de Estado dos Negócios do Interior Antonio Dino da Costa Bueno. São Paulo. Typographia do "Diário Official" 1897 [RSISP].

- RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública Alfredo Pujol. São Paulo, Typographia do "Diario Official" 1896 [RSISP].
- RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesario Motta Junior Secretario de Estado dos Negócios do Interior em 28 de março de 1894. São Paulo, Typographia a vapor de Vanorden & Comp., 1894 [RSISP].
- RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesario Motta Junior Secretario dos Negócios do Interior a 7 de abril de 1893. São Paulo, Typ. a vapor de Vanorden & Comp., 1893 [RSISP].
- RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretario do Estado Candido José de Godoy em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre, Officinas Graphicas da "Livreria Globo" 1909 [RSOPRGS].
- ROCHA, Francisco Franco da. *Hospicio e Colônias de Juquery: vinte annos de assistência aos alienados em São Paulo*. São Paulo, s.ed.,1912.
- . Assistência familiar aos alienados em S. Paulo. *Archivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e ciencias affins*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 18-29, 1906.
- . Assistência familiar aos insanos em S. Paulo. *Archivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e medicina legal*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 397-402, 1910.
- RSISP – ver RELATÓRIO.
- TARDIEU, Ambroise. Dictionnaire d'hygiene publique et de salubrité ou repertoire de toutes les questions relatives a la santé publique, considérées dans leurs rapports avec les subsistences, les épidémies, les professions, les établissements et institutions d'hygiene et de salubrité, complété par le texte de lois, décrets, arrêtés, ordonnances et instructions qui s'y rattachent. 10. ed. Paris, J.-B. Baillière et Fils, 1862. 2v.
- TOLLET, Casimir. *Les édifices hospitaliers depuis leur origine jusqu'à nos jours*. 10 ed. Paris, s.ed., 1892.
- VIANNA, Arthur. As epidemias no Pará. Pará, *Diário Oficial*. 1906.

# As Escolas Públicas Paulistas da Primeira República e seus Arquitetos

**Silvia Ferreira Santos Wolff**

## **Resumo**

Discute-se a origem da arquitetura escolar oficial em São Paulo e seu processo evolutivo ao longo da Primeira República. Busca-se refletir sobre os aspectos criativos desta arquitetura mediante a análise das contribuições específicas de alguns arquitetos, cujas obras parecem contrapor-se à arquitetura eclética vista como uma produção acrítica e resultante de imitações irrefletidas de exemplos estrangeiros.

*Artigo elaborado com base na Dissertação de Mestrado "Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas", apresentada em julho de 1992. Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos.*

## **Abstract**

This paper studies the origins of the architecture of the public school buildings in the state of São Paulo, as well of its development and changes since the last decade of the 19th century through the twenties during the so-called "First Republic". The creative features of this architecture are specially emphasized and an analysis is made of the specific contributions of some architects, whose works seem to counteract the positions of those who consider the eclectic architecture as a result of no criticism and of thoughtless copies of foreign examples.

## Introdução

Após um período no final do Império em que as iniciativas oficiais esporádicas de finalidade educacional resultaram em alguns poucos edifícios, será na República que se investirá em educação e em arquitetura escolar de modo efetivo. Mesmo sob a nova ordem política, porém, o investimento ocorrerá de forma desigual em cada Estado da Federação e, neste aspecto, São Paulo destaca-se como um estado pioneiro e empreendedor. Deste empenho paulista resultarão planos pedagógicos e uma arquitetura de características marcantes.

A arquitetura pioneira das escolas paulistas é produto de um momento em que o país modernizava-se com rapidez. Essas transformações passavam não apenas pela alteração da ordem política, mas também pela renovação cultural e pelo recrudescimento das relações de intercâmbio entre o Brasil e as nações hegemônicas do final do séc. XIX.

Neste quadro não são poucas as trocas entre o país e o mundo exterior, e a arquitetura então produzida as expõem com clareza. Serão substantivas as influências aqui exercidas pela arquitetura internacional, cujo centro difusor principal era então a Academia da École des Beaux Arts de Paris. No Brasil, as novidades eram promovidas por profissionais brasileiros do ramo da construção formados no exterior, por estrangeiros que para cá se deslocavam, pelo crescente circuito de veiculação de informações através de publicações especializadas e pela facilidade de importação de materiais e modelos.

Dentro deste quadro, a questão que se coloca é se teria sido esta importação de modelos acrítica e literal. A historiografia tradicional produzida a partir de uma perspectiva crítica moldada sob a ótica da arquitetura moderna costuma afirmar que sim. Desta forma, a produção eclética é generalizadamente classificada como uma arquitetura resultante de imitações ignorantes de modelos estrangeiros, manifestações de terrível gosto fruto de licenciosidade estilística<sup>1</sup>. A arquitetura escolar paulista da Primeira República parece dizer que não é bem assim.

Em primeiro lugar porque a realidade de simplificações e empobrecimento dos programas administrativos no país, em relação a modelos de outras realidades, implicavam também modificações dos planos funcionais e, conseqüentemente, da arquitetura. Mas, não apenas, os próprios ritmos da consolidação de uma arquitetura paulista passaram por motivações específicas que exigiram gestos criativos de seus autores e, seguramente, imprimiram-lhe uma feição particular.

## A Evolução da Arquitetura Escolar Paulista em seu Período Pioneiro

A concretização das políticas governamentais em prédios escolares, na Primeira República em São Paulo, aconteceu através do que poderia ser chamado de surtos de construções. O primeiro deles segue-se às primeiras medidas legais e de planejamento do recém-implantado governo estadual republicano. Inicia-se, em 1890, com o projeto da sede para a Escola Normal da Praça da República, depois chamada Caetano de Campos em homenagem ao educador que a dirigia naquele momento. A esta segue-se uma série de projetos e obras de estabelecimentos modelares para ensino básico.

Estes podem ser classificados como os primeiros passos da arquitetura escolar oficial paulista. Fruto de muita vontade política e de rudimentar estrutura

(1) A respeito da visão tradicional da historiografia brasileira sobre o Eclético cf. WEIMER, Gunter. Os anos obscuros. *Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n. 2, p. 85-96, dezembro 1992.

técnica e administrativa, é uma arquitetura desbravadora, pioneira. Uma arquitetura caracterizada pela experimentação e por tentativas que têm por consequência algumas fórmulas quase invariáveis de se enfrentar construções escolares. São típicos dessa fase os edifícios que, em dois pavimentos, buscam equacionar espacialmente uma escola funcional e adequada. E, também, projetos que, com o auxílio de alegorias esculpidas ou em baixo relevo, situadas nas fachadas principais concebidas de acordo com um repertório estético em voga em âmbito internacional, tentam delinear a imagem imponente de uma escola pública.

O segundo momento, prefigurado nas soluções arquitetônicas do fim desse período, já se equaciona, sobretudo, em prédios escolares térreos. A preocupação maior neste momento, em que as metas visavam à disseminação do ensino básico por toda a rede urbana, que se formava pelo Interior do estado, era a de que os prédios escolares fossem corretos, mas baratos, facilmente elaborados e que atendessem numericamente à crescente demanda.

Os prédios desta fase resultaram de uma fonte substancial de recursos liberados no início dos anos 10. Uma dotação orçamentária específica, durante a presidência do Estado de Albuquerque Lins, implicou a construção maciça de prédios escolares.

Para a concepção dos prédios escolares, provenientes desse esforço foi necessário o aumento de pessoal técnico do serviço dedicado às obras públicas paulistas e a consecução de soluções rapidamente exequíveis.

Após este surto de grande quantidade de escolas primárias, projetadas e construídas logo no início da década de 10, a arquitetura escolar prosseguiu em ritmo mais moroso. Baseou-se então em procedimentos operacionais e conquistas arquitetônicas incorporados no período anterior de forma mais ou menos inalterada até praticamente o final da década de 20, quando, sobretudo em termos estilísticos, prenunciam-se as simplificações que seriam introduzidas com o despojamento da arquitetura moderna.

Estudando com detalhe a arquitetura escolar produzida durante a Primeira República em São Paulo vão se estabelecendo as sutis diferenças de cada momento. Estabelecem-se distinções e a seqüência de desenvolvimento de um processo evolutivo que, se observado com menor atenção, não seria identificado. O conjunto das escolas paulistas seria assim, eventualmente agrupado como um todo eclético homogêneo. Com atenção para o detalhe é possível perceber em cada manifestação a resposta a exigências específicas da época e do programa para o qual foram produzidas, e, também verificar seu processo de transformação. São identificáveis, ainda, as distintas contribuições dos arquitetos envolvidos nesse trabalho de pesquisa por uma arquitetura escolar ideal para São Paulo naquele primeiro momento.

## **Arquitetos de Escolas Públicas**

Quais foram estes arquitetos, quem produziu a arquitetura das escolas públicas paulistas, quem formulou a identidade dos espaços funcionais que se fixaram na memória de gerações de paulistas como o "Grupo" a "Escola Normal" o "Ginásio do Estado"?

Toda a arquitetura escolar oficial paulista da Primeira República foi realizada sob a coordenação de um órgão da administração pública responsável pela realização das obras públicas paulistas por mais de um século.

Quando se iniciou a atividade de construir escolas em 1890, esta repartição pública chamava-se Superintendência de Obras Públicas e contava com poucos profissionais. No final da década de 20, vários arquitetos já tinham passado por lá e deixado sua contribuição para a arquitetura oficial paulista.

Alguns tiveram seus nomes consagrados como Ramos de Azevedo ou Victor Dubugras, outros permaneceram na obscuridade a que o exercício profissional no serviço público ou a passagem do tempo os relegou, como José van Humbeeck, Manuel Sabater e Carlos Rosencrantz.

Neste espaço, serão abordados apenas estes citados, cujos trabalhos tiveram particular importância para a arquitetura das escolas públicas paulistas. Entre o de tantos outros anônimos, o trabalho destes profissionais teve o significado de proporcionar soluções prontamente absorvidas, criando condições para o desenvolvimento de uma tipologia arquitetônica de nenhuma tradição local anterior.

### **Ramos de Azevedo e as Escolas Públicas**

Ramos de Azevedo já vinha afirmando seu papel de arquiteto de obras públicas desde o final do Império. Sua passagem por Campinas, quando do retorno de seu período de estudos na Bélgica, havia sido marcada por sua capacidade de conclusão das obras da Catedral, antes desenvolvidas com muita lentidão.

No final da década de 1880, esse arquiteto começou a trabalhar em São Paulo. Com suas obras destinadas a abrigar secretarias de governo, no Pátio do Colégio, Ramos de Azevedo inscreve as marcas da monumentalidade e plástica modernas na cidade em transformação. Os prédios concebidos dentro de uma nova estética monumental foram construídos com a técnica de alvenaria de tijolos e compostos com ornamentos neoclássicos.

Essa estética, inovadora na província paulista e seu divulgador, sem dúvida, respondiam bem às expectativas dos governantes, quando estes iniciaram a sua ação republicana, que implicava na construção de prédios para abrigar as novas estruturas e funções administrativas. Ramos de Azevedo é contemplado ao longo de sua carreira, mas especialmente no final do séc. XIX, por uma rara reverência por parte dos órgãos públicos. Seu escritório assina projetos, administra obras, obtém isenção de impostos alfandegários na compra de materiais importados para a realização de um sem número de projetos públicos. Tarefas que obtém, aparentemente, sem inscrever-se em concorrências públicas.

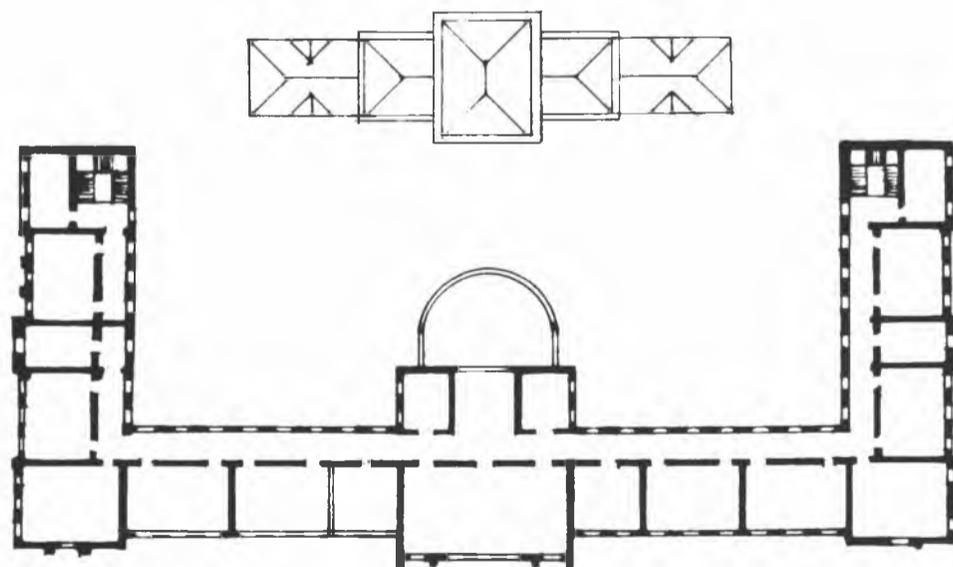
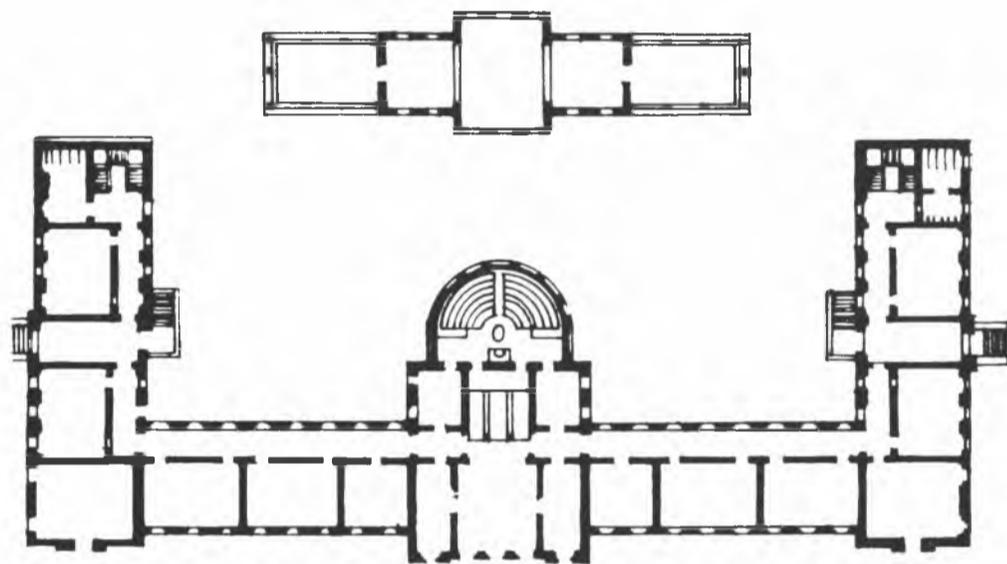
Fez parte do espírito de reconhecimento da capacidade de Ramos de Azevedo de criar belos prédios e como o arquiteto natural para os novos projetos públicos de maior evidência, sua participação no projeto da sede nova para a Escola Normal de São Paulo. No desenvolvimento do projeto republicano de educação foi vista como necessária a formação adequada de professores e para tanto urgiam instalações precisas em um prédio exemplar.

A trajetória da participação direta de Ramos de Azevedo na concepção de escolas públicas inicia-se, então, pelo desenvolvimento e construção deste projeto e prossegue por uma série de outros ao longo dos anos.

A primeira idéia sobre a qual se organiza o desenvolvimento do projeto da Escola Normal, concluído por Ramos de Azevedo, era de autoria do engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, engenheiro de sólida e erudita formação na Suíça e na Alemanha.

Em sua idéia original Paula Souza seguramente fez valer sua formação em escolas da Europa germânica, assim como no desenvolvimento do projeto, seu colega, Ramos de Azevedo, sua formação na Bélgica flamenga. O projeto da nova Escola Normal de São Paulo afigura-se desta maneira como uma adaptação desta bagagem cultural ao gosto local que vinha se conformando, sob a influência do próprio Ramos de Azevedo e sob as lições de arquitetos italianos que chegavam a São Paulo. Victor Dubugras, por sua vez, colaborador de Ramos de Azevedo neste momento deve ter contribuído com a experiência de sua formação na Argentina. O mestre italiano de Dubugras, o arquiteto Francisco Tamburini, projetara inclusive a Escola Normal Portenha.

No projeto da Escola Normal paulistana, Ramos de Azevedo utilizou elementos ornamentais do vocabulário clássico, criando uma composição que é presidida por uma monumentalidade conferida pela harmonia, pela simetria e pela superposição de ordens em seu embasamento e dois pavimentos.

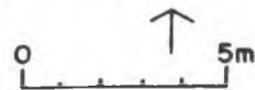
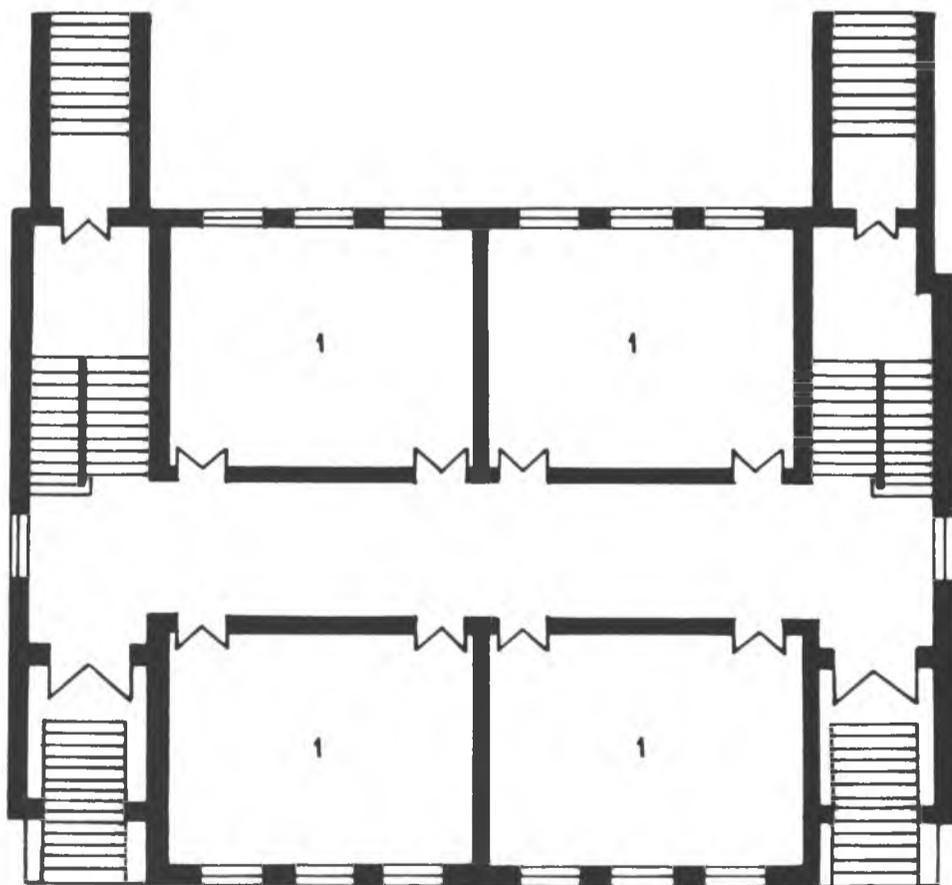
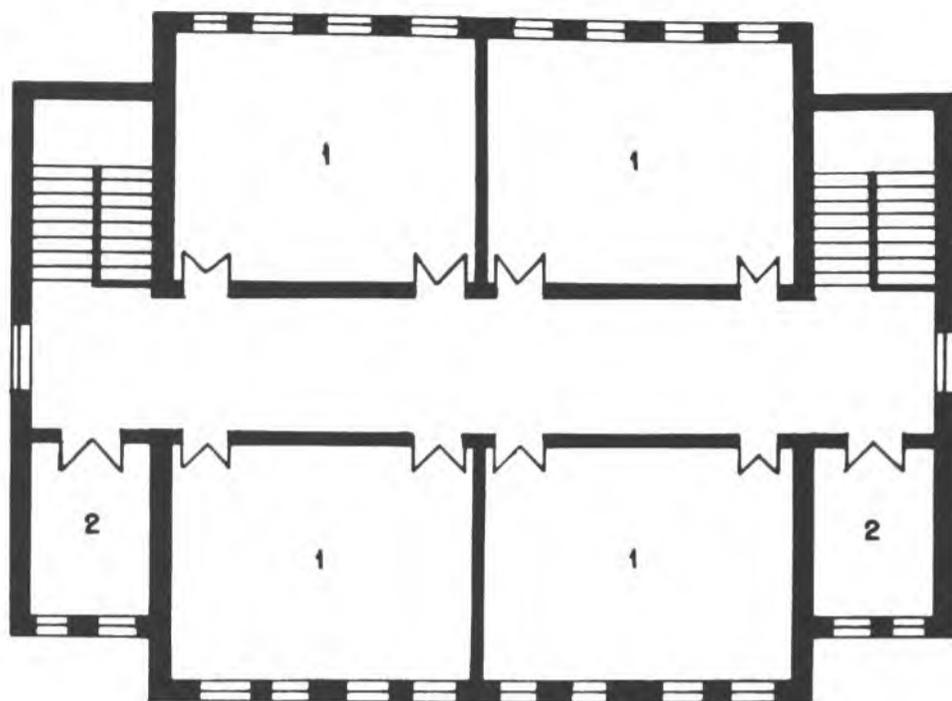


0 5 10 20 M.

Foto 1  
Escola Normal

Foto: fornecida pela autora





LEGENDA / USO ORIGINAL

- 1 Salo de aula
- 2 Administrativo

Foto 2  
Grupo Escolar de Campinas

Foto: fornecida pela autora



do conjunto contribuía sua implantação isolada num terreno livre de vizinhos próximos e que se confrontava com um largo, local da futura praça da República. (Muito posteriormente o prédio foi ampliado de dois para três pavimentos.)

As plantas do prédio denotam uma intenção de organizar com racionalidade e clareza salas de aula em torno de eixo de circulação em forma de um grande "U". Esta organização espacial é coerente com a tipologia de estabelecimentos de ensino que vinha se firmando na Europa. Um acesso grandioso centralizado em uma ala de cujas extremidades nascem braços perpendiculares, neste caso não muito longos. Um anfiteatro localizado em frente à entrada, apenas sugere uma subdivisão no espaço circunscrito pelas três alas.

O novo prédio da Escola Normal nada ficava a dever aos seus modelos de inspiração europeus, mas passava por uma adequação à escala local. Era racional e moderno em seu funcionamento e estilisticamente adequado, segundo a visão da época – monumental, eloqüente, mas não excessivo.

Todos os conceitos pedagógicos que se pretendia implantar estavam contemplados nas espaçosas instalações que, em sua aparência, seguiam bem os ditames preconizados nos manuais e revistas de arquitetura contemporâneos, mas não imitavam nenhum modelo particular. Os "dogmas estilísticos" então divulgados diziam que a arquitetura pública era feita para durar, para expressar os ideais de nobreza, expressar a dignidade das nações e que tais objetivos só seriam alcançados se a arquitetura pública fosse composta segundo os ideais do Classicismo. Para os prédios oficiais não eram toleradas fantasias estilísticas<sup>2</sup>

A retórica do edifício da Escola Normal de São Paulo apoiou-se, assim, mais em sua unidade, sua massa majestosa do que em variedade e profusão ornamental. O prédio da nova Escola Normal era desta forma um edifício novo, grande, funcional e digno. Pronto para desempenhar seu papel de propagador da idéia de educação de seus idealizadores.

É importante verificar que, ainda que para uma visão atual o prédio pareça excessivamente rebuscado, não era esta a intenção fundamental de seu projeto. E mais, o edifício não resultava da imitação literal de algum modelo estrangeiro, mas sim era fruto de uma concepção arquitetônica que fazia parte de um pensamento, cujas origens residiam na Europa.

## A Gênese dos Grupos Escolares

Entre as contribuições notáveis que se pode imputar à participação de Ramos de Azevedo, no início da arquitetura escolar paulista, está o projeto para o Grupo Escolar de Campinas. Este projeto funcionou como a planta-matriz para quase todos os grupos escolares construídos no interior do estado na virada do século, em sua maioria desenvolvidos por Victor Dubugras.

O projeto do Grupo Escolar de Campinas, visto aqui como um protótipo, limitou-se a agrupar, sobre um porão que se amoldava ao terreno, uma construção de dois pavimentos de volume contido. O programa restringia-se a dois ambientes administrativos e oito salas de aula (quatro por andar), dispostas duas a duas ao longo de um eixo de circulação central, paralelo à fachada principal. Os sanitários, numa época em que apenas se iniciavam as instalações de redes públicas de água e esgoto nas cidades do interior, isolavam-se em construções separadas nos fundos dos terrenos, providas de fossas e consagradas por gerações de alunos como as "casinhas"

(2) A respeito da opção estilística da arquitetura de acordo com sua função cf. César DALY, *L'architecture privée au XIX<sup>ème</sup> siècle, sous Napoléon III: nouvelles maisons de Paris et des environs* Paris Ducher, 1872

Será uma marca comum, sem exceção, a todos os primeiros prédios de grupos escolares, serem construções resolvidas em dois pavimentos. Um eixo de simetria perpendicular à fachada dividia o terreno, inclusive nos recreios posteriores, destinando-se cada metade a alunos e alunas. No interior do prédio, a separação das alas feminina e masculina se efetivava nos pavimentos.

Esboça-se, nesses projetos, a utilização dos embasamentos do porão como elementos de acomodação do esquema invariável a terrenos distintos. Esse recurso levado ao limite mais tarde, permitirá a concepção de escolas em série, exigindo apenas como detalhamento individual de cada projeto, o levantamento topográfico de cada terreno e a adequação dos modelos padronizados a essas condições específicas, com grande economia de desenhos. Nesse primeiro momento, porém, a busca de variação na composição das fachadas ainda fazia com que cada projeto fosse realizado individualmente.

Ramos de Azevedo, em seus projetos numa continuidade da obra pública, que iniciara no Pátio do Colégio, cria seus espaços privilegiando fachadas de composição neoclássica, filiadas a sua formação acadêmica européia. Será também vinculada a essas formas acadêmicas a arquitetura que desenvolve na mesma época para a Escola Politécnica e para o Liceu de Artes e Ofícios. O clássico comparecia como uma síntese arquetípica da tradição greco-latina, da cultura européia, da civilização redentora do atraso que se desejava superar nesses "templos do saber"

Ramos de Azevedo está inequivocamente vinculado à gênese do pensamento da arquitetura escolar pública paulista. Seja por ter desenvolvido e efetivado idéias suas ou precedentes, como é o caso da Escola Normal da Capital, marco inicial desse pensamento; seja por idealizar os projetos pioneiros, a partir dos quais desenvolveram-se todos os prédios escolares construídos nos primeiros 10 anos de investimentos nesse sentido em São Paulo.

### **Victor Dubugras e os Grupos Escolares**

Não foi demorada a passagem de Victor Dubugras pela Superintendência de Obras Públicas, mas foi marcante. Em aproximadamente quatro anos de atividade junto ao serviço público (entre 1895-1898) esteve à frente da realização de projetos de escolas, fóruns e cadeias inteiramente novos, além de adaptações e complementações de outros tantos espalhados pelo interior do estado.

Na ideação dos primeiros projetos das escolas públicas que concebeu em 1895, Victor Dubugras inspirou-se no projeto da Escola de Campinas, assinado por Ramos de Azevedo – o esquema de escola de oito salas de aula, distribuídas em dois pavimentos de plantas idênticas e rebatidas. Alterando pouco este esquema espacial propôs novos desenhos para as fachadas de quatro prédios escolares.

Mas esse aspecto de recriação arquitetônica não diminuiu o sentido de pesquisa e experimentação que, individualmente, conferiu a seu trabalho no desenvolvimento de projetos públicos. Para cada uma destas escolas citadas criou uma fachada diferente, na qual variava a disposição e desenho das envasaduras, os arremates das molduras de vãos e platibandas, o uso decorativo dos revestimentos – tijolos aparentes ou massa imitando pedras, enfim a própria opção estilística. Suas fontes de inspiração traziam o sabor das apropriações românticas da arquitetura medieval, realizadas no séc. XIX – vãos ogivais, rosáceas, seteiras, materiais aparentes, platibandas recortadas com ameias.

É claro o impulso criativo de Victor Dubugras nas obras que assina, logo a seguir a estes planos que adaptou a partir da proposta de Ramos de Azevedo, em projetos exclusivamente seus, realizados na superintendência. Elaborava com capricho seus desenhos em projetos completos nos quais os detalhes ornamentais eram alvo de atenção demorada. Nesses projetos se lançou como autor que buscava sua identidade profissional. Não se apoiou nos modelos estilísticos acadêmicos consagrados, que regiam as composições dos arquitetos para quem prestara serviços até então. Buscou renovação e autonomia. O historicismo medievalista que utilizou em suas criações, ainda que enfatizando aspectos formais, desenha-se como signo de ruptura com a tradição e com os modelos de seus mestres e profissionais para quem trabalhara, Ramos de Azevedo e Tamburini. Dubugras era jovem, realizava seus primeiros trabalhos e neles buscava imprimir sua marca com uma linguagem pessoal e moderna.

Mesmo nos projetos baseados no do Grupo Escolar de Campinas, além das variações formais e estilísticas, experimentou tímidas variações espaciais. Estava em gestação o criador inquieto que transpareceria mais tarde em seus projetos da Estação de Mairinque, e os ligados às tendências Art-nouveau e Neocoloniais.

Foi aí, na experiência de projeto, na pesquisa de soluções, que Dubugras teve sua participação mais substantiva, no início de sua carreira em São Paulo. Contribuiu criando, em um momento em que a variação de detalhes ainda era permitida e até incentivada dentro do serviço público.

Mais tarde, ainda nos projetos de escolas experimentou ainda mais variações, desenhando prédios onde inclusive as plantas e as opções de circulação variavam com bastante liberdade. São projetos em cujos desenhos percebe-se o entusiasmo do arquiteto pelo trabalho proposto, nos quais busca soluções inteiramente novas.

Suas pesquisas arquitetônicas, porém, e os vãos de liberação que tentou levantar em relação aos volumes criados pelo esquema do bloco contido de oito salas de aula divididas em dois pavimentos de planta rebatida não foi bem recebido. Por significarem custos maiores do que a solução inicial foram sumariamente adaptados por outros profissionais com alterações radicais em suas concepções espaciais e formais.

De fato, como ocorreu nestes primeiros projetos adaptados por outros arquitetos que não o seu criador, a arquitetura escolar foi em alguns momentos fruto de adaptações e somatórias de soluções já desenvolvidas anteriormente. Nesta fase inicial de pesquisa e experimentação pelo modelo ideal de prédio escolar, a colagem de aspectos já resolvidos foi procedimento empregado na superintendência, nem sempre com os melhores resultados.

Por outro lado, começava a ser idealizado o procedimento de padronização dos projetos em soluções-tipo. Foi Dubugras que introduziu o recurso de concepção de escolas em série, que se consagrou posteriormente: começou a utilizar seus projetos como modelos absolutamente repetíveis para mais de uma situação. O esquema, foi levado às últimas conseqüências no séc. XX, mas se esboçou com Dubugras em 1895 e 1896.

Do ponto de vista da intenção plástica de suas composições Victor Dubugras em seus primeiros trabalhos, introduziu elementos da arquitetura historicista neogótica e neo-românica, não apenas nos projetos de escolas, mas também nos de fóruns e cadeias. Projetou com o espírito de modernização, ou ao menos contraposição que esses estilos internacionalmente significaram em termos de superação do Ecletismo acadêmico da École des Beaux Arts. Seu gesto, quase rebelde em relação aos de seus mestres, porém, permanecerá isolado, prevalecendo por muito tempo nas construções públicas, soluções

plásticas que vão abastardando e simplificando o vocabulário ornamental e compositivo do neoclássico.

Essa opção de Dubugras por criações filiadas ao que se convencionou chamar estilo neogótico apontam para uma característica de seu proceder profissional – um arquiteto sempre atento às tendências estilísticas. Enquanto, no final do séc. XIX, Dubugras projetava obras públicas em São Paulo, o medievalismo estava ainda exercendo suas influências na arquitetura européia.

Posteriormente, ele próprio não permanecerá fiel aos estilos medievalistas, traçando com sua obra uma trajetória sempre marcada por uma intensa busca formal. Passando, mais tarde, pelas formas florais, conclui sua carreira como expoente do estilo neocolonial, com uma produção arquitetônica bastante particular, que ele chama arquitetura tradicional brasileira.

Pelo que foi dito até agora seria possível dizer que somam argumentos em favor da crítica negativa que tradicionalmente se exerce sobre o Ecletismo – cópias e excessiva preocupação formal. O que a própria obra de Dubugras parece ensinar, porém, é que é a experimentação que traz a possibilidade dos saltos qualitativos. Mas, sobretudo, que ela deve ser analisada nos detalhes de seu próprio processo evolutivo, e não com um olhar à distância, condicionado pelos modos de projetar entronizados pela arquitetura moderna.

### **José van Humbeeck / O Fim da Primeira Fase e a Afirmação de Modelos**

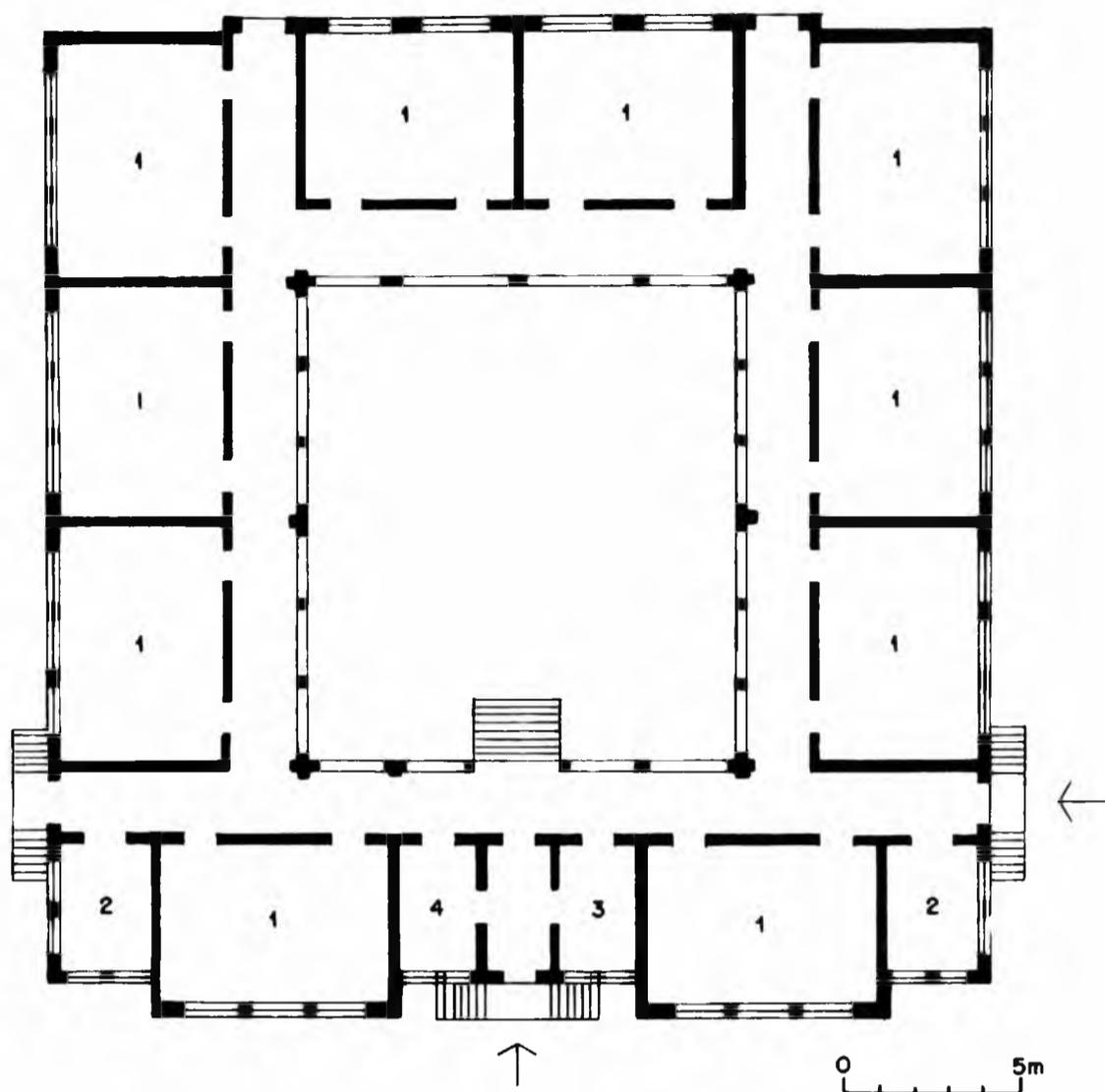
Enquanto profissionais como Ramos de Azevedo e Victor Dubugras se retiravam da tarefa de projetar escolas em São Paulo, depois de praticamente estabelecerem suas características fundamentais, começa a despontar na realização de projetos públicos o arquiteto José Van Humbeeck. Um arquiteto que, também dos quadros da Superintendência, assinará a partir do séc. XX um grande número de soluções para prédios escolares.

Humbeeck já vinha prestando serviços à superintendência desde sua contratação como desenhista em 1896. No início, limitara-se a projetar instalações complementares (galpões de abrigo, muros, sanitários, etc.) dos projetos realizados por outros, mas aos poucos vai recebendo maiores incumbências.

Além de sua prolongada permanência no serviço público José van Humbeeck não deixou outros traços na arquitetura paulista. Quem era, onde estudou e qual sua nacionalidade são algumas das questões que seu nome deixa sem respostas. É um arquiteto completamente desconhecido sobre o qual não se conserva sequer o prontuário funcional, como de resto de nenhum funcionário antigo da Secretaria de Obras.

Foram de sua responsabilidade dois passos importantes da arquitetura das escolas paulistas. Conquistas mais significativas do ponto de vista das etapas de realização e concepção dos projetos, do que propriamente grandes avanços arquitetônicos. Foi Humbeeck quem aperfeiçoou as técnicas de representação gráfica para utilização extensiva de projetos padronizados a partir do que as pranchas de desenhos de projetos idênticos sequer eram redesenhadas.

Além disto, desenvolveu em 1901, o primeiro projeto de prédio escolar térreo, a partir do que raramente construíram-se prédios de dois pavimentos fora da capital. Para conceber plasticamente este projeto inspirou-se no projeto de dois pavimentos, já realizado por Ramos de Azevedo, do qual utilizou parcialmente a fachada, mas inovou na solução espacial por esta organizar-se em torno de um pátio.



**LEGENDA / USO ORIGINAL**

- 1 Sala de aula**
- 2 Professores**
- 3 Diretoria**
- 4 Depósito**

Até então os grupos escolares haviam se concentrado em prédios de volumes contidos, com dois pavimentos. Neles as salas se voltavam para um corredor central pouco iluminado. A solução em torno de um pátio trouxe luz e ventilação natural para as circulações. Pela primeira vez também se propunha a separação dos meninos e das meninas, através de alas simétricas. A partir de então as escolas do interior foram térreas, simétricas e tiveram circulações abertas. É sobre este passo inicial de Humbeeck, ainda tímido, que Manuel Sabater estrutura uma proposta de muita riqueza arquitetônica em 1909.

No início da década de 1910, quando ocorreu a grande produção de prédios escolares já referida, Humbeeck ainda estava trabalhando na repartição de obras públicas. Foi um arquiteto que não assinou projetos de prédios grandiosos ou muito criativos. Seu nome associa-se à arquitetura escolar, não por gestos geniais, por criações plásticas marcantes. A estética de seus projetos foi tornando-se, especialmente nos projetos térreos que desenvolveu, pouco imaginativa; talvez correta, mas efetivamente sem brilho.

Sua contribuição, no entanto, se faz por seu trabalho como profissional de atuação longa e dedicada. Humbeeck já estava presente quando Victor

Dubugras experimentava no séc. XIX, e também quando novos profissionais inovaram nos anos 10, participando muito ativamente da grande produção desse momento. Durante esse período ele debruçou-se sobre sua mesa de trabalho e estudou com afinco a arquitetura necessária para as escolas paulistas. Propôs idéias simples e exeqüíveis, para cuja concepção olhou com muita atenção para os passos já realizados por seus colegas.

Desta forma foi o transmissor da experiência e até o responsável por momentos de inflexão e mudança na trajetória da arquitetura escolar paulista, como o da introdução dos pátios nos prédios térreos. Não foi genial, não se destacou, não transpôs os limites de atuação de um obscuro funcionário público. Mas, trabalho e conhecimento não se produzem apenas com grandes feitos e José van Humbeeck, esse anônimo arquiteto da repartição de obras é uma personagem cuja participação é inquestionável na história da arquitetura escolar paulista.

### **Manuel Sabater e a Articulação dos Volumes**

Manuel Sabater, por sua vez, teve uma passagem breve, mas marcante pelo serviço público – o seu nome liga-se a projetos de escolas no período entre 1908 e 1911. Nesse período foi responsável por grande número de projetos arquitetônicos de escolas, nos quais imprimiu uma marca pessoal forte. Sabater propôs soluções de articulação de espaço criativas e de concepção formal elaboradas.

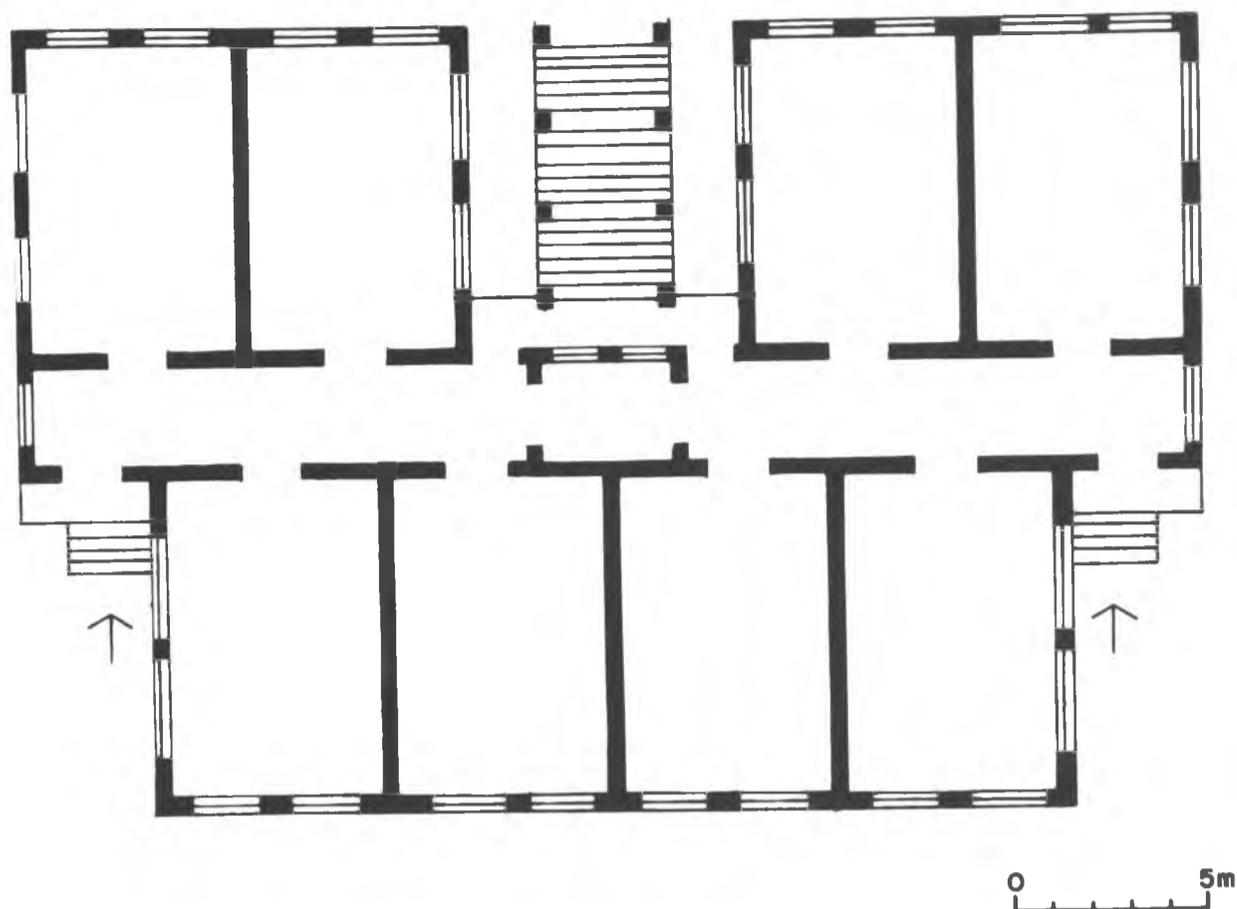
Manuel Sabater sobre quem não se conhecem dados pessoais, como a confirmação de sua provável nacionalidade espanhola ou sua formação profissional, tinha domínio da composição dos espaços e dos recursos plásticos. Participou de um momento de transformação e de muita qualidade na trajetória da arquitetura escolar paulista. Em sua obra destacam-se, sobretudo, projetos de grandes edifícios para grupos escolares na capital e no interior do estado.

Mas com certeza o que o qualificou para a responsabilidade de projetar esses grandes prédios foram seus projetos iniciais, como o aperfeiçoamento da solução térrea em torno de um pátio proposta por Humbeeck. Inspira-se naquela solução anterior, mas para a composição de volumes e detalhes formais segue trajetória própria.

No primeiro projeto de escola que concebeu e que fora utilizado em duas localidades encontram-se já aspectos que marcarão sua obra: a minúcia do detalhe, o controle compositivo e a articulação de volumes com movimento. Sua contribuição teve um caráter inovador após os volumes rígidos das escolas em dois pavimentos e as experiências formalmente muito pobres como a do projeto tipo térreo de autoria de Humbeeck.

Aonde Humbeeck havia improvisado, Sabater comparece com um controle de quem conhecia composição. Seus espaços são mais equilibrados – suas salas de aula têm dimensões homogêneas e se organizam através de eixos precisos. Mas aperfeiçoa o projeto, principalmente, ao desprender-se da rigidez de uma planta quadrada de fachadas de superfícies planas, e introduzir movimento nos volumes.

Sabater criou em relação ao alinhamento frontal uma alternância de recuos e avanços, ou seja, trechos de sombra e trechos salientes. É no detalhamento da fachada principal que o preciosismo de Sabater se manifesta ainda mais. O arquiteto propõe texturas e explora as possibilidades de desenho dos caixilhos. Em seu apego à minúcia esboça, em escala ampliada, o módulo básico de sua composição. Esta consistia em uma alternância de cheios e vazios. Os vazios eram as janelas, cujos desenhos dos caixilhos de madeira equilibravam linhas



*Foto 4*  
Grupo Escolar de Dourado

Foto: fornecida pela autora



predominantemente verticais com pequenos segmentos quadrados nas extremidades. Os cheios eram trechos cuja ornamentação emoldurava as janelas e nos quais inseriam-se rasgos imitando tijolos aparentes.

Sabater é um arquiteto em cuja obra transparece um domínio do desenho, das normas compositivas acadêmicas, mas também uma liberdade de organização da linguagem e do repertório formal que delas se derivam, muito própria à sua época. Manuel Sabater é, sem dúvida, um arquiteto eclético e seus projetos apresentam uma linguagem plástica de um léxico heterogêneo. Mas é um arquiteto que se destaca pela forma como soube dispor com harmonia e expressividade o repertório formal acadêmico.

Sabater, em sua curta passagem pelo serviço público, realizou uma obra notável, que extrapola os limites das muitas criações que ele próprio assina. Foi um daqueles autores cujas realizações permanecem influenciando as que a elas se seguem.

Trabalharam com ele em 1911 e permaneceram à testa de outros fundamentais projetos da arquitetura escolar paulista, dentre outros profissionais, o alemão Carlos Rosencrantz cuja participação cabe destacar.

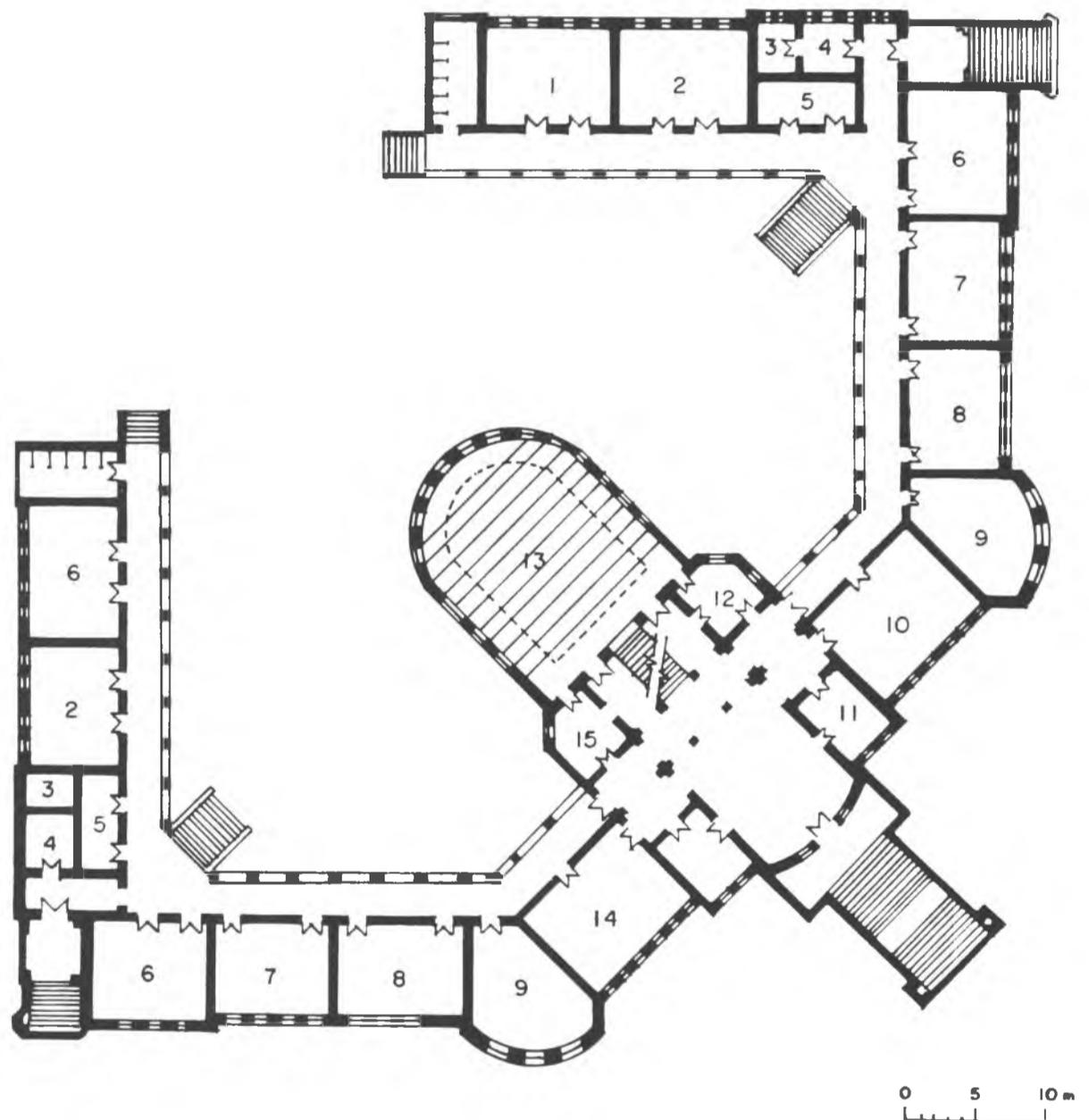
### **Carlos Rosencrantz e a Monumentalidade**

Rosencrantz realizou relativamente poucos projetos, mas entre eles figuram algumas das mais destacadas composições da arquitetura escolar paulista. Carlos Rosencrantz, alemão, naturalizado brasileiro, foi criado em São Paulo, mas realizou seus estudos profissionais em Hamburgo na Alemanha. Trabalhou no serviço público até sua aposentadoria e consta que projetou também obras particulares que ainda carecem de identificação.

A arquitetura segura, os desenhos primorosos que realizava, e a caligrafia de Rosencrantz denotam uma identidade única, que trouxe uma injeção de origi-

nalidade aos projetos das escolas públicas paulistas. E é aí, no tratamento plástico, que o arquiteto mostra as peculiaridades de sua obra. Menos de dez anos após a introdução por Carlos Ekman do estilo "sezession" em São Paulo, na vila da família Penteado em Higienópolis, construída em 1902<sup>3</sup>, Rosencrantz propôs um prédio público com esse estilo, o Grupo Escolar do Carmo. É certo que o grupo escolar tem uma composição mais ascética, de volumes mais restritos que sua antecessora, mas são de filiação "sezession" o seu conjunto, alguns detalhes e as linhas de acentuada verticalidade de suas envazaduras.

Nesse período Rosencrantz ainda era contratado como desenhista e nem sempre sua contribuição na arquitetura escolar está devidamente expressa. É



(3) Sobre a introdução do *Art Nouveau* em São Paulo cf. Catálogo da Exposição Vila Penteado. FAUUSP/ Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1976 e Silvia Ferreira Santos WOLFF, Walter PIRES, *Vila Penteado/FAU: trajeto de uma casa paulistana*. Relatório de pesquisa elaborado para a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Reitoria da USP, 1989.

Foto 5  
Grupo Escolar de São Carlos

Foto: fornecida pela autora



- |                             |                                      |
|-----------------------------|--------------------------------------|
| 1. SALA DE HISTÓRIA NATURAL | 9. SALA DE COSTURA E PRENDAS         |
| 2. SALA DO 4º ANO           | 10. BIBLIOTECA                       |
| 3. MATERIAL                 | 11. SALA DO SECRETÁRIO               |
| 4. BEDÊIS                   | 12. SALA DO DIRETOR                  |
| 5. VESTIÁRIO                | 13. SALA DA CONGREGAÇÃO E ANFITEATRO |
| 6. SALA DO 3º ANO           | 14. SALA DE QUÍMICA                  |
| 7. SALA DO 2º ANO           | 15. SALA DOS PROFESSORES             |
| 8. SALA DO 1º ANO           | 16. SALA DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL  |

o caso desse projeto, assinado por Achilles Nacarato. Sua participação, também, caracterizou-se por sua colaboração em outros tantos projetos, principalmente em detalhes de desenhos elaborados. Inúmeras escolas apresentam detalhamento de serralheria, realizados por Rosencrantz em seu estilo pessoal, forte e seguro, nem sempre consoante com o partido plástico de seus colegas.

Rosencrantz, que já demonstrara seus méritos em projetos de grandes grupos escolares na Capital, esteve ligado ainda aos prédios de quatro escolas normais – os projetos de escolas públicas de maior monumentalidade em toda a Primeira República. Participou ora detalhando cômodos funcionais e esteticamente importantes como os auditórios nos prédios gêmeos de Botucatu e Piracicaba, ora participando das concepções arquitetônicas magistrais de Pirassununga e São Carlos.

Em Pirassununga a monumentalidade da arquitetura do prédio é acentuada pelas linhas verticais predominantes da composição. Estas linhas estabelecem-se através de um controlado equacionamento das proporções e relações entre as envazaduras e o espaçamento entre elas. São segmentos de pequena largura e desenho alongado. A verticalidade enfatiza-se com os panos de fachadas entre as janelas, estendendo-se desde a linha dos embasamentos até às platibandas, funcionando quase como colunatas, nas quais os intercolúnios são as próprias janelas.

Este efeito é especialmente trabalhado nas duas extremidades do conjunto que se projetavam em relação ao terço central da fachada principal. Contribuíam para a força expressiva dessa fachada um conteúdo dinâmico estabelecido pelas linhas curvas das platibandas e desses dois volumes extremos, que se projetam em forma ligeiramente abaulada.

Ascendia-se ao terço central recuado através de escadaria. Esta, organizada com patamares intermediários e com grande monumentalidade, vence o grande desnível entre a cota da rua e o da entrada do prédio. Havia muitos outros acessos para a escola, mas a caracterização dessa como a principal era evidente e intencional.

A sábia associação da implantação do prédio no terreno e do uso de escadarias como recurso enfático também foi empregada por Rosencrantz no prédio da Escola Normal de São Carlos. Neste caso não são as linhas verticais que constroem a escala grandiosa do edifício – o prédio nem ao menos tem dois pavimentos, além do porão, como as demais Escolas Normais. O efeito quase cenográfico de sua monumentalidade é obtido de outra forma.

Rosencrantz recupera a intenção de um projeto de Victor Dubugras, não realizado no final do séc. XIX e implanta o prédio com seu acesso central no eixo de simetria entre duas alas, fazendo-o coincidir com a bissetriz do ângulo formado pela esquina de duas ruas. As alas simétricas do edifício, em São Carlos, assentam-se ao longo do alinhamento do terreno, após estabelecerem uma testada principal perpendicular à linha que as divide. Essa testada, naturalmente afastada dos limites da esquina, favorece a formação de um jardim fronteiro. Da mesma forma é guarnecido com um jardim posterior delimitado pela área semicerrada, quase um pátio que se forma através dos "braços" da planta.

A planta de São Carlos resultou forma pouco usual. Seus braços articulados movimentavam-se em relação ao alinhamento de cada um de seus segmentos, com ligeiros avanços, recuos e espaços semicirculares, como os das extremidades abauladas da fachada principal de Pirassununga.

Rosencrantz destaca-se assim como um criador que, não apenas utilizava com finalidade decorativa os recursos técnicos e materiais de que dispunha a construção civil da época, como também controlava com sabedoria as possibilidades de criar volumes ricos e imponentes.

## Escolas Paulistas e Criatividade

A arquitetura escolar forjada sob a égide do poder público paulista ao longo da Primeira República tem inequivocamente feições específicas ligadas à cultura eclética e só teve transformações substanciais quando novo impulso de renovação das manifestações artísticas do país ocorreu de forma expressiva, a partir dos anos 30.

Verifica-se que, em muitos momentos desse longo período, o ideal de um único modelo de arquitetura escolar perfeito, irretocável e passível de ser repetido em todas as localidades a um mínimo custo, foi meta desejada. Sempre em movimento, contudo, as soluções modificaram-se para atender a uma ou outra exigência do programa que até então não fora adequadamente resolvida; a uma diminuição dos custos; a minorar os esforços de projeto e, *last but not least*, às particularidades criativas de seus arquitetos.

A consolidação das formas de enfrentar e atingir esses objetivos se deu através de um processo evolutivo. Nesse processo houve os que contribuíram dando passos importantes nessa trajetória, profissionais que criaram escolas com disposição espacial para tal, mas, sobretudo, com aparência do que ainda hoje reconhece-se como escolas. São arquitetos que nos ensinaram a decodificar os prédios públicos de acordo com seu uso e nos ensinaram muito mais – a harmonia das composições e a sensação dos espaços claros, amplos e arejados.

Esta arquitetura oficial destacou-se da arquitetura civil contemporânea, trazendo uma aura de novidade e funcionando como divulgadora de novos padrões estéticos e culturais. Os realizadores dessa arquitetura, quando iniciaram sua obra, buscaram inspiração, olharam a seu redor e para fora. Não lhes faltaram referências. A adaptação de modelos não era, contudo, subserviente e impensada. Havia que se criar uma arquitetura, conforme as modas internacionais sim, mas de acordo com as necessidades locais.

Afora isso havia as condições distintas de clima, iluminação e ventilação para as quais os profissionais, paulatinamente formados pela escola de engenharia local, ficaram atentos. Os arquitetos das primeiras escolas paulistas, homens de seu tempo, num país que buscava equiparar-se ao mundo cosmopolita, não foram refratários às influências da produção estrangeira. Não tinham como nem por que fazê-lo, mas tampouco imitavam-na de costas para seu próprio país.

As experiências anteriores funcionaram como referências, como tipos ideais para seus processos de criação. Não resultou um modelo único para todas as escolas, mas a arquitetura escolar paulista é uma arquitetura que não raras vezes se reproduz a partir de protótipos. É possível que as escolas, enquanto tipologia funcional, não tenham criado formas inéditas, revolucionárias, mas são fruto de muito trabalho. São produto de atos criativos de homens que por ela muito se empenharam, documentos de um tempo, espaços que abrigaram tantas gerações de aprendizes. São suportes de conteúdos simbólicos, arquitetura.

O presente artigo desenvolvido com base na Dissertação de Mestrado Espaço e Educação Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas, apresentada na FAUUSP em 1993, apóia-se em ampla pesquisa de fontes documentais primárias, especialmente projetos originais e relatórios Técnicos. Estes documentos localizam-se principalmente no Arquivo do Estado e do extinto D O P – Departamento de Obras Públicas. Para referências específicas e completas sugere-se consultar a própria dissertação

# A Sintaxe da Janela

Luís Antônio Jorge

## Resumo

A preocupação fundamental do trabalho é de caráter ontológico: esboçar o problema das significações apriorísticas e autônomas dos elementos que compõem a sintaxe arquitetônica.

O trabalho elege um desses elementos: a janela. Este artigo parte da aproximação histórica entre a janela e a secção da pirâmide visual, construção imaginária da teoria da perspectiva renascentista.

A consideração da janela na linguagem arquitetônica implica reconhecer uma ambigüidade essencial: a janela deve inserir-se ordenadamente no plano da parede – raciocínio típico da *modénature* – mas também relacionar-se com a imagem vista através dela, que extrapola o plano, ressaltando a tridimensionalidade – herança da perspectiva renascentista, fundamentada no espaço euclidiano. Ver janela ou ver através da janela são alternativas que se colocam tanto ao observador interno ao edifício, quanto ao externo. Texto de dupla-face, a sintaxe da janela versa sobre o relacionamento desses dois lados.

## Abstract

The work's fundamental concern has an ontological character: to sketch the problem of the primordial and autonomous significations of the architectural syntax elements.

The work chooses one of these elements: the window. It starts from the historical approximation between the window and a section of the visual pyramid, an imaginary construction of the renaissance perspective theory.

The window, in the architectural language, implies in the acknowledgment of an essential ambiguity: the window must insert itself in an orderly manner into the wall's plan – a typical reasoning of the *modénature* – and at the same time relate itself with the image seen through it, beyond its own plan, putting in evidence the three-dimensionality, heritage of the renaissance perspective, fundamented on the Euclidean space. To see the window or to see through the window are alternatives that are available both to the observer inside the building as much as to the external one. Double-faced text, the window's syntax deals with the relationship of both of these sides.

*Artigo extraído da Dissertação de Mestrado "A Sintaxe da Janela" apresentada em maio de 1993*

*Orientador: Prof. Dr. Décio Pignatari*

## A Sintaxe da Janela

*Não vês que o olho abraça a beleza do mundo inteiro?... É janela do corpo humano, por onde a alma especula e frui a beleza do mundo, aceitando a prisão do corpo que, sem esse poder, seria um tormento... Ó admirável necessidade! Quem acreditaria que um espaço tão reduzido seria capaz de absorver as imagens do universo?*

Leonardo da Vinci

A construção da perspectiva onilocular e central, a partir de um método lógico e abstrato, interrompe a progressão representativa do espaço simbólico dos antigos, e funda uma "construção espacial unitária e não-contraditória, de extensão infinita"<sup>1</sup> As palavras de Alberti consagram a analogia que enlaça olho e janela: "o quadro (da pintura) é uma janela transparente pela qual nós vislumbramos uma seção do mundo visível" Através desta analogia de natureza sintática introduz-se a janela no mundo da linguagem arquitetônica.

A analogia entre a secção da pirâmide visual e a imagem vista da janela, mais que uma metáfora que enlaça olho e janela, possui um profundo significado para a história da janela, na medida em que ela oferece à janela um papel essencial na sintaxe arquitetônica. Poderíamos dizer que essa analogia define um universo de investigação, ao sugerir que o plano no qual se representa o novo domínio da representação espacial, seja o mesmo plano contido na moldura da janela. Ou seja, o aparecimento da janela no universo da linguagem arquitetônica, confunde-se com o esforço de sistematização dos conhecimentos matemáticos para a racionalização e, conseqüentemente, representação do espaço através da perspectiva. Nesse sentido, a sua origem relaciona-se inexoravelmente a um momento muito especial da história da Arquitetura: a Renascença, onde, segundo Wittkower<sup>2</sup> a "comensurabilidade da medida era o ponto nodal" dos valores estéticos. A medição, a comensurabilidade das dimensões, permitia o acesso ao conhecimento que regia a ordem das coisas, a relação entre as partes, assim como, entre as partes e o todo.

Os primórdios da sintaxe da janela, o ingresso da janela no mundo da linguagem da arquitetura, define-se como o momento da tomada de consciência de que a janela era abertura para um espaço que se pretendia objetivado. A arquitetura descobria um mecanismo, um instrumento ordenador que transcendia o seu domínio no âmbito do espaço fechado. isto é, do seu interior, onde podia exercer controle absoluto, para atingir, de uma maneira mais contundente, o espaço exterior, para onde ela dirigia o seu olhar. Olhar representativo de uma maneira profundamente estetizada de construção do espaço, mas também, olhar de um homem que se supunha no centro do universo.

Essa estetização refere-se à racionalização do espaço no Renascimento ou, se preferirmos, a um espaço visual de dimensões mensuráveis; refere-se também "a quais distâncias entre objetos vistos por um observador podem representar-se em uma superfície de duas dimensões e com uma exatidão matemática"<sup>3</sup> Como bem demonstrou Panofsky, essa exatidão matemática não era somente a garantia de correção, de objetividade, do triunfo da vontade de poder humano para anular as distâncias, mas também, e talvez mais ainda, uma garantia de perfeição estética, uma satisfação intelectual para os novos anseios de exatidão e previsibilidade. A perspectiva oferecia à mente e aos olhos, a oportunidade de relacionar as coisas no espaço, de unir as partes da paisagem.

(1) PANOFSKY, E *La perspectiva como "forma simbólica"* Barcelona Tusquets, 1985

(2) WITTKOWER, R *Sobre la arquitectura en la edad del humanismo. Ensayos y escritos* Barcelona Gustavo Gili, 1979

(3) Wittkower, op cit , p 543

A janela é moldura, mas também perspectiva. A janela ao delimitar o campo de visão e situar o observador, fundia o espaço bidimensional da moldura ou do plano de representação com o espaço tridimensional, real ou imaginário – representativo de um olhar extremamente idealizado e auratizado: a imagem correta, ordenada, hierarquizada, mensurável e harmônica da pintura. Na origem sintática da janela está o enquadramento ideal da pintura renascentista e a herança pitagórico-platônica da harmonia existente nas regras das proporções, onde a busca dos valores estéticos, passava por uma perfeita tradução do mundo cristalino e verdadeiro do intelecto.

As regras da sintaxe clássica estabeleceram o tipo de implantação das janelas. Obviamente as janelas são áreas de fragilização da estrutura da edificação, já que não suportam cargas. Sendo assim, elas só poderiam se situar entre as colunas (ou pilares) que exerciam exatamente esse papel. Segundo as regras clássicas, os tipos de espaçamento entre as colunas, o intercolúnio<sup>4</sup> variavam numa relação com o diâmetro e a altura das colunas.

As janelas se subordinarão a estas regras, à hierarquia das ordens, inserindo-se sempre simetricamente num intercolúnio. A sua tarefa era, para usarmos o termo preciso, o desenvolvimento da arte da modenatura, a arte de traçar perfis e ordenar molduras "numa disposição harmoniosa sobre as superfícies arquitetônicas, em função de seus efeitos estéticos que acompanham sempre o jogo de luzes e de sombras que elas provocam, exatamente no local onde são aplicadas"<sup>5</sup>, o que implica, também, um determinado jogo de significados. As janelas serão guarnecidas por uma moldura denominada edícula, que consiste numa segunda ordem com poder de, na maioria das vezes, demonstrar metonimicamente o princípio geral do edifício. Assim sendo, embora a janela se introduza como um elemento a mais numa linguagem predefinida, desde já pode-se observar que ela tem o poder de aglutinar informação, de ser alvo e foco, de possuir alta densidade signíca; uma eloquência informacional, um potencial metonímico ou sugestivo.

## A Janela e o Tempietto de Bramante

Donato Bramante foi um arquiteto que levou às últimas conseqüências as regras da Antigüidade clássica, mas sem deixar de legar as suas criativas contribuições para a nova estrutura sintática. No Tempietto, construído em 1502 no claustro de S. Pietro em Montorio, Roma, ele retoma o mítico tema do templo circular romano – cujo maior exemplo é o templo de Vesta, às margens do Tevere – e consegue uma surpreendente relação entre o intercolúnio e o movimento circular de quem o contempla. Primeiramente, a cada coluna dórica colocada sobre o pódio que acessamos subindo três degraus, corresponde uma pilastra, também dórica, na parede do cilindro interior (a chamada cella). Os dois círculos concêntricos formados pelo perímetro da cella e pela planta do pódio que unifica as colunas, estão numa proporção tal que se caminharmos pelo "corredor" circular existente entre eles, só poderemos ver, de uma só vez, apenas três colunas. Sempre. O intercolúnio corresponde exatamente a três diâmetros da base da coluna (diástilo), conforme já estava indicado também pelo número dos balaustres e pelas três métopas entre os dois tríglifos<sup>6</sup> do friso do entablamento. Há aqui um elo mágico que aprisiona o corpo em movimento do observador no corpo da arquitetura, o que tentamos demonstrar com o croqui a seguir:

Agora se dirigirmos o nosso olhar para dentro, notaremos um outro ritmo no intercolúnio das pilastras (sístilo), dado pela colocação alternada entre nichos,

(4) Os tipos de intercolúnio foram registrados por Vitruvius (primeiro quarto do século I d. C.): picnóstilo (espaçamento igual a uma vez e meia e altura igual a dez vezes o diâmetro das colunas), sístilo ( $e = 2d$ ;  $h = 9,5d$ ), êustilo ( $e = 2,25d$ ;  $h = 9,5d$ ), diástilo ( $e = 3d$ ;  $h = 8,5d$ ) e araeóstilo ( $e = 4d$ ;  $h = 8d$ ).

(5) Corona, Lemos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972, p. 324

(6) Segundo o glossário publicado por SUMMERSON, J. (In: *A linguagem clássica da Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1982), métopa é a área de forma quadrada "entre dois tríglifos no friso da ordem dórica". Normalmente não é decorada, o que não é o caso do Tempietto. Tríglifo é um elemento do friso da mesma ordem, "que possui dois sulcos verticais no meio e dois meios sulcos nas laterais. Acima do tríglifo fica o mútulo e abaixo, as gotas. O conjunto é uma paráfrase em alvenaria de componentes característicos da construção em madeira".

Fig. 1  
Tempietto de San Pietro, em Montorio, Roma, por Donato Bramante

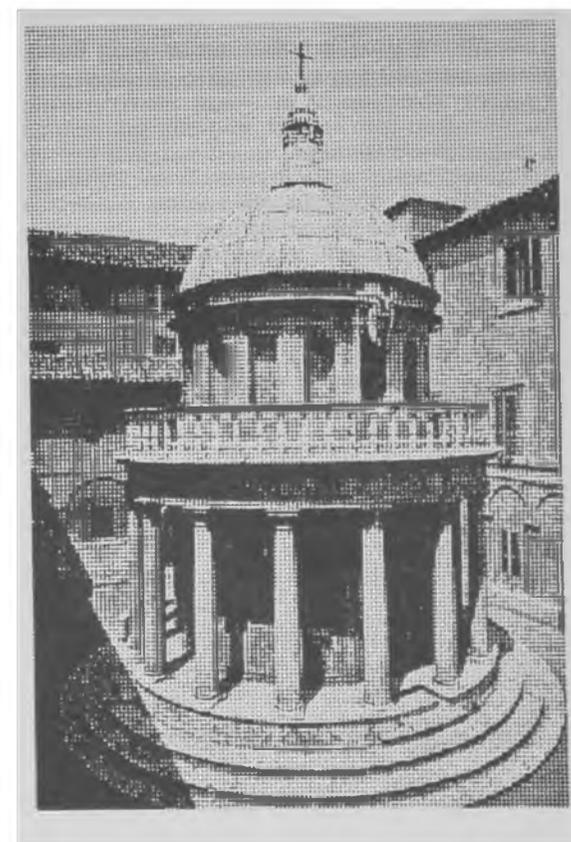
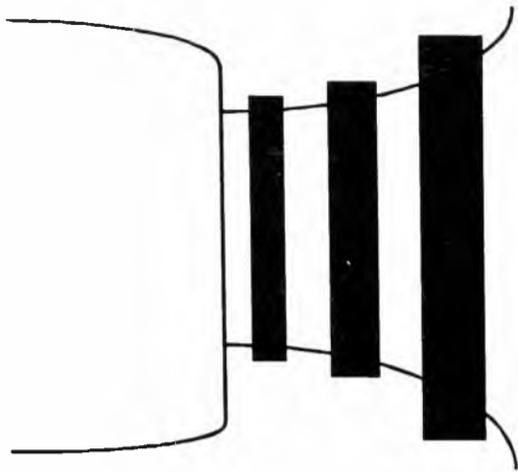


Fig. 2  
Croqui do *Tempietto de San Pietro*.



portas e janelas. O ritmo é assim: nicho – porta – nicho – janela – nicho – porta – nicho – janela ... Podemos também representá-lo assim: n, p, n, j, n, p, n, j, ... Quando nos deparamos com uma janela (ou uma porta aberta), notamos que a ela corresponde uma outra no lado oposto do templo, configurando um eixo de visão que ultrapassa duas janelas, possibilitando que vejamos o lado oposto do claustro. Vejamos esse diagrama, realizado sobre um desenho do Palladio:

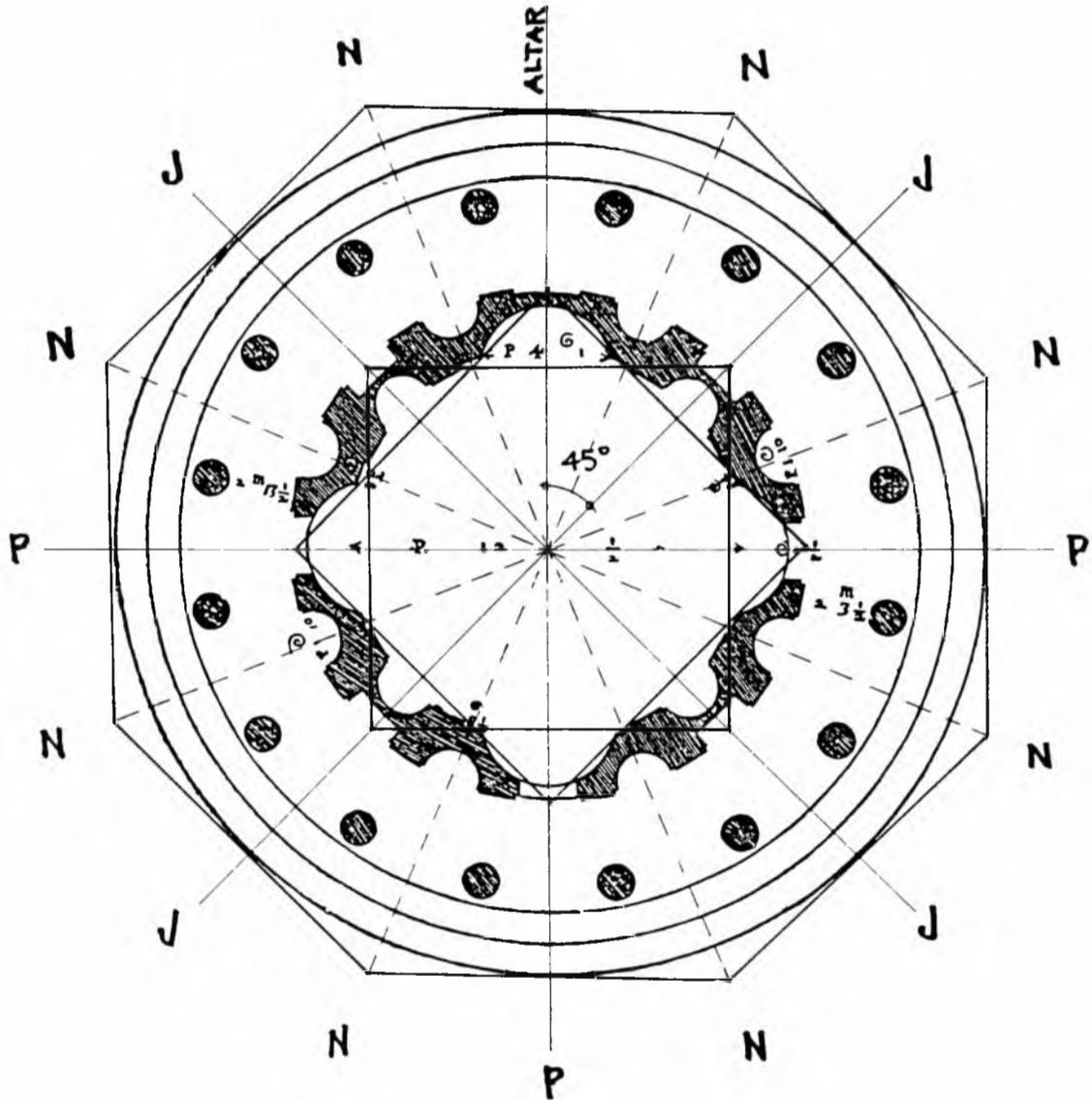


Fig. 3  
Desenho realizado sobre a planta do *Tempietto*, recolhida por Palladio, in *I Quattro Libri*, IV.

Traçamos na planta, o que o nosso olho e o nosso percurso, estava prestes a deduzir: obtivemos dois eixos perpendiculares formados por quatro janelas, dois outros formados pelas três portas e o altar, e mais outros quatro, não mais perpendiculares, mas a intervalos de 45 graus, formados por oito nichos. A união entre os pontos marcados pelo centro das quatro janelas (onde passam os eixos) formam um quadrado. Analogamente, temos um outro quadrado para as três portas e o altar, e um octógono formado pelos oito nichos.

O *Tempietto* notabilizou-se pelo seu caráter inovador, mais especificamente pelo fato de Bramante ter dado continuidade ao cilindro interior, ultrapassando a altura das colunas e dos seus respectivos entablamento e balaustrada, coroando-o com uma cúpula. No interior do *Tempietto*, quando olhamos para cima, justamente para esta parte localizada acima do entablamento, notamos que sobre aquele quadrado imaginário que unia a porta principal colocada diante do altar e as outras duas portas laterais e opostas, desenha-se um outro quadrado formado por quatro janelas. Houve uma rotação de 45 graus entre o



Fotos 1 e 2  
Vistas externas do Tempietto.

Fotos: do autor

quadrado imaginário formado pelas quatro janelas inferiores e o quadrado formado pelas quatro superiores. Temos, portanto, oito janelas, dispostas sempre em pares frontais, remetendo à forma do octágono, dada pela rotação do quadrado. O tema da quadratura do círculo<sup>7</sup> é trabalhado aqui através da disposição das janelas e dos nichos ("falsas janelas"). A janela permite o diálogo entre o interno e o externo. O nicho, com a imagem santa, coloca o fiel em contato com o que ela representa. Diálogos entre Homem e Deus, entre círculos e quadrados.

(7) Era comum a utilização da forma octogonal para as pias batismais ou para os próprios corpos dos batistérios na construção das antigas catedrais. O octágono é resultante da intenção de encontrar a solução para o problema da quadratura do círculo, ou seja, o de construir com régua e compasso, um círculo e um quadrado com mesma superfície. Vejamos o que nos diz Pierantoni (in *El ojo y la idea. Fisilogía e historia de la visión*. Barcelona, Paidós, 1984, p. 140): "A solução não é possível, mas tentar a busca é irresistível. Uma das aproximações geométricas mais fascinantes é a que leva à construção de um octágono. Primeiro se constrói um quadrado. Depois inscreve-se um círculo no quadrado, isto é, fazendo que os lados do quadrado tangenciem seus pontos médios. É óbvio que a área do quadrado excede a do círculo nas quatro superfícies triangulares, de base curvilíneas, limitadas pelos lados do quadrado e da circunferência inscrita. Agora expande-se o círculo lentamente. Pouco a pouco a circunferência ultrapassará os lados invadindo o plano além do perímetro do quadrado. Pode-se sonhar com um inefável momento no qual a superfície das quatro luas (auréolas que excedem a superfície do quadrado) e os quatro triângulos curvilíneos estejam em equilíbrio. Se unirmos os pontos de intersecção do círculo e o quadrado obteremos um octágono. Portanto, o octágono representa o ponto de encontro, a estrutura intermediária entre o círculo, que representa o infinito, e o quadrado, que por sua vez, representa o mundo". O octágono é o sublime ponto de tangência entre o divino e o humano, fonte de eterna salvação.



Fotos 3 e 4  
Vistas internas do Tempietto (detalhes)

Fotos: do autor

Se externamente a janela apresentava uma moldura que preenchia o espaço entre a abertura propriamente dita e as pilastras, internamente, pelo fato de ser o círculo de diâmetro menor, ela praticamente encosta nas pilastras, assumindo a tarefa de indicar (até mesmo pela verticalidade da sua forma) o nicho com a imagem situado sobre ela. Bramante demonstra-nos a possibilidade de construção, explicitação e contemplação de uma lógica eminentemente visual, onde a janela protagoniza um papel de extrema delicadeza. O nosso olho o deduz. O nosso espírito extasia-se ao imaginar que estávamos diante de um decisivo passo na sintaxe arquitetônica: uma poética clarificadora, que nos ensina a olhar. uma transparência que corrige o percurso da luz, apontando com a precisão geométrica os alvos que cuidadosamente seleciona, o olho obedece o pensamento e a luz que penetra pela janela nos apresenta a mais verdadeira das belezas: não são mais as imagens postas nos nichos, nem o altar, mas a obra do homem em contato com a verdade divina. Não há vitrais, nem óculuns, mas janelas, com sua prosaica transparência, ofertadas aos olhos dos fiéis. Transcendental transparência. Bramante constrói uma dessas máquinas para o olho. um instrumento a serviço da visão, que faz do ato de ver um ato de conhecer. O Tempietto já insinua a autonomia do significado da janela na linguagem da arquitetura.

# O Desenho Cultural da Arquitetura Guarani

Carlos Zibel Costa

## Resumo

Aborda-se a habitação dos indígenas guarani-mbya, estabelecendo alguns compromissos culturais, especialmente aqueles descobertos nas tradições rituais e mitológicas.

O artigo procura dar alguns desdobramentos à característica cultural guarani, segundo a qual sua tradição ou modo de ser – *teco* – só pode se realizar dentro de uma espacialidade particular, no seu *tecoa* – 'lugar onde vivemos segundo nossos costumes' (Meliá, 1988:104).

## Abstract

This work is about the guarani-mbya tribe dwelling, and its relation to their cultural characteristics, especially those found in the ritual and mythological traditions. The guarani-mbyá way of life or tradition – *teco* – can just exist in their own place – *tecoa* – which means 'place where we live according to our own way of life' (Meliá, 1988:104).

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "Habitação Guarani, tradição construtiva e mitologia", apresentada em dezembro de 1989. Orientadora: Profª Drª Marlene Picarelli*

## Introdução

Procura-se demonstrar a profunda ligação de algumas tradições culturais da parcialidade indígena guarani-mbyá (que junto aos guaranis das parcialidades nhandeva e caiová compõem a presença atual deste grupo em solo brasileiro), com o desenho da sua Arquitetura. Esta pesquisa vem sendo realizada nas aldeias da Barragem e Jaraguá em São Paulo e Aguapeú em Mongaguá desde o ano de 1985. Neste texto, o termo desenho irá se referir tanto ao conceito para o qual ele é desígnio – logo, intenção, quanto ao sentido convencional de traço – síntese gráfica ou visual de um programa arquitetônico e discurso técnico sobre a construção do espaço. É preferível criar a expressão 'desenho cultural' a empregar o termo 'culturalístico' que traria compromissos diversos daqueles pretendidos neste trabalho.

Remete-se o leitor interessado nos detalhes da pesquisa que originou as idéias expostas abaixo, à tese de doutorado do autor e, como se expõe também desenvolvimentos posteriores das idéias contidas na tese, às indicações bibliográficas ao final deste texto. Lembra-se ainda que os étimos em guarani, mesmo que não acentuados, são invariavelmente oxítonos.

Nesta oportunidade abordam-se partes dos mitos de Origem da Humanidade Guarani, de Fundação da Primeira e da Segunda Terra e o complexo cultural denominado Busca da Terra sem Mal em aspectos que têm ligação direta com o conceito guarani de espacialidade, *tecoa* – lugar onde se pode realizar a cultura guarani – *teco*. Vale lembrar que numa cultura tradicional as informações podem adquirir e de fato normalmente adquirem, várias formas de expressão. Os mitos são encontrados em versões aparentemente distintas, mantendo porém correspondência de significado. Sabe-se que vários estudiosos demonstraram que a essência do mito permanece pela sua estrutura em todas as versões.

Ver-se-á como algumas idéias contidas nesses mitos e tradições se revelam na intenção da Arquitetura guarani e mesmo no seu desenho. Trata-se mais de observações documentadas, do que de análise exaustiva dessas presenças, o que foi feito na tese com estas e outras idéias, e poderá ser convenientemente aferido na bibliografia indicada. O objetivo do trabalho é estabelecer de modo direto e por vezes abrupto, em decorrência da limitação natural de um artigo, algumas conexões suficientes para demonstrar o caráter intelectual da arquitetura tradicional guarani. Pretende-se ainda que este artigo sirva para lembrar que algumas raízes tecnológicas e culturais da arquitetura vernacular brasileira de origem cabocla, como aquela dos caipiras e caiçaras, se apóia diretamente na cultura tupi-guarani.

## Tradições Culturais

Como em todas as culturas tradicionais, também entre os guarani-mbyá o mito e o ritual embasam seu conhecimento (Schaden, 1974 e Foster, 1962). Para se compreender de modo operacional as motivações e os procedimentos ligados às soluções e às técnicas da arquitetura guarani, dever-se-ia considerar as informações (Nimuendajú, 1987; Cadogan, 1959 e Ladeira, 1992) contidas nos mitos e nas demais tradições com a mesma firmeza da comunidade indígena. Os mitos mais importantes neste caso são os mitos de Origem e Fundação e a tradição da Busca da Terra sem Mal – *Yvy Marãe'y*; esta busca deu origem a migrações passadas e recentes que estabeleceram a atual rede de aldeias

que, neste sentido, é testemunha dos itinerários e das características que se apresentaram durante a marcha.

Diz-se que este mundo é a segunda terra – *Yvy Apy* – terra imperfeita e que a primeira – *Yvy Tenondé* – teve sua humanidade destruída por um dilúvio. Aguarda-se ainda a destruição desta por intermédio do fogo. Para fugir do destino certo, o guarani deve retornar ao seu lugar de origem, no 'Paraíso' *Yvy marãe'y*, ainda em vida, com seu corpo e sua alma transportados magicamente pelo assento ritual – *apica*. Para tanto, ele conta com, no mínimo, duas tradições ainda em plena vigência: a busca de um lugar próprio onde sua alma tem as melhores possibilidades de realização – *aguyje* – e as técnicas de pajelança, através de procedimentos tais como jejuns, cantos, rezas e danças religiosas. Observa-se que aquelas são manifestações normalmente interligadas: a procura do lugar próprio pressupõe o exercício de técnicas de pajelança enquanto a técnica de pajelança só poderá se realizar inteiramente quando o praticante estiver no seu lugar – *tecoa* – próprio. Ressalte-se que apesar do *aguyje* ser fruto de conquista individual, ele como valor máximo a ser alcançado dentro da cultura guarani, implica que o conjunto de procedimentos para obtê-lo seja de atividades comunitárias que Meliá (1990:45) denomina economia de reciprocidade.

A busca do lugar ideal se apóia, por seu lado, em duas outras tradições:

1 – No repovoamento da segunda terra, *Nhamandu Ete*, a Divindade, enviou nomes/almas – *ayvu* – à terra, em locais na sua extremidade, sua fundação, ou seja, no litoral. O retorno da alma guarani deve portanto seguir direção leste (Oceano Atlântico), no sentido anti-horário.

2 – Como cada pessoa recebe a alma divina através de uma das cinco divindades, esta pessoa pode receber dela, através da alma enquanto canal, outras informações como por exemplo, qual o local definitivo da sua morada – *Tecoa*. Esta comunicação é feita em sonhos ou durante a concentração das rezas na *opy* – casa de rezas. Nesta cultura o líder acumula as funções política e religiosa, embora seja, como comportamento e caráter, mais claramente um líder espiritual. As mulheres participam ativamente das funções de liderança junto ao seu grupo familiar, inclusive nas cerimônias religiosas e na função essencial de sonhar com o lugar definitivo de moradia da sua família, já que o homem somente dirige e não sonha (Cadogan, 1950 e Ladeira, 1992).

## O Desenho da Arquitetura

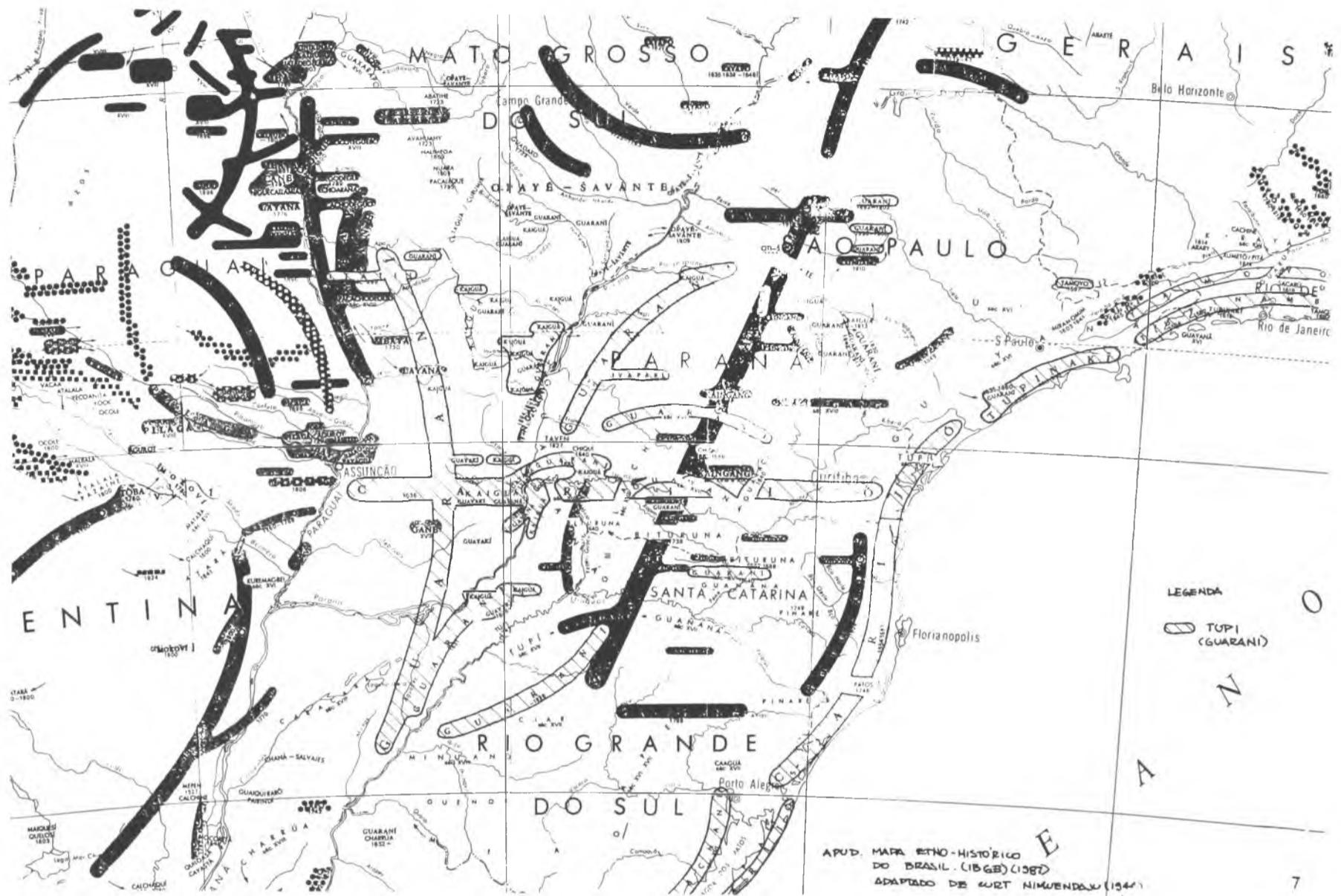
Na procura da Terra sem Mal, os guaranis foram ocupando esparsamente a faixa Rio Grande do Sul/Espírito Santo, desde o interior do Paraguai até o litoral brasileiro (Fig. 1).

Tal ocupação, como demonstrado por Hélène Clastres (1978), foi ocasionada mais pela motivação religiosa do que por razões políticas ou sociais. Assim, os assentamentos guaranis percorrem rotas tradicionais e apóiam-se em uma 'geografia mítica' bem determinada, ainda que sem o recurso, dispensável, da cartografia (Ladeira e Costa, 1992).

Diz-se que na primeira terra, que era plana, o suporte eram dois paus cruzados, ou hastes de milho; essa terra foi transformada pela retirada de um esteio, que ocasionou terremoto e conseqüentemente os acidentes geográficos; nessa época surgiram os primeiros guaranis. O dilúvio subsequente não alterou nada dessa topografia e segundo algumas versões, veio para purificar a

**Fig. 1**  
 Ocupação tupi-guarani do Brasil (IBGE, 1987); mapa etno-histórico (apud Nimuendajú, 1944).

Fonte: IBGE (1987)



**Foto 1**  
 Açude construído pela comunidade em nascente de água localizada no extremo sul do terreno. Notar a face oriental desempedida.

Foto: Carlos Zibel Costa



humanidade. A segunda terra tem fundamentos – *rapyta* – de pedra – *ita* – que não se acabam, como foi o caso dos fundamentos anteriores de madeira. A destruição dessa segunda terra será, assim, pelo fogo.

Certas configurações líticas naturais como penhascos, ou mesmo as ruínas de pedra das Missões, são lembradas como marcas da divindade e locais da extremidade e fundação – *rapyta* – da terra. O mito de fundação do mundo diz que foram criados esteios terrestres – *rapyta* – de palmeira; a palmeira – *pindo* – intensamente usada, aliás, como estrutura da construção, que também se chama *ita*, passa a ter assim, função semântica similar à pedra enquanto material construtivo.

Outras marcas topológicas no sítio pretendido são a presença de uma nascente de água voltada para o sol (N-E-W) e da palmeira – *pindo*. No mito da Nossa Avó Primeira é dito que onde ela morava havia fonte de água ao pé de uma palmeira onde vinham se abrigar alguns animais: diz-se ainda que as marcas de sua presença ficaram gravadas em pedra nos locais por onde ela andou, sendo até hoje acessível para os verdadeiros guaranis.

Como o mito relata que a fonte de água era banhada pelos raios de sol, essa peculiaridade esclarece que a fonte tinha face oriental (Foto 1). Este mito ensina ainda que, biunivocamente, os guaranis devem procurar tais marcas para recuperar os locais de presença da divindade, ou seja, locais na extremidade – fundação – do mundo de onde a humanidade veio do céu e que isto só será possível para aqueles que preservem suas tradições.

Quanto a essa última condição, sabe-se que a migração empreendida, por ser ritualística, compreende sem dúvida o cumprimento das tradições; por outro lado, como o litoral é considerado um extremo do mundo, ou seja, lugar de fundamento, identifica-se com o conceito de *rapyta*. Viu-se que também pedras estão associadas ao esteio e fundação – *ita* – e com maior razão, acidentes geográficos compostos por pedras, como penhascos e as próprias serras – *yvyty*. Assim, pode-se afirmar que nos locais pretendidos devem existir palmeiras, fonte de água voltada para o sol, animais e vegetais relatados nos mitos, pedras e acidentes geográficos como marcos do território, o que denota local possuidor de atributos do fundamento do mundo.

Estudos de campo, bem como pesquisas recentes, fruto de síntese bibliográfica e investigação arqueológica, concordam em que o padrão do estabelecimento guarani subentende ocupações em "elevação de pouca altura, em áreas de vegetação florestal" dentro de *habitat* "sem estação seca ... localizados em suaves elevações na proximidade do mar, próximo a pequenos riachos ou aos grandes rios dos vales costeiros" (Scatamacchia e Moscoso, 1989). Aldeias do litoral paulista, como a de Aguapeú em Mongaguá, encarnam perfeitamente o padrão citado, mesmo porque implantadas nas fraldas suaves de morros, voltam-se para o norte e oriente, sempre face ao mar e próximas de rio ou nascente de água.

Numa das versões do mito do dilúvio (Cadogan, 1959) é dito que quando as águas vieram, os guaranis que rezavam atingiram a perfeição religiosa e social – *aguyje* – e salvaram-se montados no seu banquinho ritual; entretanto, um casal incestuoso, tia e sobrinho, tiveram que nadar por três meses, rezando, até que lhes adveio o fervor verdadeiro – *aguyje* – e surgiu uma *Pindovy* – palmeira verde/azul, eterna – na qual se abrigaram em duas folhas até irem para o céu dos deuses menores. Em outra versão (Nimuendajú, 1987), os guaranis estavam em sua casa de rezas, que ficava no alto da Serra de Paranapiacaba e, quando viram que as águas chegavam, eles rezaram e a

casa de rezas – *opy* – com todos os seus componentes, subiu para a Terra sem Mal – *Yvy marãe'y*.

O primeiro mito indica a centralidade da palmeira como espécime vegetal e local adequado à realização da perfeição social e espiritual e explica que a palmeira pode corresponder de algum modo à casa de rezas enquanto local dos ritos guaranis. Considerando que o casal incestuoso atinge o céu dos deuses menores a partir da palmeira eterna – *pindovy* – usando o banquinho ritual e que no caso da outra versão a casa de rezas é o próprio instrumento que leva toda a família, inclusive objetos e animais domésticos diretamente para o céu, as duas versões míticas indicam que a casa de rezas comporta, além de uma certa equivalência com a palmeira *pindovy* e com o banco ritual, *apica*, dois conceitos funcionais: local adequado e veículo do *aguyje*.

Outras tradições referem-se às características físicas de certas árvores. O cedro era usado como madeira estrutural para a habitação; hoje restringe-se, pela sua raridade, ao uso na casa de rezas e mesmo assim em partes dela, especialmente nos objetos rituais como o bastão de reza masculino – *yvyra'i* – no banquinho e no altar. A explicação que se obtém para a preferência pelo cedro – *ygary* – é que se trata de uma madeira boa e forte para a construção assim como, os guarani afirmam, todas as madeiras duras são adequadas. Porém, uma análise mais cuidadosa das suas tradições esclarece que o cedro está classificado entre as madeiras sagradas, assim como *pindo* – palmeira, *yvyraovi*, *kurupika'y*, *gwapo'y*, *aju'y*, etc.; todas elas também utilizadas na produção de fogo (Cadogan, 1959).

O cedro é madeira excelente para uso naval e a própria designação de canoa – *ygara* – parece ter etimologia em *ygary*, cedro; além disso, o altar de reza da

**Foto 2**

Interior da *opy* principal do cacique José Fernandes. Notar bastão de reza masculino, colares e maracá pendurados no altar – *yvira'i*. Atrás, parede leste: notar violão (usado nas rezas como *mbaraca* – percussão) e taquara – *tacuaçu* – usado ritualmente pelas mulheres.

Foto: Candida Maria Vuolo (LRAV-FAUUSP)



aldeia da Barragem, em São Paulo, feito todo em cedro, apresenta uma composição em pórtico onde o travessão parece representar uma pequena barca. Se lembrarmos que as rezas estão referidas direta ou indiretamente à Terra sem Mal, destino final das suas migrações enquanto local da perfeição e que, este local situa-se além do mar ou no próprio centro do mar sendo atingido pelo transporte sobre as águas no banco ritual, *apica* – que tem forma de canoa – estas características podem ganhar outra dimensão e obter-se uma grande coerência semântica e pragmática (Foto 2).

Além disso, o cedro e as outras essências arbóreas sagradas são designadas como *yvyra nhe'ery* – árvores do orvalho ou da palavra (Cadogan, 1971). Quer dizer, árvores sagradas, pois gotejam seiva, gotas de orvalho, em épocas determinadas. Deve-se lembrar que esta seiva, sendo associada ao orvalho, passa a ter a natureza curadora e regeneradora deste que é uma das manifestações da divindade *Jacaira/Jesuca*, extremamente benéfica para os guaranis. Essa divindade se manifesta no mundo natural, além do orvalho e da seiva, através da neblina vivificante – *tataxina* – que inunda as terras guarani e corresponde no mundo da cultura à fumaça do cachimbo – *petingua* – que é usado como elemento indispensável em todo ritual, instrumento de cura e meditação e veículo das belas palavras do pajé.

De todas as essências, fora a palmeira, o cedro é a mais importante, mesmo porque um mito de origem das árvores, atribui a criação das demais espécies ao plantio de galhos de um cedro inicial. Sua força particular provém, além dessa paternidade primitiva, na exudação da 'gota de orvalho' que sendo atributo de *Jacaira/Jesuca*, como a neblina e o fumo, significa que aquela madeira é uma *Jesuca Venda* – moradia da divindade benéfica. É claro que com essas características, tais essências vegetais representam qualidades suficientes para serem usadas na moradia tradicional – *oo* – e com maior razão na casa de rezas, a *opy*.

A casa feita com as madeiras tradicionais seria um abrigo dos deuses, assim como na antiga e intangível tradição da guarda dos ossos descarnados dos grandes pajés que eram venerados em *opy* escondidos no interior das florestas, conforme relatos históricos dos séc. XVI e XVII, as caixas que os guardavam eram de cedro lavrado (H. Clastres, op. cit.; Montoya, 1985).

Hoje subsistem documentalmente, ao menos em São Paulo, os bastões de reza masculino, o altar e eventualmente o banco ritual, feitos com o cedro e outras essências sagradas. Todos eles instrumentos indispensáveis na realização de várias das mais importantes cerimônias (Costa, 1989).

Parece que o complexo cultural da busca da Terra sem Mal veicula de modo essencial o conceito guarani de desenho e arquitetura (*tecoa*). Nas palavras de Meliá (1990:33): "a busca da Terra sem Mal é – pelo menos no estado em que estão nossos conhecimentos – o motivo fundamental e a razão suficiente da migração guarani. E nesta se insere a especificidade da economia das tribos. A Terra sem Mal é, certamente, um elemento essencial na construção do modo de ser guarani" (*teco* – modo de ser guarani).

Em sua relação com a espacialidade, além das características geográficas já citadas, a Busca se exprime na própria rede de estabelecimentos que guardam vínculos evidentes entre si (Ladeira e Azanha, 1988), na correspondência paisagística entre os atributos míticos e os da ecologia do *tecoa* – lugar onde se vive segundo o modo de ser guarani – e na correspondência das funções sócioeconômicas entre o líder do grupo em viagem e o líder do grupo estabelecido; ambos vistos como *paje* – pai, cantador e curador.

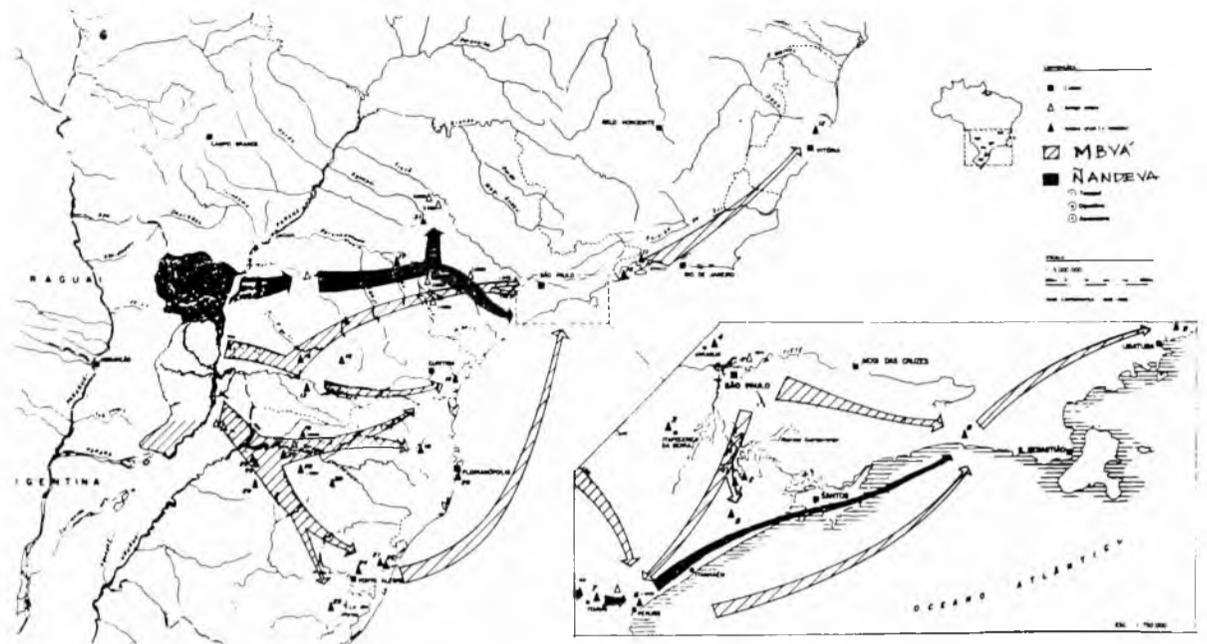


Fig. 2  
Migrações históricas guarani (apud Ladeira e Azanha, 1988).

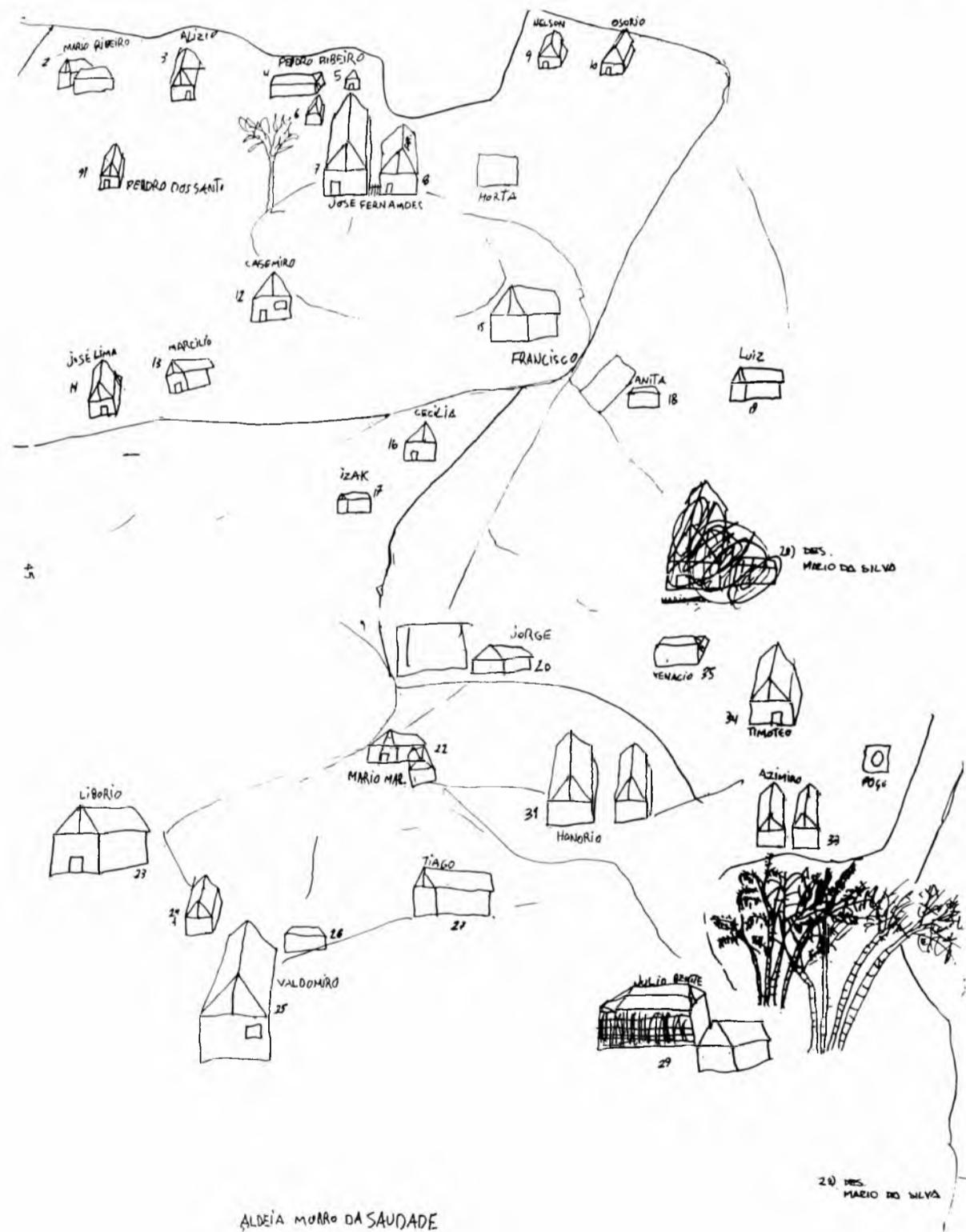


Fig. 3  
Implantação das habitações.  
Desenho de Mário da Silva, guarani-mbya da aldeia. Notar: localização da praça na face leste da opy principal de José Fernandes (n. 7) e o tamanho desta construção. A outra opy, também importante é a de J. Benites (n. 29). São as únicas duas construções associadas graficamente com árvores em toda representação.

De fato é possível verificar a continuidade da demanda guarani-mbya por novas terras onde famílias migrantes possam se estabelecer; demanda que se orienta pelo desígnio revelado por uma mulher que sonha com o *tecoa* e pelo desenho que a paisagem do sítio pretendido deve revelar: morros proeminentes, penhascos, serras e pedras que balizam o território, cursos d'água corrente, a eventual designação do local por étimo guarani – o que demonstra sua posse pelos ascendentes, inserção em vegetação florestal, altitudes de até 400m e clima chuvoso.

A direção majoritária da migração segue o rumo oriental da Terra sem Mal e é neste rumo que a rede de estabelecimentos se implantou, fazendo uma ligação clara das aldeias do interior da floresta paraguaia até o planalto da Serra do Mar e suas encostas face ao Atlântico, passando pelo Uruguai e Argentina (Meliá, 1990; Ladeira, Azanha, 1988) (Fig. 2).

A organização social guarani é estruturada espacialmente em núcleos familiares de habitações próximas que pertencem muitas vezes a um conjunto de pessoas que migraram juntos até aquele *tecoa*. Analogamente, a junção da coletividade da aldeia na casa de rezas – *opy* – denota a força da liderança religiosa na manutenção da própria aldeia como entidade socialmente viva. Na verdade, o *paje* principal é líder de toda a aldeia, assim como o pai, que é o líder familiar, é de certa forma o *paje* do seu núcleo familiar, função indispensável, aliás, na liderança do grupo em migração.

Essa centralidade social se revela espacialmente na proeminência da casa de rezas em relação a todas as demais construções. Ela é efetivamente o centro, não geométrico, do território. A centralidade fica explicitada pelo porte desta estrutura e da praça anexa, ambas sensivelmente maiores que as demais do estabelecimento (Fig. 3).

Quanto às características tecnológicas da arquitetura guarani (Costa, 1989), deve-se destacar a importância cultural de alguns materiais e da solução construtiva tradicional.

O costume do uso naval da madeira de cedro – *ygary* – como foi visto, permanece no banco ritual – *apica* – de forma muitas vezes náutica, e na construção do altar onde uma barca estilizada, que é seu travessão, recebe a fumaça do tabaco – *petin* – durante os rituais religiosos. O bastão ritual masculino é o símbolo do poder e no caso do *paje* que é o chefe do grupo e portanto a própria encarnação do poder, nota-se correlação semântica e funcional entre os dois: homem/objeto. De fato, o *paje* é o bastão *yvyrai*, enquanto instrumento ritual de todo o grupo nos cumprimentos religiosos. Ele é de um certo modo, portanto, como desígnio religioso, o seu extremo, seu limite potencial enquanto ser humano. Ele é também, como desígnio ou função social, sua base e seu fundamento; ele é o bastão, é o esteio principal e por extensão é toda estrutura da *opy*, sua *ita*.

Uma das etimologias preferidas por Cadogan para a casa de rezas é *o-py*, ou seja, casa central. *Py* denota centro, ponto fixo e também denota coração, meio, semente. *Opy* seria pois a casa central, a casa fixa, imutável e o coração da aldeia, a geradora do território guarani. Ela ocupa na arquitetura da aldeia o mesmo papel de síntese de possibilidades que o *paje* representa no contexto social e que o altar de cedro ocupa no espaço interno da própria *opy*. A *opy* é o coração do *tecoa*, assim como o *paje* é o coração do seu povo.

O sistema construtivo guarani baseia-se em um equilíbrio estático dos esteios, cujas forquilhas apóiam os frechais e espigões que suportam o peso de toda

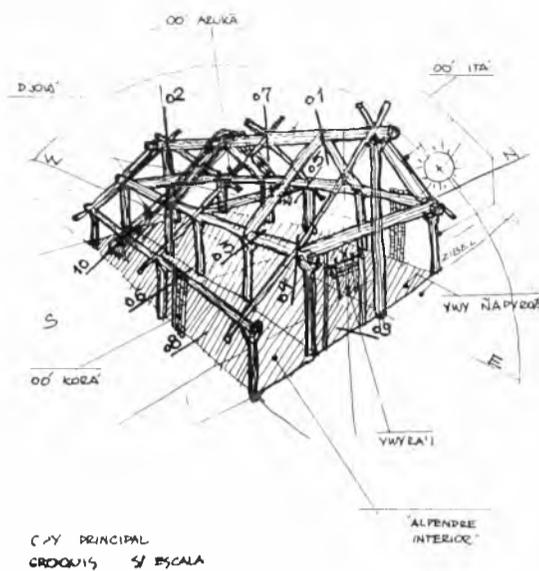
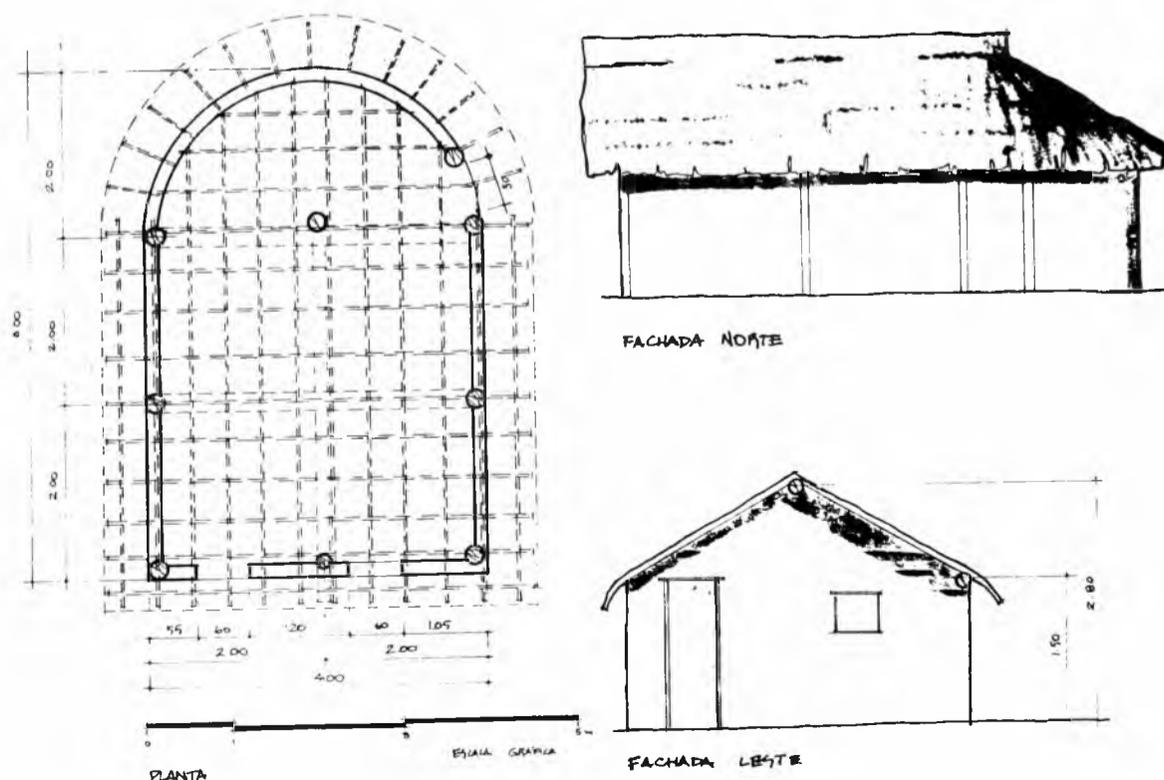
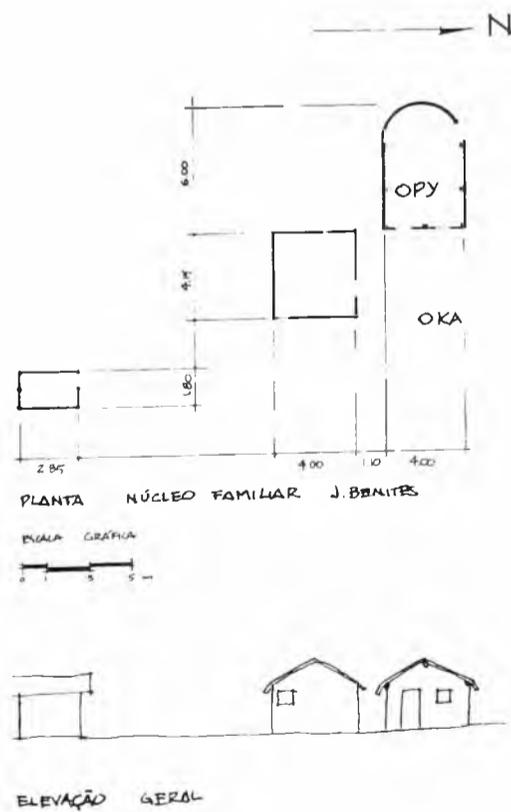


Fig. 4  
Estrutura construtiva da casa guarani tradicional; solução com planta retangular. Opy de José Fernandes (sem escala).  
Desenho de Carlos Zibel Costa

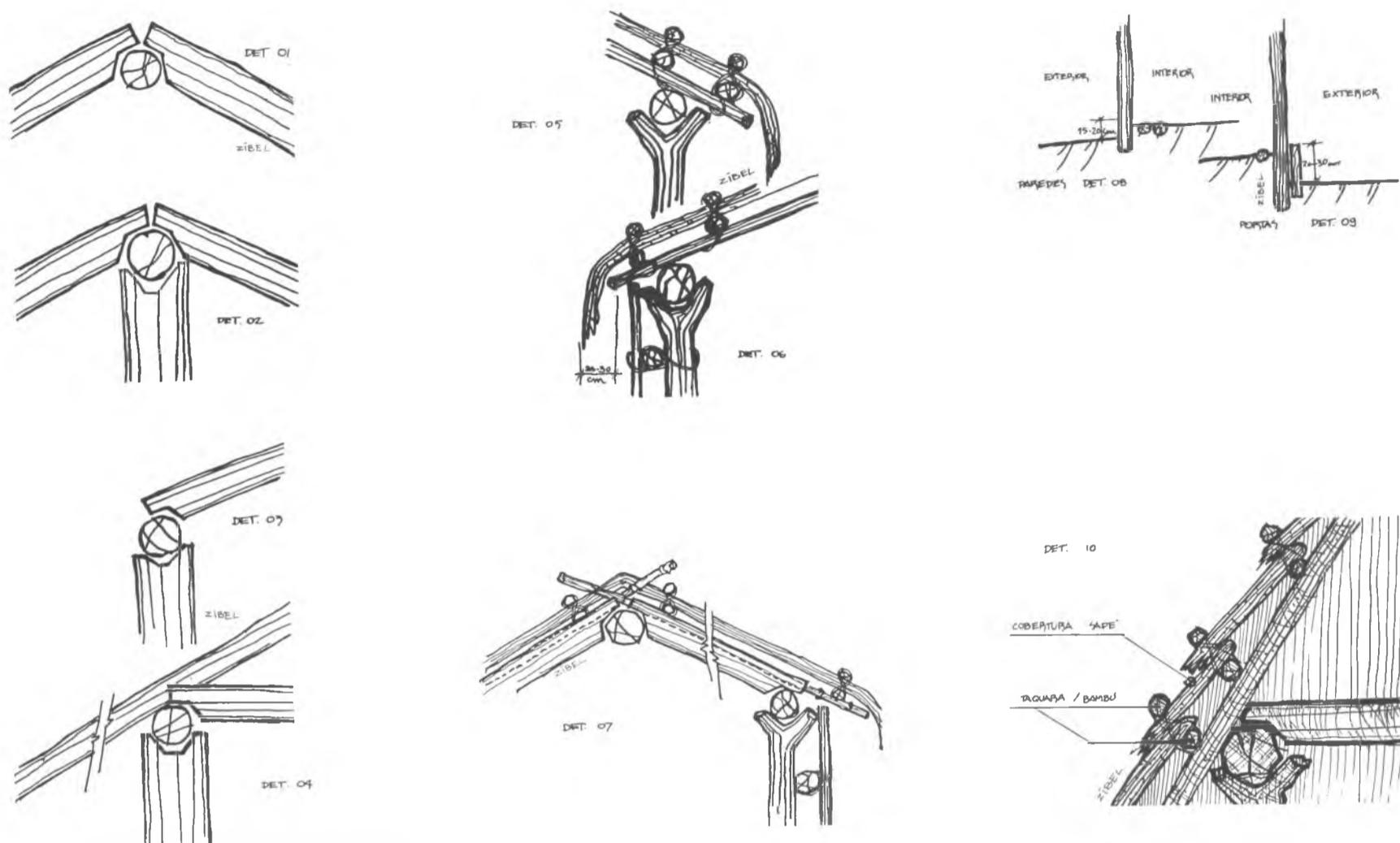
cobertura (Figs. 4 e 5). Todas as peças descarregam o peso verticalmente e encontram-se simplesmente amarradas, assim como o conjunto da cobertura, por ilanas e cipós. Os esteios são travados por travessão em pórtico (Fig. 6). A cumieira normalmente descarrega numa forquilha cujo pontalete se apóia nos travessões dos pórticos ou diretamente no solo de chão batido. No primeiro caso obtém-se um espaço interno livre, graças ao funcionamento da tesoura guarani ou cabocla (formada por um único esteio central, sem os braços inclinados); no segundo caso existe no eixo do vão central um ou mais esteios. A casa de rezas principal da Barragem observada entre 1985 e 1989 oferecia exemplo particular e engenhoso de suporte da cumieira. Ela era sustentada somente pelos caibros das duas águas sem qualquer esteio central, abrindo vão admirável para aquela técnica construtiva (Foto 3).

Usa-se sempre que possível folhas da palmeira – *pindoba* – na cobertura; em sua falta, usa-se o sapé – *jape*. Entre as palmeiras, as melhores folhas são as do palmito – *jeju* – e as da *jaricanga*, *pindo guaçu* e *ai'i*. Elas são amarradas em sarrafos de galhos de árvore, varas de bambu ou pequenos troncos de palmeira. Hoje está difundida nas construções comuns, fora da casa de rezas, a utilização de arames e pregos, além de dobradiças metálicas nas portas e janelas. Como contraponto a esse desenho guarani, pode-se lembrar que na tese foram estudadas outras construções tupi-guarani como as casas tradicionais do grupo Asurini do Xingú. A principal diferença deste com o sistema construtivo guarani é a utilização de varas tensionadas – *jarokinga* – na função de caibros. Essa solução confere às construções tradicionais asurini, tetos em abóboda ogival. A outra diferença é que enquanto a planta guarani admite um dos lados curvos, o asurini pode ter os dois lados encurvados. Naquela oportunidade verificou-se profunda correspondência entre a casa ritual, a figura

Fig. 5  
Levantamento de casa guarani tradicional de planta ortocircular. Opy de J. Benites (sem escala).  
Desenho de Rui Alão.

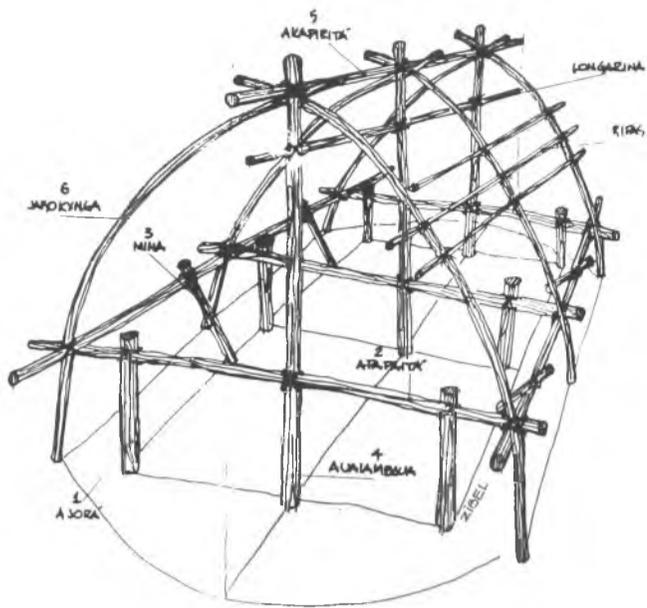


**Fig. 6**  
 Detalhes construtivos tradicionais (det. 01 a 10). Os números correspondem à marcação no croquis da Fig. 4 (sem escala).  
 Desenho de Carlos Zibel Costa



**Foto 3**  
 Interior da *opy* de J. Fernandes. Grande vão livre, sem tesoura intermediária.

Foto: Candida Maria Vuolo (LRAV-FAUUSP)



**Fig. 7**  
Estrutura construtiva da casa tradicional – akete – do grupo tupi-asurini do Xingú (sem escala).  
Desenho de Carlos Zibel Costa



**Foto 4**  
Vedação em pau-a-pique, cobertura em sapé.

Foto: Candida Maria Vuolo (LRAV-FAUUSP)

**Foto 5**  
Vedação em taipa de mão.

Foto: Candida Maria Vuolo (LRAV-FAUUSP)



humana arquetípica, que entre os tupi-guarani conforme demonstra Florestan Fernandes (1948), é sempre o pajé, e a organização social tupi-asurini baseada no marido com suas duas mulheres (Fig. 7).

Retomando o caso guarani, foi verificado na construção de *opy* com pilar central para suporte da cumieira, ocorrência de ritos religiosos entre os guarani-nhandeva onde se identifica o conjunto cruciforme do pilar e travessão central com o altar. Tal fato relatado por Schaden (1974) sugere a transformação da própria Arquitetura em objeto ritualístico e instrumento religioso conforme lembrado no início do texto ao se estudar a correspondência da *opy* com a *pindovy* no mito do casal incestuoso.

Nas casas comuns, a vedação predominante é bastante leve, feita em pau-a-pique – estaqueado vertical de pequenos troncos amarrados entre si e a longarinas horizontais que os vinculam à estrutura (Foto 4). A vedação de pau-a-pique, embora crie um filtro visual suficiente para ocultar em sua penumbra o interior da habitação, revela ao seu habitante todo o exterior, mais iluminado. Além disso, ela parece, pela sua fragilidade, funcionar mais como pele e marco do que divisão interior-exterior. Tal característica de troca constante entre os dois ambientes, garante alto nível informacional que, entre os guaranis, verificou-se passar pelos sons e cheiros trazidos pelo vento, além da informação visual que atualmente predomina em nossa sociedade.

Em algumas situações pode-se notar um incremento na estanqueidade das vedações por meio do uso tradicional do barro – como taipa de mão (Foto 5), ou do revestimento com folhas de palmeira e mesmo do uso de materiais improvisados e não consagrados, como tecidos, plásticos, telhas de fibrocimento e madeiras processadas industrialmente.

Seria preciso um estudo mais profundo para verificar se o aumento da estanqueidade corresponde simplesmente à demanda ocasionada por conforto técnico e acústico, como geralmente pretendem as etnografias, ou existe aí também um componente ideológico guarani.

Alguns pesquisadores têm anotado recomendações sobre o fechamento da casa de rezas. Em pesquisa na aldeia da Barragem foi recolhida uma explicação sobre a conveniência da estanqueidade da casa de rezas baseada no preceito de se evitar a circulação de vento que poderia prejudicar as rezas em andamento. Infelizmente não foi possível dar continuidade a essa investigação, porém tudo indica que esses preceitos devam efetivamente existir; é o que se depreende por exemplo do material gráfico, do excelente levantamento feito por Perasso e Vera (s/d: 100, 108 e 139) entre os nhandeva do Paraguai, onde o fechamento meticuloso das faces sul da *opy* contrasta fortemente com a leveza ou inexistência de vedação nas paredes orientais.

É certo que existe a postura tradicional face leste que orienta ritualmente os guarani e as suas habitações, especialmente as casas de rezas e pátios, suficientemente documentado na etnografia. Porém a questão do grau de estanqueidade das vedações poderia ter relação com o conceito dos Pais da Palavra, segundo se depreende dos estudos de Cadogan (1959) e Inês Ladeira (1992), particularmente com a Origem dos Ventos Primeiros e a divindade *Carai*.

Finalmente deve-se abordar aquela que é talvez a dimensão menos divulgada da Arquitetura, o tempo, que representa entretanto papel essencial no conceito de espaço. Entre os guarani a influência do tempo pode ser percebida na economia de caráter essencialmente agrícola que se organiza, até socialmente, em função das atividades de cultivo; do milho em particular.

Pode-se verificar nas Fotos 6 e 7 como a aldeia da Barragem muda sua imagem de acordo com o estágio das roças de milho. Lembre-se que a cada estágio desse plantio deve corresponder na sociedade indígena uma série de ritos e preparações que irão culminar à época da colheita com a realização da cerimônia do batismo do milho, *nhemongarai* e a atribuição do nome tradicional, dado pelo *paje*, às crianças pequenas (Ruiz, 1984).

À semelhança da qualificação paisagística que o cultivo do milho fornece ao espaço, também o tempo deste cultivo qualifica o espaço, ou melhor, o tempo desenha intenções diversas no espaço guarani. Inês Ladeira (1992) constata por exemplo que o período mínimo de permanência num *tecoa* é de quatro luas, duração do ciclo completo do plantio do milho. Quatro luas é então o tempo mínimo necessário à formação do *tecoa* tradicional ou sua recuperação ecológica. É claro que esse será também o ritmo das migrações e que, em função disso se dará o passo da migração. Como existem épocas apropriadas para o plantio e a colheita do milho e também ao corte das árvores e sapé para a construção, constata-se o forte compromisso temporal da Arquitetura e do território guarani que condiciona, entre outras coisas, a duração e os passos da

**Foto 6**

Vista do norte. Presença da palmeira – pindo, casa de rezas – *opy* – e praça principal – *oca*. Notar roças de milho ainda não plantadas.

Foto: Carlos Zibel Costa



**Foto 7**

Vista do nordeste; *oca* e *opy* principal. Notar alteração espacial devido ao crescimento do milho.

Foto: Evandro Carlos



migração. O passo condiciona os sítios que podem ser atingidos naquela viagem, enquanto o ritmo condiciona, entre outras variáveis, a duração das construções, seu acabamento e a escolha dos materiais. As interpretações que buscam explicar o fenômeno das migrações pela motivação puramente econômica procuram ignorar a forte ligação observada entre os ciclos agrícolas, especialmente do milho e do chá, e os vários ritos do complexo cultural da Busca da Terra sem Mal.

## Observações Finais

Como reflexo direto da situação de trânsito ou de curta permanência, a arquitetura guarani apresenta soluções estruturais onde destacam-se os simples encaixes em forquilha ou no máximo algum rebaixo simples para facilitar a justaposição e a amarração, sendo raríssimos os casos de entalhes ou encaixes complexos (Foto 8). Apresenta, entretanto, acabamentos criativos e de grande funcionalidade, como o uso de esteiras de folhas ou trançados de cipó ou taquara, além de vedos em pau-a-pique, muito bem feitos (Foto 9). Não se verifica amiúde acabamentos em argila, tijolo ou pedra, embora como foi dito acima, haja pleno conhecimento de técnicas complexas, como a taipa de sopapo.



Foto 8

Encaixes e amarrações, parede – oo cora – de pau a pique, cobertura – joia – de sapé, amarração de cipó – guaimbe.

Foto: Candida Maria Vuolo (LRAV-FAUUSP)

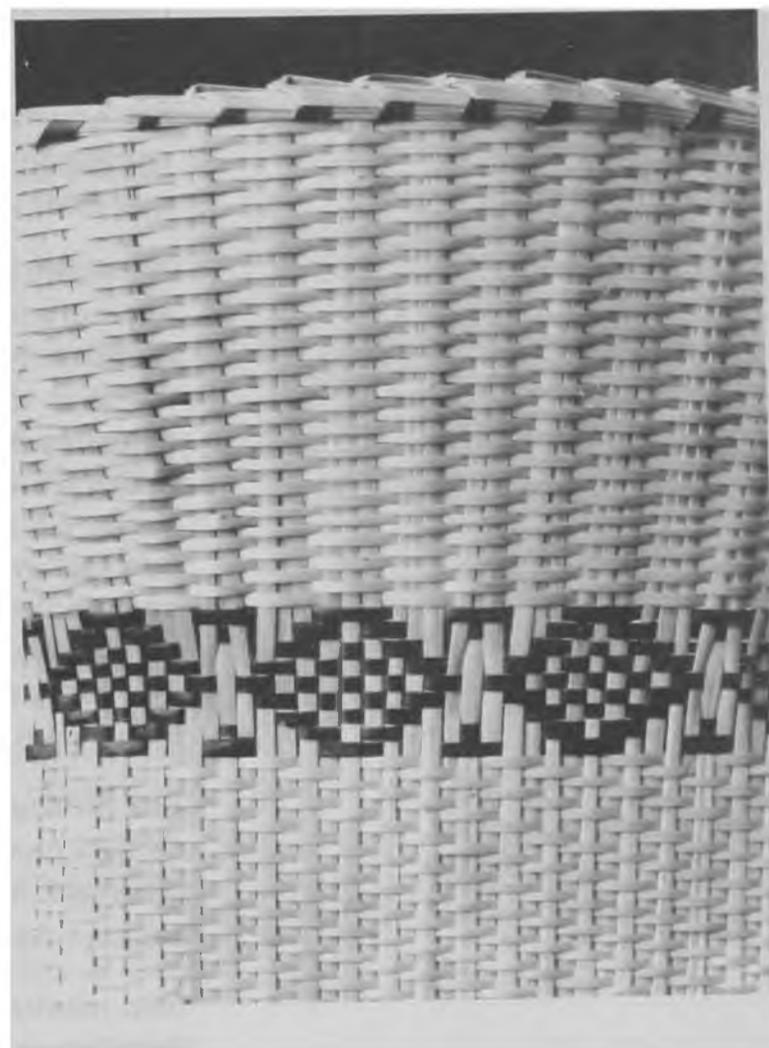


Foto 9

Cestaria tradicional – ajaca – de grande qualidade; trançado com lascas de taquara e casca de cipó preto.

Foto: Roberto Bogo (LRAV-FAUUSP)

A aparência simples ou rústica que eventualmente suas construções e as aldeias aparentam deve-se em boa parte à situação de mudança que a cultura lhes proporciona, a supremacia da motivação espiritual sobre as demais na sociedade guarani e à decadência da condição ecológica que o cerco da sociedade branca acarreta no seu território.

Alguns autores advogam que a Busca da Terra sem Mal não é prerrogativa exclusiva dos grupos guarani e que os demais grupos da civilização tupi-guarani dela compartilhavam. Parece, entretanto, segundo H. Clastres, que à época da descoberta da América, especialmente os grupos tupi conheceram acentuada sedentarização. Os textos da época falam em milhares de habitantes por aldeias e que elas se coordenavam por uma espécie de chefe militar regional. A autora defende a idéia de uma incipiente urbanização daquela civilização, algo como a pré-história de um império oriental americano que se anteporia ao império inca ocidental.

O fato é que não se pode nem se deve descartar a possibilidade de sedentarização da aldeia guarani, já que em sua cultura houve oportunidades em que suas aldeias cresceram como todas as do resto da família tupi-guarani e é muito provável que, nessa circunstância, a sua Arquitetura tivesse se transformado em estruturas mais acabadas e maiores.

Como filho legítimo da civilização indígena, vale dizer tupi-guarani, a arquitetura cabocla brasileira como a dos caipiras – *caa porã* – e caixaras – *caa sara* – mantém até hoje, de modo explícito, enorme rol de influências culturais daquela civilização (Antonio Candido, 1987).

Na arquitetura cabocla, por exemplo, é mais correto falar do que não lhe corresponde de fonte indígena, e logo lhe corresponderá de fonte européia, do que listar uma enormidade de características indígenas.

A influência tecnológica européia só aparece com força nos exemplos mais aprimorados de construção: casas de família com mais posses, sedes de grandes fazendas e equipamentos oriundos da cultura européia como os moinhos de cana-de-açúcar. Tais construções se caracterizam pelo uso de soluções decorativas dos beirais, encaixes complexos na carpintaria, pisos de pedra ou cerâmica, uso de esquadrias e revestimento fino nas paredes de barro. Os demais equipamentos e construções, porém, mostram claramente sua raiz indígena. Observando-se na cultura cabocla construções transitórias como pousadas de caça e coleta no sertão, ou abrigos de pescadores e seus barcos nas praias, verifica-se que na maioria das vezes aquilo que era semelhança passa a ser identidade, tamanha é a correspondência entre estas soluções e as indígenas.

Em verificação recente constatou-se que no estado de São Paulo, de um total de 625 municípios, 218 têm nome inteiramente tupi-guarani, o que equivale a dizer que ainda hoje, cinco séculos após a colonização portuguesa, 35% das cidades paulistas mantêm denominação indígena.

Isso mostra que nos assuntos ligados à terra, assim como aqueles ligados à Arquitetura e equipamentos que acabamos de expor, e mesmo às lides da Ecologia como a agricultura, caça, pesca, recolha de ervas, frutas e madeiras conforme demonstram trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e a moderna etnografia, o Brasil deve muitíssimo à civilização tupi-guarani. Embora cada vez mais seja difícil e raro que sobrevivam a Arquitetura, os equipamentos e

mesmo o modo de vida caboclo, é certo que as marcas dessa influência permanecerão vivas em nossa cultura material, quanto mais ainda no espírito brasileiro onde a raça, as expressões e a índole indígena adquiriram estatuto nacional.

## Bibliografia

CADOGAN, Leon. "Ayyu Rapyta, textos míticos de los Mbyá Guarani del Guairá" São Paulo, Boletim 227. *Revista de Antropologia*, n. 5, FFLCH-USP, 1959.

CADOGAN, Leon. "La encarnación y la concepción; la muerte y la resurrección en la poesia sagrada 'esotérica' de los Jeguaká-va Tenondé Porá-Güé (Mbyá-Guarani) del Guairá, Paraguay" *Sep. da Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, v. IV, 1950.

———. *YWYRA NE'ERY, flue del arbol la palabra*. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, 1971.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1987

CLASTRES, Hélène. *Terra sem Mal – o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COSTA, Carlos Zibel. *Habitação Guarani – tradição construtiva e mitologia*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FOSTER, George M. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FERNANDES, Florestan. *A organização social dos tupinambás*. São Paulo: Progresso Editorial, s/d.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957

LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz – o território mbyá à beira do oceano*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) – PUC.

LADEIRA, Maria Inês e AZANHA, Gilberto. *Os índios da Serra do Mar*. São Paulo: Nova Stella, 1988.

LADEIRA, Maria Inês, COSTA, Carlos Zibel. A geografia mítica guarani-mbyá. Comunicação oral. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL "O NOVO MAPA DO MUNDO" São Paulo, FFLCH-GEO-USP 1992.

MELIÁ, Bartomeu. "A Terra sem Mal dos guarani – Economia e Profecia". In: *Revista de Antropologia*. v. 33. São Paulo, FFLCH-USP, p. 33-46. 1990.

———. *El guarani conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria*. Assunción, Biblioteca Paraguaya de Antropologia, v. 5. 1988.

MELIÁ, Bartomeu; GRÜNBERG, George; GRÜNBERG, Friedl. "Los Pãi Tavyterã: Etnografía Guarani del Paraguay Contemporaneo" Assunción. *Suplemento Antropológico*, 1976. XI, 1-2: p. 151-295.

MONTOYA, Pe. A. Ruiz. *Conquista espiritual*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

NIMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva-Guarani*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1987

PERASSO, José A.; VERA, Jorge. *La cultura guarani del Paraguay contemporaneo (etnografia Ava-Kue-Chiripá)*. Assunción: RP Ediciones, s/d.

RUIZ, Irma. "La ceremonia 'ñemongarai' de los 'Mbyá' de la Provincia de Misiones" In: *Temas de Etnomusicología – 1*. Buenos Aires. Min. de Ed. y Justicia / Secretaria de Cultura, 1984.

SCATAMACCHIA, M. C. M., MOSCOSO, F "Análise do Padrão de Estabelecimentos Tupi-Guarani" In: *Revista de Antropologia*, vs. 30, 31, 32, 1987, 1988 e 1989. São Paulo, FFLCH-USP, 1989, p. 37-53.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. 3ª ed., São Paulo: E.P.U./Edusp, 1974.

OBS: Fora Figs 1, 2 e 7, todas as demais ilustrações referem-se à aldeia guarani-mbyá Morro da Saudade (Barragem) em Parelheiros, São Paulo, entre 1985-1988

# O Projeto Integrado de Arquitetura. Algumas Considerações Metodológicas

**Ricardo M. Naveiro**

## **Resumo**

Este trabalho foi baseado em minha tese de doutorado elaborada na FAUUSP na qual foi desenvolvido um referencial metodológico para o entendimento do processo de inovações tecnológicas experimentado pela indústria de manufatura, analisando a contribuição do PAC – projeto auxiliado por computador (em inglês CAD – computer aided design) para a integração das atividades de projeto e fabricação.

Neste artigo é explorado este mesmo tema para a indústria da construção, procurando identificar as contribuições do PAC para o aumento do nível de integração das atividades presentes no projeto de arquitetura.

Inicialmente são discutidos alguns conceitos relativos à implantação de sistemas automatizados de produção em indústrias de manufatura e estabelecidas algumas diferenças entre ela e a indústria da construção habitacional; e feitas algumas adaptações (transposições) desses conceitos para a arquitetura.

Finalizando, são mostradas algumas possibilidades de integração entre as diversas fases do projeto arquitetônico com o auxílio do PAC. É ressaltado o uso do PAC tanto como um instrumento de auxílio à representação como de recuperação de informações do projeto.

## **Abstract**

This paper is based in my D.Sc. research done at FAU/USP where was surveyed the technological innovations observed in the manufacturing industry and analysed the contribution of CAD to improve the integration between design and manufacturing areas.

The same subject is developed here for the construction industry, highlighting some applications of CAD in the architectural project and its contribution to achieve an integrated design environment.

The paper begins with the discussion on technology innovation in both, manufacturing industry and construction industry. The main differences are pointed and some concepts are adapted to architectural design.

We finish the paper presenting some CAD applications in architectural design specially its use as a tool for design retrieval and identifying some integration chains that can be implemented with the use of this technology.

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "Uma integração necessária: projeto e fabricação na moderna manufatura", apresentada em setembro de 1992.*

*Orientador: Prof. Dr. Lucio Grinover*

## Introdução

No universo da produção de artefatos industriais já se encontra consagrada a sigla MIC – manufatura integrada por computador (em inglês CIM – computer integrated manufacturing) que significa a introdução da informatização e da automação no ciclo produtivo, acompanhada do emprego de novos métodos de gestão do trabalho direto. Isso significa que o MIC representa o padrão contemporâneo de organização fabril utilizando computadores e automação flexível como ferramentas para obter a integração de todas as etapas do processo produtivo.

O conceito MIC objetiva a integração e o controle dos fluxos de fabricação, materiais e de informações utilizando-se para isso de uma base técnica computadorizada. Dentre as diversas atividades integradas propostas num modelo MIC destacam-se duas atividades fundamentais para a realização do ciclo produtivo – o projeto e a fabricação.

Vários autores<sup>1</sup> consideram que o projeto e a fabricação associados à atividade de *coordenação* são os elementos fundamentais de uma indústria de manufatura. A atividade de coordenação compreende a gestão do processo de transformação de matérias-primas bem como a gestão do processo de transformação experimentado pelas *informações* que alimentam este processo.

Ao lado mostramos um modelo de representação de empresas fabris segundo a abordagem descrita acima. A principal característica deste modelo de representação é separar as atividades produtivas em um grupo "conceitual" e outro "físico" (projeto & fabricação) gerenciados por uma coordenação geral<sup>2</sup>

Tendo este modelo como referência, a questão da adoção da automação em indústrias de manufatura pode ser vista a partir de três categorias, estabelecidas segundo a capacidade da tecnologia de automação promover o inter-relacionamento informatizado das atividades fabris:

1 – automação intra-atividade: refere-se a atividades isoladas sem articulações com as demais atividades da sua esfera ou de outras esferas. É normalmente conhecida como "ilhas de automação"

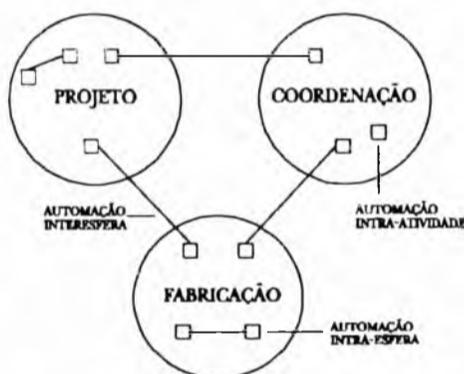
2 – automação intra-esfera: refere-se a atividades seqüenciais e interdependentes como por exemplo a transferência de peças entre duas estações de trabalho, através de um manipulador programável (robot).

3 – automação interesfera: refere-se à modalidade mais complexa de automação, a que envolve a *integração computadorizada* de informações e/ou materiais.

A última categoria prevê o tratamento simultâneo e integrado de todas as informações relativas à atividade fabril, permitindo um rápido replanejamento da fábrica face as imposições ditadas pelas mudanças na demanda e no mercado.

Este modelo é bastante útil para uma compreensão preliminar do processo de introdução de novas tecnologias, porém ele, além de reduzir a empresa a apenas três funções, não especifica o nível hierárquico da empresa que está sendo atingido pela introdução da automação, nem qualifica o tipo de tecnologia, isto é, se é uma tecnologia de automação ou de informática.

Procurando superar essas limitações propus um modelo de representação para auxiliar a compreensão da modernização das empresas<sup>3</sup> composto de três eixos principais a saber: "sistema de informações" "setor da empresa" e "nível hierárquico" O eixo referente ao setor da empresa identifica que função



Fonte: KAPLINSKI

(1) Kaplinski R., Yeomans R. & Scheer W

(2) No setor da construção habitacional a esfera do projeto não está representada por uma única empresa. É usual a subdivisão do projeto em vários outros sob coordenação do projeto de arquitetura

da empresa está sendo automatizada: o projeto, a construção, o armazenamento de materiais, etc. O eixo referente ao nível hierárquico representa o grau de abrangência da tecnologia, isto é, a que nível decisório ela está associada, se ao nível das macrodecisões estratégicas ou ao nível das microdecisões operacionais. Por último, o sistema de informações foi categorizado em três grupos:

- informações tecnológicas – aquelas associadas aos procedimentos operacionais dos equipamentos.
- informações organizacionais – aquelas associadas à forma de organização do trabalho e aos procedimentos humanos diante dos problemas.
- informações gerenciais – aquelas associadas aos procedimentos técnicos relativos ao tratamento das informações.

### **A introdução do PAC na indústria da construção**

A introdução do PAC na indústria da construção habitacional, analisada sob o referencial tridimensional apresentado para a indústria de manufatura é vista como uma inovação tecnológica que atinge o nível hierárquico das decisões táticas (mesodecisões), restrita ao setor de projeto e planejamento de produtos da empresa.

No que se refere ao sistema de informações, o PAC concentra um conjunto de procedimentos tecnológicos, organizacionais e gerenciais específicos, que devem ser elaborados de forma integrada para que se alcance uma implantação eficiente do PAC<sup>4</sup>. O conjunto de procedimentos elaborado a seguir define melhor o escopo de cada categoria<sup>5</sup>.

Os procedimentos organizacionais referem-se aos fatores de adequação da tecnologia aos profissionais de arquitetura, procurando estabelecer as condições propícias ao trabalho interativo, característico da atividade de projeto. Além disso, esses procedimentos determinam o escopo de atuação do arquiteto, definindo sua amplitude de trabalho tanto no âmbito estritamente técnico, como no âmbito do reflexo das decisões técnicas sobre a coordenação do empreendimento.

Os procedimentos gerenciais referem-se à forma de registro e tratamento das informações, contendo os padrões de organização das bases de dados, criação de bibliotecas, procedimentos de criação de desenhos, critérios de parametrização, etc.

Os procedimentos tecnológicos constituem as possibilidades de definição e representação geométrica associadas ao *software & hardware* de PAC. Sua materialização se dá através da linguagem de comandos, sua semântica, sintaxe e coerência cognitiva.

Cabe ainda aqui uma observação sobre o significado da sigla PAC, comumente confundida com o *software* que está sendo usado. Alguns autores diferenciam o PAC em duas categorias: tecnologia de auxílio ao projeto e tecnologia de auxílio apenas ao desenho, sem definir de forma precisa a fronteira entre elas. A indústria de *software*, por sua vez, tem procurado insistentemente associar a idéia de PAC – projeto a representação tridimensional e a possibilidade da associação dos desenhos a atributos de engenharia<sup>6</sup>. Neste trabalho o PAC será considerado como uma tecnologia de auxílio à elaboração do projeto, principalmente utilizado na sua definição geométrica e na sua representação gráfica. Para análise da implantação do PAC na arquitetura utilizaremos o conceito de "sistemas PAC"

(3) "Modelo trifocal de informações empresariais" descrito na tese doutorado do autor

(4) As pesquisas realizadas por Solinho J. na indústria de manufatura e por Oliveira V. em empresas de engenharia mostraram que a causa dos insucessos observados na adoção de PAC estão fortemente associadas à falta de planejamento do sistema de informações organizacionais e gerenciais no momento da implantação

(5) Oliveira sugere a denominação de "sistemas PAC" para esse conjunto de procedimentos

## Caracterização da Indústria da Construção

A competitividade de uma empresa está intimamente relacionada com a compatibilidade existente entre a sua estratégia de negócio e a sua estratégia de produção. Os estudos realizados em empresas de manufatura confirmaram esta hipótese e também evidenciaram a inexistência de um padrão único de implantação de novas tecnologias neste ramo industrial (Naveiro, 1992).

Dessa forma, torna-se necessário assinalar algumas características do complexo industrial da construção habitacional, que consideramos importantes para o entendimento de sua trajetória de modernização, destacando suas principais diferenças com a indústria de manufatura.

A indústria da construção habitacional apresenta características distintas da de manufatura. Os empreendimentos são em grande maioria administrados pelos incorporadores que assumem a coordenação global de um conjunto de atividades que ocorrem em locais e datas diferentes e são executadas por firmas diferenciadas, cada qual especializada em uma ou várias disciplinas do ciclo da produção (ou construção) habitacional<sup>7</sup>. A indústria da construção distingue-se neste ponto da de manufatura onde a fábrica concentra a maior parte dos recursos humanos e técnicos necessários ao projeto e fabricação dos produtos. Caracteriza-se, dessa maneira, a primeira grande diferença entre as duas indústrias: a estrutura organizacional, evidenciando o caráter horizontalizado da indústria da construção<sup>8</sup>.

O escritório de arquitetura assume a autoria da concepção do projeto, sendo também responsável pela sua coordenação técnica e econômica. Como o projeto de arquitetura não define inteiramente o "produto" edifício, torna-se necessário sincronizá-lo com os demais projetos complementares, uma vez que o projeto de arquitetura influencia e é influenciado pelos complementares.

A integração de todas as disciplinas presentes na definição do projeto garantem a qualidade da concepção e a fidelidade do resultado ao que foi projetado. Portanto, a natureza do trabalho do escritório de arquitetura obriga que a atuação do arquiteto se dê tanto na concepção do ambiente, quanto na coordenação dos projetos complementares à definição completa do edifício.

Outra diferença está na natureza dos métodos e processos construtivos e na racionalidade que rege as relações de trabalho neste setor, distanciando-o do paradigma fordista/taylorista. As dificuldades de padronização do edifício, associado à transitoriedade do local e à precariedade do controle do trabalho tanto no seu conteúdo quanto no seu volume, dificultam extremamente o gerenciamento do empreendimento habitacional. Nesse sentido Amorim resalta que "nos projetos de arquitetura não há a preocupação de especificar o *como fazer*, limitando-se a definir o produto acabado". Como não existe a definição detalhada do processo construtivo explicitada no projeto de arquitetura não há como controlar sua execução.

Em contrapartida Ferro destaca que a razão prioritária do desenho é a comunicação, de maneira a possibilitar a construção da forma projetada, porém não especifica que tipo de desenho e que informações ele deve conter de forma a possibilitar "a execução da forma projetada"<sup>9</sup>.

Por outro lado, na manufatura de produtos industriais existe uma associação "natural" entre formas geométricas dos componentes do produto e processos de fabricação, assim como verifica-se também uma imposição tecnológica no seqüenciamento dos processos produtivos. O controle sobre esta inter-relação não ocorre na indústria de construção em função do grau de variedade, que

(6) Os softwares PAC são comercialmente identificados como de auxílio ao projeto independentemente do grau efetivo de auxílio propiciado

(7) O setor da construção habitacional pertence ao macrocomplexo da construção civil dentro do conceito de complexo industrial utilizado na análise econômica

(8) Em obras públicas a legislação brasileira obriga que o projeto seja elaborado por uma empresa diferente da que executa a obra. Tal situação não se verifica na Europa e Estados Unidos. Esse fato é considerado como um dos determinantes para o lento progresso técnico do setor da construção civil em nosso país

pode assumir a execução de um detalhe construtivo. Essas características se devem, por um lado, ao caráter desverticalizado dessa indústria, que impede que se conheça os meios de trabalho que serão utilizados naquilo que está sendo projetado, e por outro lado, ao processo de trabalho baseado em decisões isoladas tomadas no canteiro.

Na indústria de manufatura a questão de adequar a fabricação ao projeto ficou resolvida através de uma decisão organizacional: estendeu-se a fase de concepção até o planejamento do processo. isto é, os desenhos são "traduzidos" por um técnico que interpreta os detalhes fabris representados no desenho. Em muitos casos tal tradução resulta em outros desenhos nos quais a forma geométrica é dissecada e simplificada em detalhes associando-se a cada detalhe os meios de trabalho adequados (máquinas e ferramental específico). Tal iniciativa também está começando a ocorrer no setor da construção, onde muitas empresas construtoras criaram o seu "Departamento de Arquitetura" com o mesmo fim: "traduzir" os projetos e adequá-los aos meios e processos construtivos disponíveis pela empresa<sup>10</sup>

## Morfologia do Projeto do Edifício

Prover o *habitat* para o homem nas grandes cidades é uma tarefa muito difícil de atender satisfatoriamente. O mercado imobiliário define a ocupação e uso da edificação dentro dos padrões de venda vigentes, baseado na legislação e regido pela especulação. Ao arquiteto cabe a tarefa de acomodar a distribuição interna e as fachadas, dentro dos padrões estabelecidos pelo mercado, para um futuro usuário, que lhe é desconhecido, definido apenas pela classe econômica para a qual se destina a habitação.

As edificações, os ambientes construídos, são caracterizados pelas categorias tipológicas quanto à função, à forma e pelas categorias de intervenção. O projeto arquitetônico trata dos fatores intervenientes para com esse ambiente construído, da macroescala até o detalhe: a urbanização (cidades, loteamentos, ...), a edificação (casas, teatros, ruas, ...), os elementos da edificação (estruturas, instalações, ...), os componentes construtivos (janelas, tijolos, ...) e os materiais de construção (areia, cimento, ...).

O projeto é a determinação e a representação prévia da configuração arquitetônica da edificação, contendo os dados da concepção desses fatores em escala adequada à compreensão.

Projetar em arquitetura é uma progressão, que se dirige para soluções de questões espaciais. Cada passo do processo de decisão do projeto aguça os objetivos; de maneira exploratória integram-se a reflexão e o desenho. Cada ciclo de refinamento é progressivamente menos geral e mais detalhado que o anterior.

As etapas que definem o conjunto encadeado de passos em um projeto de arquitetura são as seguintes:

- Definição do Programa
- Estudos Preliminares
- Anteprojeto
- Projeto Executivo

Cada etapa transforma as informações recebidas da etapa anterior em um conjunto de parâmetros a serem utilizados como insumo para a etapa seguinte. Silva considera este processo como uma progressão na qual há um gradativo

(9) Os dois autores estão se referindo à contribuição do desenho para se alcançar uma execução correta daquilo que foi projetado. Não estão sendo tratados os problemas decorrentes do *planejamento inadequado da execução em si*. Sergio Ferro os denomina os "desencontros sem conta" perceptíveis em quase todas as obras.

(10) No workshop "Informática e Construção" realizado na FAUUSP em agosto de 1992, houve alguns relatos da adoção dessa prática pela ENCOL em São Paulo.

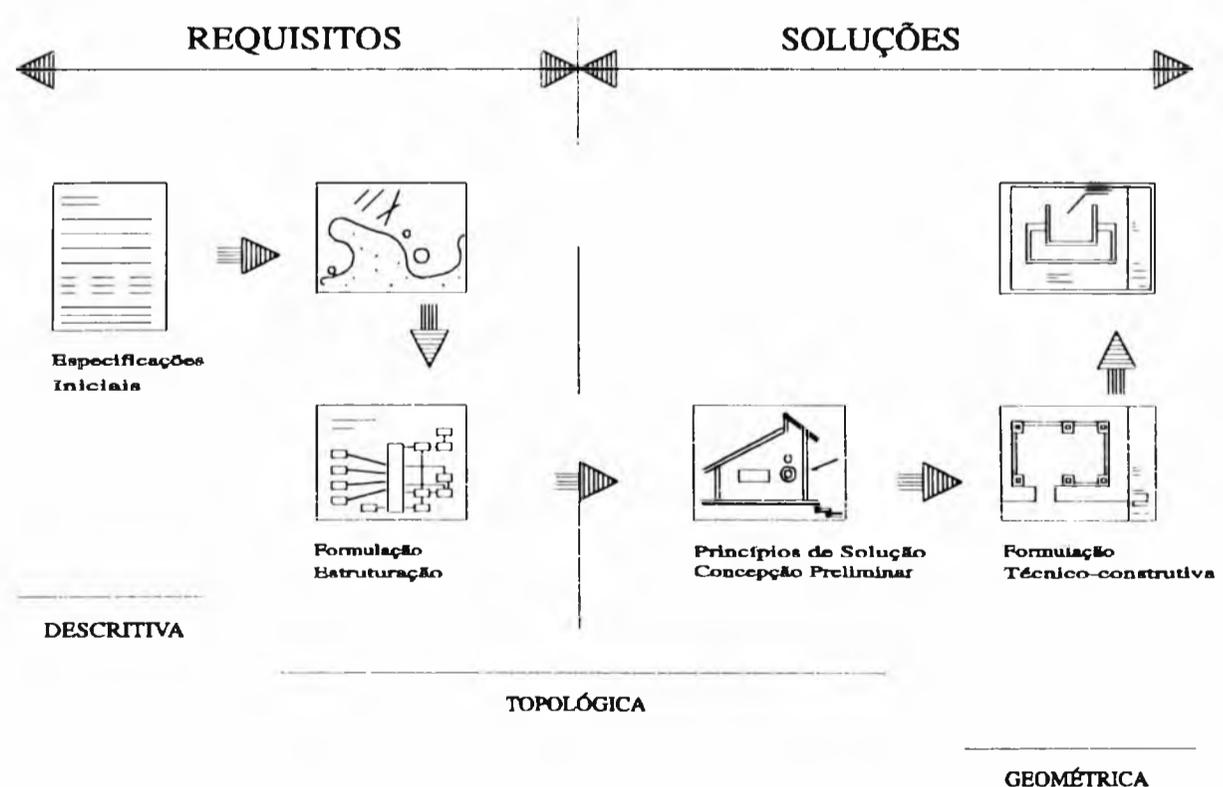
decréscimo do teor de incerteza, à medida que se evolui em direção de uma proposta de solução. Essa evolução não se dá de maneira linear, como num mecanismo, varia de pessoa para pessoa e apresenta ritmos diferenciados de progressão, de acordo com o grau de evolução da proposta.

Cada uma das etapas apresenta métodos diferentes no tratamento das informações e meios de representação distintos. As primeiras etapas do projeto, onde são definidos os requisitos do projeto e estruturados os princípios de solução a serem adotados, são principalmente descritivas, usando-se a linguagem natural como meio principal de registro das decisões. Após idealizada a forma e a distribuição espacial do edifício, o desenho passa a ser a linguagem de comunicação. Também aí não existe uma rigidez absoluta na definição da fronteira entre a linguagem verbal e a codificada (o desenho técnico). Podemos tomar como exemplo a forma de expressão do partido arquitetônico, que pode utilizar quaisquer das duas linguagens para sua comunicação<sup>11</sup>

Convém assinalar que o desenho ao longo da progressão do projeto é o meio de comunicação mais utilizado, servindo como linguagem entre *arquiteto x arquiteto*, *arquiteto x cliente* e *arquiteto x obra*.

As diferentes linguagens de comunicação e os diferentes meios de representação utilizados ao longo do processo do projeto apresentam graus diferenciados de redundância, fenômeno natural que ocorre quando se quer comunicar a mesma informação de modos diferentes. Nesse aspecto, por exemplo, quando se utiliza um estudo volumétrico para representar o partido arquitetônico a ser adotado já se está mostrando uma das possíveis representações esquemáticas da concepção.

O esquema a seguir mostra esta progressão, estabelecendo uma diferenciação entre o uso do desenho como representação da estruturação dos requisitos do projeto ou dos princípios de solução (fase topológica) e o uso do desenho para a representação da forma geométrica (fase geométrica). Esta segunda fase se utiliza mais da linguagem do desenho técnico.



(11) Silva assinala que "o partido arquitetônico não é a representação esquemática da concepção, mas sim o conceito realizado"

Representação esquemática do processo de projeto (adaptado de Jakobsen, 1985).

Os desenhos, classificados de acordo com a informação a transmitir, são o meio de expressão das etapas de elaboração do projeto. As etapas das atividades técnicas de projeto apresentadas a seguir são sequenciais, com a produção das informações sendo progressivamente acumuladas, transformadas, articuladas e detalhadas até a conclusão do projeto<sup>12</sup>

Na Definição do Programa é analisado o contexto a ser atendido. É feita a coleta de informações de referência de interesse para o desenvolvimento de uma filosofia de projeto. São considerados os fatores sociais, históricos, legais, políticos, econômicos, financeiros, intuitivos, ecológicos, técnicos, construtivos, etc. São caracterizados e analisados o meio físico e as condições existentes no local da intervenção. São determinadas as condições a serem atendidas pela edificação, delimitando seu desempenho e função, estabelecendo os objetivos da intervenção, no espaço e no tempo. São analisadas e avaliadas as alternativas para a concepção da edificação, através de textos, gráficos, organogramas, etc.

No Estudo Preliminar o partido arquitetônico a ser adotado é definido, consequência formal das determinantes do Programa e da intenção plástica do arquiteto. Desenvolve-se a concepção do projeto arquitetônico da edificação, síntese das características principais do projeto, desenhando em representações iniciais e por aproximações sucessivas o seu conceito básico e intenções gerais.

No Anteprojeto é definida a solução geral do projeto, desenhado através de plantas, cortes, vistas e perspectivas, inter-relacionando-o com as outras atividades técnicas de projeto, tais como estruturas, instalações e topografia e também servindo para a aprovação final do projeto pelo cliente. É feita a estimativa de custos e de prazos de serviços da obra a ser executada e, com base nas exigências legais, o projeto é apresentado para análise, aprovação e obtenção das licenças públicas indispensáveis para as atividades de construção.

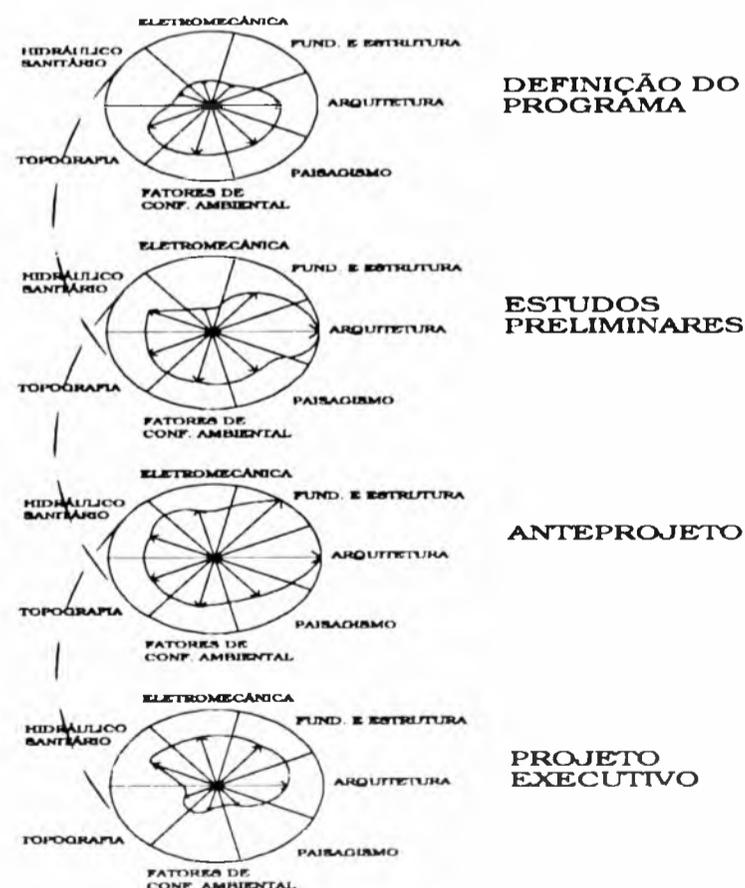
O Projeto Executivo divide-se em duas fases. No Pré-Executivo é verificada a compatibilização geral entre os projetos das atividades complementares (topografia, instalações eletromecânicas e hidráulico-sanitárias, segurança contra-incêndio, estrutura, paisagismo, fatores de conforto ambiental, ...), coordenadas e orientadas em função das determinações do projeto de arquitetura. No Projeto de Execução e Detalhamento o conjunto de informações técnicas da edificação é representado de forma completa e definitiva, sendo, através da linguagem do desenho técnico, um sistema de instruções com todos os pormenores constituintes da obra a ser executada. Após a compatibilização final do projeto das atividades complementares, completa-se o projeto de arquitetura.

A ilustração apresentada ao lado mostra a espiral de progresso do projeto da edificação evidenciando a contribuição relativa de cada fator em cada fase do projeto.

### Os Sistemas PAC no Projeto de Arquitetura

As principais aplicações nas quais vem sendo utilizado o PAC são as seguintes: auxílio à representação, instrumento de gerenciamento e meio de visualização.

(12) Com o auxílio do PAC algumas dessas atividades podem passar de sequenciais para simultâneas



A Espiral do Projeto  
Contribuição de cada disciplina por etapa (adaptado de Hubka)

## **Instrumento de auxílio ao projeto e ao desenho**

Na Definição do Programa algumas informações de referência de caráter gráfico já podem ser armazenadas em meio magnético, possibilitando a análise de alternativas para a definição do partido arquitetônico diretamente sobre os dados levantados. Como ilustração podemos citar o uso de informações geográficas e topográficas no estudo da implantação de um conjunto de edificações.

No Estudo Preliminar, o PAC facilita a aceleração da espiral do projeto para algumas partes do projeto uma vez que proporciona o detalhamento de alguns elementos simultaneamente à sua concepção, permitindo a incorporação de maior quantidade de informações e um aprofundamento construtivo para a solução obtida. A facilidade de representação proporcionada pelo PAC permite ao arquiteto a incorporação de algumas idéias no momento em que elas aparecem, como por exemplo a avaliação cromática da proposta preliminar.

No Anteprojeto a solução geral do projeto pode surgir inter-relacionada com outras atividades técnicas, uma vez que o PAC possibilita simular alguns detalhes construtivos como por exemplo a paginação de tijolos, ou então analisar graficamente a consistência de projetos com andamento paralelo como é o caso do projeto de estruturas e tubulações.

No Projeto Executivo, o potencial de auxílio do PAC está na possibilidade de automatização de algumas tarefas, como é o caso da representação de elementos repetitivos que aparecem nos desenhos. Além disso, o PAC proporciona o encurtamento dessa etapa em função das possibilidades de aprofundamento do projeto, aproveitadas nas etapas anteriores, bem como pelo aproveitamento da "geometria" do projeto definida na etapa anterior.

Conforme assinalamos nos parágrafos anteriores *o PAC proporciona uma série de benefícios*, porém para poder aproveitá-los é necessário que a dimensão organizacional e a gerencial estejam preparadas. Isto equivale a dizer que, além de existirem os procedimentos gerenciais de uso do PAC, é necessário que os arquitetos usuários do sistema sejam conscientizados da ampliação de sua atuação profissional, *que passa a incorporar novos atributos tanto a nível gerencial, quanto a nível da própria maneira de projetar em arquitetura.*

## **Instrumento de auxílio ao gerenciamento**

A principal questão associada ao PAC como elemento de auxílio ao gerenciamento do projeto está na exploração do seu potencial integrador, isto é nas suas possibilidades em contribuir para a melhoria da eficiência<sup>13</sup> da atividade projetual e para transformar o projeto de seqüencial em simultâneo.

A melhoria da eficiência do projetar pode ser obtida em vários segmentos do projeto conforme será exemplificado:

– O reaproveitamento de elementos já projetados é um benefício real na melhoria da eficiência de um projeto, porém de difícil mensuração. Sua primeira manifestação ocorre dentro do projeto em andamento, quando se aproveita a geometria da concepção global para a elaboração do detalhamento. A contribuição do PAC nesse aspecto ocorre claramente nas construtoras que criaram seu Departamento de Arquitetura para o planejamento dos processos construtivos. A segunda ocorre quando se utiliza concepções de um projeto para outro, introduzindo-se algumas modificações. Esse procedimento está vinculado a uma filosofia de incentivo à padronização e à modularização perfeitamente compatível com a qualidade plástica do objeto construído, uma

vez que sua utilização normalmente se dá num contexto de detalhamento. Algumas construtoras estão adotando esta prática em alguns empreendimentos de maior porte onde a modularização está presente no partido adotado. Um outro caso ocorre em edificações que pela sua natureza sofrem mudanças formais freqüentes, tais como hotéis, agências bancárias e postos de gasolina. Nesses casos a utilização do PAC permite que o novo projeto seja realizado em tempo muito reduzido, passando inclusive a constituir-se numa vantagem competitiva do escritório em relação aos demais.

– A transformação do projeto de seqüencial em simultâneo é uma meta difícil de ser alcançada, principalmente nos projetos de grande porte. O que se consegue é um resultado parcial obtido através do estabelecimento de "elos de integração" entre duas atividades. Seria equivalente ao resultado de uma automação intra-esfera ou interesfera, na qual se consegue a conjugação microeletrônica de duas atividades. Existem vários elos de integração que podem ser viabilizados pelo PAC. O primeiro é o elo entre o projeto de arquitetura e seus complementares, viabilizado pelo intercâmbio de dados gráficos entre os diversos profissionais envolvidos. O ganho está na redução do tempo necessário ao desenvolvimento do projeto, em função de uma antecipação aos problemas possibilitada pelo PAC, resultando na diminuição do número de desenhos que seriam refeitos para obter a compatibilidade entre as diversas disciplinas e no aproveitamento dos desenhos de arquitetura de forma quase integral. Este é, inclusive, um ponto muito importante a ser considerado na escolha do *software* PAC – a compatibilidade entre os *softwares* utilizados pela arquitetura e complementares – sendo muitas vezes o fator determinante de tomada de decisão na escolha do *software*. Outros elos podem ser estabelecidos como por exemplo entre o projeto de arquitetura e a planilha de custo do edifício, através da quantificação automática de materiais e elementos construtivos; ou como no caso do elo entre o projeto de arquitetura e o projeto de condições de insolação.

### **Instrumento de visualização**

A principal utilidade do PAC nesse aspecto é o seu poder de comunicação, possibilitando um entendimento da solução projetada por quem não possui conhecimentos técnicos de representação em arquitetura, melhorando a interação do arquiteto com o cliente e com a obra. Sua primeira contribuição se verifica entre os próprios arquitetos dentro da equipe do projeto, que passam a ter mais elementos para avaliar a plasticidade do seu projeto utilizando-se dos recursos de perspectiva, sombras, insolação, etc. Como o grau de compreensão obtido muitas vezes é comparável ao de uma maquete, esses recursos servem para mostrar ao cliente o projeto, bem como co-optar sua participação no projeto de forma pró-ativa.

### **Conclusões**

O setor de construção habitacional apresenta um quadro de mudanças semelhante ao que está em curso na indústria de manufatura, o que permite analisá-lo utilizando-se conceitos e metodologias desenvolvidas para a manufatura.

A principal contribuição desse trabalho está na metodologia de abordagem do PAC, na qual são consideradas as dimensões gerencial e organizacional para o entendimento da implantação dessa tecnologia e a identificação dentro da

(13) A eficiência do PAC, baseada em parâmetros quantitativos do tipo "número de pranchas por dia", pouca representatividade tem como instrumento de avaliação. O uso do PAC na elaboração de desenhos só traz benefícios tangíveis em atividades de modificação de desenhos

progressão do projeto arquitetônico das atividades representativas dessas dimensões.

É importante ressaltar que este entendimento é que proporcionará ao profissional de arquitetura modificar os seus métodos de projeto explorando as possibilidades oferecidas pelo PAC e ampliando seu escopo de atuação.

## Bibliografia

- AMORIM, S. R. L. *O arquiteto e a construção civil – um estudo da participação dos arquitetos na produção do ambiente artificial habitável e sua adequação à esta produção*. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (mestrado) – UFRJ.
- ANDREANSEN, M.; HEIN, L. *Integrated product development*. U. K.: IFS Publications, 1987
- BEITZ, W.; PAHL, G. *Engineering design: a systematic approach*. London: The Design Council, 1988.
- BUTERA, F. *Dalle occupazioni industriali alle nuove professioni*. Milano: RSO / Franco Angeli, 1987
- COBRACON. Norma para elaboração de projetos de edificações. Arquitetura, Procedimento. São Paulo, *Revista Projeto*, n. 125.
- CORBETT J., RASMUSSEN, L., RAUNER, F. *Crossing the border: the social and engineering design of computer integrated manufacturing systems*. London: Springer-Verlag, 1991.
- COYNE, R. "The impact of computer use on design practice" In: *CAAD Futures '91*. Zurich, Vieweg. 1992.
- EEKELS, J. "On strategy and engineering design". In: *Proceedings of the 1987 International Conference on Engineering Design*, v. 1, p. 187-194, New York, ASME, 1987
- FLEURY A., VARGAS, N. *Organização do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1983.
- HAYES, R., WHEELWRIGHT, S., CLARK, K. *Dynamic manufacturing: creating the learning organization*. New York: Free Press. 1988.
- JAKOBSEN, K. "The inter-relation between product shape, material and production method" In: *Proceedings of the 1989 International Conference on Engineering Design*. Zurich, Heurista. 1989. p. 775-784.
- KAPLINSKY R. *Automation: the technology and society*. London: Longman. 1984.
- NAVEIRO, R. *Uma integração necessária: projeto e fabricação na moderna manufatura*. São Paulo. 1992. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo.
- NAVEIRO, R., PEREIRA, I. "Cluster analysis and shape classification – a method for design standardization improving" In: *Proceedings of the 1991 International Conference on Engineering Design*, Zürich, Heurista, 1991.
- O'GRADY P., YOUNG, R. "Issues in concurrent engineering systems" *Journal of Design and Manufacturing*. v. 1, n. 1, p. 27-34. London. Chapman & Hall, 1991.
- OLIVEIRA, V. F. *A implantação de sistemas CAD em empresas de engenharia*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PLONSKI, G. *As empresas de serviços de engenharia no Brasil: do CAD à engemática*. São Paulo. 1987 Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo.
- PROCHNIK, V. *O macro complexo da construção civil*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, texto para discussão n. 107. 1987
- RADER, M., WINGERT, B.; RIEHM, V. (org.) *Social science research on CAD/CAM*. Heidelberg: Physica-Verlag, 1988.
- SCHEER, A. *Enterprise-wide data modelling: informations systems in industry*. Berlin: Springer-Verlag, 1989.

- SILVA, E. *Uma introdução ao projeto arquitetônico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1991.
- SOLINHO, J. L. G. *A implantação de sistemas CAD: uma abordagem em três dimensões*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rio de Janeiro.
- TOZZI, C. *Projeto auxiliado por computador*. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986.
- WHEELRIGHT, S., HAYES, R. "Competing through manufacturing" *Harvard Business Review*. v. 63, n. 1, p. 99-109, Boston, 1985.
- YEOMANS, R., CHOUDRY, A., TEN HAGEN, P (org.) *Design rules for a CIM system*. Amsterdam: Elsevier, 1985.

Este artigo foi elaborado em co-autoria com a arquiteta Florencia Chapuis (mestranda da FAU/UFRJ)

\*\* Engenheiro Mecânico. DSc. pela FAUUSP Professor Adjunto da Escola de Engenharia e da COPPE/UFRJ nas áreas de Projeto do Produto e Modernização Industrial.



## **Laboratório de Programação Gráfica**

### **Coordenação**

Márcia Maria Signorini

### **Serviço de Editoração**

Stella Regina A. A. Anjos (supervisão)

Eliane de F. Fermoselle Previde

Ivanilda Soares da Silva

### **Serviço de Projeto Gráfico**

José Tadeu de Azevedo Maia (supervisão)

André Luis Ferreira

Robson Brás Teixeira

Sidney Lanzarotto

Vicente Lemes Cardoso

### **Serviço de Produção Gráfica**

Sócratis Vieira Santos (supervisão)

Ana Maria Santana

Cosmo Souza Barbosa

Divino Barbosa

Ercio Antonio Soares

Horácio de Paula

José Gomes Pereira

Maria Julia Vieira Santos

Nadir de Oliveira Soares

Sidinei Lindolpho de Britto

Vera Lucia Rodrigues Nascimento

### **Apoio de Informática**

José Anastácio de Oliveira

### **Apoio Administrativo**

Maurício Miraglia Chaubet

### **Distribuição de Publicações**

Benedita Aparecida Collona

Maria Helena de Castro Oliveira

Composição, fotolitos e impressão ofsete  
Laboratório de Programação Gráfica da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo  
Composição em LaserJet IIIp sobre filme de poliéster Laserfilm  
Matrizes Helvética medium, italic e bold nos corpos 7,5, 9,5, 10 e 11 para o texto e subtítulos  
e Helvética bold nos corpos 20 e 24 para os títulos

18 cadernos de 8 páginas  
500 exemplares  
dezembro 1993

